



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

USP

CELACC/ECA/USP
v. 10 n. 2 (2017)
ISSN: 1519-6895

**Mídia, Imaginário
e Política na
América Latina**

[EQUIPE EDITORIAL]

Diretor

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Editor Responsável

Prof. Dr. Silas Nogueira

Editores Científicos

Prof^a Dra. Fabiana Félix do Amaral e Silva

Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano

Prof. Dr. Wilton Garcia

Editor Executivo

João Roquer

Luís Antonio Matos

Capa e Projeto Gráfico

Jaqueline Restrepo Díez

Diagramação

Carol Ohashi

Conselho Deliberativo

Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt (UNESP)

Prof. Dr. José Luiz Proença (USP)

Prof^a Dr^a Kátia Maria Kodama (UNESP)

Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly (USP)

Prof^a Dr^a Luiza Cristina Lusvarghi (UNINOVE)

Prof. Dr. Ricardo Alexino Ferreira (USP)

Conselho Científico

Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho (USP)

Doctor Alfonso Gumucio Dagron (UNESCO) Bolívia

Prof^a Dr^a Andreia Terzariol Couto (UNIP)

Prof^a Dr^a Maria Ângela Pavan (UFRN)

Sr. Angel Mestres Vila (Universitat de Barcelona)
Espanha

Prof. Dr. Enio Moraes Jr (ESPM)

Sra Fabiana Lopes Cunha (UNESP)

Doctor Jordi Tresserras (Universitat de Barcelona)
Espanha

Sr. Luis Pablo Martínez (Universitat de València)
Espanha

Sra Maria Thereza Oliveira Azevedo (UFMT)

Prof^a Dr^a Marta Regina Maia (UFOP)

Prof. Paul Heritage (University Of London)
Reino Unido

Valdemar Valdemar Filho Siqueira (UFERSA)

Prof. Dr. Wilton Garcia (FATEC/UNISO)



CELACC

Centro de Estudos
Latino-Americanos
sobre Cultura
e Comunicação

Centro de Estudos
Latino-Americanos sobre Cultura
e Comunicação (Celacc)

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443,
Bloco 08, Cidade Universitária
Butantã - São Paulo - SP
CEP. 05508-010
Tel/Fax: (11) 3091-4327



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Ano X - n. 2 (janeiro - junho 2017)



**Revista Extraprensa: Cultura e Comunicação
na América Latina – São Paulo:
Celacc: ECA/USP, 2017**

ISSN (Impresso) - 1519-6895
ISSN (eletrônico): 2236 - 3467

1. Geografia latino-americana 2. Teoria da
Comunicação – Ciências da Comunicação
3. Ciências Sociais Aplicadas 4. Integração
latino-americana 5. Etnologia 6. Ciências
Políticas

SIBi PORTAL DE REVISTAS
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

04

O Audiovisual no campo da Economia Política da Comunicação: abordagens, métodos e notas para uma agenda de pesquisa

Kátia Moraes, Othon Jambeiro, Fábio Ferreira

24

A mídia na construção da representação política

Nelson Toledo Ferreira

45

Memória discursiva e lugar de fala nas propagandas televisivas do PMDB

Luiz Ademir de Oliveira, Vinicius Borges Gomes, Fernando de Resende Chaves

63

Mujeres, movimientos emancipatorios y liderazgos disruptivos: la organización barrial Tupac Amaru desde el norte argentino

Melina Gaona

79

Códigos, símbolos e sinais: o caso dos ex-votos mexicanos

José Cláudio Alves de Oliveira

95

Telejornalismo Católico e seus noticiários: o caso do CN Notícias (Canção Nova) e do TJ Aparecida (TV Aparecida) na cobertura de admissibilidade do impeachment (2016)

Renata Fernandes Oliveira de Albuquerque, Robson Dias, Eliane Muniz, Felipe Diemer

116

Cidadania comunicativa e midiaticização na recepção de cinema com debate

Maytê Ramos Pires

133

Internet no campo: direitos humanos e políticas públicas de inclusão digital

Mateus de Oliveira Fornasier, Danielli Regina Scarantti

153

**Internet e a dinamização
da esfera pública em Cuba**
Alexei Padilla Herrera

177

**O uso de fontes na cobertura policial
no jornalismo online no Amapá: estudo
dos sites G1 Amapá e SelesNafes.com**
Antonio Carlos Sardinha Abinoan Santiago

193

**Memória e esquecimento nos cantos
de trabalho da Quixabeira**
Sandro Luiz Cardoso Santana

210

**Cidadania, integração e identidades
culturais na América Latina**
Alberto Efendy Maldonado,
Renata Cardoso de Almeida

232

**Onívoros digitais em contato perpétuo: a
mobilidade das mídias pela ótica ecológica**
Alan César Belo Angeluci, Marcos Américo

247

Mobilização Social Online da APP-Sindicato
Caroline Kraus Luvizotto, Fábio Alves Silveira,
Kátia Viviane da Silva Vanzini, Priscila
Santana Caldeira

266

**Gênero e política: representações da
mulher no discurso da *Veja***
Muriel Emídio Pessoa do Amaral,
José Miguel Arias Neto

284

**Televisão brasileira e entretenimento:
do espetáculo ao mito**
Patrícia Ruas Dias

O AUDIOVISUAL NO CAMPO DA ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO: ABORDAGENS, MÉTODOS E NOTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

[ARTIGO]

Kátia Morais
Othon Jambeiro
Fábio Ferreira

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O artigo investigou como o tema “audiovisual” tem figurado na produção científica brasileira dentro das perspectivas contidas na Economia Política da Comunicação (EPC). O objetivo foi identificar as abordagens e métodos priorizados em publicações acadêmicas do campo da Comunicação. Partiu-se de duas categorias centrais: (1) Políticas de mídia e (2) Estruturas de mercado do audiovisual. O mapeamento dos trabalhos foi desenvolvido a partir da base de dados do Portal de Periódicos Capes, baseado em dois critérios: com acesso livre e classificação como Qualis B2 à A1 na área de Ciências Sociais Aplicadas. A busca se deu por título e resumo, utilizando-se termos previamente definidos.

Palavras-chave: Audiovisual. Economia Política da Comunicação. Mercado do audiovisual. Políticas de Comunicação.

This paper investigated how research within the Political Economy of Communication (PEC) in Brazil have been addressing issues related to the audiovisual sector. The goal was to identify which approaches and methods were a priority within selected publications in the field of Communication. For analytical purposes, two main categories were used: (1) Media policies and (2) Audiovisual market structure, and the selected publications were analyzed based on them. Papers were selected from Capes' Journals Portal database, based on two criteria: free access, and rank (from Qualis B2 to A1 in the field of Applied Social Sciences). The selection process was based on keywords that were searched in the articles' titles and abstracts.

Keywords: Audiovisual. Political Economy of Communication. Audiovisual Market. Communication Policies.

Este artículo investigó como el tema “audiovisual” se tiene presentado en la producción científica brasileña dentro de las perspectivas contenidas en la Economía Política de la Comunicación (EPC) desde dos categorías centrales: (1) Políticas de los medios y (2) Estructuras del mercado del audiovisual. El objetivo fue identificar los abordajes y rutas metodológicas priorizados en las publicaciones académicas del campo de la Comunicación. La cartografía de los trabajos fue desarrollada desde la base de datos del Portal de Revistas Académicas Capes a partir de dos criterios: acceso gratuito y clasificación como Qualis B2 a A1 en las Ciencias Sociales Aplicadas. La búsqueda fue dada por título y resumen, utilizándose términos previamente establecidos.

Palabras clave: Audiovisual. Economía Política de la Comunicación. Mercado del Audiovisual. Políticas de Comunicación.

INTRODUÇÃO

Estudos da Economia Política da Comunicação (EPC) têm procurado demonstrar que pressões econômicas, regulatórias, financeiras e políticas não apenas influenciam a dinâmica de mercados específicos, como condicionam as atividades tanto das empresas quanto do próprio Estado, na regulação e operação da infraestrutura e dos serviços de comunicação e informação. Campo relativamente amadurecido de análise das relações entre Estado, mercado, sociedade e mídia, os estudos nele realizados têm-se voltado para a maneira pela qual essas relações afetam ou determinam o tipo de serviços de informação e comunicação disponíveis na sociedade; como se comportam e operam as empresas que prestam esses serviços; os tipos de conteúdo que essas forças externas criam na mídia; e as implicações desses fatores para a cultura, a política e as atividades sociais como um todo.

O audiovisual tem figurado como recorte relevante em estudos desta natureza. Temas como a transnacionalização dos mercados de mídia e o poder de regulação do Estado são alguns exemplos. No Brasil, pesquisadores têm explorado tópicos como contextos de produção de conteúdos, peso do Estado e dos mercados nas estruturas da indústria do audiovisual, e relações que se estabelecem com o público.

Este artigo se propõe a desenvolver um estudo exploratório para identificar como o tema audiovisual tem figurado na produção científica brasileira no campo da Comunicação, dentro das perspectivas contidas na EPC. Parte-se de dois eixos centrais:

(1) Políticas de mídia e (2) Estruturas de mercado do audiovisual. São identificadas as abordagens priorizadas e os respectivos percursos metodológicos dos trabalhos, tornando assim possível conhecer os enfoques predominantes na agenda brasileira de pesquisa, neste campo específico.

Ressalta-se que foram contempladas produções cujas reflexões se orientam por literatura da Economia Política e também por outras abordagens teóricas, desde que adotadas para balizar análises dentro dos dois eixos estabelecidos por este trabalho. Optou-se por este direcionamento tendo em vista o reduzido número de periódicos científicos especializados em EPC no Brasil e cujas investigações se sustentam em literatura oriunda deste campo.

Por outro lado, embora seja extensa a produção científica brasileira dedicada a análises de fenômenos do audiovisual, entende-se que parte dessa produção se desenvolve a partir de óticas que não diretamente se relacionam com os interesses de investigação da Economia Política. Enquadram-se neste perfil, por exemplo, estudos sobre autoria, marcas estéticas e aspectos da linguagem de produtos audiovisuais em sentido estrito. A análise desenvolvida neste artigo teve como ponto de partida trabalhos dedicados a fenômenos do audiovisual onde questões estruturais são priorizadas, seja na indústria ou em ações de políticas voltadas para este mercado. O estudo aqui apresentado contempla o total de 452 produções mapeadas, publicadas em quinze periódicos nacionais do campo da Comunicação entre 1987 e 2016.

O trabalho está estruturado em quatro partes, além desta introdução. Primeiro, faz-se uma contextualização da EPC e do setor audiovisual. Em seguida são apresentadas a metodologia, a análise empírica e as conclusões do artigo.

2. NOTAS SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO E SOBRE O AUDIOVISUAL

A essência da Economia Política da Comunicação está no postulado de que a conjunção de fatores econômicos e políticos são centrais para a compreensão do que ocorre no setor e para a formulação de políticas públicas voltadas para os serviços de informação e comunicação. O exame dos processos comunicacionais a partir desta perspectiva teórica e metodológica parte do princípio de que os grupos econômicos são atores permanentes no controle do que é produzido. Daí decorrem os estudos sobre como se dá o desenvolvimento de produtos e serviços de comunicação, quem os concebe, sob que condições e sob que controles, atendendo a que interesses (BABE, 1993).

Os estudos do campo da EPC procuram, em primeiro lugar, explicar as forças que pressionam as empresas, compelindo-as a adotar determinados comportamentos, ao mesmo tempo que elas próprias pressionam os consumidores a aceitar seus produtos. Busca-se, com isso, conhecer as tendências e transformações do setor. As investigações voltam-se também para estruturas das

indústrias e dos prestadores de serviços de comunicações e informações. O interesse desta linha está em conhecer as direções em que se desenvolvem as políticas e estratégias de empresas e governos, a fim de controlar variáveis decorrentes do comportamento do mercado e do conflito de interesses econômicos envolvidos (OWEN et. al., 1974; OWEN; WILDMAN, 1992).

Há ainda uma vertente de estudos voltada para a análise dos fenômenos da concentração e monopolização do setor, seus efeitos culturais e sociais e as mudanças impostas às sociedades por sua transformação em sociedades da informação (MOSCO; WASKO, 1988; DYSON; HUMPHREYS, 1990; GARNHAM, 1990). Um foco de interesse dos pesquisadores muito disseminado nos anos recentes é o estudo do vertiginoso e convergente desenvolvimento tecnológico das áreas de comunicações, informática e microeletrônica, com consequências altamente significativas na mídia e nos serviços de informação e comunicações. A integração das tecnologias de telefonia, computação, radiodifusão, cabodifusão, satélites artificiais e robótica, entre outras, é analisada como fator de profundas mudanças na maneira pela qual se produz, distribui-se e consome-se produtos e serviços de informação, cultura e comunicações. Essas mudanças levantam questões de natureza econômica e política, sobre demandas de tecnologia, sua distribuição e acesso universal, relações de trabalho e impactos sociais e culturais sobre as várias camadas da população.

A linha comum entre essas vertentes da EPC é o postulado de que os *media*, a indústria eletroeletrônica e os prestadores de serviços de informação e comunicação são entidades econômicas que operam em um

contexto político-econômico, tendo como objetivo produzir e vender processos, tecnologia, serviços, produtos e conteúdos. São, portanto, atores dos processos políticos, culturais e econômicos da sociedade, dos quais sofrem influência e aos quais influenciam. As condições de competição entre esses atores variam significativamente, a depender da forma como interagem com os poderes econômico e político da sociedade, particularmente com o Estado e suas instituições.

Os trabalhos no campo da Economia Política da Comunicação têm se mostrado de grande relevância na compreensão das articulações de interesses que se estabelecem, nos níveis nacional e internacional, na montagem e exploração de infraestruturas e serviços deste setor. Têm, igualmente, obtido grande impacto na investigação do papel do Estado e dos grupos de interesse nos processos regulatórios, particularmente a crescente redução de poder do primeiro frente aos conglomerados multinacionais financeiros, que aumentaram substancialmente sua participação nas atividades econômicas relacionadas à comunicação (KELLNER, 2009).

No campo do audiovisual, os estudos filiados à EPC têm identificado claras e intensas articulações entre o Estado e a economia, enfatizando os conflitos e acordos que emergem da tomada de ações de regulação de Estados nacionais dentro de um contexto global de economia (SANTOS; CAPPARELLI, 2005; SAINT-LAURENT; TREMBLAY, 1994; STRAUBHAAR, 2007).

Especialmente nas últimas duas décadas o fenômeno da convergência tecnológica tem tornado mais complexas as negociações envolvendo as macroestruturas do setor de audiovisual (BALDESSAR; GIGLIO, 2010; CANNITO, 2010). A lógica de

rede e de cadeia produtiva tende a ampliar as possibilidades de organização do mercado, com consequente aumento da exploração comercial dos produtos desta indústria, que podem ser concebidos e comercializados para diversas mídias simultaneamente. Em razão disso, a classificação de um produto audiovisual tornou-se mais complexa, como no caso dos games, que podem ser ao mesmo tempo vídeo, software e jogo. Além disso, a convergência vem provocando uma reformulação da propriedade e controle desta indústria, por meio de frequentes fusões de empresas, visando ganhar escala e penetração nas diversas plataformas de distribuição para o consumo.

Paralelamente, essa dinâmica desafia o Estado a revisar os marcos regulatórios para um setor em permanente mutação, com ações que sofrem constante pressão do mercado e, em menor escala, de grupos de interesse da sociedade (SIMIS, 2008). No Brasil, o extenso processo decisório sobre o modelo de sistema de TV digital (DOMINGUES DA SILVA, 2013) e, mais recentemente, as disputas e pressão dos agentes de mercado sobre o Estado para a regulação de serviços de distribuição conteúdos audiovisuais por *streaming*, bem como a disputa entre *majors* do setor de telecomunicações e agentes regulatórios do audiovisual em torno do recolhimento da Condecine¹, deixam

[1] A Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Nacional (Condecine) é devida a todos os agentes econômicos que atuam na cadeia produtiva do audiovisual, o que inclui empresas de telefonia que exploram o setor por meio dos serviços de distribuição no mercado de TV Paga. Estas empresas têm reivindicado o não pagamento da taxa, em uma extensa disputa judicial com a Ancine. A Condecine é a grande provedora de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual, que vem sendo responsável pela dinamização dos investimentos públicos ao audiovisual no Brasil.

claro como a convergência tecnológica aprofunda os processos de negociação entre Estado e mercado no setor de mídia audiovisual, bem como os impactos dessas negociações para a dinâmica do campo, a depender das agendas priorizadas em cada disputa.

A lógica de estruturação em redes é evidenciada por Hesmondalgh e Baker (2010) ao demonstrarem, numa perspectiva crítica, a importância dos contatos e do pertencimento a redes específicas de produção em alguns setores criativos, dentre eles o audiovisual. Na análise que esses autores empreendem sobre o trabalho criativo, fica claro que a lógica de networking é tanto um elemento de oportunidades quanto de precarização das relações de produção estabelecidas, mas ela é quase impositiva para àqueles que desejam atuar nesses setores.

Aspectos específicos da lógica de cadeia no audiovisual são reforçados ainda por Miguez et al (2010), em um diagnóstico da cadeia produtiva do setor no estado da Bahia, Brasil. No estudo, os autores circunscreveram esta cadeia nos seguintes elos: produção, distribuição, exibição e infraestrutura. A produção é o momento em que as ideias são transformadas em um produto audiovisual, a ela estando associadas as fases de pré-produção e pós-produção (MIGUEZ et. al. 2010). A distribuição envolve a aquisição e distribuição dos programas por agentes para as diversas mídias; a difusão engloba as salas de exibição, TVs abertas, TVs por assinatura, internet, entre outros; e a infraestrutura diz respeito a toda a parte de equipamentos e de serviços especializados envolvidos no processo. Os autores defendem que os produtos gerados pela cadeia produtiva

do audiovisual são de alta complexidade e demandam capacitações técnicas e artísticas diversas, motivo pelo qual há uma série de atores (institucionais ou não) envolvidos na produção de um único conteúdo desse tipo.

Do lado do Estado, é possível observar uma crescente sistematização das ações voltadas para o audiovisual no Brasil, que têm na Agência Nacional do Cinema (ANCINE), o órgão direcionador das políticas de regulação e fomento. Até mesmo a produção e distribuição em múltiplas plataformas vem sendo contemplada pela Ancine, por meio das linhas de produção para demo e games, dialogando com uma demanda de mercado. Destaca-se ainda a atuação de órgãos como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) como apoiadores/fomentadores ao desenvolvimento de um mercado do audiovisual no Brasil.

Os relatórios mais recentes da Ancine e o plano de diretrizes para o setor evidenciam como as lógicas de estruturação em redes e de cadeia produtiva têm sido contempladas nas ações pensadas para orientar a regulação do audiovisual no Brasil (ANCINE 2013; MINC; ANCINE 2014; 2013). Além disso, a estruturação do fomento ao audiovisual em torno do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), gerido pela Agência, em linhas de investimento que estabelecem uma obrigatória relação em cadeia entre os agentes do setor produtivo, tem sido responsável pelo alto incremento da produção do setor, com a inserção de novos agentes (pequenos produtores) à cadeia ao mesmo tempo em que têm sido preservada a posição

das grandes empresas que dominam esta indústria, desde o elo de produção até a distribuição dos conteúdos.

A publicização das ações do Estado e de dados oficiais sobre o audiovisual nacional demonstram uma significativa evolução do setor, com expressiva participação no PIB nacional (ANCINE, 2015). Diversos indicadores, a exemplo de aumento de público e renda de filmes nacionais, progressivo incremento da participação da produção nacional no mercado de TV Paga, mostram o peso da indústria do audiovisual no país.

Os estudos com base em perspectivas da Economia Política da Comunicação parecem acompanhar essa dinâmica, por meio de investigações que analisam diferentes aspectos relacionados ao fenômeno do audiovisual em suas relações econômicas e políticas. O poder de pressão e de controle por parte de grandes grupos econômicos que tradicionalmente têm ocupado posição de destaque na cadeia do audiovisual tem sido uma discussão recorrente nos estudos em EPC.

Estudos sobre barreiras à entrada (BRITTOS, 2005), o poder dos grandes conglomerados de mídia (BOLAÑO, 1999; CAPPARELLI, 1982) e sua forte influência sobre a constituição dos marcos regulatórios do setor (JAMBEIRO, 2000; MATTOS, 2002), constituem-se como temas clássicos na literatura de EPC voltada para o audiovisual no Brasil. Nos últimos anos, temáticas como a Lei da TV Paga (LOPES, 2015), regulação dos meios (MONJE, 2014; PIERANTI, 2015), a compreensão do audiovisual na perspectiva de indústrias criativas (FERREIRA; JAMBEIRO, 2014), dentre outros, têm figurado com destaque na produção nacional, acompanhando a dinâmica de negociações entre Estado, mercado e sociedade.

A questão que se coloca, portanto, é que, embora existam atualmente no Brasil uma crescente indústria do audiovisual e uma produção acadêmica consistente sobre o setor a partir de enfoques afins à Economia Política da Comunicação, há ainda uma carência quanto à reflexão em torno do desenvolvimento destes estudos. O olhar exercitado neste texto, voltado para a compreensão dos enquadramentos priorizados, temáticas em evidência e escolhas metodológicas, pode contribuir para o desenvolvimento da pesquisa no campo.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada a partir do mapeamento e categorização de publicações científicas em periódicos brasileiros dedicados à pesquisa em Comunicação e classificados com Qualis² A1, A2, B1 ou B2 na área das Ciências Sociais Aplicadas ¹³. Como segundo critério de corte, optou-se por englobar no estudo aqueles periódicos com acesso livre pela internet e que permitam a busca de trabalhos por título e resumo.

[2] Qualis é uma plataforma online da Capes (agência governamental do Brasil dedicada à formação de quadros profissionais de alto nível, particularmente por meio de cursos de Mestrado, Doutorado e pós-Doutorado no país e no estrangeiro.

[3] Na Capes os cursos de pós-graduação são agrupados por área de conhecimento. Os mestrados e doutorados em Comunicação são parte da Área de Ciências Sociais Aplicadas 1.

Por fim, foram considerados os periódicos que, mesmo não tendo a literatura da Economia Política da Comunicação como principal base teórico-metodológica, abrigassem trabalhos que discutam o audiovisual a partir de enquadramentos de interesse da EPC. Periódicos com foco e escopo dedicados a segmentos e abordagem muito específicos no campo da Comunicação não integraram o *corpus*. Alguns exemplos são os periódicos Interface (B1), dedicado a estudos em comunicação e saúde; Estudos em Jornalismo e Mídia (B1), que prioriza estudos sobre as rotinas e atividade jornalística e modos de produção textual; Organicom (B1), voltado para o segmento de Relações Públicas; Sessões do Imaginário (B1), dedicada a estudos em criação em audiovisual e tecnologia; e Novos olhares (B2), voltada para estudos de recepção.

A proposta foi verificar que enquadramentos analíticos têm sido adotados pelos pesquisadores na investigação de fenômenos em torno do audiovisual. Os trabalhos foram identificados a partir de dois grandes eixos: (1) Políticas de mídia e (2) Estruturas de mercado do audiovisual.

O primeiro engloba investigações como o papel do Estado na formulação e implementação de políticas para o setor, regulação de mídia, projetos de TV pública, dentre outros similares. Já o segundo eixo abriga textos que tratam desde o audiovisual, numa perspectiva macroestrutural, até processos e modos de produção, exibição, distribuição, tecnologias envolvidas, enfim, discussões que tragam em sua gênese preocupação com o lugar do mercado de audiovisual como parte de um contexto econômico, social e político mais amplo⁴.

Não houve um recorte temporal padrão para o levantamento da produção, tendo em vista especificidades de cada periódico quanto ao ano de lançamento e periodicidade. Assim, optou-se por realizar as buscas na totalidade das produções disponíveis para consulta, o que, em termos gerais, representou um recorte de textos publicados entre 1987 e 2016. A partir de levantamento exploratório inicial, chegou-se a um *corpus* de quinze revistas científicas brasileiras:

[4] Inserem-se no escopo deste trabalho textos dedicados ao audiovisual de modo geral, bem como a campos específicos como televisão (pública e comercial), cinema, documentário, videoarte, webtv e vídeo experimental. Trabalhos na linha de análise de produtos foram considerados, desde que tivessem como objeto de análise discussões aderentes ao campo da EPC. Textos dedicados a questões de autoria ou análise de temáticas específicas, por exemplo, foram suprimidos.

[TABELA 1] CORPUS DE INVESTIGAÇÃO

QUALIS	REVISTA	ISSN	INÍCIO	ENDEREÇO
A1	Transinformação <i>Quadrimestral</i>	0103-3786	1999	http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo
A2	E-Compós <i>Quadrimestral</i>	1808-2599	2004	http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos
	Famecos Online <i>Trimestral</i>	1980-3728	1994	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/index
	Intercom Online <i>Semestral</i>	1980-3508	1980	http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/issue/current
	Matrizes Online <i>Semestral</i>	1982-8160	2007	http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/index
B1	Comunicação Midiática <i>Quadrimestral</i>	2236-8000	2010	http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/index
	Comunicação e inovação <i>Quadrimestral</i>	2178-0145	2000	http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/index
	Comunicação e sociedade <i>Quadrimestral</i>	2175-7755	1979/2000 ⁵	https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO
	Compolítica <i>Semestral</i>	2236-4781	2011	http://compolitica.org/revista/index.php/revista/index
	Contemporânea <i>Semestral</i>	18099386	2003	http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/index
	Eptic Online <i>Quadrimestral</i>	1518-2487	1999	http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic
	Significação <i>Semestral</i>	2316-7114	1974/ 2011 ⁶	http://www.revistas.usp.br/significacao/
	Rumores <i>Semestral</i>	1982-677X	2007	http://www.revistas.usp.br/Rumores/
	Intexto <i>Quadrimestral</i>	1807-8583	1997	http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/index
B2	Extraprensa <i>Semestral</i>	2236-3467	2007	http://revistas.usp.br/extraprensa

Fonte: Elaboração própria.

^[5] A revista está disponível em versão online desde 2000.^[6] A partir de 2011 a revista passa a contar com periodicidade regular.

O levantamento dos trabalhos se deu a partir de dez termos de busca, por título e resumo. Tais termos foram definidos com base em levantamento piloto na revista Eptic Online, que, dentre as revistas nacionais, concentra a maior parte das produções dedicadas a estudos de interesse da EPC. Os dez termos de busca foram: Televisão, TV, audiovisual, cinema, radiodifusão, financiamento, fomento, mídia, regulação e mercado⁷. Localizados os trabalhos, foi feita uma triagem a partir dos resumos.

A investigação junto às páginas online das revistas foi realizada entre os meses de junho e agosto de 2015 através dos navegadores Google Chrome e Internet Explorer. Uma atualização do mapeamento foi realizada entre agosto e setembro de 2016. Algumas revistas não foram investigadas por problemas no acesso ao website durante o período de levantamento. Periódicos que não oferecem sistemas de busca por título e resumo também não foram incluídos. Ficaram de fora em decorrência de um destes fatores as revistas Galáxia (A2), Alceu (B1), Ciberlegenda (B1) e Líbero (B1). Por outro lado, alguns periódicos que apresentavam problemas técnicos na primeira fase do mapeamento puderam ser verificadas na segunda etapa, a exemplo da Revista Compolítica (B1) e da Revista de Comunicação Midiática (B1).

[7] Durante o teste piloto, o termo telecomunicações foi suprimido uma vez que os trabalhos localizados a partir deste termo apresentavam conteúdo voltado para questões mais ligadas à telefonia. Por outro lado, textos contendo este termo no título e propondo um estudo sobre o audiovisual entraram no escopo a partir da associação a uma das dez palavras de busca.

Os trabalhos localizados na etapa de mapeamento foram categorizados a partir de um quadro de análise desenvolvido pelos autores, em conformidade com os objetivos deste estudo e com base no levantamento piloto na revista Eptic Online. As categorias criadas foram: (1) Objeto de estudo: (A) Políticas de mídia ou (B) Estrutura de mercado do audiovisual; (2) Variáveis metodológicas: Padrão de investigação, tipo de método e tipo de técnica empregada; (3) Características gerais do *paper*: Ano de publicação/apresentação, palavras-chave. Informações referentes à autoria e respectivas instituições de origem foram coletadas mas não foram exploradas neste trabalho. A análise se deu pela leitura do resumo, introdução e conclusões dos trabalhos. Em alguns casos foi necessária a leitura de outras sessões do texto.

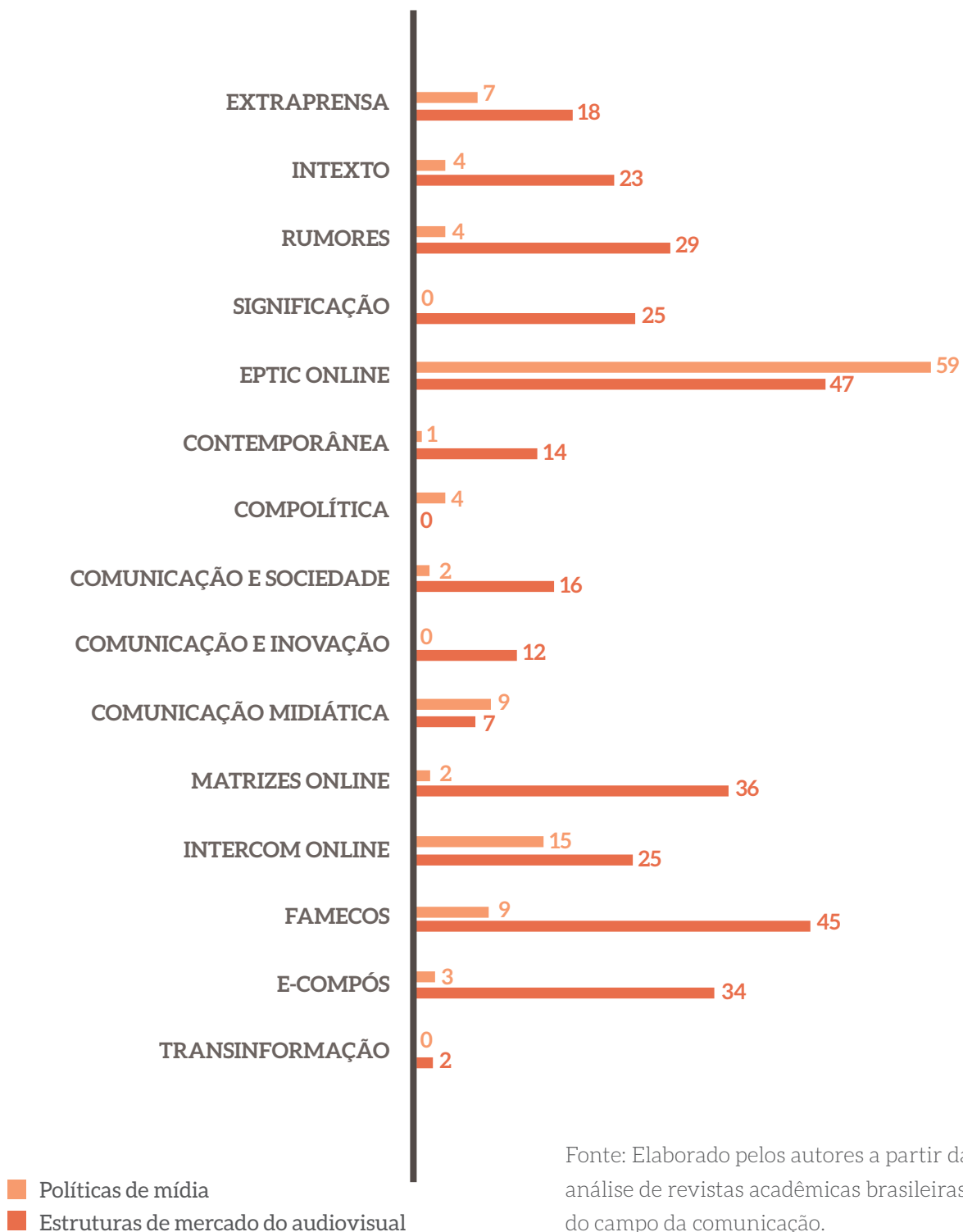
4. ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

O estudo empírico da produção científica em periódicos brasileiros no campo da Comunicação mostrou que o audiovisual tem se constituído em tema de pesquisa sob diversos enquadramentos e linhas de pesquisa. Trabalhos que priorizam debates de interesse das linhas de investigação da Economia Política da Comunicação, no entanto, tem-se concentrado em poucas revistas, o que demonstra uma carência na difusão de estudos desta natureza.

No total, foram identificados 452 trabalhos em todo o corpus da pesquisa, considerando artigos (420), entrevistas e/ou conferências (5) e resenhas (27). O gráfico abaixo apresenta

um detalhamento por revista, considerando-se a categoria Objeto de Estudo (1), dividida entre os eixos Políticas de mídia (A) e Estruturas de mercado do audiovisual (B):

[GRÁFICO 1] AUDIOVISUAL NA PERSPECTIVA DA EPC EM REVISTAS NO BRASIL



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da análise de revistas acadêmicas brasileiras do campo da comunicação.

Os dados apresentados indicam uma maior concentração de publicações no eixo aqui nomeado como Estruturas de mercado do audiovisual (333), embora Políticas de Mídia (119) também se apresente como um tema de relevo nas investigações publicadas no Brasil. Como ponto de partida, deve-se considerar que grande parte dos quinze periódicos contemplados neste artigo se vinculam a programas de pós-graduação em Comunicação em universidades brasileiras, o que lhes confere certa identidade em termos de foco e escopo, a depender das linhas de investigação priorizadas por cada programa. Estes perfis se refletem na abordagem e temáticas exploradas pelos trabalhos publicados nos periódicos.

No caso de revistas vinculadas a organizações, como E-Compós, Intercom e Compolítica, é possível também notar certa identidade. A Compolítica, por exemplo, embora contenha em seu foco e escopo a confluência entre comunicação e política – o que inclui os dois eixos estabelecidos por este trabalho – apresenta um conjunto de textos mais voltados para pesquisas sobre internet. Durante o levantamento, não foram localizados textos vinculados ao que aqui está sendo chamado de Estruturas de mercado do audiovisual, enquanto o eixo Políticas de mídia foi identificado com apenas quatro produções da revista.

Outra observação importante é o impacto de Dossiês Temáticos no **corpus** deste trabalho. Grande parte das revistas acadêmicas brasileiras do campo da Comunicação vêm dedicando edições a Dossiês sobre temáticas específicas, relacionadas aos seus respectivos escopos e que, por vezes, distanciam-se de estudos com foco no audiovisual. Este dado ajuda a explicar a baixa incidência de textos dentro dos eixos

Políticas de Mídia (1) e Estruturas de mercado do audiovisual (2) em alguns periódicos.

Por outro lado, a publicação de Dossiês também ajuda a explicar a alta incidência de textos dentro dos eixos estabelecidos por este artigo em alguns periódicos. Como pode ser observado no gráfico 1, a Eptic online se destaca em relação às demais revistas, sobretudo concentrando mais da metade de todo o *corpus* alocado no eixo Políticas de mídia. Além de ser, tradicionalmente, o periódico nacional com maior aderência aos estudos em Economia Política da Comunicação, a revista tem dedicado algumas edições a estudos do audiovisual, o que impactou o número de textos identificados na fase de levantamento deste trabalho.

Destaca-se o Dossiê “Cinema: suas políticas e sua economia”, coordenado pela pesquisadora Anita Simis. O Dossiê foi publicado em dois volumes (2015, v. 17, n. 3; 2016, v. 18, n. 2), com o total de dezenove trabalhos, sendo oito dedicados a questões ligadas a estruturas de mercado do audiovisual e onze textos sobre estudos em Políticas de mídia. Interessante observar que somente em um Dossiê a Eptic online reúne mais artigos no eixo Políticas de mídia do que outras treze revistas o fazem no somatório total de publicações, conforme apresentado pelo Gráfico 1.

Por fim, a dificuldade de acesso a alguns periódicos ou edições específicas deve ser apontada como uma variável importante, o que pode ter causado impacto na configuração do *corpus* deste trabalho. Para citar um exemplo, os textos do Dossiê “Televisão e Cultura da Convergência” da revista Contemporânea (2012, v.10, n.2) não estão disponíveis para visualização. Embora seja possível acessar o sumário da edição, o

acesso aos textos não foi possível, o que impediu a inclusão deste volume na análise.

Do total de trabalhos mapeados, os textos categorizados como Políticas de Mídia se concentram na revista Eptic Online e na Intercom Nacional, o que se justifica por ambos tradicionalmente reunirem pesquisadores filiados à EPC e, dentre eles, aqueles cujo objeto de estudos se referem a questões como a ação do Estado na formulação e implementação de políticas para o campo do audiovisual, bem como a projetos de cinema e televisão, sobretudo televisão pública.

A análise dos 452 textos coletados permite-nos tecer algumas considerações em torno do perfil da produção sobre o audiovisual em aderência a linhas da EPC. No que se refere à categoria *Objeto de estudo*, foi possível identificar alguns temas de investigação como os mais recorrentes em cada um dos dois eixos, com destaque para os seguintes:

a) *Políticas de mídia*: regulação dos meios; projeto de TV Pública; projeto de cinema nacional; outorgas; lei de TV a Cabo; leis de mídia em países da América Latina; formulação de políticas e principais atores; participação popular em processos decisórios; digitalização/convergência da TV; o papel da televisão (educação, cultura, compromisso social); Lei da TV Paga; fomento à produção audiovisual e ao cinema nacional; mídia e poder; cinema, história e memória nacional.

b) *Estruturas de mercado do audiovisual*: TV Digital; mercado de TV Paga; coronelismo eletrônico; concorrência, estratégias de mercado, modos de produção, tecnologia e processos; concentração de mercado de TV; internacionalização da produção; segmentação da programação; lógica econômica;

conteúdo e conquista de mercado; relações entre mídia e poder; relações entre os meios (cinema e TV); qualidade da programação televisiva; indústrias criativas; consumo e interatividade; cinema, história e memória nacional; dinâmicas e estruturas da televisão.

Dentre as revistas que concentram maior parte da produção de trabalhos no eixo Estruturas de mercado do audiovisual, a revista Famecos, dedicada a abordagens em mídia, cultura e tecnologia, ocupa posição de destaque, juntamente com a Eptic online. Grande parte dos textos identificados sobre audiovisual publicado na Famecos investigam como processos de inovação e tecnologia aplicada aos meios de audiovisual promovem uma reconfiguração nos modos de produção e no posicionamento dos meios, considerando o papel social do audiovisual nas sociedades contemporâneas. Neste escopo, foram identificados diversos trabalhos dedicados a temáticas como TV e convergência, TV interativa, autonomia da indústria audiovisual, representações da cultura, reconstituição histórica a partir do desenvolvimento tecnológico do audiovisual, participação social da TV Pública, dentre outros.

Importante ressaltar o registro significativo de trabalhos onde questões de Políticas de mídia e estruturas de mercado do audiovisual são desenvolvidos com base em reflexão histórica e social dos contextos onde se localizam os fenômenos estudados. Sobreretudo em revistas com foco e escopo mais aberto e transdisciplinar é possível identificar trabalhos com esta característica. Um dos casos mais representativos é a revista Extraprensa, cujo foco abrange estudos nas áreas de cultura e comunicação no Brasil e na América Latina. Nesta revista trabalhos como a participação da mulher na cadeia

produtiva do audiovisual, o diálogo entre convergência e regionalização, mídia alternativa versus mídia tradicional, questões de identidade e memória versus constituição e desenvolvimento dos meios audiovisuais foram alguns temas levantados.

Vale aqui o registro de alguns trabalhos de autores estrangeiros nas revistas nacionais, cujos objetos tendem a dialogar com as preocupações de pesquisa dos investigadores brasileiros. Cita-se, por exemplo, uma edição de 2006 da revista *E-Compós* que conta com trabalhos de autores como Graham Murdock, Colin Sparks e James Lull, com trabalhos dedicados a relações entre poder, globalização, estratégias dos mercados de mídia para expansão e conquista de novos territórios.

De modo geral, é possível identificar uma tendência nos trabalhos que compõem o *corpus*: uma relação direta entre agenda pública, agenda da mídia e agenda de pesquisa, o que sugere uma preocupação dos estudiosos em analisar questões de relevância em contextos políticos e históricos específicos. Neste ponto, destaca-se a produção sobre TV Digital, com alta incidência na primeira década dos anos 2000. Este foi o período de maior aquecimento nas discussões em esfera pública sobre o projeto de digitalização da televisão no Brasil, quanto à tomada de decisões sobre modelos e implementação do sistema. Alguns trabalhos dedicados ao tema enfatizam aspectos como o poder do mercado de radiodifusão na tomada de decisões do governo, disputas em jogo e aspectos da convergência dos meios.

Nas edições mais recentes aumenta a incidência de temas como TV Pública e modelos de financiamento, considerando-se aqui textos voltados para TV educativa,

TV Universitária, e o canal TV Brasil, este último com grande número de produções; mídias interativas, relacionadas tanto a aspectos de potencial produtivo dos meios a partir da convergência, quanto à relação com o público, e como estas dinâmicas promovem uma reorganização dos mercados de mídia; e a Lei da TV Paga, que promoveu uma reorganização na cadeia produtiva do audiovisual, com impactos para a economia e políticas do setor de audiovisual. Nota-se um universo de investigação com possibilidades de expansão e cooperação entre grupos e centros de pesquisas, tendo em vista a necessidade de maior visibilidade às produções e intercâmbio entre os pesquisadores.

A incidência de trabalhos comparativos de cenários entre estados brasileiros ou entre Brasil e outros países, sobretudo na América Latina, também foi observada na análise. Textos discutindo a regulação para o audiovisual são os mais recorrentes neste sentido. Por exemplo, a Lei de Meios na Argentina, com impactos naquele país ou em estudos comparativos com legislação do Brasil e outros países latinos, figuram como temas de trabalhos publicados em diferentes revistas. Outros tópicos como cinema de baixo orçamento; a produção e distribuição de filmes; modelos de financiamento ao audiovisual no Brasil e em países vizinhos, são alguns exemplos.

Sobre as variáveis metodológicas, a análise do *corpus* indica um equilíbrio no número de produções por padrões de investigação (estudos teórico-conceituais, revisões bibliográficas, e investigações empíricas). Os dados analisados não nos permitem indicar uma tendência a qualquer relação direta entre padrão de investigação e objeto de pesquisa. No caso das revisões bibliográficas, a análise localizou textos

dedicados sobretudo a discussões conceituais. Para exemplificar, há artigos abordando como o conceito de indústria cultural aparece nos trabalhos apresentados no GP de Economia Política da Intercom; o cinema educativo na bibliografia contemporânea; um panorama de pesquisas sobre audiências televisivas na América Latina; dentre outras investigações.

Diferentemente, há uma predominância do método qualitativo entre os trabalhos analisados, o que pode ser explicado pela tradição deste método nas Ciências Sociais Aplicadas, onde se localiza o campo da Comunicação. A incidência de *papers* desenvolvidos com métodos quantitativos ou qualiquantitativos é muito pequena. Nos casos identificados os quantitativos se referem a investigações que apresentam propostas como: a mensuração da concentração e diversidade de mídia e estudos de fluxos de comunicação. Já os qualiquantitativos têm abordado: relações entre telejornalismo e o campo da política; experiência de webtvs universitárias; estudos sobre o documentário e seu público; qualidade da televisão; o papel da televisão e do vídeo na formação de professores; e regionalização da mídia.

Dentre as técnicas empregadas, tendo em vista a aderência com o método qualitativo, a análise documental ocupa lugar de destaque nas produções que integram o *corpus*. Análise de leis e atos normativos, relatórios de conselhos e gestão de emissoras, pesquisas sobre o setor e material divulgado na mídia estão entre os principais documentos analisados pelos trabalhos. Outras técnicas como entrevistas, questionários, análise de conteúdo, análise fílmica, análise de grades de programação e de conteúdos televisivos também figuram com destaque.

Por fim, sobre o recorte temporal dos trabalhos, as pesquisas sobre o audiovisual em perspectivas de interesse da EPC aparecem com certa regularidade nas publicações investigadas, com maior número em alguns períodos e/ou periódicos. As ressalvas podem ser relacionadas ao perfil dos periódicos. É o caso, por exemplo, da revista Comunicação e Inovação, onde não foram identificados textos relacionados ao eixo Políticas de mídia.

A revista Transinformação constitui um caso específico. Trata-se da única revista A1 que integra o *corpus* desta pesquisa dentre os periódicos da área das Ciências Sociais Aplicadas 1, e, embora contenha em seu escopo Ciências da Informação, apresenta baixa incidência de textos relacionados ao audiovisual. Contudo, a fase de levantamento permitiu identificar a presença de textos da área de Comunicação dedicados a outras temáticas publicados em edições da revista.

Reforça-se novamente a importância dos Dossiês Temáticos para ajudar a explicar o perfil das produções nos periódicos nacionais da área de Comunicação. Ao incentivarem a produção em subáreas específicas, pensadas a partir do escopo de cada periódico, algumas abordagens parecem mais exploradas pelo campo acadêmico independentemente de recortes temporais específicos.

Em perspectiva mais ampla, o exame da produção nacional relacionada a Políticas de mídia e Estruturas do mercado de audiovisual mostra que os pesquisadores têm empreendido o esforço de buscar compreender a dinâmica de interações entre Estado, mercado e sociedade em torno de fenômenos do audiovisual. A análise dos trabalhos a partir dos resumos e com

base nos procedimentos metodológicos adotados, deixa claro o esforço dos investigadores em olhar para estas questões buscando identificar onde estão os conflitos, que agendas têm sido priorizadas, que atores ditam as regras, o que têm sido priorizado pelo Estado em termos de políticas para o setor, como alguns agentes do mercado efetivam seu poder de orientar a dinâmica das cadeias produtivas e como exercem poder de barganha junto ao governo em questões de regulação, dentre outros pontos.

Os trabalhos têm demonstrado ainda a dificuldade de penetração das demandas apresentadas por grupos da sociedade civil organizada nos espaços de negociação entre Estado e mercado. Além disso, evidenciam as condições em que têm se dado a inserção de pequenos realizadores na cadeia produtiva do audiovisual, em espaços também negociados com aqueles que já exercem certo poder na cadeia, bem como os movimentos contra-hegemônicos que correm em paralelo ao grande mercado, com desdobramentos nas diferentes linguagens do audiovisual. Os desafios impostos pela convergência dos meios, com impactos nas políticas e na economia do audiovisual, são outra temática fortemente absorvida pela produção científica brasileira, com análises que buscam cada vez mais localizar que caminhos ou alternativas se colocam para os agentes, e chamam a atenção para a necessidade de investigações mais profundas sobre questões desta natureza.

O conjunto das produções mapeadas parece dialogar com os postulados centrais da Economia Política da Comunicação ao discutirem fenômenos contemporâneos que envolvem as negociações entre Estado, economia e sociedade, bem como as relações de força em torno dos processos

produtivos do audiovisual. O exame dos trabalhos deixa evidente a complexidade que orienta estes processos e os desafios ao campo da pesquisa em comunicação, em acompanhar as transformações da sociedade, em seus aspectos social, político, econômico e cultural, nos quais o audiovisual se insere enquanto indústria e linguagem.

CONCLUSÕES

Este artigo representa um esforço de aproximação e compreensão da pesquisa sobre audiovisual publicada no Brasil, particularmente trabalhos desenvolvidos em torno de abordagens aderentes ao campo da Economia Política da Comunicação.

Buscou-se sobretudo identificar que caminhos têm sido traçados por pesquisadores dedicados a temas de interesse deste campo. Contudo, algumas ressalvas precisam ser feitas, a fim de tornar mais claras as motivações e também o método adotado.

Em primeiro lugar, ao estabelecer como eixos centrais do trabalho Políticas de Mídia e Estruturas de Mercado do Audiovisual, assumiu-se que esta distinção não significa considerar que tais eixos sejam excludentes. Pelo contrário —e os resultados desta pesquisa comprovam isto— há uma relação indissociável entre esses dois campos. Partiu-se da compreensão de que os estudos, por mais que transitem entre questões de natureza política ou estrutural, indicam uma preocupação central, um ponto de partida que nasce vinculado diretamente a um destes dois eixos. Em termos

metodológicos, o entendimento dos autores é de que a categorização em duas grandes áreas pode favorecer a compreensão sobre os estudos, auxiliando na identificação de questões-chave e na percepção sobre como o debate em torno de temas específicos se comporta, durante diferentes períodos e em relação a contextos externos ao ambiente acadêmico.

O segundo ponto é que, embora nem todas os periódicos que compõem o *corpus* sejam especializados em EPC, é possível identificar trabalhos cuja problematização dialogue com este campo e este foi o critério aqui adotado. É preciso salientar que o estudo aqui apresentado não dá conta da totalidade da produção acadêmica no Brasil dentro da temática proposta, nem este foi o objetivo. Algumas revistas não foram contempladas na análise porque um levantamento que visasse esgotar todas as possibilidades não se mostrou, por várias razões, exequível. Neste sentido, a pesquisa foi guiada por critérios adotados com base em levantamento exploratório, e a não inclusão de algumas revistas nada tem a ver com o nível de qualidade dessas produções. O grande norteador foi o audiovisual como objeto de análise a partir dos dois eixos estabelecidos.

De todo modo, o trabalho cobriu uma parte significativa da produção nacional, tornando legítimos, na compreensão dos autores, os resultados aqui apontados, não como respostas a um cenário em constante transformação, mas como achados capazes de identificar caminhos pelos quais os estudos de Economia Política da Comunicação sobre o audiovisual vêm sendo desenvolvidos no Brasil. Os resultados deste trabalho podem fomentar o debate e a realização de estudos similares que procurem ampliar o seu escopo. Além disso, a partir deste

trabalho podem ser observadas as relações que estão ou vêm sendo estabelecidas entre a tradição de pesquisa internacional em EPC e os estudos publicados no país. ■

***Versão ampliada e revisada de texto originalmente apresentado no IX Congresso Internacional da União Latina da Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (ULEPICC), entre 07 e 11 de dezembro de 2015, Havana, Cuba.**

[KÁTIA MORAIS]

Doutoranda no Programa de Comunicação e Cultura Contemporâneas (Póscom), Universidade Federal da Bahia (UFBA), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: katiamorais01@gmail.com

[OTHON JAMBEIRO]

Doutor em Comunicação pela Universidade de Westminster, Londres, Reino Unido. Professor Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 1B, CA AC.

E-mail: othonfernando@uol.com.br

[FÁBIO FERREIRA]

Doutor em Comunicação pela Universidade do Texas em Austin, Estados Unidos. Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia.

E-mail: ferreira900@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA. **Plano de diretrizes e metas para o audiovisual**: o Brasil de todos os olhares para todas as telas. 1ª edição, julho/2013. Rio de Janeiro: ANCINE, 2013. 182 p.

_____. **Valor adicionado pelo setor audiovisual**. Estudo anual 2015 – ano base 2013. Rio de Janeiro, RJ 2015. Disponível em: <http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/Estudos/VALOR-ADICIONADO-PELO-SETOR-AUDIOVISUAL.pdf>.

BABE, R. Communication: blindspot of Western economics. In Wasco, J., Mosco, V., Pendakur, M. **Illuminating the Blindspots, Norwood, New Jersey**: Ablex Publishing Corporation, 2003, p. 15-39.

BALDESSAR, Maria José; GIGLIO, Kamil. O papel dos sistemas digitais de televisão na economia do conhecimento. **Revista Famecos online**, Porto Alegre, v.17, n.1, p. 46-53, 2010.

BRITTOS, Valério Cruz. As barreiras à entrada dos processos televisivos. **Diálogos possíveis**. Salvador, v.4, n.1, p.75-87, 2005.

BOLAÑO, César. A Economia Política da Televisão Brasileira. **Rev. Bras.de Ciên. Da Com.** S. Paulo, v.XXII, nº 2, jul./dez. 1999, p. 15-32.

BRITTOS, Valério C. Televisão e barreiras: as dimensões estética e regulamentar. In: JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério (Orgs). **Comunicação, informação e cultura**: dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: Edufba, 2004, p. 15-42.

CANNITO, Newton. **A televisão na era digital**: políticas, interatividade, convergência e novos modelos de negócios. Revista Observatório Itaú Cultural/OIC, n.10, set/dez 2010, São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2010, p.67-73.

CAPPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982.

DOMINGUES DA SILVA, Juliano. Policy developments and politics in Brazil: the digital TV decision-making process. **Journalism and Mass Communication**, v. 3, p. 34-47, 2013.

DYSON, K.; HUMPHREYS, P. Regulatory Change in Western Europe: from National Cultural Regulation to International Economic Statecraft. In: K. Dyson et alli, **Broadcasting and New Media Policies in Western Europe**, London, Routledge, 1990, p. 92-160.

FERREIRA, Fábio; JAMBEIRO, Othon. Fomentando as Indústrias Criativas: uma Análise das Políticas Federais para o Audiovisual no Brasil. **Revista Extraprensa (USP)**, v.8, n.1, 2014, pp.90-100.

GARNHAM, N.: The Media and the Public Sphere. In: **Capitalism and Communication**. London: Sage, 1990, p.104-114.

HESMONDHALGH, David; BAKER, Sarah. **Creative labour**: media work in three cultural industries. London; New York, NY: Routledge, 2010.

JAMBEIRO, Othon. (2000). **Regulando a TV**: uma visão comparativa no Mercosul. Salvador: EDUFBA, 2000.

KELLNER, Douglas. **Media industries**, Political Economy and Media/Cultural Studies: an articulation. In: HOLT, Jennifer; PERREN, And Alisa. Media Industries:history, theory and method. Wiley-BlackwellPublishing, Malden, MA, 2009, p.95-107.

LOPES, Denise Maria. Avanços, retrocessos e estagnações: um balanço da Lei 12.485. In: **Revista Eptic online**, v. 17, n.2 (2015), p.39-56.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIGUEZ, P.; LOIOLA, E.; ALVES, L.; FERREIRA, F.; GONZAGA, I.; RABINOVITZ, K. Diagnóstico do audiovisual baiano. In: Secretaria da Cultura do Estado da Bahia. (Org.). **Infocultura** -Economia do Audiovisual na Bahia e no Brasil: estudos e reflexões. 5 ed.Salvador: Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, 2010, v. 2, p. 83-117.

MINISTÉRIO DA CULTURA; AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA. **Relatório de gestão do Fundo Setorial do Audiovisual** — Exercício de 2013. Rio de Janeiro, RJ: 2014. Disponível em: <http://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/relatorios-de-gestao/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20FSA%202013%20-%20%C3%BAltima%20vers%C3%A3o.pdf>

_____. **Relatório Anual de Gestão do Fundo Setorial do Audiovisual** — Exercício de 2012. Rio de Janeiro, RJ: 2013. Disponível em: http://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/relatorios-de-gestao/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20FSA%202012_vale.pdf.

MONJE, Daniela. Una larga revolución: reflexiones sobre la conformación del sector de medios públicos audiovisuales en Argentina y Brasil en la primera década del siglo XXI. **Revista Extraprensa**, v. 7, n.2 (2014), p. 144-155.

MOSCO, V.; WASKO, J. (eds). **The Political Economy of Information**. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1988.

OWEN, B.; BEEBE, J.; MANNING JR., W.G. **Television Economics**. New York: Lexington Books, 1974.

OWEN, Bruce M.; WILDMAN, Steven S. **Video Economics**. London: Harvard University Press, 1992.

PIERANTI, Octavio. Planejamento das outorgas de radiodifusão no Brasil: evolução histórica dos serviços e perspectivas futuras. **Revista Eptic online**, v. 17, n.1 (2015), p.20-32.

SAINT-LAURENT, Michel; TREMBLAY, Gaetan. Canadian television broadcasters and national audiovisual production: the attitude of the private sector. **Irish communications review**. v.4, 1994.

SANTOS, Suzy dos; CAPPARELLI, Sérgio. O setor audiovisual brasileiro: entre o local e o internacional. **Eptic online**. v.7, n.1, 2005.

SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Annablume; Fapesp; Itaú Cultural, 2008.

STRAUBHAAR, Joseph D. **World television: from global to local**. Los Angeles; London, New Delhi; Singapore: Sage Publications, 2007.

A MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

[ARTIGO]

Nelson Toledo Ferreira

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A proposta deste artigo é refletir sobre as mutações na concepção de representação política nas últimas décadas, tendo a mídia como um fator intrínseco na relação entre representantes e representados. Neste sentido aponta-se a necessidade da atualização das estratégias, canais, meios e mídias dos partidos políticos, dos seus líderes, dos movimentos sociais e das associações da sociedade civil como garantia de legitimidade de suas ações e posicionamentos políticos frente aos seus segmentos-alvo, reforçando a importância da complementariedade desses modelos diferenciados de representação política.

Palavras-chave: Representação política. Comunicação partidária. Comunicação política. Estratégias de comunicação.

The purpose of this article is to reflect on the changes in the design of political representation in recent decades, with the media as an intrinsic factor in the relationship between representatives and represented. In this sense points to the need to update the strategies, channels, means and media of political parties, their leaders, social movements and civil society organizations as a guarantee of legitimacy of its actions and political positions in front of their target segments, reinforcing the importance of the complementarity of these different models of political representation.

Keywords: Political representation. Party communication. Political communication. Communication strategies.

El propósito de este artículo es reflexionar sobre los cambios en el diseño de la representación política en las últimas décadas, con los medios de comunicación como un factor intrínseco en la relación entre representantes y representados. En este sentido apunta a la necesidad de actualizar las estrategias, los canales, los medios y los medios de comunicación de partidos políticos, sus líderes, movimientos sociales y organizaciones de la sociedad civil como una garantía de la legitimidad de sus acciones y posiciones políticas frente a sus segmentos objetivos, lo que refuerza la importancia de la complementariedad de estos diferentes modelos de representación política.

Palabras clave: La representación política. La comunicación de las partes. La comunicación política. Estrategias de comunicación.

INTRODUÇÃO

O conceito de representação política foi paulatinamente modificado nas últimas décadas decorrente das mudanças que ocorreram na sociedade que afetaram as instituições políticas e o próprio entendimento do fazer política. Neste sentido, a proposta deste artigo é refletir sobre como a inserção da mídia e das inovações tecnológicas no jogo político reconfigura a relação entre representantes e representados, fazendo com que os partidos políticos, movimentos sociais e associações da sociedade civil tenham que buscar novas formas de interação com seus segmentos-alvo. Com isso, aponta-se para uma lógica de complementariedade entre tipos diferenciados de representação política que ditam o cenário político contemporâneo, tendo a comunicação como dispositivo central neste novo contexto.

Na última década, vários estudos contemplaram uma revisão do conceito de representação política. A maioria destes trabalhos trouxe questionamentos sobre a dialética entre as teorias normativas e as práticas nas sociedades contemporâneas, que vêm se mostrando cada vez mais complexas e fragmentadas, criando sempre novas demandas, que colocam em xeque a legitimidade dos representantes (YOUNG, 2002; URBINATI, 2004, 2006; AVRITZER, 2007). Em um momento em que o Estado dá sinais claros de deterioração na sua relação com a sociedade, grupos organizados desenharam novos modelos de representações políticas não eleitorais, acirrando a disputa com as instituições, que, tradicionalmente, eram referências formais dos governos representativos, com ênfase no processo eleitoral, como os partidos políticos (FABRINO, 2011; ALMEIDA, 2011).

A deterioração do Estado com a sociedade vem sendo evidenciada por uma série de novas situações vivenciadas nos dias atuais, como a onda apartidária dos cidadãos, o número crescente de abstenção eleitoral, a apatia política e muitas outras (GOMES, 2011; MIGUEL, 2010; CHADWICK, 2006). E este descrédito em relação à política impacta sobremaneira também a relação entre os partidos políticos com seus públicos.

Esta discussão teórica é realizada, desde então, no meio acadêmico, o que aponta para um olhar diferenciado sobre como os partidos lidam com esta nova realidade. Todavia, o eixo destes debates passa pela ideia de processo, de continuidade, de reciprocidade, de algo inacabado e sempre em construção. Ou seja, a representação política mostra-se de forma clara que não se esgota mais no processo eleitoral, como vocalizavam antigas teorias, como a de Hobbes em 1651, que viam o consentimento prévio dos cidadãos dado nas urnas como base para que, os representantes agissem em nome dos representados (LIMA JUNIOR, 1997).

Atualmente, a ideia da interação é fundamental para legitimar a representação política. O estabelecimento de novas formas de diálogos entre representantes e representados supõe a participação popular em novas instâncias deliberativas e o incremento de mecanismos de comunicação para que a interação entre as partes venha a ser construída de forma paulatina, seja para cobranças, seja para afinar os discursos entre as partes, seja para definir políticas públicas. Assim, a participação deixa de ser um paradoxo à noção de representação, pois ela se faz necessária para o funcionamento desta

engrenagem política na época atual. Estes estudos revelam que o alargamento do conceito de representação política é resultado da evolução do próprio processo de democratização, respaldado na participação popular (FABRINO, 2011; YOUNG, 2006; ALMEIDA, 2011), e têm os meios de comunicação e a opinião pública como principais condutores dos fenômenos sociais e políticos.

Tal cenário nos possibilita uma releitura sobre este tipo de representação política, que é atravessada pelos meios de comunicação, sejam os massivos comerciais – representados pelos grandes conglomerados de comunicação –, sejam os canais privados dos partidos políticos, de instituições e de movimentos sociais, que constroem suas perspectivas singulares sobre a realidade social, política e econômica, de acordo com os vieses que lhes interessam e lhes beneficiem.

2. A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

As discussões clássicas sobre a teoria da representação são associadas a Thomas Hobbes com a ideia de contrato social, pactos e acordos entre governantes e governados, o que trouxe para os debates sobre representação política as questões sobre autorização e delegação como fatores principais. Com isso, o representante se tornaria livre para agir e decidir da forma que quisesse, pois o pacto ou acordo social o legitimava para quaisquer ações (LIMA JUNIOR, 1997).

Edmund Burke defendia que um governo efetivo era representativo por natureza, por isso não era necessário nenhum tipo de autorização por parte dos representados. Neste sentido surge a noção de representação virtual: “é aquela em que há comunhão de interesses e empatia de sentimentos e desejos entre aqueles que atuam em nome de quaisquer pessoas e as pessoas em nome das quais eles atuam – embora os primeiros (fiduciários) não tenham sido, de fato, escolhidos pelos segundos” (BURKE apud LAVALLE et. al., 2006, p.89).

Em ambos os casos, a importância dada ao povo neste processo de governança e decisões era inexistente. Foi com Pitkin (1967) que começa a se esboçar uma nova concepção de representação política, reforçando a necessidade de contextualizar tal conceito com o desenvolvimento histórico das instituições, a interpretação sobre o papel das mesmas na sociedade e o próprio desenvolvimento etimológico da palavra. O livro de Hanna Pitkin, *The Concept of Representation*, publicado em 1967, nos Estados Unidos, é considerado um marco teórico nestes debates, revelando, na época, uma visão inovadora da representação política como uma atividade social, fugindo da noção ortodoxa até então empregada para designar a representação.

Desde a obra *Leviathan*, de Hobbes, em 1651, quando foi aplicada a primeira ideia de representação na teoria política, no sentido da agência legal, autorização de alguém para agir por outro, o termo foi sofrendo atualizações pelos teóricos, passando pelas revoluções democráticas do final do século XVIII e pelas mutações políticas institucionais do século XX.

(...) o sufrágio, a divisão em distritos e proporcionalidade, os partidos políticos e os interesses e políticas, a relação entre as funções legislativas e executivas. Estas lutas políticas precipitaram um corpo considerável da literatura, sistematizada de tempos em tempos, enriquecida e redirecionada pela teoria política. Desse material colossal, apenas duas questões conceituais inter-relacionadas podem ser discutidas até aqui: a “polêmica sobre o mandato e a independência” e a relação entre a representação e democracia. (PIKIN, 1967, p. 67)

Piktin (1967) categoriza a representação política em representação formalista, descritiva, simbólica e substantiva. A primeira enfatiza a noção de representação sob duas dimensões: por autorização prévia e por responsividade, ideias estas defendidas inicialmente por Hobbes e pelo modelo liberal, respectivamente. Já a segunda, dá ênfase à relação entre representantes e representados, como se o primeiro espelhasse por meio das semelhanças o segundo. No terceiro caso, leva em conta o significado que o representante tem para aqueles que estão sendo representados. E, finalmente, a representação substantiva refere-se à substância do que é feito, ou seja, são as atividades dos representantes, as ações realizadas em nome e no interesse dos representados, é que são avaliadas.

Todos esses modelos apontam que a representação política ultrapassa o cenário eleitoral para a legitimação do exercício do poder por determinados grupos e indivíduos. Nesta perspectiva, desde a década de 1960, a concepção de representação política já trazia consigo uma exigência de legitimação construída através de processos de identificação entre os representados com

seus representantes, o que exigia medidas eficazes para que ocorressem estes sentimentos de pertencimento dos cidadãos a determinados grupos e não a outros, com demandas comuns, discursos comuns, percepções comuns.

Em meados de 90, Bernard Manin trouxe contribuições importantes para o tema da representação, fazendo uma análise da evolução das democracias representativas, buscando um denominador comum entre elas ao longo de suas histórias no que se refere à eleição dos representantes pelos governados, à independência parcial dos representantes, à liberdade de opinião pública e às decisões políticas tomadas após os debates. Sua principal crítica recai sobre o processo de seleção dos governantes pelas eleições, o que ele considera um arranjo aristocrático das elites. Manin (1995) trouxe com sua teoria o debate sobre polêmica de que os meios de comunicação estariam substituindo os partidos políticos na mediação entre representantes e representados, reforçando a importância da liberdade da opinião pública neste processo. Com o autor, é reforçada a chamada democracia da audiência, na qual os líderes políticos tinham um apelo maior do que as ideologias dos seus respectivos partidos.

(...) Em primeiro lugar, os canais de comunicação política afetam a natureza da relação de representação: os candidatos comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede partidária. A era dos ativistas, burocratas de partido ou “chefes políticos” já acabou. Por outro lado, a televisão realça e confere uma intensidade especial à personalidade dos candidatos. (...) o que estamos assistindo hoje em dia não é a um aban-

dono dos princípios do governo representativo, mas a uma mudança do tipo de elite selecionada: uma nova elite está tomando o lugar dos ativistas e líderes de partido. A democracia de público é o reinado do “comunicador”. O segundo fator determinante da situação atual são as novas condições em que os eleitos exercem o poder. Reagindo a estas mudanças, os candidatos e partidos são ênfase à individualidade dos políticos em detrimento das plataformas políticas (MANIN, 1995, p. 22-23).

Com as transformações profundas na sociedade, a ênfase recai sobre uma intensa fragmentação dos segmentos sociais e de suas novas bandeiras de lutas que se impõem no cenário político, embaralhando ainda mais a concepção de representação política. As bases que sustentaram os partidos políticos e suas representatividades começaram a perder espaço nesta luta simbólica, deixando de ser tão homogêneas e com demandas comuns. Com isso, os partidos políticos enfraqueceram nos seus posicionamentos ideológicos, uma vez que tinham como suporte principal as classes sociais para definições de suas representações políticas, repercutindo nos modelos de sistema político que defendiam (CHADWUIK, 2006). Entram em cena, as organizações da sociedade civil e formas não eleitorais de representação, buscando potencializar as vozes de determinados segmentos, até então excluídos do processo político e da tomada de decisões, exigindo, com isso, que suas demandas fossem incorporadas nos debates e assegurassem novos direitos sociais e políticos. Neste contexto, a mídia começa a reforçar seu papel crucial na visibilidade e na vocalização das demandas destes novos grupos e suas lutas por direitos na sociedade.

Young (2000), no seu livro *Inclusion and democracy*, contribui para este debate com uma nova abordagem sobre representação, tendo como foco principal o conceito de “perspectivas sociais”, visando, principalmente, os chamados grupos minoritários que aparecem com mais força no cenário político, como mulheres, negros, homossexuais e outros. Por esta ótica, cada um dos novos segmentos que irrompem no tecido social a partir da década de 90, fruto dos novos tempos, têm perspectivas diferenciadas em relação a algumas temáticas, que são necessárias serem incorporadas nas discussões políticas dos regimes democráticos atuais. Com isso, os processos midiáticos reaparecem como mecanismos de visibilidade das demandas destes novos segmentos. Young (2006) aproximou suas análises de uma visão deliberacionista da democracia e da representação política, tentando abarcar a inclusão social destes novos grupos, pois, segundo a autora, a multiplicidade dos pontos de vistas ampliaria a noção de realidade e contribuiria para o processo democrático.

Outra pesquisadora que acrescenta novos elementos à discussão sobre representação política, com vínculos com a opinião pública e com a mídia é a italiana Nadia Urbinati. No seu trabalho *Representative Democracy: principles and genealogy* publicado em 2002, Urbinati (2002) defende a representação política como fundamental para o funcionamento da democracia, baseada no discurso público que valoriza a política democrática, potencializando as vozes dos cidadãos em todo o processo político, não só na escolha dos seus representantes. Nesta perspectiva, Urbinati (2002) considera a representação política vinculada ao estímulo à participação política e à expressão da vontade popular,

transformando-se, assim, em uma forma de organização política.

Para Urbinati (2002), a representação política amplia a noção de participação, na medida em que considera que um caráter deliberativo permite uma constante recriação e aperfeiçoamento do que entendemos por democracia. A autora inclui nesta discussão a noção de *advocacy*, como uma vontade superior e apaixonada às causas e às demandas dos seus constituintes com certa autonomia de julgamento, reforçando a importância da representação política como mola propulsora dos regimes democráticos. Urbinati (2002) faz uma defesa dos *expertises*, que seriam porta vozes aprimorados dos seus representantes.

Em outros estudos, Urbinati (2006) reforça que a representação é cada vez mais entendida como um fator intrínseco para a constituição da opinião pública por meio de seu papel reflexivo (deliberação) bem como essencial para definição de vias de influência do Estado (URBINATI, 2006, p.2). Nesta perspectiva, surgem emergentes formas não eleitorais de representação, uma vez que na época atual o mundo está preenchido por atores extraterritoriais, que interferem em todo o processo de representação, como movimentos sociais transnacionais, dentre outros. A autora ressalta que o desenvolvimento das sociedades contemporâneas afetadas pelo mercado, tecnologia e vasto volume de informações fez com que a ideia de representação chegasse a um ponto de ruptura. A ideia do Estado representando povos é parcial, e, serve, atualmente, apenas para algumas questões. Urbinati (2006) enfatiza que os discursos que fornecem razões de legitimidade são pluralizados e cada vez mais públicos, e, mesmo que a representação eleitoral continue a ser a referência para

o poder do Estado, hoje em dia os espaços para reivindicações de representações rompem seus limites e se tornam mais abertos e segmentados por temas e novos sujeitos.

Nestas discussões, a comunicação vai conquistando um espaço de destaque, mesmo que de forma subliminar. As instituições representativas passaram por mudanças importantes que forçaram a inclusão de novos discursos em uma esfera política marcada pelo pluralismo e pela diversidade, como os agentes que se auto autorizam, como indivíduos isolados¹ e/ou até entidades como ONGs, fundações, grupos de interesses que mantêm uma participação ativa em fóruns deliberativos, painéis, conferências temáticas ou simplesmente utilizam a mídia para propagar suas bandeiras de lutas específicas.

Nesta revisão histórica, o objetivo não foi discutir detalhes sobre estas teorias e suas funcionalidades na prática política contemporânea, mas trazer para os debates a inserção da mídia e, consequentemente, da opinião pública, na reconfiguração do conceito de representação política, o que traz para os debates o papel dos partidos políticos, enquanto instâncias formais de representação, nesta nova realidade. É através da visibilidade midiática, da potencialização da opinião pública e das transformações impactadas pela centralidade da mídia nos processos sociais, econômicos e políticos, que estas discussões ganham força, fazendo

[1] O vocalista da banda U2, Bono Vox, é um exemplo de como indivíduos utilizam sua visibilidade midiática para promover campanhas de cunho social e político. Em 2002, por exemplo, o artista fundou uma ONG chamada DATA, que significa Debt, AIDS, Trade África, com o objetivo de pressionar o governo das nações mais desenvolvidas a fazer sua parte na luta contra a pobreza extrema na África.

com que os significados de representação política passem por novas leituras e por perspectivas relacionais. Percebemos, com isso, o papel cada vez mais ativo e presente da comunicação nestes processos de lutas simbólicas e de construção de sentidos, que se dão através dos espaços midiáticos.

3. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E ABERTURA DEMOCRÁTICA

As abordagens neste artigo sobre a reconfiguração do conceito de representação política nos levam a refletir sobre as singularidades do sistema político brasileiro na organização da sociedade, com ênfase nos partidos de oposição e movimentos populares contra a ditadura militar, a partir de 1970. Neste período, começa a ser reconfigurada esta relação entre representantes e representados, colocando em destaque o estímulo à participação política e à pluralidade discursiva.

De acordo com Almeida (2011), o modelo de representação política que temos nos dias de hoje traz consigo reflexos do autoritarismo do Estado Novo e da ditadura militar pós 64, e, foi somente a partir da década de 1970 que o processo de abertura democrática começou a dar seus primeiros sinais, impactando instituições tradicionais que mediavam a relação entre o Estado e a sociedade civil. A autora enfatiza que as eleições de 1974 foram emblemáticas na rejeição ao regime militar, quando a oposição ganhou nas eleições majoritárias em 16 estados, elegeu 16 dos 22 senadores e 160 dos 364 deputados, todavia, lembra que

a chamada abertura democrática foi um “projeto”² do governo militar, distinguindo-se assim do “processo” de abertura. Tal momento político, ocorrido entre 1974 a 1988, significou o reestabelecimento da competição eleitoral e o emergir de associações voluntárias e independentes.

Gohn (2000) esclarece que a partir de 1974, os movimentos sociais começaram a se articular, tendo como destaque, as Comunidades Eclesiais de Base, que deram origem aos movimentos temáticos específicos como ações coletivas dos moradores de favelas pela luta por seus direitos de ocupação de terra; por transportes; por saúde nos centros e nos postos comunitários; por vagas nas escolas; dentre outros, o que serviu de base de apoio às greves que se espalharam pelo país em 1978-1979. É bom lembrar que foram estas greves que deram origem ao chamado Novo Sindicalismo, o berço para a fundação do Partido dos Trabalhadores (KECK, 2000). Este movimento foi deflagrado no ABC paulista, o que endossou posições políticas e ideológicas e o despertar da sociedade civil.

Nesta época, o conceito de sociedade civil passou a ser empregado no contexto político como referência à mobilização contra o regime militar e às lutas das forças de Esquerda para a construção de um regime mais democrático, com políticas públicas que atendessem aos variados setores da população. Este estímulo à participação foi também legitimado por discussões oriundas

[2] Este projeto dos militares era considerado uma saída porque o clima de violência, repressão aos diversos setores da sociedade e a ausência de liberdades civis e públicas levariam o país a uma situação insustentável do ponto de vista da manutenção do regime de força que caracterizava a ditadura militar (ALMEIDA, 2011, p. 244).

do cenário internacional, tendo como força motriz o aperfeiçoamento democrático em outros países, com ênfase nas lutas por direitos civis, políticos e sociais.

A redemocratização levou a uma série de mudanças na esfera política e societal responsáveis por alterar a forma de vinculação entre Estado e sociedade no Brasil. Entre elas destacam-se três direções do ponto de vista institucional. A primeira está relacionada com a representação eleitoral e com as questões centrais da representação liberal e da cidadania atrelada aos direitos civis, políticos e sociais. A segunda e terceira referem-se a espaços de expressão e representação da sociedade. Uma voltada para os espaços pluralistas de representação de interesses, como sindicatos e organizações de trabalhadores e patrões. E, por último, outra organizada fora da órbita da competição de grupos e interesses, a qual introduz a pluralidade nas formas de relação entre Estado e sociedade, a partir de diferentes arranjos formais e informais (ALMEIDA, 2011, p. 245).

Estas profundas transformações também afetaram a competição eleitoral, deixando de ser definida entre as elites políticas, na medida em que emergiu uma pluralização de novas forças, incluindo a volta à legalidade dos partidos comunistas em 1985 (PC e PCdoB). Almeida (2011) enfatiza que a história de fundação do Partido dos Trabalhadores, com uma base popular e operária, foi importante para as mudanças institucionais não apenas em nível partidário, mas ampliando os debates de temas e as formas de se fazer representar.

(...) a estrutura da administração política do Estado brasileiro passou igualmente

por uma reforma, a qual buscou a racionalização e maior eficiência do serviço público. Interessante notar que a representação política não se restringiu ao universalismo de procedimentos da racionalidade burocrática e ao pluralismo de grupos com recursos de poder e organizativos. A construção da legitimidade democrática extrapolou o momento eleitoral e a interferência de grupos, haja vista a necessidade de um enraizamento social por meio de arenas de negociação com a sociedade civil, a fim de diminuir o déficit democrático e de *accountability*. Desse modo, o período democrático inaugura um momento na história do país de coexistência de lógicas de legitimidade democrática, em que os componentes elitista e autoritário perdem centralidade. Esse aspecto direciona para a terceira transformação na representação política, com foco nas inovações da sociedade civil. A implementação de novos sistemas de gestão veio acompanhada de uma mudança em relação ao papel da sociedade civil, que deixa de ter como eixo estruturante a ideia de autonomia, muito presente na sua agenda de luta contra o regime autoritário, passando a atuar para o leque de programas sociais institucionalizados (ALMEIDA, 2011, p. 248).

Almeida (2011) esclarece que tais novas práticas participativas e representativas passaram a unir formas tradicionais como o referendo e o plebiscito, até algumas menos conhecidas, como as conferências de políticas públicas, audiências públicas, conselhos, comitês, ouvidorias, mesas de negociação e de diálogo, além de iniciativas inovadoras como os programas de orçamentos participativos. Com isso, a participação da sociedade civil nos processos decisórios de formulação de

políticas públicas e na organização do Estado “consubstanciou-se com a Constituição de 1988, a qual declara (...) que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (ALMEIDA, 2011, p. 249).

4. A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E AS NOVAS ESFERAS DE INTERAÇÃO COMUNICATIVA

A ampliação da presença da sociedade civil nas discussões e nas definições das políticas públicas e, conseqüentemente, o crescimento das instituições participativas são fenômenos importantes que delineiam uma nova fase democrática no país (AVRITZER, 2007). O Partido dos Trabalhadores têm um ônus na concretude desta nova realidade, na medida em que o seu fazer política privilegiou esta participação da sociedade civil, tanto nos debates como na formulação de políticas e tomadas de decisão dos seus governos, o que imprimiu uma nova lógica à discussão sobre representação política.

A história do PT é interessante de ser destacada porque a formação de base do partido, principalmente classe operária e popular, contribuiu para o seu apoio a mudanças institucionais em outras esferas, que não apenas a partidária, ajudando também a ampliar os temas a serem abarcados e as formas de se fazer representar (ALMEIDA, 2011, p. 246).

De acordo com Almeida (2011, p.253) ocorre hoje uma constatação de que representantes da sociedade civil em instituições

participativas estão provocando uma mudança na relação que separa Estado e sociedade, exigindo uma redefinição do próprio conceito de representação, bem como das questões que o orientam este debate. Nesta perspectiva, nosso argumento é que a relação dos partidos políticos com seus públicos sofreu interferências com esta participação mais efetiva de setores da sociedade civil, obrigando-os a uma necessária de aproximação com estes mesmos segmentos em processos contínuos e, não mais, apenas, em períodos eleitorais. Afinal, as demandas da sociedade passaram a ser mais fragmentadas, exigindo respostas e posicionamentos de forma mais rápida pelos partidos políticos para manterem suas bases partidárias e eleitorais. Com este cenário, os meios de comunicação massivos passaram a desempenhar um papel fundamental nesta interação entre os diversos segmentos sobre seus problemas, reivindicações e novas demandas, uma vez que a mediação entre o Estado, as instituições políticas e a sociedade passa a ter a força, a potencialização e a visibilidade da mídia.

Prudêncio (2010, p. 262) aponta que os movimentos sociais contemporâneos têm colocado a mídia como o “adversário central por entender que ela reproduz o discurso dos centros de poder”. Com isso, a autora afirma que os movimentos sociais adotam como meta forçar esse poder da mídia a prestar contas e tornar transparentes suas decisões.

(...) os representados são consumidores de informação (...) ou investidores do mercado de discursos públicos. O “investimento” depende da capacidade de se fazer ouvir ou repercutir as versões de seu interesse. A formação da opinião pública depende então da potencialização

retórica de grupos sociais, os quais promovem, midiaticamente, a *accountability* (PRUDÊNCIO, 2010, p. 263)

Assim, passou a ser necessária uma reconfiguração da organização e da estrutura dos partidos políticos que precisavam se adequar a esta nova lógica com o incremento da participação mais efetiva da sociedade civil e a midiaticização dos processos sociais e políticos que passaram a ditar a política. O contra fluxo informativo passou a ser um motor de visibilidade e de posicionamento das siglas, por isso tornou-se importante uma rede de comunicação que fosse utilizada de forma estratégica, apostando na contrainformação.

Para Fadul (1982) o conceito de contrainformação, como o de estratégia, teve em princípio, uma conotação militar, no campo da espionagem, para só, em um segundo momento, ser utilizado para se referir aos mecanismos de resistência contra a classe dominante que utilizava (a) os meios de comunicação para disseminar sua ideologia. A autora parte do pressuposto, que não existe uma subordinação absoluta de uma classe perante outra, o que reforça a ideia de resistência à ordem hegemônica. Neste caso, contrainformação teria o seguinte significado:

(...) práticas de comunicação e militância política que resistem à ordem hegemônica e lutam pela instalação de uma nova hegemonia. Esta prática de contrainformação refere-se tanto à operação clandestina, fora do circuito normal, com a criação de meios populares próprios de transmissões de informações, como a ocupação de espaços e brechas deixados nos meios de comunicação como estão instituídos, ou seja, a utilização do cine-

ma, das canções, do teatro, do jornal, da televisão, conforme as possibilidades oferecidas em cada situação específica (FADUL, 1982, p. 35).

A ideia de fluxo e contra fluxo informativo como estratégia de comunicação passa pelo apelo à opinião pública, com o propósito explícito de legitimar determinados posicionamentos do Partido, atraindo a credibilidade e o aval da sociedade. Deste modo, configura-se a importância do monitoramento das notícias políticas que são divulgadas pelos grandes conglomerados de comunicação porque permite que os partidos políticos atuem na contrainformação, criando versões dos fatos e angulando sobre o prisma que mais lhes convêm. Afinal, os meios de comunicação se transformaram em arenas de disputa política, o que exige sempre uma atenção para as manchetes estampadas todos os dias nos jornais, emissoras de rádio, televisão e portais de notícias.

Maia (2006) destaca de forma exemplar como as negociações entre os políticos até as conversas diretas com os cidadãos sobre questões políticas são atravessadas pela mídia.

A mídia reconfigura os padrões de discurso político e as relações entre representantes e representados. Ela é a principal instância para líderes políticos divulgarem informações sobre suas atividades, buscarem adesão em campanhas eleitorais ou conquistarem suporte público no jogo político mais geral. Por sua vez, a grande maioria das informações de que os cidadãos comuns necessitam pra tomar decisões e agir na esfera política – escolher seus representantes, conhecer e avaliar as políticas públicas, construir me-

canismos de controle popular sobre os governantes – articula-se, de modo rotineiro – com os meios de comunicação. (...) O espaço de visibilidade midiática pode ser entendido como um “palco”, “arena”, “fórum” de disputa políticas e de negociação de sentidos. Em termos gerais, o governo e os políticos precisam frequentemente tomar decisões sobre questões controversas diante, simultaneamente, da oposição político-partidária, de grupos de interesse e daquilo que é colocado em cena através dos veículos de comunicação. Em termos mais específicos, o espaço de visibilidade midiático é um ambiente em que embates ideológicos se desdobram, colocando em movimento interações diversas dentre atores políticos e os próprios cidadãos. Aquilo que se torna visível através da mídia produz segmentações, constrói solidariedades, dissemina projetos ou visões do mundo, catalisa debates, faz deslanchar processos de prestação de contas ou estimula a mobilização cívica (MAIA, 2006, pp. 25-27).

Esta construção de sentidos é permeada por uma disputa discursiva entre as instituições não eleitorais (ONGS, fundações, grupos de defesa de interesses específicos em relação a temas, etnias, gêneros, religiões, etc.) e os partidos políticos, na busca pela aglutinação de forças políticas para o enfrentamento com grupos opositores e de interesses divergentes. Nisso, consiste esta chamada “esferas de interação comunicativa”, denominada por Fabrino (2011), que começa a ditar a legitimidade de representação política das associações da sociedade civil em nível discursivo. O autor enfatiza que estas representações não eleitorais passaram a lidar com esta ideia de autorização, responsividade e delegação a partir de uma legitimidade construída

pelos efeitos de sua “porosidade interacional”, ou seja, a prestação de contas se dá em nível discursivo em diferentes contextos comunicativos pelos sistemas deliberativos que começam a ser favorecidos por este incremento da participação social, que começa a se firmar a partir do final dos anos 80.

Com estas mudanças, o conceito de representação se ampliou e permitiu uma inclusão maior de segmentos antes marginalizados do processo político, que de certa forma, trouxeram à cena política uma multiplicidade de discursos e de demandas. O autor aponta que tal cenário foi decorrente das macrorelações de discussões transnacionais, que alteraram as demarcações das comunidades políticas e, em nível interno, o aparecimento de clivagens sociais cada vez mais plurais. Com efeito, este potencial das associações da sociedade civil se consolida pelos seus efeitos pragmáticos para atuar politicamente como representantes discursivos, gerando novas perspectivas tanto para segmentos específicos como para o Estado, como um todo.

Fabrino (2011) ainda traz para os debates a ideia de deliberação como um macro processo em várias esferas comunicativas e uma porosidade entre elas com a sociedade, caracterizadas pela parcialidade e pela generalidade no tratamento de assuntos políticos. Para o autor, a representação passou a conectar instituições e sociedade em um processo cíclico, o que obrigou os representantes e representados a darem justificativas para interesses, opiniões e ideias que defendem, na medida em que é uma disputa de sentidos e perspectivas políticas. Desta forma, se concretiza uma rede mais complexa entre representantes e representados, promovendo um mundo politicamente mais compartilhado com

transparência e com participação popular (FABRINO, 2011, pp 120-121). No entanto, com mais conflitos políticos e jogos de interesses nas relações de poder.

Neste contexto, os partidos políticos passaram por mudanças estruturais e organizacionais³ que pudessem garantir conviver, e até sobreviver, com o seu papel formal de mediação entre a sociedade e o Estado. Afinal, surgem novos setores e segmentos da sociedade civil, cada vez mais plurais, com bandeiras de lutas de grupos específicos que resultam em variedades temáticas. São questões que passam por diversidades de identidades profissionais, grupos religiosos, ambientalistas, identidades de gêneros, moradores de favela, portadores de necessidades especiais, dentre outros. Segmentos estes que viabilizam seus discursos para pressionar e a defender seus interesses independentes dos partidos políticos, baseados em perspectivas, visões singulares de mundo e de luta por direitos, deixando em um segundo plano as ideologias classistas, que tradicionalmente marcaram os grupos políticos e foram o berço para a criação de muitos partidos políticos no Brasil e no mundo, principalmente os de Esquerda, como mencionamos nas análises de alguns teóricos como Chadwick (2006). Tais transformações obrigaram os partidos políticos a criarem mecanismos de aglutinação de força política com estas novas representações não eleitorais, reforçando

suas bases e apostando em discursos e bandeiras de lutas em comum.

A expressão utilizada por Fabrino (2011) denominada “esferas de interação comunicativa” dá o tom das mudanças nesta relação entre sociedade e Estado, que foi contemplada pelo diálogo constante entre as partes para que os discursos entre ambos se tornassem afinados e permitissem consensos e avanços políticos, tanto no Brasil como em outras partes do mundo⁴. Neste contexto, a comunicação começa a consolidar seu espaço na formulação deste novo conceito de representação política não eleitoral, no qual a legitimidade conquistada se faz em nível discursivo, o que impacta também a representação política dos partidos políticos com sua base partidária. O autor sugere que quanto mais complexa for a rede de mecanismos de representação, maiores as chances de representar mais aspectos dos cidadãos, pois é através da

[3] Tais mudanças na organização e na estrutura dos partidos refletem nas teorias de evolução dos partidos políticos nas últimas décadas, passando por modelos diferenciados como o *Catch-all*, o Cartel e o Político-eleitoral, que exigiram uma postura diferenciada das legendas tanto no ambiente político externo quanto interno, na relação com suas bases partidárias. Ver: PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: a organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

[4] Um estudo de Maia (2010) sobre os atores da sociedade civil, ação coletiva e relações com a comunicação de massa é exemplar nesta configuração das mudanças entre a sociedade e o Estado e a importância das “esferas de interação comunicativa” apontadas por Fabrino (2011), o que contempla a realidade nacional e de outros países. Em termos gerais, Maia (2010) mostra modelos de mobilização política, da identidade coletiva e do reconhecimento na tentativa de compreender as relações que os atores cívicos estabelecem com os *media*, a fim de configurar a política pública e promover a comunicação com amplas audiências. “Para além da visibilidade e das ações estratégicas, torna-se importante entender os *media* também como uma arena discursiva, em que opiniões e argumentos são trocados e disputados. O ambiente midiático – com características próprias, mecanismos de seleção de temas e tópicos, procedimentos de corte e edição de discursos dos atores sociais – constitui-se como importante fórum para o debate cívico” (MAIA, 2010, p. 294). Fabrino (2011) cita a dificuldade de demarcações de comunidades políticas devido as macro relações que tornam transnacionais diversas discussões políticas. Para o autor, a ideia de representação mudou em paralelo com a mudança das instituições em todo o mundo (p. 117).

troca pública de argumentos em diferentes arenas discursivas que uma representação não eleitoral pode construir sua legitimidade, mantendo um processo contínuo discursivo articulado em diferentes fluxos e esferas. Com isso, a representação deve ser centrada em discursos e o núcleo da política transforma-se em múltiplos discursos (FABRINO, 2011, p. 122).

Avritzer (2007) dá um passo à frente nesta perspectiva dialógica consolidada pelo crescimento de instituições da sociedade civil quando constrói um conceito de representação política por afinidades. Apesar de seu texto original sobre o tema não fazer nenhuma menção à importância da comunicação neste entendimento sobre as transformações do conceito de representação política e muito menos como os partidos políticos se posicionam frente a esta nova realidade, o autor dá ênfase à consolidação de múltiplas soberanias, imbuídas nas representações eleitorais e não eleitorais, que traz para os debates os múltiplos discursos que passaram a fazer parte da cena política, reforçando a tendência de criação de mecanismos de comunicação entre as partes.

O autor ressalta a presença cada vez mais marcante da sociedade civil nas políticas públicas em todo o mundo, a partir da especialização temática e da experiência, sejam os eleitos pela população para desempenharem funções em conselhos e fóruns⁵ deliberativos setoriais, sejam aque-

les que são definidos no interior das associações civis, agregando interesses parciais e solidariedades. Mas o destaque fica por conta da visão do autor sobre uma antecipação do processo de representação política, legitimado não só pela ação, mas por um passado de defesas de temas, direitos ou bandeiras de lutas, na medida em que esta trajetória de participação destes agentes da sociedade civil (sejam indivíduos ou associações) os permitem denunciar, criticar e reivindicar em nome dos segmentos que representam. Este contorno político é que altera a concepção de representação política dos tradicionais moldes eleitorais para mecanismos mais sutis de afinidade, construída, paulatinamente, de forma contínua e monitorada, pela troca comunicativa entre estes novos atores que emergem na sociedade, nos seus diálogos com as instâncias formais de representação, como os partidos políticos.

(...) O importante em relação a esta forma de representação é que ela tem sua origem em uma escolha de atores da sociedade civil, decidida, frequentemente no interior de associações civis. Estas exercem o papel de criar afinidades in-

[5] O Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), em parceria com a Secretaria Geral da República (2013) realizou um estudo sobre a participação social e o diálogo com a sociedade. Segundo o relatório, dado o recente fortalecimento das relações entre sociedade civil e Estado, por meio da ampliação e diversificação dos canais de participação – como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas, ouvidorias –, o Instituto con-

sidera fundamental conhecer estes espaços democráticos a fim de contribuir com a criação de condições para seu aprimoramento. Ainda segundo dados do relatório, o número de conselhos nacionais aumentou consideravelmente desde o início da década de 1990. Enquanto, entre 1930 e 1989, foram criados apenas cinco conselhos nacionais, entre 1990 e 2009, somaram-se a eles mais 26 conselhos, tendo em vista a difusão da ideia de ampliar a participação no processo de formulação de políticas públicas. Dentre alguns conselhos e fóruns mais atuantes, o estudo destaca: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, dentre outros. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriofinal_perfil_conselhosnacionais.pdf> Acesso em: 13 junho 2016.

mediárias. (...) Ao agregarem estes interesses, elas propiciam uma forma de representação por escolha que não é uma representação eleitoral de indivíduos ou pessoas. A diferença entre a representação por afinidade e a eleitoral é que a primeira se legitima em uma identidade ou solidariedade parcial exercida anteriormente (AVRITZER, 2011, p. 458).

Avritzer (2007) enfatiza que tal complementariedade destes dois tipos de representação, eleitoral e não eleitoral, tem sido comum nos últimos governos. "(...) No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, os presidentes dos conselhos nacionais são eleitos pela sociedade civil. Isso mostra que uma forma de representação pode tanto emprestar legitimidade para outra como também questioná-la" (AVRITZER 2007, p. 459). Neste cenário, o autor faz o questionamento sobre o futuro da representação eleitoral, que, em sua opinião, parece cada vez mais ligado à combinação destas formas de representação, que têm sua origem na participação da sociedade civil.

Com isso, os partidos políticos, instâncias até então formais nesta mediação entre Estado e sociedade, passaram a ter que lidar com a lógica deste processo contínuo de diálogo, que os obriga a investir nos seus canais privados de comunicação como uma engrenagem que os garanta um espaço político nas discussões e nestas novas instâncias de mediação e articulação de interesses para além do sistema partidário.

Tais mudanças no fazer política partidária consolida uma nova forma de representação entre os partidos e suas bases partidárias, que é permeada pelos seus próprios canais de comunicação para que se estabeleça este processo cíclico de

entrosamento da legenda e de seus líderes com os setores e os segmentos que dizem representar, apostando na identificação partidária e na credibilidade de seus posicionamentos. Neste novo cenário, não basta mais ser eleito, é necessária uma opinião pública favorável que os mantenha no poder e os legitime a tomar decisões e posicionamentos a favor de seus representados, mesmo porque tal estratégia é que garantirá os próximos êxitos eleitorais.

Avritzer (2007, p. 459) reforça que as eleições ainda são a maneira mais democrática de escolha dos representantes, mas uma vez eleitos, estes despontam para uma nova realidade. Neste ponto, sustentamos que esta conjuntura direciona os partidos e os seus líderes priorizarem mecanismos de adequação política para que eles não se deslegitimem frente seus representados, apostando no diálogo constante e no contra fluxo informativo para fazer frente às contingências que marcam a política atual. A questão que se apresenta é o que os partidos políticos têm que combinar suas ações e práticas políticas com estas novas formas de representação não eleitoral da sociedade civil.

Aqueles representantes que ignoram essa representação, seja no âmbito nacional, seja no internacional, tendem a se deslegitimar entre seus próprios eleitores e têm sido muitas vezes de implementar sua própria agenda. (...) Neste sentido, a questão colocada pela política contemporânea deve ser uma redução da preocupação com a legitimidade dessas novas formas de representação e um aumento da preocupação sobre de que modo elas devem se sobrepor em um sistema político regido por múltiplas soberanias. O futuro da representação parece cada vez mais ligado à sua combinação com for-

mas de representação que têm sua origem na participação da sociedade civil (AVRITZER, 2007, p. 459).

CONCLUSÃO

O alargamento da concepção teórica de representação política, de clássicos sobre o tema, como Hanna Pitkin, até autores mais contemporâneos, como Urbinati (2006); Young (2006); Avritzer (2007); Fabrino (2011); Almeida, (2011), dentre outros, nos aponta para uma lógica de complementariedade que redesenha o sistema político atual, destacando o incremento da participação popular e midiaticização dos processos políticos. Todavia, é importante ressaltar que tais reflexões nos revelam que o conceito de representação política se desdobrou em novas matrizes teóricas, na medida em que a mídia passou a centralizar esta relação entre representantes e representados, exigindo um deslocamento do tema das Ciências Políticas para o campo da Comunicação Social.

O conceito de representação política por afinidade (AVRITZER, 2007) é um eixo teórico que reverbera de forma mais clara o amálgama entre a comunicação e representação política. Esta concepção permite uma nova leitura sobre representação política, em um processo anterior à delegação de poderes dos representados para seus representantes, ou seja, antecedendo o ato eleitoral, tendo a mídia como suporte deste modelo. Para gerar afinidades e sentimentos comuns que estreitam os laços de identificação, seja entre os partidos políticos e seus líderes com eleitores e cidadãos, seja

as associações da sociedade civil com seus segmentos representativos, são necessárias estratégias e canais de comunicação eficientes. Os tipos de representação política eleitoral e a não eleitoral só se estabelecem mediante estas chamadas porosidades interativas entre as partes.

Para os partidos políticos, as estratégias de comunicação visam construir, fortalecer e sustentar a sua representação política junto a setores importantes da sociedade, que consolidam a sua base partidária, tanto que o investimento em comunicação torna-se o grande trunfo das legendas pela disputa e manutenção de poder. Por outro lado, as associações da sociedade civil apostam na visibilidade midiática como fonte dos embates ideológicos para reforçar suas demandas e bandeiras de luta junto a seus pares e a sociedade, forçando novas interações que lhes garantam credibilidade e legitimidade. Como enfatiza Maia (2006, p. 27) “Aquilo que se torna visível através da mídia produz segmentações, constrói solidariedades, dissemina projetos ou visões do mundo, catalisa debates, faz deslanchar processos de prestação de contas ou estimula a mobilização cívica”.

Neste cenário político, a representação política apresenta diferentes nuances que se mesclam com o incremento da participação popular e de novos mecanismos de deliberação política, tendo a mídia um papel fulcral na relação entre representantes e representados, seja por meio da lógica eleitoral ou pela conquista contínua de afinidades. ■

[NELSON TOLEDO FERREIRA]

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, RJ. (UFF).

Email: neo.toledo@outlook.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Aqui você vê a verdade na tevê** – a propaganda política na televisão. Niterói: Editora MCII, 1999.

ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Marcia R. **Propaganda Política e a construção da imagem partidária no Brasil**. Revista Civitas, Vol.2, nº 2, p 309-326, 2002.

ALBUQUERQUE, Afonso de; MARTINS, Arianne F. **Apontamentos para um modelo de análise dos partidos na web**. In: XIX Encontro da Compós, 2010, Rio de Janeiro-RJ. Anais do XIX Compos, 2010. Disponível em:

<http://compos.com.pucrio.br/media/gt3_afonso_de_albuquerque_adriana_figueirola_martins.pdf> Acesso em: 8 julho 2015.

ALDÉ, Alessandra. Cidadãos na Rede: tipos de internautas e sua relação com a informação política online. **Contemporânea (UFBA. Online)**, v. 9, p. 370-389, 2011. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewArticle/5809>> Acesso em: 10 out. 2015.

_____. Internet e democracia: expectativas da comunicação em rede. **Revista USP**, São Paulo, nº 90, p.24-41, junho/agosto, 2011.

ALMEIDA, Débora C. R. **Repensando representação política e legitimidade democrática** – entre a unidade e a pluralidade. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

AUGRAS, Monique. **Opinião pública**: teoria e processo. Petrópolis: Vozes, 1970.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, vol.12, n.1, Campinas, 2006. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100004> Acesso em: 23 agosto 2015.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. **Lua Nova**, nº26, São Paulo, 1992. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451992000200005&script=sci_arttext> Acesso em: 7 jul.2015.

BENNETT W. Lance; SHANTO Iyengar. A new era of minimal effects? The changing foundations of political communication. *Journal of Communication*, nº 58, pp.707-731, 2008.

BUENO, Wilson. **Comunicação Empresarial** – Políticas e Estratégias. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CHADWICK, Andrew. **Internet Politics**: States, Citizens and New Communication Technologies. New York: Oxford University Press, 2006.

CORREIA, João Carlos; (Org.). **Comunicação e Política**. Covilhã: LabCom, 2005.

_____. et al (Org.). **Conceitos de Comunicação Política**. Covilhã: LabCom, 2010.

_____. **Teoria e crítica do discurso noticioso**. Covilhã: LabCom, 2008.

DIAS, Marcia Ribeiro. **Sob o signo da vontade popular**: o orçamento participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

_____. **Partidos protagonistas e partidos coadjuvantes**: uma análise da construção da imagem partidária no HGPE 2006. 31º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2007. Disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3031&Itemid=231> Acesso: 20 março 2016.

EID, Marco Antônio de Carvalho. **Entre o poder e a mídia** – Assessoria de imprensa no governo. São Paulo: M.Books, 2003.

FADUL, Anamaria. Hegemonia e contra-informação: por uma nova práxis da comunicação. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez Intercom, 1982.

FISHKIN, James. **When the People Speak**: Deliberative Democracy and Public Consultation. New York: Oxford University Press, 2009.

FLUSSER, Victor. A contra-informação como ato cultural. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez Intercom, 1982, pp. 159-164.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e Terceiro Setor. **Revista Mediações**, Vol.05, nº 01, Londrina, 2000.

GOMES, Neuza Demartini. Propaganda. IN: CORREIA, João Carlos. **Conceitos de Comunicação Política**. Covilhã: Labcom Books, 2010.

GOMES, Wilson. **A transformação da política na era da comunicação de massa**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

HOLBERT, R. Lance et al. A new era of minimal effects? A response to Bennett and Iyengar. **Journal of Communication**, nº 60. International Communication Association, p. 15-34, 2010.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; ROSSINI, P. G. C. Relações entre representantes e representados no twitter: os perfis de presidentes latino-americanos e a construção de uma agenda de pesquisa. In: XXI Encontro Anual da Compós, 2012, Juiz de Fora. XXI Encontro Anual da Compós, 2012.

LEAL, Sayonara A. G. **Os movimentos em torno da quebra do monopólio estatal no sistema de telecomunicações no Brasil**: a evolução do setor dos anos 80 à Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 1998.

LEMOS, A. Cibercultura. **Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Instituições Políticas Democráticas**: O Segredo da Legitimidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria C. P. Spínola (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MAIA, Rouseley; LUNA, Luiza. A construção da imagem pública e disputa de sentidos na mídia: Lula em dois momentos. **Revista Media e Jornalismo**, nº 07, Universidade Nova de Lisboa, 2005.

MARGOLIS, Michael; RESNICK, David; WOLFE, Joel D. Party Competition on the Internet in the United States and Britain. **Press/Politics**. 4(4): 24-47, 1999.

MATEUS, Carlos. **As opiniões se movem nas sombras**. São Paulo. Atlas, 2011.

MATTOS, Heloisa (Org.). **Comunicação Pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MARTINS, Allysson. Experiência das narrativas cross e transmidiáticas no webjornalismo. **Logos**, ed. 34, v. 18, n. 1, 2011.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Representation and deliberation in civil society. **Brazilian Political Science Review**, nº2, p.117-137, 2008. Disponível em:

<http://www.bpsr.org.br/english/arquivos/BPSR_v2_n2_dec2008_05.pdf.pdf> Acesso em: 15 abril 2016.

MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIGUEL, L. Felipe. Representação política em 3-D – elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, nº 51, 2003. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15989>>. Acesso em: 9 março 2016.

_____. **Influência e resistência**: em busca de um modelo complexo da relação mídia/política. Trabalho apresentado ao X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação (COMPÓS), Brasília/DF,2001. Disponível em:<<http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/LuisFelipe2001.pdf>>. Acesso em 8 abr. 2016.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido**: a organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Luiz F. R. **O adiantado do minuto** – a internet e os novos rumos do jornalismo. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/pereira-luis-novos-rumos-do-jornalismo.html> Acesso em: 15 agosto 2016.

PITKIN, Hanna. **The Concept of Representation**. Berkeley, University of California Press, 1967.

_____. Representation. In: BALL, Terence; FARR, James; HANSON, Russel (org). **Political innovation and conceptual change**. Cambrige, University Press, 1989.

PRIOR, Marcus. **Post-Broadcast Democracy**: How Media Choice Increases Inequality in Political Involvement and Polarizes Elections. Cambridge University Press, 2007.

PRUDÊNCIO, Kelly. Mobilizar a opinião pública: sobre a comunicação dos ativistas políticos. In: MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

RECUERO, R; ZAGGO, G. **Em busca das “redes que importam”**: Redes sociais e capital social no Twitter: In: Anais do XIX Encontro da Compós, PUC/MG, junho de 2009. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/6787/6129>. Acesso 18 agosto 2015.

SANTO, Paula do Espírio; FIGUEIRA, Rita. Comunicação Eleitoral. In: CORREIA, João Carlos et al (Org). **Conceitos de Comunicação Política**. Covilhã: Labcom, 2010.

SEMETKO, Holli. Political Communication. In: DALTON, R. e KLINGEMANN, H.-D. **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford University Press, 2007.

SOARES, M. César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis** – afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

URBINATI, N. O que torna uma representação democrática. **Lua Nova**, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf>. Acesso em: 20 abril 2014.

_____. The concept of representation in contemporary democratic theory. **Annual Review of Political Science**. Vol. 11, 2008. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.polisci.11.053006.190533>. Acesso em: 13 janeiro 2014.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democration**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. Representação política, identidade e minorias. Trad. Alexandre Morales. **Lua Nova**, São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf> >. Acesso em: 10 novembro 2012.

MEMÓRIA DISCURSIVA E LUGAR DE FALA NAS PROPAGANDAS TELEVISIVAS DO PMDB

[ARTIGO]

Luiz Ademir de Oliveira
Vinicius Borges Gomes
Fernando de Resende Chaves

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O artigo analisa os Programas Partidários Gratuitos (PPGs) do PMDB em rede nacional de televisão em 2015 e 2016. Busca-se compreender como a propaganda política aciona elementos na memória discursiva do eleitor para produzir efeitos de sentido e para constituir um lugar de fala do PMDB, que é ambivalente de início, mas de oposição com o desenrolar da crise política. O partido fala em tom de *accountability* sobre os ministérios que ocupa, mas marca sua diferença e sua posição crítica em relação ao governo, já que, em 2016, foi acatado o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. A propaganda utiliza-se da memória discursiva em torno do PMDB – a conciliação, seja para legitimar seu lugar de fala ambíguo e entrecruzado, seja para justificar o protagonismo e a capacidade de unificar e pacificar o país.

Palavras-chave: Comunicação Política. PMDB. Memória Discursiva.

The article analyses the Party Programs Free of the PMDB in national TV network in 2015 and 2016. Search up understand how the politic advertising triggers the elements on the voter discursive memory for product feelings effects and construct a speech place of the PMDB, whats is ambivalent in the start, but is opposition with the develop of political crisis. The party speech in accountability tone about the ministries occupied for him, but mark his difference and critizes position in relationship of government, as in 2016 was accept the impeachment process of the president Dilma Rousseff. The advertising used of the discursive memory around the PMDB – the conciliation, be for legitimize her speech place ambiguous and decussate, be for justify the protagonism and the capacity of unify and pacify the country.

Keywords: Politic communications. PMDB. Discursive Memory.

El artículo analiza los Programas Partidistas Gratuitos (PPGs) del PMDB en la red nacional de televisión entre 2015 y 2016. Se busca comprender como la propaganda política activa elementos en la memoria discursiva del elector para producir efectos de sentido y para constituir un lugar de discurso del PMDB, que es ambivalente en el comienzo, pero que es de oposición con el desarrollo de la crisis política. El partido habla dando cuenta de los ministerios que ocupa, y resalta su diferencia y posición crítica respecto al gobierno, ya que en 2016 fue ejecutado el proceso de *impeachment* de la presidenta Dilma Rousseff. La propaganda utiliza la memoria discursiva en torno del PMDB – la conciliación –, sea para legitimar su lugar de discurso ambiguo y entrecruzado, sea para justificar el protagonismo y la capacidad de unificar y pacificar el país.

Palabras clave: Comunicación Política. PMDB. Memoria Discursiva.

INTRODUÇÃO

Os anos de 2015 e 2016 foram marcados pela crise política e de imagem que abalou o governo Dilma Rousseff (PT) e iria desembocar no seu afastamento pelo Senado Federal em maio de 2016. O governo do PT enfrentava dificuldades macroeconômicas e fiscais, além de um acentuado desgaste de imagem, o que já vinha se evidenciando desde as manifestações populares de 2013 e culminou com as acirradas eleições presidenciais de 2014.

Dilma Rousseff iniciou seu segundo mandato com o país polarizado e enfrentando a espetacularização midiática de operações da Polícia Federal “Lava Jato”, que apuravam casos de corrupção na Petrobras, envolvendo diretamente o governo bem como de vários partidos da oposição. Manifestações contra o governo multiplicaram-se pelo país, pautadas pela narrativa jus-midiática de caça à corrupção sustentada pela grande mídia brasileira.

O PMDB foi aliado oficial do PT em âmbito nacional desde 2006. Não obstante, sempre abrigou alas antipáticas aos governos petistas. Em 2015, essas correntes de oposição cresceram dentro do partido. E, face à fragilização do governo petista, setores do PMDB aliados ao governo conseguiram ainda mais espaço na composição ministerial.

Foi a partir da observação do contexto político-econômico que emergiu logo após a reeleição da presidente Dilma Rousseff e conduziu o PMDB ainda mais para o centro da cena política nacional, que concebemos a proposta do presente artigo. Motivou nosso interesse observar que o arranjo institucional do presidencialismo brasileiro permite

que o partido do vice-presidente da República, diretamente beneficiado pelo processo de impeachment, possa ter poder o suficiente nas duas casas legislativas a ponto de se tornar peça chave em um processo de impedimento do presidente eleito: uma avenida aberta para a conspiração política.

A partir da discussão sobre a interface entre mídia política, discute-se o conceito de campanha permanente, compreendida como ações constantes dos atores políticos tendo em vista a conquista ou manutenção do poder (BLUMENTAL, 1980; LILLEKER, 2007). Numa disputa política, há um embate entre retóricas de campanhas da situação *versus* oposição (FIGUEREDO *et al*, 1998). No caso do PMDB, a análise mostra como o partido negociou, desde a eleição de 1994, o seu apoio aos governos eleitos em função de cargos e vantagens. Mas, a partir da crise no governo do PT, a retórica a partir de 2015 passou a ser ambígua e mais próxima de uma retórica de oposição, mesmo estando na base aliada do governo, o que levou, posteriormente, ao impeachment de Dilma. Isso ficou evidente, conforme mostra o artigo, nos programas do PMDB na Propaganda Partidária Gratuita (PPG), que, por natureza, é para divulgar os programas do partido, mas que tem sido usada como estratégia de campanha permanente.

Procedemos a uma análise do discurso político-partidário peemedebista nas propagandas veiculadas pelo partido na TV em 2015 e 2016 (FOUCAULT, 1996; ORLANDI, 2004, 2005; PÊCHEUX, 1999). O objetivo foi analisar o modo como a instituição partidária (sujeito do discurso), por meio da propaganda política, acionou

a memória discursiva social para legitimar seus argumentos, para justificar maior protagonismo na cena política nacional e estimular a construção de determinados efeitos de sentido em torno de si, ocupando um lugar de fala que seria próprio e distintivo do partido.

2. MEMÓRIA DISCURSIVA, LUGAR DE FALA E A PROPAGANDA POLÍTICA

Pela ótica da análise do discurso, os processos de construção de sentido envolvem sempre três dimensões inter-relacionadas: sujeito, linguagem, contexto histórico. “Os elementos fundamentais estão na relação língua/ sujeito/ história, esta entendida como a exterioridade constitutiva de qualquer discursividade” (ORLANDI, 2004, p. 21). As relações de significação/interpretação ocorrem a partir da inscrição de sujeitos num contexto histórico dado. Por isso, na análise discursiva, é imprescindível a consideração daquilo que é exterior ao dizer, mas que o circunscreve, restringe. Seja na emissão ou na interpretação discursivas há sempre um sujeito que aciona uma memória discursiva num espaço histórico-cultural que delimita a sua ação. O discurso é a apropriação de um código de linguagem (linguístico, imagético, midiático) por um sujeito localizado social, histórica e discursivamente. Ele revela o sujeito, sua posição no mundo social, sua história.

O discurso não deve ser entendido como tendo origem nos sujeitos que o pronunciam. Na verdade, os sujeitos estão

inseridos em formações discursivas que os circunscrevem. É nessa perspectiva que Foucault propõe um ‘princípio de inversão’: “(...) Figuras que parecem desempenhar um papel positivo, como a do autor, a da disciplina, a da vontade de verdade, é necessário reconhecer nelas, em vez disso, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso” (FOUCAULT, 1996, p. 14). Numa abordagem similar, Pêcheux discorre sobre o discurso. “É sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas; é prática política, lugar de debate, conflito e confronto de sentido; surge de outros discursos, ao mesmo tempo em que aponta para outros. Não provém de fonte única, mas de várias” (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

Nesse mesmo sentido, o discurso pode ser compreendido como um “espaço que abriga distintos lugares, bem como a dispersão do sujeito (...); Podemos pensar a noção de lugar discursivo (...), um espaço que se configura no interior do discurso” (GRIGOLETTO, 2007, p.5). Assim, é possível entender o conceito de lugar discursivo, distinguindo-o do lugar social e atentando para a relação dialética entre esses termos:

O Lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo. E o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em determinado discurso (GRIGOLETTO, 2007, p. 7).

Dessa forma, segundo Grigoletto (2007), tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é constituído senão pela prática discursiva, ou seja, só existe discursivamente porque há determinação do lugar social.

À constituição de um lugar de fala específico corresponde o enquadramento do sujeito dentro de uma determinada formação discursiva (FD). Isto é, a partir da configuração de um lugar de fala, o sujeito se insere numa determinada FD, ficando circunscrito à sua ordem de funcionamento. As FDs são definidas como “diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como às posições sujeito, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes” (SILVA, 2008, p. 43). O interdiscurso pode ser conceituado como “todo conjunto de formulações já feitas e já ditas, que determinam o que dizemos. É o dizível, histórica e linguisticamente definido; o enunciável, o já dito, exterior à língua e ao sujeito, mas que está no domínio da memória discursiva” (ORLANDI, 2005, p.33). A compreensão deve ser dialética. Lugar discursivo, lugar social, formação discursiva, formação ideológica se entrelaçam mutuamente na constituição do sujeito discursivo.

O sujeito em análise do discurso não deve ser compreendido como unificado, constituído de forma acabada e anterior ao ato discursivo. Aqui, ele se constitui exatamente a partir dos seus atos de fala. Seu processo de constituição é discursivo. Ele é atravessado pela historicidade, pela estrutura da língua, por discursos anteriores.

O sujeito é compreendido como ser assujeitado, como efeito de linguagem; constituído pela língua, atravessado pelo inconsciente, portanto, dividido, heterogêneo; nele, a contradição, a dispersão, o equívoco, a descontinuidade, a incompletude e a falta são estruturantes (PÊCHEUX, 1997 *apud* SILVA, 2008, p. 40).

Aliás, com base nos preceitos da análise discursiva francesa, que nem a língua, nem o sujeito, nem o discurso e tampouco a interpretação ou o sentido podem ser encarrados como dados, prontos, acabados. Esses elementos estão sempre se constituindo e reconstituindo historicamente uns em relação aos outros. Pensando novamente de forma dialética, é possível compreender a constituição do sujeito a partir de seus atos discursivos e, ao mesmo tempo, entender o discurso como índice de um lugar social próprio do sujeito. Assim, o discurso do gênero propaganda política posiciona a fala partidária em um lugar discursivo, buscando distinguir a imagem do partido diante do eleitorado, de modo a conferir credibilidade à instituição partidária. O lugar de fala ocupado pelo discurso do partido deve ser coerente com o lugar social assumido pela agremiação historicamente. O discurso político recorre a elementos da memória discursiva social para estimular a construção de sentidos específicos pelos eleitores. É preciso apoiar o dito no não-dito, naquilo que está na ordem do interdiscurso.

Porém, como já mencionamos, os processos de significação estão sempre abertos. A comunicação de sentidos está inevitavelmente sujeita a uma incompletude que lhe é essencial e estruturante. A interpretação é uma questão fluida e pouco administrável.

O sentido não nasce da vontade repentina de um sujeito enunciatador. O discurso tem uma memória, ou seja, ele nasce de um trabalho sobre outros discursos que ele repete, ou modifica. Essa repetição ou modificação não é necessariamente intencional, consciente, nem imediata (...). Ao contrário, pode ser oculta ao sujeito enunciatador (MITTMANN, 1999, p.272).

Na construção de sentido, os sujeitos recorrem a uma memória discursiva, que preenche os vazios característicos do processo enunciativo. Essa memória é constituída de discursos pré-construídos - já-ditos cristalizados no imaginário dos sujeitos, chaves de leitura necessárias para se estabelecer sentido. Mas o processo nunca é unívoco, homogêneo, estável. Pelo contrário, é multifacetado e quebradiço.

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto, que surge como acontecimento a ser lido, vem reestabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos- transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, P. 52).

Mas a memória a que se refere Pêcheux não deve ser compreendida no aspecto psicológico, como memória individual, mas no sentido coletivo de uma memória mítica, inscrita em práticas sociais e constituída de sentidos entrecruzados, perpassando os sujeitos e as instituições sociais. Nessa acepção, “a memória é necessariamente um espaço móvel, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 10)

A partir do conceito de memória discursiva, é possível compreender melhor a relação entre sujeito, língua e história - a tríade clássica da análise do discurso. O sujeito, aqui, não deve ser concebido como sujeito empírico, indivíduo, e sim como sujeito discursivo. Ele traz consigo as marcas da história, do contexto social. Não é a fonte ou a origem do discurso que

profere, embora carregue normalmente essa ilusão. Também não pode ser o detentor ou administrador dos sentidos em torno de qualquer discurso. Como toda fala retoma o já-dito e aciona discursos pré-construídos, o sujeito é mais uma válvula por onde vem à tona os discursos mantidos em dormência no âmbito do interdiscurso do que propriamente a origem, a fonte ou o autor dos discursos que profere. “Em vez de ser aquele de onde o discurso sai, estaria antes no acaso de seu curso”. (FOUCAULT, 1996, P. 1)

Na linguagem publicitária, a função do não-dito, da memória discursiva e do interdiscurso no fechamento de sentidos para o enunciado, se torna ainda mais patente. Esse tipo de texto é comumente estruturado com base em implícitos, no já dito, a partir de sugestões. A propaganda política procura constituir sentido para o discurso partidário evocando elementos presentes na memória discursiva. O dito ganha sentido quando relacionado ao não dito presente no interdiscurso.

3. INTERFACE MÍDIA E POLÍTICA: A CAMPANHA PERMANENTE E A COMUNICAÇÃO PARTIDÁRIA

Como os partidos políticos têm utilizado estrategicamente a arena midiática, como ocorre nos programas da Propaganda Partidária Gratuita (PPG), é importante tecer considerações acerca das relações entre mídia e política, que se tornaram cada vez mais próximas. Em função do ainda ex-

tenso alcance dos meios tradicionais e da popularização dos novos dispositivos tecnológicos, é necessário reconhecer que se vive em meio a um *bios* midiático que organiza e estrutura a contemporaneidade. Os atores políticos utilizam o poder do campo midiático para enfatizar seus discursos, mas, além desse uso instrumental, incorporam as lógicas e gramáticas comunicacionais ao próprio funcionamento da política, que levam a um crescente personalismo. (GOMES, 2004)

Nesse sentido, cada vez mais, a mídia tradicional – em especial a televisão (TV), ainda o meio massivo de maior alcance –, e as tecnologias digitais com a *internet* e as redes sociais à frente, tornaram-se o palco privilegiado e, ao mesmo tempo, os atores centrais para as disputas políticas. Os candidatos utilizam aparatos midiáticos para ganharem visibilidade e divulgarem suas propostas, paralelamente ao fato de que as narrativas midiáticas passaram a ser estruturantes do próprio discurso político.

Num ambiente complexo e de virtual ubiquidade comunicacional, a relação entre mídia e política acontece, ininterruptamente, uma vez que nas democracias liberais o poder deve ser conquistado, diariamente, e isso se faz por meio da construção e da difusão de imagens públicas dos atores políticos. Assim, pode-se afirmar que, nas disputas políticas, os discursos já começam a ser construídos e desconstruídos antes do período eleitoral. Chama-se este processo de campanha permanente (LILLEKER 2007; BLUMENTHAL, 1980). O conceito de campanha permanente, de acordo com Lilleker (2007), refere-se ao uso dos recursos disponíveis no trabalho por parte dos indivíduos e organizações eleitas – governos, partido do governo, membros

do parlamento, congressistas ou outros representantes – a fim de se constituir e manter o apoio popular.

Tais reflexões são pano de fundo para a compreensão de disputas eleitorais recentes e para entender o uso estratégico que os partidos fazem da Propaganda Partidária Gratuita (PPG) na TV e no rádio. Isso porque, segundo dados da Secretaria de Comunicação do Governo Federal (SECOM), a mídia massiva ainda tem grande influência sobre o público. A pesquisa aponta que a TV ainda é o meio de comunicação de maior alcance, em que 95% dos entrevistados afirmaram assisti-la, sendo que 73% têm o hábito diário. No entanto, pode-se afirmar que se vivencia um momento de transição em termos de sistemas de mídia, tanto em esfera global, quanto no Brasil (BRASIL, 2014). A maior parte da informação política, de que dispõem os cidadãos médios para formarem juízo sobre a realidade – e, portanto, também sobre a política, em geral, e as eleições, em particular –, provém das instâncias midiáticas.

A conquista do poder, de forma diária, pode ser executada por meio de consultores políticos especializados, que pode ajudar os líderes políticos, seja na busca ou manutenção do poder. Para tanto, são utilizadas técnicas de campanha, como, por exemplo, a espetacularização, ou seja, as narrativas são previamente planejadas, de modo a chocar, divertir e emocionar o público (GOMES, 2004). É preciso pensar no cenário, no figurino e principalmente nas palavras utilizadas nos discursos, como será observado nas propagandas levadas ao ar pelo PMDB.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, a propaganda partidária gratuita (PPG) tem

por objetivo a divulgação dos ideais, programas e propostas dos partidos políticos. Ela é feita de forma genérica e exclusiva, não mencionando nomes de pretensos candidatos, tampouco é vinculada a um pleito eleitoral específico. Anualmente, os partidos registrados têm direito a dois programas de dez minutos cada, que vão ao ar em cadeia de rádio e TV, com exceção dos anos eleitorais, quando se tem apenas um programa.

Nos embates discursivos da propaganda política, há sempre uma disputa que envolve, de um lado a construção da retórica de situação e, de outro, de uma retórica de oposição. Figueiredo *et al* (1998) diferenciam a natureza da argumentação política em relação à argumentação num debate científico. No caso do embate científico, por exemplo, o orador procura convencer a plateia com sua retórica argumentativa, seja pela dedução lógica ou pela demonstração de evidências, de verdade da sua teoria. No caso do debate político, em que prevalece a argumentação política, a proposta de persuadir a maioria consiste em convencer o público de que determinada lei ou política a ser votada trará maiores benefícios que qualquer outra, independentemente das verdades lógica ou empírica que possam ser acionadas para dar sustentação às alternativas em disputa. Conforme explicam os autores, no caso das disputas eleitorais, a tábua da verdade lógica dá espaço à filosofia dos princípios e dos fins, e a evidência empírica é substituída pelos valores e interesses dos atores na hora da decisão.

Dessa forma, ao entender a argumentação política como aquela que busca convencer o eleitor a partir de interpretações feitas sobre a realidade, Figueiredo *et al* (1998) explicam que a retórica política é de natureza ficcional, diferente da retórica

científica, objetiva. Tal distinção explica-se devido ao fato de que a retórica política passa por uma interpretação do mundo, que é de natureza ficcional, voltada para percepções sobre o real. A realidade pode ter mais de uma interpretação política, como, por exemplo, 'o copo está quase cheio ou quase vazio'. Num debate político, com objetivo de convencer os eleitores, a estrutura da argumentação dos atores políticos tem duas vertentes: (1) o mundo atual está ruim, mas ficará bom ou (2) o mundo atual está bom e ficará ainda melhor. A primeira vertente refere-se à argumentação da oposição; e a segunda, da situação.

4. PMDB COMO O PARTIDO MODERADO E PRAGMÁTICO: A GOVERNABILIDADE E A CAPILARIDADE ELEITORAL NO BRASIL

O PMDB ocupa uma posição de centralidade no quadro político brasileiro. Nenhum governo estabelecido após a redemocratização pôde abrir mão de alianças com o partido para obter governabilidade. Mesmo que a sigla não tenha lançado candidato próprio à Presidência da República desde 1994, é impossível negar sua relevância nacional em termos eleitorais e de composição governamental. Muitas vezes, o PMDB operou e opera como o “fiel da balança” entre os dois partidos que se alternam no poder executivo nacional de 1994 até os dias de hoje – o PT e o PSDB.

As raízes históricas do PMDB remontam ao período autoritário, quando, a partir

de 1965, foi instalado o bipartidarismo: de um lado, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) – partido de apoio ao regime instalado em 1964, e, do outro, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – partido da oposição consentida pelo regime. Como o MDB era a única instituição autorizada legalmente a fazer oposição ao governo militar, desde sua origem o partido foi composto por quadros políticos diversificados, acolhendo parlamentares de vários partidos do período democrático anterior, como o PTB, o PSD e, em menor número, da própria UDN, além de alguns membros de siglas menores - PSP, PDC, PTN, PSB, PRT, PST. (MOTA, 2008)

A partir de 1970, com o desgaste do regime militar, o partido passou a aglutinar a oposição política e a opinião pública. Cabe ressaltar que, já naquele momento, o MDB demonstrava seu pendor à moderação. Ao mesmo tempo em que possuía alas que se opunham firmemente ao governo militar, com representantes como Jarbas Vasconcelos e Ulisses Guimarães, também possuía quadros que pautavam sua ação por uma postura moderada e que assumiam função central na governabilidade do próprio regime militar. Nesse sentido, destaca-se a figura de Tancredo Neves, político que transitou bem, seja entre a oposição consentida, seja entre os militares.

Com a volta do pluripartidarismo em 1982, o partido passou a se chamar PMDB. Naturalmente, perdeu quadros para os novos partidos que surgiam, mas manteve-se forte. Em 1988, o PMDB sangrou novamente: uma dissidência do partido fundou o PSDB. Neste momento, o partido estava à frente do poder executivo nacional, sob a liderança do então presidente José Sarney. O fracasso dos planos econômicos de Sarney

levou a mais uma debandada na legenda em 1989. Este talvez tenha sido o pior momento do partido historicamente. Em meio à profusão de candidatos que disputaram a sucessão de Sarney, na primeira eleição direta após 21 anos, o candidato peemedebista, Ulisses Guimarães, teve uma votação inexpressiva: 4,4% dos votos.

O partido foi um dos atores centrais da campanha das Diretas Já, além de ter sido o partido que elegeu o primeiro civil para a Presidência da República (Tancredo Neves) em 1985, após o governo militar. Tornou-se o principal sustentáculo político do Governo Sarney e, na época, teve um de seus líderes históricos como presidente da constituinte de 1988, o então senador Ulisses Guimarães. Com o impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o PMDB deu sustentação ao governo de Itamar Franco, filiado à legenda.

Uma das principais heranças que o partido carrega do antigo MDB é a capilaridade de seus diretórios pelo país. É a legenda que mais possui núcleos municipais. Nas eleições de 2014, o PMDB foi a agremiação que elegeu o maior número de senadores e a segunda a eleger mais deputados federais, apenas dois a menos que o PT. Ao longo do mandato, com a perda de deputados que mudaram de partido, hoje os peemedebistas são a maior bancada da Câmara.

Em 2015, primeiro ano de mandato da presidente Dilma Rousseff (PT) após sua reeleição, o PMDB tornou-se primordial para a sustentação da presidente, que enfrentava grave crise econômica e política. No entanto, a liderança de Eduardo Cunha minou paulatinamente o apoio parlamentar da presidenta, culminando com o rompimento oficial da legenda com o governo

no auge da crise política em 2016. A consequência foi imediata: apoio do partido ao impeachment e a defesa de Michel Temer como futuro presidente.

5. CORPUS E METODOLOGIA

Procedemos a uma análise do discurso político do PMDB em suas propagandas partidárias veiculadas em 2015 e 2016 pela TV, de acordo com a Lei dos Partidos Políticos¹. Desconsideramos as inserções curtas distribuídas ao longo da programação e concentramos a análise nos dois programas (dez minutos cada) veiculados pelo partido no horário nobre em rede nacional, nos dias 26 de fevereiro e 24 de setembro de 2015 e no programa veiculado no dia 25 de fevereiro de 2016. Foi investigada a forma como o partido acionou a memória discursiva social para estimular a construção de sentidos específicos em torno de si, edificando e ocupando, assim, um lugar de fala peemedebista, próprio do partido.

Analisar o discurso requer atenção às suas condições de produção. Como os processos de significação são abertos, a análise discursiva não deve ir em busca de um

sentido verdadeiro e unívoco para o texto. O que deve interessar ao analista são os efeitos de sentido possíveis ou prováveis de virem à tona a partir do discurso. A análise deve descrever os processos de significação, não buscar um significado oculto e verdadeiro por trás da mensagem. “A finalidade da análise do discurso não é interpretar, mas compreender como o texto funciona, isto é, como um texto produz sentidos” (ORLANDI, 2004, p.19). Nessa mesma direção, Foucault aconselha ao analista discursivo:

Não ir do discurso até ao seu núcleo escondido, até ao centro de um pensamento ou de uma significação que nele se manifestasse; mas a partir do próprio discurso, do seu aparecimento e da sua regularidade, ir até às suas condições externas de possibilidade (FOUCAULT, 1996, p.15).

Foucault nomeia tal postura como um princípio de exterioridade, indicando que o analista de discurso não deve se restringir a um mergulho no texto em busca de uma compreensão interna. Deve se afastar e buscar os elementos elucidativos do funcionamento discursivo no espaço exterior à materialidade textual. Neste ponto, vem a claro a operacionalidade analítica de conceitos como interdiscurso, memória discursiva, lugar social. Vem à tona, novamente, a centralidade do não-dito na construção de sentidos e, conseqüentemente, nos procedimentos de análise do discurso.

Como parte do procedimento analítico, verificou-se, inicialmente, quais foram as unidades lexicais mais recorrentes nas propagandas, bem como as expressões de efeito utilizadas como slogan, como abertura ou fechamento das peças analisadas. Posteriormente, elucubramos acerca dos efeitos de sentido possíveis para os léxicos

[1] A Lei nº 9.096/95 em seus artigos 45 a 48 determina o acesso gratuito dos partidos políticos com registro no TSE (Tribunal Superior eleitoral) aos canais de rádio e TV de sinal aberto. A legislação prevê que cada sigla partidária tem direito a um programa televisivo por semestre, com duração de 10 minutos, veiculado em horário nobre (entre 19h30 e 22h), além de um total de 20 minutos por semestre a ser utilizado para a veiculação de inserções partidárias de 30 segundos ou um minuto ao longo da programação televisiva.

mais recorrentes, com base nos conceitos de lugar de fala e memória discursiva, levando em consideração a trajetória histórica do PMDB e o contexto político de 2015 e 2016. Partimos do texto em direção ao contexto, como indicam Foucault e Orlandi.

6. MEMÓRIAS DISCURSIVAS EVOCADAS E LUGAR DE FALA CONSTRUÍDO PELA PROPAGANDA PEEMEDEBISTA EM 2015

O programa levado ao ar pelo PMDB em fevereiro de 2015 inicia-se com uma narração em *off* acompanhada de uma legenda em fonte branca chapada sobre o fundo preto da tela: “Não, não são as estrelas que vão me guiar. São as escolhas que vão me levar”. Aqui, já é possível observar o acionamento da memória discursiva do eleitor com intuito de estabelecer determinados efeitos de sentido. Sabe-se que a estrela é o maior símbolo do PT, que ocupava, então, a chefia do poder executivo nacional. Num momento em que o governo petista, ao qual o PMDB ainda era aliado, atravessa uma grave crise de popularidade, o discurso do PMDB trata de marcar sua diferença com relação ao PT. Nessa curta passagem já é possível conjecturar a respeito da construção de um lugar de fala para o PMDB diante do contexto político em que o país se encontrava: um lugar discursivo marcado pela independência em relação ao Governo.

Dando continuidade ao programa, logo na tomada seguinte, uma apresentadora se move em um ambiente escuro,

atravessa corredores. Alguns elementos do cenário, como holofotes que aparecem ao fundo e uma sala com espelho iluminado (um camarim) dão conta de que o ambiente filmado são os bastidores de um palco teatral. Enquanto a apresentadora caminha pelos corredores com pouca iluminação, é possível ver de relance alguns líderes do PMDB: Kátia Abreu, Eduardo Cunha, Michel Temer. Eles estão em algum tipo de preparação. O cenário ligado ao mundo do teatro sugere que estão se preparando para entrar em cena. Kátia Abreu aparece sendo maquiada. Outros conversam entre si com papeis na mão. Cunha passa rapidamente pelo corredor como se estivesse apressado. A apresentadora segue sua caminhada em silêncio, sendo o foco das filmagens até então. Ela irá abrir uma cortina, abandonando os bastidores e acessando o palco. Uma luz forte toma conta da tela. Em seguida, a apresentadora, já no palco, dá abertura, de fato, ao programa.

Estaria o PMDB, logo no alvorecer do segundo mandato de Dilma Rousseff, preparando-se para sair dos bastidores e adquirir maior protagonismo na cena política nacional? Este é um dos efeitos de sentido possivelmente gerados pela propaganda e que se coadunam com o contexto político nacional no momento de veiculação da propaganda. Aqui, nos deparamos com mais um acionamento da memória discursiva do (acerca do mundo do teatro) com a finalidade de constituir sentidos em torno do partido e delinear um lugar discursivo e social para o PMDB, um partido de sustentação, de bastidores, mas que, em momentos específicos, é convidado a vir ao palco, para se tornar protagonista na cena política nacional.

A unidade lexical com maior recorrência durante todo o programa é “escolha”.

A apresentadora inicia sua fala exaltando a democracia brasileira e valorizando o pleito de 2014 como uma demonstração da consolidação democrática no país. O seu discurso legitima a escolha feita pelos brasileiros nas eleições, escolha que inclui, obviamente, o PMDB, como parte do governo reeleito.

Na fala do vice-presidente, Michel Temer, que dá continuidade ao programa peemedebista, outros efeitos de sentido podem ser conjecturados para o termo escolha. Temer profere um slogan partidário que seria utilizado ao longo do ano em diversas peças publicitárias da legenda: “O PMDB sempre vai escolher apoiar o Brasil”. Desta fala podem-se extrair alguns efeitos de sentidos que se relacionam à memória discursiva acerca do PMDB. Um partido independente que, nos momentos de impasse político, é capaz de mover-se, fazendo escolhas e indicando um rumo para o país. Como é típico da propaganda política, o slogan tenta estabelecer sentidos positivos para essa característica do partido. A imagem construída é de um PMDB que se move, que faz escolhas, que pode mudar, mas que sempre fará isto com o objetivo de apoiar o Brasil. Com essas mensagens iniciais, fica implícito que o partido está na base do Governo Federal, foi legitimamente escolhido pelo povo para isso, mas que pode mudar, pode fazer outras escolhas, pode sair do governo, mas, sempre, apoiando o interesse do país.

Mantenhamos o foco no termo “escolha”. Ele aparece em praticamente todos os depoimentos de ministros e outras líderes partidários durante a propaganda. Por um lado, legitima-se a escolha eleitoral dos brasileiros em 2014 e enaltece-se a democracia. Por outro, breves depoimentos de ministros apresentam, em tom de *accountability*, os “rumos” ou as “escolhas” feitas pelos seus

ministérios em termos administrativos. Estas escolhas relatadas são, sempre, fundamentadas no “interesse do Brasil”, segundo a propaganda. Os efeitos de sentido trabalhados pelo marketing são: este é o partido que faz escolhas pensando no Brasil. É como se o discurso partidário preparasse os eleitores para uma possível mudança do posicionamento do PMDB com relação ao governo, como se apontasse para escolhas políticas diferentes por parte do partido nos próximos tempos, o que realmente ocorreria em 2016. Esse efeito de sentido é corroborado, por exemplo, com o texto de abertura da propaganda, que já mencionamos: “Não, Não são as estrelas que vão me guiar. São as escolhas que vão me levar”. Isto é, o PMDB não está a reboque do PT. É um partido livre para fazer suas escolhas e para apoiar o Brasil, assim com o eleitor o faz quando exerce seu direito de voto.

A segunda propaganda analisada, que foi ao ar já em setembro de 2015, momento em que a turbulência política e econômica se agravava no Brasil, tem uma aura mais negativa, com o partido ocupando um lugar de fala mais crítico em relação à situação do país. O discurso utilizado evoca a ideia de campanha permanente, ao remeter a estratégias de um partido que busca romper com o governo e assumir o poder. Dessa forma, a apresentadora abre o programa tratando da crise que o país enfrenta. Logo no início, ela sugere uma solução numa fala de efeito: “É hora de deixar estrelismos de lado. É hora de virar este jogo, é hora de reunificar os sonhos”. Mais uma vez, a exemplo do que ocorreu na propaganda de fevereiro, a memória discursiva em torno do principal símbolo do Partido dos Trabalhadores, a estrela, é explorada para criar efeitos de sentidos que indicam um distanciamento entre o PMDB e o PT.

Nesta abertura do programa de setembro, no momento em que a apresentadora pronuncia a frase “é hora de reunificar os sonhos”, o vídeo exhibe um mosaico formado por numerosas faces. São os rostos de lideranças do PMDB. É possível identificar Romero Jucá, Moreira Franco, dentre outros. Essas faces em mosaico vão se distanciando e a imagem sendo desfocada. Gradativamente, essa justaposição das faces de diversos líderes dá origem à imagem de Michel Temer. A apresentadora anuncia que “é hora de reunificar os sonhos” e a imagem mostra Temer surgindo da união de diversos líderes. Podemos apontar, como efeito de sentido possível, a nomeação de Temer como um dos líderes indicados para proceder à unificação do país.

Temer fala sobre a crise política e econômica. Diz ser “imprescindível unir forças”. Aliás, os léxicos mais recorrentes neste programa foram: “união/ unir/ unificar” e “verdade/ verdadeiro”. Essas expressões aparecem praticamente em todos os depoimentos do programa. Uma característica marcante da peça de setembro é a participação de um número elevado de líderes partidários. O tempo da propaganda é dividido de modo que muitos líderes possam aparecer e deixar a sua fala, mesmo que por poucos segundos. Têm espaço nada menos do que 25 estados, além do Distrito Federal. Essa sucessão de líderes se coaduna com uma das características marcantes do PMDB e que está inscrita na memória discursiva do eleitorado nacional: o tamanho, a abrangência, a capilaridade do partido, presente nos mais longínquos rincões do país.

A fala de Confúcio Moura, governador de Rondônia, é ilustrativa da mensagem central trazida pela propaganda: “Ninguém mais do que o PMDB tem representatividade

em todo o país, para unir forças e acertar as contas com a verdade e vencer essa crise”. Os léxicos “união” e “unificação” fazem parte da memória discursiva em torno do PMDB, conforme já observamos. O termo “verdade” é parte da memória discursiva do cidadão com relação ao contexto político de quando o programa foi ao ar. Com as investigações de corrupção na Petrobras, que afetavam a imagem do governo, a desconfiança predominava na opinião pública.

Renan Filho, governador de Alagoas, evoca a postura de moderação presente na memória discursiva sobre o PMDB: “Calm, prudência e união criam um ambiente favorável para recolocar o país na direção do crescimento”. Leonardo Picciani, líder do PMDB na Câmara, postula: “Nada mais natural que o maior partido do Brasil propor o diálogo e encaminhar mudanças”. Moreira Franco, presidente do instituto Ulisses Guimarães, complementa evocando a história do partido: “Foi assim na volta da democracia, na estabilização da nossa moeda, nos avanços sociais dos últimos anos. Vai ser assim também agora. Na reunificação do país. O PMDB forte faz você forte. Faz o Brasil Forte”.

Mesmo que o programa de setembro seja mais crítico ao Governo Federal, em ambas as peças o partido transitou por lugares discursivos distintos, ora se aproximando da posição de situação política, ora contemplando uma postura de oposição ao PT. Esse movimento, essa oscilação, essa posição imbricada é justamente o que define o lugar de fala peemedebista, um lugar de fala transversal. As ideias-chave utilizadas nos programas e que se apoiam na memória discursiva acerca do PMDB atribuem ao partido características como a conciliação, o diálogo, a unificação de forças, o equilíbrio,

a moderação. O lugar de fala construído é justamente um lugar de discursos entrecruzados. Assim, o tamanho do partido, “o maior do Brasil” nos termos de Picciani, é um das justificativas implícitas para a sua postura móvel, transigente, negociadora.

7. ACREDITAR É AVANÇAR: O LUGAR DE FALA DE OPOSIÇÃO E O ENSAIO PARA ASSUMIR O PODER

O programa partidário do PMDB, veiculado no dia 25 de fevereiro de 2016, é uma clara referência às duas peças de propaganda levadas ao ar no ano anterior. A mesma apresentadora, o mesmo cenário (um palco de teatro escuro) e a mesma estratégia de dar voz a um número variado de lideranças constituem o produto como um “terceiro ato” de um discurso que faz o PMDB assumir o lugar de fala de protagonista na condução dos rumos políticos do país, o de ator principal pronto para entrar em cena e de pacificador e unificador.

A despeito desses dois últimos adjetivos, a que se destacar os principais léxicos a que recorre o programa: união/unificar/reunir e pacificação/pacificador/diálogo. O primeiro grupo aciona a memória discursiva destacada, inclusive, pelos programas de 2015, que remontam ao PMDB como precizador de diálogos e entendimentos, como tem sido construído transversalmente nos interdiscursos e nas produções de sentido evocadas por eles ao longo da história: o PMDB que conduz à redemocratização de forma pacífica; o PMDB que garante a

unidade de vozes distintas na promulgação da constituição cidadã; o PMDB capaz de ser sustentáculo do presidencialismo de coalizão e garantir a governabilidade.

Assim como referendado nos estudos da escola francesa de análise do discurso, é preciso compreender formações discursivas com base na evocação de memórias discursivas que garantam produções de sentido fundamentadas em ditos que subentendem os não ditos. Assim, ao se colocar como partido pacificador, há uma clara referência à crise política enfrentada pelo país e uma crítica implícita à presidente Dilma Rousseff, a quem reiteradamente são destinadas críticas quanto à sua capacidade de constituir consensos e articulações políticas.

O partido assume, pela primeira vez, o lugar de fala de oposição. Abandonando algumas construções baseadas na ambivalência discursiva, o partido posiciona-se como crítico ardoroso e cita, inclusive, planos de governo alternativos, ainda que continuasse no governo. Além da ausência de todos os ministros do partido no programa, a peça começa com uma mensagem que delimita e introduz o lugar de fala a ser ocupado e, igualmente, evoca produções de sentido esperadas, que possam visualizar o PMDB como principal força capaz de mudar a situação: “Vimos 2015 ir embora. Um ano que todos queriam que acabasse logo. Sem definirmos para onde ir; sem uma direção firme a seguir. E entramos em 2016 com a mesma sensação de impotência, porque o desentendimento continua: e é grande!”.

Ao dizer que “o ano de 2015 foi embora” o partido, assumindo lugar de fala crítico, aciona efeitos de sentido que veem a situação como emergencial. Houve uma perda de tempo e, desta forma, é preciso atitudes

rápidas. Isso é corroborado e explicitado na fala do senador Eunício Oliveira: “Este ano é crucial para o Brasil: ou buscamos entendimento, ou o país corre o risco de perder as conquistas feitas”; ou ainda na sentença enunciada pela deputada estadual Andrea Murad: “Perdemos um ano a espera de soluções para a crise: é muito tempo!”.

É importante destacar que, além dos léxicos que referenciam à necessidade de união, o partido produz um texto unificador. Embora vários líderes apareçam no programa, todos eles pronunciam partes de um único texto, o que fica claro nas sequências discursivas e com o uso, inclusive, de reticências nas legendas. Isso reforça a ideia de que o sujeito enunciador não se materializa como sujeito do discurso. Este, de forma mais complexa, reúne várias vozes e interdiscursos na formação de uma mensagem.

Embora também não seja citado, o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff é lembrado pela peça. O senador Garibaldi Alves enuncia: “Não se trata de defender este ou aquele governo: salvar a pele de um ou de outro”. A fala reforça a transição do lugar de fala promovida pela formação discursiva deste programa: o PMDB mostra não ter qualquer responsabilidade em defender o governo impopular. Mais uma vez, de forma reiterada, é lembrado que o PMDB “toma partido do Brasil”.

O prenúncio da eminente discussão do processo de impeachment, já acatado pelo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, faz com que o programa recorra a léxicos e acione produções de sentido que afastem a legenda de qualquer crítica de ilegalidade ou conspiração: a memória discursiva lembra o PMDB como liderança de processos democráticos,

sendo inclusive reforçado pela sigla histórica. Desta forma, Eduardo Cunha enuncia a ideia de que o Brasil vive um Estado de Direito e assegura a legitimidade das instituições: “o que vale para um, vale para todos”. A sentença visa a produzir o sentido de que não há tratamentos injustos, já antevendo as possíveis críticas ao processo que viria a ser enfrentado por Dilma.

O deputado federal Mauro Lopes enfatiza que “o PMDB nunca hesitou em assumir a responsabilidade, em tomar a dianteira e liderar um movimento para reunificar o país e restabelecer a confiança”. Essa construção já introduz a apresentação personalista das propostas do partido, chamando o documento onde elas estão contidas de “Plano Temer”. Desta forma, embora não cite nenhuma proposição objetiva, o partido busca produzir o sentido de que, embora seja uma agremiação de lideranças em todo país, está unida em torno de seu líder: o presidente da legenda e vice-presidente da república, Michel Temer.

Vale destacar que, na segunda parte do programa, embora de maneira sutil, porque o cenário é o mesmo e o enquadramento também, são apresentados os pré-candidatos a prefeito de capitais. O destaque é para Pedro Paulo, possível candidato à prefeitura do Rio de Janeiro, e Marta Suplicy, que deve disputar o cargo em São Paulo. O primeiro, ao lembrar do espírito olímpico, já que a cidade governada pelo partido vai sediar as Olimpíadas de 2016, busca a memória discursiva presente no esporte, em que a vitória é a meta e a união e obstinação são valorizadas nessas lutas. Assim, ele assume também o lugar de fala de um atleta em disputa, em que a sua meta é a vitória eleitoral: “Porque toda vitória é fruto de esforço, de comprometimento, de um trabalho intenso

e diário. A ideia é sempre de superação, de chegar ao lugar mais alto do pódio. Acredite: o Brasil sai da crise e sai grande”.

O programa é encerrado com uma reiteração de que o partido, sob a liderança de Michel Temer, que vocaliza a mensagem, é o meio capaz de pacificar o país. Assim, assume o lugar de fala de oposição e se coloca como opção para superar a crise. Aciona a memória discursiva de grandes crises que o país viveu, onde o próprio partido despontou como ator de garantias de estabilidade. Recorrendo a isso, Temer argumenta que tem convicção, depois de muitos outros líderes usarem os léxicos afirmativos do “é possível sim”. O PMDB diz que é possível e se coloca como capaz de garantir as possibilidades de que fala: este é o principal efeito de sentido buscado, já que meses depois desembarcaria oficialmente do governo e assumiria o protagonismo no afastamento de Dilma Rousseff da presidência da república.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questionou-se o corpus acerca do acionamento de elementos da memória discursiva que implicassem em constituição de um lugar de fala que definisse o partido, que lhe conferisse identidade discursiva própria. Identificamos a recorrência e a centralidade de léxicos como “escolha/ escolher / escolhemos”, “união / unir / unificar / reunificar”, “diálogo”, “verdade / verdadeiro”, “estrela / estrelismo”.

Os termos “escolha/escolher” foram utilizados para enaltecer a democracia e legitimar a opção eleitoral dos brasileiros em 2014, mas também em referência ao momento político em que o país se encontrava em 2015 – contexto de crise, desafios, o que impõem novas escolhas. Em momentos de impasse, temos que definir um rumo, fazer opções. E o PMDB se dispõe a ajudar o país a fazê-lo, segundo a propaganda.

Os léxicos “união/unir/unificar/reunificar” e “diálogo” remetem à memória discursiva do PMDB como um partido moderado, de centro e que se articula como uma sigla de sustentação, bastião da governabilidade. Momentos em que o PMDB esteve à frente de transições políticas relevantes no cenário nacional – como a constituição de 1988, o governo Itamar Franco, por exemplo – são evocados pela propaganda para justificar um maior protagonismo do partido na cena política de 2015. O discurso do PMDB defende a convergência e a conciliação de interesses como saída para a crise e aponta o partido como o mais indicado para promover essa união de forças e esse diálogo que seriam necessários à superação dos impasses enfrentados pelo país. Os léxicos “estrela/estrelismo” remetem à memória discursiva como símbolo do PT. O discurso peemedebista usa tal registro de memória para marcar um distanciamento em relação a este outro partido, numa postura crítica ao governo que o próprio PMDB sustenta. “É hora de deixar de estrelismos”, diz a propaganda. Em passagens como esta, percebe-se que o discurso peemedebista prenuncia o rompimento com o governo Dilma ao assumir um discurso oposicionista de que o “mundo atual” não estava bom e precisava ser alterado (Figueiredo *et al*, 1998).

Dessa forma, o PMDB adotou um discurso transversal e transitou por lugares de fala distintos: 1) o de crítico ao governo, marcando um distanciamento em relação ao PT; 2) o de governista, quando ministros de estado prestam contas de seus ministérios na propaganda do partido. A personificação, estratégia discursiva típica da mídia e da política contemporânea (GOMES, 2004), ocorre, nas propagandas analisadas, sobretudo, em torno da figura do então vice-presidente, Michel Temer. Por outro lado, o grande número de membros do partido que discursa, com destaque para a representação de quase todos os estados do país, remete à capilaridade do partido

que se auto-intitula “o maior do Brasil”. É justamente essa heterogeneidade, essa composição mista e capilar, essa memória de conciliação, moderação, centrismo, negociação, diálogo que é evocada pelo PMDB para lhe permitir transitar por distintas posições que transpassam as formações discursivas do governo e da oposição. Assim, constitui-se um lugar de fala transversal, ambíguo, ambivalente, mas que é próprio do PMDB, um partido com atuação típica de bastidores, mas que pode vir à cena para promover transições ou moderar impasses e situações conflituosas, promover a “união”, o “diálogo”, apontar caminhos, revelar “a verdade”, segundo a propaganda. ■

[LUIZ ADEMIR DE OLIVEIRA]

Mestre em Comunicação Social (UFMG). Mestre e Doutor em Ciência Política (IUPERJ). Docente do Curso de Comunicação Social da UFSJ e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da UFJF.
E-mail: luizoli@ufsjeu.br

[VINICIUS BORGES GOMES]

Mestrando em Comunicação Social no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da UFJF.
E-mail: vinicius.borges2506@gmail.com

[FERNANDO DE RESENDE CHAVES]

Mestrando em Comunicação Social no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da UFJF.
E-mail: fexaves@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. “Pesquisa brasileira de mídia 2015: Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira”. – Brasília: Secom, 2014.

BLUMENTHAL, S. **The Pemanent Campaign**: inside the world of elite political operatives. [S. l.]: [s. n.], 1980.

FIGUEIREDO, Marcus *et al.* Estratégias de Persuasão em Eleições Majoritárias. Uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**. Campinas, v. 4, n. 3, p. 109-120, 1998.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, Freda (org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

LILLEKER, D. G. **Key concepts in political communication**. London: Sage Publications Ltd, 2007.

MITTMANN, Solange. Nem lá nem aqui: o percurso de um enunciado. In: INDRUSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MOTA, R.P.S. **Introdução à história dos Partidos Políticos Brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ORLANDI, P. Eni. **Cidade dos Sentidos**, Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANI, P. Eni. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2005

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. (Org.). **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

SILVA, O.S.F. **Os ditos e os não-ditos do discurso**: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem. Salvador, Revista da Faced, 2008.

MUJERES,
MOVIMIENTOS
EMACIPATORIOS
Y LIDERAZGOS
DISRUPTIVOS: LA
ORGANIZACIÓN
BARRIAL TUPAC
AMARU DESDE
EL NORTE
ARGENTINO

[ARTIGO]

Melina Gaona

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artículo busca analizar a la organización barrial Tupac Amaru de Jujuy (Argentina) desde una crítica cultural con perspectiva de género. Este abordaje se pregunta acerca de una configuración multitudinaria en la que se reconocen rasgos emancipatorios comunes a los movimientos de mujeres, y, por otro lado, las características destacables en la enunciación performática por parte de la líder de la organización Tupac Amaru. Ambas propuestas intentan echar luz desde un enfoque de género sobre dimensiones de un movimiento cuestionado, discutido y a esta altura vastamente transitado desde el plano académico, jurídico, mediático, y social en su conjunto.

Palabras clave: Mujeres. Liderazgo. Tupac Amaru.

This article analyzes Jujuy's organization Tupac Amaru from a critical approach and a gender perspective. It questions a multitude in which one can find emancipatory features such as the ones in women movements. Besides the article analyses notable characteristics in the performative enunciation of the Tupac Amaru's female leader. Both propositions focus from gender perspectives on dimensions rarely noticed on a movement commonly questioned, disputed, and by now vastly visited from the academic, judicial, media and wide social files.

Keywords: Women. Leadership. Tupac Amaru.

Este artigo procura analisar a organização Barrial Tupac Amaru de Jujuy (Argentina) a partir de uma crítica cultural com perspectiva de gênero. Esta abordagem questiona-se sobre uma configuração popular na qual se reconhecem características emancipatórias comuns aos movimentos de mulheres e, por outro lado, as características destacáveis na enunciação performativa por parte da líder da organização Tupac Amaru. Ambas propostas pretendem lançar luz a partir de uma perspectiva de gênero nas dimensões de um movimento questionado e discutido e, neste momento, vastamente percorrido desde o plano acadêmico, jurídico, midiático e social em seu conjunto.

Palavras-chave: Mulheres. Liderança. Tupac Amaru.

INTRODUCCIÓN

En el noroeste argentino, más puntualmente en la provincia fronteriza de Jujuy, se ha conformado desde principios de siglo un movimiento colectivo con base originaria en demandas de clase, pero que a lo largo de los años ha sabido encausar el abanico más amplio y prolífico de demandas en términos de recomposición social y reconocimiento en cuestiones étnicas, de género y sexualidades, de luchas históricas de derechos humanos, de nacionalidad, etarias, etc.

Esta organización, la organización barrial Tupac Amaru, ha llegado a reunir a decenas de miles de personas que trabajan y militan en la órbita del movimiento. A través del uso de fondos y programas estatales a nivel provincial y nacional, ha generado un sistema de provisión de empleo, vivienda, salud, educación y estímulo cultural, que ha propiciado la construcción de miles de nuevos hogares, fábricas, centros de salud, escuelas, piletas, parques, centros culturales, e inclusive templos para la reactivación de rituales de corte indígena. Esta profusión de nuevas materialidades en la vida de las personas ha estado gestado, producido y dirigido sobre todo a sectores históricamente relegados de la participación ciudadana en la provincia de Jujuy.

Interpretada muchas veces como un movimiento de corte sindicalista, el modo en el que han articulado y participado en el plano de disputa político-cultural más álgido de casi las últimas dos décadas la posiciona como una pluralidad de multitudes difícilmente conceptualizable a priori. A partir de este expansivo accionar se establece que el peso de la Tupac Amaru a nivel

político y simbólico en el plano contemporáneo a nivel nacional la ubicará como bisagra histórica de los movimientos sociales y de las formas de empoderamiento por parte de los sectores populares.

La líder histórica de esta organización es Milagro Sala, una mujer indígena con militancia en sindicatos estatales, de adscripción peronista y de una presencia pública muchas veces definida como avasallante. Desde enero de 2016, en el marco de una protesta de vigilia y acampe para ser atendidos por el gobierno provincial recientemente asumido, la líder de la Tupac Amaru –ya en ese momento electa parlamentaria del Mercosur– fue apresada bajo los cargos de sedición e instigación a cometer delito. Desde ese entonces, se han ido acumulando distintos cargos penales vinculados al supuesto accionar violento y a la malversación de fondos. Si bien se han diversificado solidaridades a lo largo de todo el mundo¹ por lo que la misma Organización de las Naciones Unidas ha considerado una detención arbitraria², las presiones del poder ejecutivo sobre el poder judicial han operado para sostenerla en cautiverio.

[1] El papa Francisco se mostró en solidaridad con su detención enviándole un rosario desde el vaticano. Así también lo hicieron organizaciones de derechos humanos a nivel nacional e internacional (Amnistía Internacional, el CELS, entre otros) que se pronunciaron de manera inmediata solicitando su liberación. Asimismo, se han conformado en todo el país comités en pedido por la liberación de Milagro Sala que reúnen a cientos de académicos, políticos, sindicalistas, y figuras reconocidas que intentan visibilizar la situación de la provincia de Jujuy.

[2] Al respecto ver: <http://amnistia.org.ar/naciones-unidas-solicita-la-liberacion-inmediata-de-milagro-sala/>

Buena parte de la crítica previa al proyecto político de la organización Tupac Amaru ha operado casi exclusivamente por los carriles del campo discursivo difamatorio respecto de las formas de ejercicio de la violencia que ‘evidencian’, y que, como parte de esa violencia, Milagro Sala parece construir en la performance de su rol de liderazgo. En la escena pública-política de la Tupac Amaru, como en distintos movimientos sociales de este tipo, convergen así representaciones gregarias de la masa.

Lo cierto es que al concebir a un sujeto como parte de una anomia social o como violentose disipa cualquier argumentación respecto del proceder político y se traslada el foco comprensivo a las únicas aparentes vías de incorporación: la adhesión o el rechazo. Parece por momentos inaudible la voz política. Sin embargo, se ha construido de manera indubitable un liderazgo político y un movimiento transformador para los sectores populares del noroeste argentino.

Habiendo planteado este panorama contextual el desarrollo de este artículo procura de aquí en adelante construir a partir de un abordaje de género con una metodología etnográfica multi-situada³ interpretaciones acerca de la incorporación de las mujeres al colectivo en su conjunto, y de la configuración performática y representacional de su líder política.

La primera propuesta desprendida de esta investigación se refiere a contemplar a

la experiencia de la Tupac Amaru como un movimiento de mujeres⁴. Esta formulación provisoria responde al reconocimiento de ciertas características que aluden a un tipo de articulación multitudinaria solidificada en el reconocimiento de opresiones comunes –que sin embargo no las convierten en sujetos homogéneos⁵– con una productividad política creativa que apunta a la raíz de lo cotidiano para establecer contiendas en puntos nodales opresivos.

Supone sí la lucha un piso de derechos en términos contemporáneos de inclusión, pero estas demandas no se capturan del todo en ciudadanías del reconocimiento o de la recomposición (Fraser, 2008), sino que interpretan estas vías como conductos hacia dignificaciones de la experiencia y de la habitabilidad de la existencia (Butler, 2005).

La segunda hipótesis de este trabajo sostiene que el liderazgo de Sala se ejerce mediante un descentramiento de los roles de género esperables entre las mujeres políticas visibles y las figuras de la femineidad

[3] La propuesta que resulta de un abordaje de estas características en combinación con un enfoque de crítica cultural construye una “cartografía deseante” (Perlóngher, 2008: 65), esto es, un mapa de los efectos de superficie a partir de una operación rizomática sobre los ejercicios concretos en torno del movimiento analizado.

[4] Se entiende que la Tupac Amaru es un movimiento constituido por varones y mujeres que no se identifica a sí misma como un movimiento feminista, y que se desenvuelve en contextos tendientes a los giros de tendencia patriarcal como son los sindicatos y los movimientos de clase, pero cuyas reacciones históricas han apuntado a la transformación de las vidas de sujetos subalternos como son las mujeres –y mujeres que no responden a las conformidades culturales del género–, varones no hegemónicos, ancianos y jóvenes en condiciones de vulneración.

[5] Esta es una apelación al distanciamiento de un colectivo homogéneo a fin de apartarse de los conceptos decimonónicos del movimiento de mujeres. Cuando “la mujer” construida en razón de su rol de diferencia designado a partir de la distribución en la producción occidental heteropatriarcal termina ocluyendo a todas aquellas que no pueden definir sus opresiones a partir de estos criterios, las definiciones acerca de qué se entiende por mujer resultan poco productivas a nivel político.

hegemónicas. Esto sin embargo requiere comprender que, más allá de la ratificación en los sectores populares en lo que refiere a su rol de líder en la organización, en cualquier elaboración corporal disruptiva el agente opera en torno de las precariedades del género.

En base a estos postulados, este artículo se despliega a partir de dos ejes: el carácter particular de este colectivo para considerar sus rasgos como movimiento emancipatorio; y las operaciones por las cuales un liderazgo disruptivo se consolida como parte sustancial de los argumentos de reacción social estigmatizante y, seguidamente, criminalizante.

2. LAS MUJERES EN LA TUPAC AMARU

El trabajo territorial llevado adelante por la Tupac retoma el accionar de muchas organizaciones sociales del país. Esto es la producción de un hábitat a partir de la gestión de programas nacionales de políticas habitacionales. En lo que respecta al proceso de trabajo en la construcción de viviendas se recoge a partir de relatos y entrevistas que fue dentro del mismo grupo en donde se propiciaron las bases para la formación de los obreros y obreras que ingresaron a las cooperativas, ya que casi en su totalidad se trataba de personas sin experiencia previa en la construcción.

Un número significativo de esos obreros fueron y son mujeres, gran parte de las cuales no habían tenido hasta el ingreso a la Tupac Amaru experiencia previa en albañilería, herrería y construcción. Los oficios

aprendidos son variados y comprenden tareas tales como levantar paredes, hacer el revoque grueso y el revoque fino, el preparado de las mezclas de cemento, el zarandeo de arena, la instalación de cerámicos y cielorrasos de machimbre, la realización de instalaciones eléctricas, de gas y de cañerías, el armado de los estribos y armaduras de hierro para las casas, la construcción de los bloques de cemento, el armado de la carpintería metálica, y la pintura de las viviendas, entre otras tareas.

En el caso de las obras, la mayoría son mujeres. Si vos vas a la parte de hierros, todo lo que es estructura de hierros, son todas mujeres las que realizan. La sede está hecha por mujeres. Quien cavó para la pileta climatizada fue una mujer que manejó esa máquina. Que nos extrañó a todos ver semejante monstruo con una mujer manejando, imaginate para nosotros el orgullo, viste. Los muchachos se quedaban con la boca abierta, pero es lindo porque la mujer está abarcando un lugar hoy en día parejo. Y bueno, está saliendo a luchar. Ya no te quedás en casa y te quedás con el conformismo. Yo creo que ahora la mujer tiene muchas posibilidades (entrevista a obrera).

Entre las mujeres, un gran número de las incluidas en los proyectos de construcción de viviendas son madres solteras, mujeres embarazadas⁶, mujeres lesbianas y trans, analfabetas, ex presidiarias, mujeres con problemas de salud (sobrepeso, por ejemplo)

[6] En los casos en los que se mantiene en la sección de obras a las mujeres embarazadas, se las reasigna al sector encargado de inventarios de herramientas y materiales. Lo más habitual, sin embargo, es que sean reasignadas al estímulo y cuidado de los niños en las guarderías de la organización.

y en un rango de edad que no entra dentro de los requisitos que se exigen habitualmente en el universo laboral privado. Por otro lado, es relevante señalar la participación de estas mujeres ocupando un rol, no solo como constructoras u obreras, sino también como presidentas de cooperativas y encargadas de obras, cargos jerárquicos pocas veces alcanzados por mujeres en el ámbito laboral, en la acción sindical, y en el trabajo popular y comunitario.

Por otra parte, un factor fundamental que hace a la especificidad de la incorporación laboral masiva de mujeres en la organización Tupac Amaru tiene que ver con el sistema comunitario de cuidado de la infancia temprana (“guarderías”) enfocado sobre todo en los hijos e hijas de los cooperativistas de obras⁷. Estas salas para la primera infancia funcionan durante los horarios de trabajo de las obras de construcción, por lo que muchos adultos pueden delegar el cuidado de los niños fuera del ámbito doméstico o familiar directo.

La provisión de infraestructura y servicios de apoyo para cubrir las necesidades de los niños y niñas hacen al bienestar social familiar y a mayores condiciones de igualdad en el acceso al trabajo remunerado entre mujeres y varones. De no existir beneficios comunitarios como estos para armonizar la vida laboral y familiar/doméstica, se terminan por ensanchar brechas entre familias con mayores recursos – que pueden acceder a servicios pagos de este tipo para que todos los adultos trabajen de forma remunerada

– y las familias de niveles socioeconómicos más bajos que no pueden costear estos servicios. Ajustar la inserción laboral a la oferta pública y gratuita de servicios de protección infantil condiciona y genera aún más desventajas si no se ofrecen de forma suficiente para una demanda existente.

Al interior de las preguntas movilizadas en este punto, se procura considerar qué particularidades y tensiones ha guardado históricamente la Tupac Amaru en los procesos inclusivos de las mujeres. Un ejemplo de estos procesos refiere a la especificidad de pensar a las obreras y militantes, y por qué aún hoy es relevante señalar que las mujeres emprendan y ocupen un rol destacado en cantidad y en jerarquías en lo que respecta al trabajo y a la militancia entre los sectores populares.

Es importante sentar que hablar de mujeres implica un ejercicio de complejización de la categoría más allá de la habitual presunción de la construcción cultural sobre una condición biológica (Lamas, 2000). Esta acepción común acerca de la diferencia de género esquivaba un debate profundo acerca de lo que supone constituir a todas las inequidades a partir de una raíz supuestamente natural. Si bien el análisis basado en la distinción binaria (varón/mujer) permite hacer visibles condicionamientos y desigualdades históricas a modo de puntos de partida analíticos, este tipo de acepciones sobre la constitución del colectivo ‘mujeres’ no puede agotarse en una elaboración que las construya solo en condición de diferencia respecto de un ‘uno’⁸. En este sentido, el

[7] Estas salas de cuidado se encargan no sólo de la estimulación y socialización de los niños y niñas, sino también de la provisión de al menos tres comidas a lo largo del día, y de controles médicos semanales para cada uno de los chicos en la misma esfera de cuidado y salud brindada por la organización.

[8] La cuestión no es escapar del binarismo, ni negarlo, claro está. El alerta sobre ellos persiste en la pregunta acerca de por qué reaparecen permanentemente los binarios (Grossberg, 2006).

potencial de la categoría analítica mujeres se fortalece al concebirla más allá del sistema varón/mujer, que en definitiva responde a percepciones hegemónicas heterocentradas, patriarcales y modernas occidentales.

Escapar de la universalidad del concepto, tal como ha transcurrido en los debates durante las últimas décadas al interior del feminismo, nos permite distinguir las situaciones que atraviesan a todas las mujeres invisibilizadas en la caracterización hegemónica de la mujer y de su rol social. Para ello, el feminismo poscolonial, el feminismo lesbiano, el feminismo negro y el postfeminismo han servido para iluminar la diversidad de opresiones que se intersectan con el género al pensar la etnia, la clase, la raza, la sexualidad, la identidad de género, la nacionalidad y la edad como factores que inscriben otro tipo de experiencias sobre los cuerpos más allá de la caracterización hegemónica de la mujer (Paredes y Galindo, 1992; Mujeres creando, 2005; Rich, 1980; Wittig, 1992; Curiel, 2011; Segato, 2007; Anzaldúa, 1987; Lorde, 1984; bell hooks, 1981; Haraway, 1991; Spivak, 2011; Butler, 2008, 2007, 2005)⁹. Esta explicitación acerca de las condiciones de

heterogeneidad del colectivo abre la posibilidad a pensar otro tipo de situaciones, tanto en lo que refiere a otras subordinaciones, como a otras acciones agentes.

Es necesario asumir entonces que se atiende al concepto de mujeres como un signifiante político, y que más que interpretar a las mujeres como un colectivo unificado a priori por una condición aparentemente dada, conviene tomar como punto de partida los dispositivos de subjetivación por los cuales se han configurado sujetos plausibles de ser subyugados en razón de operaciones que las configuran a la vez que las posicionan con roles condicionantes en los sistemas productivos. Estos dispositivos operan disponiendo corporalidades en las que confluyen una multiplicidad de intersecciones que tienen que ver con el marco cultural a partir del cual se dispongan condiciones específicas para el género, la sexualidad, la raza, la etnia, las discapacidades, la edad social, la religión, la nacionalidad, etc. Construir esta conceptualización acerca del colectivo de mujeres permite abrir la veta del análisis que aprovecha la lente epistemológica del género para indagar en experiencias, identificaciones y materialidades en la reproducción empírica analizada en base a una reconfiguración de las prioridades analíticas.

Es importante destacar virtudes de abordajes que atiendan a estos criterios no solo porque en muchas aproximaciones analíticas sobre sectores pobres o empobrecidos suele hacerse foco en la condición de clase por sobre los demás factores de vulneración, sino porque cuando efectivamente se considera el elemento de género para pensar la condición de las mujeres pobres, se lo hace caracterizándolas como colectivo en función de un rol sociocultural

[9] "Estas teorías del posicionamiento social de las mujeres sientan las bases y organizan la teoría feminista 'genérica', en la que conceptos como 'la casa de la diferencia' (Lorde), 'conciencia opositiva' (Sandoval), 'mujerismo' (Walker), 'desplazamiento desde el centro a los márgenes' (Spivak), 'feminismo del Tercer Mundo' (Moraga y Smith), 'el mundo zurdo' (Anzaldúa y Moraga), 'la mestiza' (Andalucía), 'capitalismo patriarcal racialmente estructurado' (Bhavnani y Coulson, 1986) y 'el otro inadecuado' (Trinh, 1986-7, 1989) estructuran el campo del discurso feminista conforme éste descodifica lo que suele entenderse por 'mujer' tanto dentro como fuera del 'feminismo'. Asimismo han surgido metáforas complejamente relacionadas en la escritura feminista de las 'mujeres blancas': 'clases político-sexuales' (Sofoulis, 1987), 'cyborg' (Haraway, 1985); y el sujeto mujer del feminismo (de Lauretis, 1987)" (Haraway, 1991: 243-244).

dominante establecido: como vehículos de las necesidades ajenas, como un sector históricamente relegado a las tareas domésticas, como un sector cuya participación política y en el ámbito público en términos de militancia ha sido invisibilizado, o como colectivo homogéneo con el potencial para establecer una “agenda de temas de mujeres” (Di Marco, 2011; Partenio, 2008), soslayando dichas demandas al perfil hegemónico previamente construido.

Todos estos factores son señalados como parte de un tema prolífica y fructíferamente estudiado, habiendo investigaciones antecedentes que sostienen y confirman estas premisas, las cuales son también parte de nuestras herramientas analíticas (Andújar, 2005; Di Marco, 2011; Partenio, 2008; Causa y Ojam 2008; Svampa y Pereyra, 2003 [cap. 4]). Además de las características enunciadas se reconoce una sumatoria de elementos que hace también a la vulneración de las posibilidades en la situación de las mujeres obreras.

El panorama armado acerca de los perfiles de las personas que trabajaban en las cooperativas de construcción de la Tupac Amaru en la ciudad de San Salvador de Jujuy en el año 2010 (Gaona y López, 2013) muestra que: dos de cada tres mujeres no había concluido sus estudios secundarios; el promedio de varones que habían terminado el secundario casi doblaba al de las mujeres que así lo habían hecho (60% versus 33%); y aun siendo el doble las mujeres en la muestra, era igual el número de varones que de mujeres que habían accedido o accedían a una enseñanza superior. Entre las quince jóvenes menores a veintinueve años, diez no habían concluido el secundario. El dato más relevante es que en todos los casos se trataba de jóvenes con hijos o embarazadas.

La maternidad adolescente incide decisivamente sobre las oportunidades y condicionamientos en su formación y futuras perspectivas de trabajo (Silveira y Camusso Pintos, 2010). Y, de hecho, en seis de los diez casos en los que las jóvenes decidieron interrumpir sus estudios ellas aluden que fue debido a la maternidad adolescente. Por otro lado, entre aquellas que ya habían tenido la oportunidad de trabajar de forma remunerada fuera del hogar, los empleos previos a los que pudieron acceder estas mujeres eran de inserción endeble, esporádicos, ocasionales, y la precariedad era un rasgo dominante en sus experiencias de trabajo.

Respecto de los trayectos previos de las militantes incorporadas, se confirma lo reconocido por la literatura en torno de las mujeres y las clases populares. Así es evidenciable el modo en que opera en sus trayectorias un proceso de “feminización de la pobreza”. Con esto nos referimos a la mayor posibilidad de las mujeres de ser pobres, debido a la discriminación laboral y a una menor tasa de empleo¹⁰; a los menores ingresos alcanzados por jornadas más largas; lo que también lleva a la mayor posibilidad de que un hogar sostenido por una mujer tenga más posibilidades de caer en la pobreza; la invisibilización y la falta de retribución por el trabajo doméstico, de reproducción familiar y de cuidado; la falta de recompensa al trabajo comunitario; que además deviene en pobreza de tiempo¹¹ en

[10] Si bien las mujeres representan la mitad de la población, su tasa de empleo es más baja que la de los varones (en Argentina 43,1% para las mujeres y 67,8% para los varones, Encuesta Permanente de Hogares [EPH]. 3er trimestre de 2013).

[11] Rotondi (2000) asegura que la mujer tiende a acceder a empleos cerca de su casa debido a la pobreza de tiempo, dado que dispondría de menor tiempo por la cantidad de tareas y responsabilidades asumidas por

la combinación de estas tareas y de otras responsabilidades como tiempo de empleo remunerado, y tiempo de domesticidades y cuidado familiar; así como las mayores dificultades de acceso a una cobertura básica e informada en la salud.

Acerca de la conformación de hogares en el barrio construido por la organización, en el muestreo realizado sobre 35 hogares, 20 de los 35 eran de jefatura de mujeres solteras, viudas o separadas con hijos. Así, los hogares monoparentales femeninos constituían la morfología familiar más repetida en las viviendas. Gran parte de las mujeres vivía con un solo hijo o hija. Estudios que consideran los índices de pobreza en un hogar con jefatura femenina relevan el modo en que inciden estos factores en el nivel de ingresos total, así como la cantidad de habitantes (su edad y su sexo) por vivienda (Geldstein, 1997; Rondoni, 2000). Empero, ya el hecho de que en el muestreo se encuentren solo hogares monoparentales femeninos da una pauta acerca de la relativa inviabilidad de autonomía y acceso a la vivienda por parte de las mujeres solteras sin hijos respecto de los varones en la misma condición.

Por otra parte, en entrevistas en profundidad entre diez mujeres menores a los 30 años en concubinato dentro del mismo barrio, ocho de ellas asumían realizar todas las tareas domésticas no remuneradas en sus viviendas. De acuerdo con los indicadores relevados por el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social en 2013 (en un

cruce entre la EPH y el Boletín de género de dicho ministerio) las mujeres dedicaban en promedio 6,4 horas del día a tareas domésticas no remuneradas (quehaceres domésticos, apoyo escolar y trabajo de cuidado) frente a un promedio de 3,4 horas por parte de los varones.

Se remarca la relevancia de un fenómeno como la feminización de la pobreza, no para establecer una asociación mecánica entre mujeres y pobreza, o para ubicarlas en un rol fijado como víctimas, sino para instaurar de manera más cabal el modo en el que se estructuran las condiciones de vulnerabilidad en las relaciones de género, con la dimensión de la pobreza como uno de sus factores de incidencia (Chant, 2003).

Cada uno de estos puntos son claves para considerar tanto el modo en el que las mujeres pobres se han incorporado al movimiento de la Tupac Amaru, como las dificultades con las que se encuentran en la reproducción cotidiana de sus vidas. Pero, más allá de esto se sostiene que hay factores que se hacen visibles e interpretables recién de manera directa en contacto con la cotidianidad de las obras, las convivencias y las dinámicas experimentadas a partir de la inserción en la Tupac.

Cabe señalar tres elementos que resultan significativos en la incorporación de las masas del colectivo de mujeres a la organización militante y a las tareas de producción y construcción:

- Primeramente, la genuina consideración por parte de las mujeres de que no existía espacio para ellas por fuera de la Tupac Amaru. El peso de esta expresión no debe tomarse a la ligera. Hablamos de que no solo se trata de que no

coordinar a diario. La reducción del radio de acción cotidiana (en el empleo, el trabajo comunitario y la recreación) también es un factor a tener en cuenta. Así se genera un cruce de empobrecimiento temporal y espacial en la vida de las mujeres.

consigan ámbitos en los cuales desenvolverse en un empleo de condiciones dignas, de respeto y en el que se propicie su participación¹² (con el impulso de redes de cuidado, desarrollo y alimentación infantil, escuelas y centros de salud cercanos); sino, sobre todo, la imposibilidad de imaginar una vivienda como aquella a la que acceden mediante las obras construidas¹³. Cuando se alude a que el espacio social tiene efectos sobre la vida de las personas se alude a la magnitud que supone sentirse materialmente restringida en las posibilidades de habitar otro espacio que no sea el que se encuentra generado, en este caso en la organización.

- En segunda instancia, la veta de reconocimiento de la posibilidad de empoderamiento a partir de encontrarse frente a la figura de una mujer líder con la que se identifican. La atribución de una serie de características a Milagro Sala se encuentra en muchos

casos imbuida de elementos positivos que son próximos a sus propias construcciones de sí mismas. Esta caracterización sobre la que se asienta parte de la identificación se elabora sobre la base de afectividades que cohabitan y no necesariamente son coherentes entre sí. En muchos casos refiere a la perseverancia para alcanzar algo ‘a pesar’ de ser pobre, por no depender de una figura masculina¹⁴, por la fortaleza¹⁵, la dureza, o inclusive por una imagen construida en torno del maternalismo en la figura de Sala¹⁶.

- Un último punto por señalar tiene que ver con el modo en el que la Tupac Amaru ha devenido en ámbito de encuentro de muchas mujeres lesbianas y trans, en tanto opera no sólo como lugar de oferta de empleo y trabajo relativamente estable –en un sector altamente intersectado por la vulneración a partir de la clase, el género, la sexualidad y la elección afectiva–, sino que además se elabora como espacio alterado y distanciado de las lógicas heteronormativas más violentas, desde los espacios institucionales generados para la promoción

[12] “O sea, es más fácil para él [mi marido] conseguir trabajo afuera que para mí. (...) Porque vos salís de acá y a una mujer no la toman en varios lugares para trabajar como se trabaja acá. Y si te toman no creo que te paguen lo que a mí me pagan acá.” (entrevista a obrera).

“La parte que siempre se ve de las mujeres es que siempre viene acá o cayó acá en la organización por un tema de que si no ha sido golpeada, ha sido maltratada por alguna persona, o sometida a algún laburo en el que capaz que no le pagaban bien. La mayoría que llegó acá es porque tuvo necesidades de trabajo y tener bien a sus hijos.” (entrevista a presidente de cooperativa).

[13] “La experiencia que yo tuve fue ser muchacha o niñera. Y la verdad que al compararlo con esto, me quedo con esto. Aparte de tener mi sueldo, mi casa, que vos sabes que si vas al plan FONAVI [Fondo Nacional de Vivienda] tenés que tener plata, ser de cuña o ser hermosa y pasar por las manos de ellos. Y no somos hermosos ni tampoco nada de eso. Acá lo único que a nosotros nos pidieron es organizarnos, trabajar, meterle adelante y cuidarnos entre nosotros.” (entrevista a obrera).

[14] “Acá por lo menos la flaca ha hecho cosas, sin ser diputada, sin ser concejal, sin ser un hombre delante de Milagro, ella lo hizo con lo poco que tenía” (entrevista a obrera).

[15] “Si Milagro no sería una mujer tan emprendedora y tan fuerte, que yo la admiro mucho, te digo que no tendríamos lo que tenemos” (entrevista a militante).

[16] “Por eso te digo que me indigna a mí que si hay alguien, algunos que hablen mal de nuestra mamita, porque yo la considero mi mamita a la Milagro (...). Porque ella, y acá sabemos todos, que de lunes a lunes está de aquí para allá para ver que saca para los que menos tiene. Anda trabajando, mirando en las provincias. Viendo por el que menos tiene para darle una solución” (entrevista a obrera).

del respeto y la valoración¹⁷, hasta el desarrollo afectivo público más cotidiano entre militantes y obreras¹⁸.

3. LA PERFORMACIÓN DE LIDERAZGO DE MILAGRO SALA

Más allá de la elaboración colectiva interna por parte del movimiento, a la par de su desarrollo histórico, también se han ido elaborando configuraciones discursivas que los identifican como anómalos sociales, violentos, o faltos de agencia¹⁹. Este

[17] “Ahora ya salí y todos nos miraban, que salíamos de la mano y más que acá es la igualdad, igual la gente nos miraba mal, porque era muy visible lo que se estaba viendo. Y después la flaca [Milagro] dijo que no había discriminación para nadie. (...) Hasta castigó también a varios” (entrevista a mujer militante).

[18] “Y después yo veía chicas que coqueteaban entre chicas y yo decía ‘qué raro, chica contra chica’. Me quedaba shockeada, no podía creer qué pasó. O chango contra chango. Y acá en la Tupac se ve eso. Chu qué raro” (entrevista a mujer militante).

[19] Cuando el constreñimiento de la politicidad de la ciudad parece agotarse en la ciudadanía formal del voto, le ocurre a la praxis generalizada de la experiencia urbana una sensación de aberración frente a todo aquello que no se corresponda con lo esperable según las contemporáneas lógicas de la ciudad. La interrupción del flujo y la condición vectorial del tránsito, la movilización de lo marginal hacia lo céntrico, o cualquier evidencia de una disrupción de sus códigos administrativos y civilizadores continúa generando reacciones ‘sarmientinas’ acerca de la presencia de lo indeseado y lo no viable en las pretensiones hegemónicas de ciudad, traducidas en la actualidad sobre todo a partir de discursos vinculados a los pánicos morales (Thompson, 2014), al temor y al punitivismo de la conflictividad social (Rodríguez Alzueta, 2014). Se expresan desde distintos sectores instancias de aversión que generan, así como la apatía, sensaciones de peligrosidad, de desprecio, e inclusive actitudes aniquiladoras.

segmento de la investigación está basado sobre todo en técnicas de rastreo mediático y digital entre los años 2013 y 2015 en medios gráficos y audiovisuales, y redes sociales comerciales mediante el filtro de diferentes tópicos vinculados a la organización Tupac Amaru. Entre los postulados de esta investigación sugerimos que una parte significativa de estas representaciones está dada por la elaboración disruptiva de género y de etnia que hace visible la líder de la Tupac Amaru, Milagro Sala.

En la transición simbólica por la cual se ha acostumbrado nombrar a los y las militantes de la Tupac Amaru y a Milagro Sala como sujetos violentos se sugieren dos vías para el análisis discursivo acerca de cómo se sostienen estos andamiajes de sentido. Por un lado, un discurso escuchado y leído habitualmente que identifica a los militantes como esclavos, ovejas o como soldados de un ejército²⁰. Por otro lado, el rol de Milagro Sala como “dueña” autoritaria de este ejército.

Inicialmente, cuando se los y las compara con un batallón militar, con esclavos, o con ovejas, se apunta en cualquiera de estos conceptos a la falta de agencia individual y colectiva por parte de los militantes de la Tupac Amaru. Aún más allá, con cada uno de estos motes se les atribuye una lectura sobre masas con incapacidad de libertad: el carácter de unidades militarizadas sometidas a un comando de liderazgo incuestionable, la noción de sometimiento a ser propiedad de alguien más, o la

[20] Acerca de la noción que asume que parte de esas lógicas de militarización se corrobora o convalida en su vestimenta y en su forma de actuar en masa es visible en el informe periodístico hecho por el programa de Jorge Lanata “Perdiosimo para todos” disponible en la web: <https://www.youtube.com/watch?v=JHlIT8OyrKo>.

calificación de un ganado que se mueve en manada dirigida. No es novedosa la subestimación acerca de la creatividad política de las mujeres, o hacia los sectores populares movilizados, ni la estigmatización por la vía de la peligrosidad en el conjunto; las traducciones más comunes se encuentran en las lecturas del clientelismo, las típicas expresiones alusivas a la transacción de la presencia movilizadora por la comida o por el plan social, o el despertar de los pánicos y la turbación, y la respuesta represiva hacia la acción colectiva.

Lo que sí se ha señalado de manera más plausible en la construcción social de estos sentidos de la Tupac Amaru es el foco que se pone sobre el supuesto liderazgo de esa militarización o conducción guiada hacia la violencia en la figura de Milagro Sala²¹. Ella no es, en muchos de estos eslabones de percepción y de sentido, mera metonimia del carácter violento colectivo, sino que se elabora su accionar como instigadora inmediata del envilecimiento popular colectivo.

Sala es una mujer de entre 50 y 60 años, de tez morena, marcados rasgos indígenas, de contextura delgada y de baja estatura. Habla con acento norteco muy marcado, muy diferente del porteño; sus palabras se entrecortan y arrebatan cuando

habla exaltada; gesticula y sostiene sus expresiones con muchos ademanes; utiliza malas palabras o expresiones vulgares para hablar; no se incomoda al gritar organizando las filas de una marcha que la tiene a ella a la cabeza; y su presencia en general resulta avasallante. Estas caracterizaciones se suman a la elaboración de sentidos dominantes acerca de ella como ‘violenta’, ‘agresiva’ o ‘machona’.

Tabbush y Caminotti (2016), al indagar en el modo en el que se elaboran los afectos públicos respecto de la líder y de la organización a partir de cómo es representada mediáticamente la Tupac Amaru, consideran que los y las militantes son ‘impregnados’ de características negativas en su forma de hacer política.

Lo hacen a través de dos cadenas de sentidos: una centrada en la corrupción que cristaliza acusaciones de clientelismo e ilegalidad, y una segunda en torno al manejo y uso de la violencia que define a La Tupac Amaru como grupo de choque, armado, revolucionario y/o guerrillero. (Ibíd.: s/p)

Y, en lo que respecta puntualmente a Milagro Sala, de acuerdo con las autoras, los diarios construyen de ella una imagen de mujer racializada de los sectores populares que condensa en sí los usos de la violencia, las armas y una marcada “ausencia de feminidad”.

Entre los discursos observados se evidencia la incomodidad que genera que una mujer con alto perfil político no adhiera a elaboraciones más tradicionales de la vinculación mujer-política. Pero más aún, que esa mujer no reúna las cualidades de las mujeres arquetípicas en el ámbito público;

[21] Estas afirmaciones comúnmente encontradas se pueden corroborar en algunos de los tweets rastreados: @MassiGuerraO jajajajajajajaja trabajar en la Tupac? Ahí sos esclavo, no trabajador xD una vez que entras te reprimen y obligan (?) ha ... (@AriOutspoken, tweet del 19/02/13, 8.13 AM); @AriOutspoken medio hitler es la mili salas :s ah. (@MassiGuerraO, tweet del 19/02/13, 8.15 AM); @MarcePCsolution esa es la gente de Milagro Sala, busca los videos de ellos, parecen un ejército con uniformes caqui. (@MartinSOjeda, tweet del 2/03/15, 8.24 AM).

que se presente de manera *butch*²², inclusive que sus rasgos o su acento no respondan a los más comúnmente encontrados en los medios o en la política.

La materialización performática de un cuerpo por fuera de la norma de lo permitido y lo visible tiene como respuesta reacciones agresivas que terminan reconociendo esa corporalidad de uno de los lados del binarismo de género, objetándola por esa vía²³.

Este tipo de reacciones, que también tienen un fuerte componente racista, clasista y xenófobo, vuelcan gran parte de sus comentarios a identificar la no adscripción a lo que se espera de una mujer pública, con cuestiones de sexualidad, atravesada por la raza, la etnia, la clase y la educación.

Más allá de cualquier reflexión acerca de la agencia performática de la líder de la organización, es necesario introducir previamente las nociones de precariedad y violencia como elementos que son parte inmanente de la disposición cultural para la elaboración o materialización del género (Butler, 2008).

¿Por qué hacemos mención a la violencia en esta instancia? Básicamente para poder dimensionar el valor político de la emergencia pública de sujetos disruptivos. No sólo por la performance que de sí misma configura la líder indígena, sino por el rol protagónico que adquiere en sus contextos de desenvolvimiento, reafirmando en su devenir corpóreo parte de los argumentos que la hacen destacable y reconocible. Ningún género existe por fuera de las normas imperantes de época. Y en una elaboración corporal disruptiva, el agente opera en torno de estas precariedades. Entre la auto-afirmación y los movimientos regresivos que operan para intentar reubicarla y señalarla de forma estigmatizante, se encuentra quizás la característica más destacada por distinguir en Milagro Sala: el modo en el que la desafiliación de ciertas características normativas sobre sí misma ha permitido para todo un colectivo de sujetos populares imaginar y construir formas de enunciación que arremeten contra las lógicas simbólicas más comunes acerca de la construcción de sujetos políticos, figuras de poder o en roles de liderazgo.

[22] La traducción más sencilla sería machona.

[23] Nuevamente, se pueden reconocer estas configuraciones discursivas en tweets de este tipo: Milagro Sala tiene pija chica. (@GarKaAbierta, tweet del 4/8/15, 11.37 PM); ¿Milagro Sala es travesti? Es pregunta retórica. (@Angustias_, tweet del 9/8/15, 2.22 PM); Y la negra pata sucia de la Milagros Salas ya es legisladora del Parlasur? O la mataron de un alpargataso [sic] por fea? (@Artiguaito, tweet del 11/8/15, 6.16 PM); MILAGRO SALA, irrumpió en el Concejo Deliberante local. Otra #Hitler fabricación Nac&Pop. Es una millonaria poderosa con fuerza bruta. (@aloMecha, tweet del 19/12/14, 9.43 AM); Milagro Sala sos un macho en pinta! Toba de mierda. (@gisellersalinas, tweet del 24/10/13, 9.11 PM); En #Jujuy o votas al travesti de Milagro Sala o te cagan a tiros... Otro mounstrito [sic] creado por los K.. (@JoseGerard, tweet del 23/10/13, 9.58 PM).

CONCLUSIONES

Este artículo ha buscado presentar una interpretación posible acerca de una configuración multitudinaria en la que se reconocen rasgos emancipatorios comunes a los movimientos de mujeres, y, por otro lado, las características destacables en la enunciación performática por parte de la líder de la organización Tupac Amaru. Ambas propuestas intentan echar luz des-

de un enfoque de género sobre dimensiones de un movimiento cuestionado, discutido y a esta altura vastamente transitado desde el plano académico, jurídico, mediático, y social en su conjunto.

Ante esto se puede concluir en que de una u otra manera, de forma consciente o no, la Tupac Amaru ha sabido atentar contra bastiones inherentes del sistema patriarcal: la heterosexualidad obligatoria, los mandatos maternales y de la familia nuclear y la explotación productivo-económica sobre las mujeres.

Por otra parte, entre la auto-afirmación y los movimientos regresivos que operan para han intentado reubicar y señalar de forma estigmatizante a la líder del movimiento –hoy apresada– se buscó distinguir el modo en el que la desafluencia de ciertas características normativas sobre sí misma permite imaginar formas de enunciación que arremeten contra las lógicas simbólicas más galvanizadas acerca de la construcción de figuras de poder o en roles de liderazgo. Tal como se ha desarrollado en el apartado “Las mujeres en la Tupac Amaru” existe una indudable veta común entre su liderazgo y agenciamiento, y las instancias que convocan a las mujeres en la organización.

Se hace complejo dirimir los procesos de ida y vuelta entre precariedad y agencia, en tanto que muchas de las características endilgadas como negativas en la líder –y en el conjunto de los militantes–, son en realidad reivindicadas públicamente por ella como por el conjunto de la organización que dirige: se reconocen como indígenas, como parte de la comunidad LGBT de la ciudad, como pobres, como negros y negras.

Ante esta profusión de sujetos no “encasillables” o “incluibles” ni en los sistemas productivos tradicionales, ni en las imágenes esperables de los sujetos visibles, la sedimentación de discursos antagónicos contundentes ha terminado construyendo en las representaciones sociales colectivas a este grupo como anómalo, disociado de los valores de género esperables, y, por otra parte, carente de agencia y cautivo. Por otra parte, esta disrupción de las lógicas sociales más tradicionales ha terminado interpretándose como una afrenta contra la ciudadanía en su conjunto y contra los valores convivenciales –expresados en la caratula de sedición con la cual fue detenida inicialmente Sala.

La condición para llegar a una homogeneización social y al consenso se hace a expensas de que la cultura pública hegemónica resuelva la convivencia mediante el dictamen de la necesidad de la ‘eliminación’ de este antagonismo anómalo. ■

[MELINA GAONA]

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Nacional de La Plata (UNLP), Argentina. Pesquisadora Pós-Doutoral do CONICET, (CEHCME-UNQ; CONICET). Docente da Universidad Nacional de La Matanza (UNLAM), Argentina.
E.mail: melina.d.gaona@gmail.com

BIBLIOGRAFÍA

- ANZALDÚA, G. (1999 [1988]). **Borderland/La Frontera: the new mestiza**. Estados Unidos, Aunt Lute Books.
- BELL HOOKS (1981). **Aint I a woman. Black women and feminism**. Estados Unidos, South end Press.
- BUTLER, J. (2008). **Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo**. Buenos Aires, Paidós.
- BUTLER, J. (2007). **El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad**. España, Paidós.
- BUTLER, J. (2005). **Deshacer el género**. México, Una Pluma.
- CAUSA, A. y OJAM, J. (comps.) (2008). **Mujeres piqueteras. Trayectorias, identidades, participación y redes**. Buenos Aires, Baobab.
- CHANT, S. (2003). **Nuevas contribuciones al análisis de la pobreza: desafíos metodológicos y conceptuales para entender la pobreza desde una perspectiva de género**. Chile, Cepal.
- CURIEL, O. (2011) "El regimen heterosexual y la nación. Aportes del lesbianismo feminista a la antropología" en Bidaseca, K. y Vazquez Lava, V (comps.), **Feminismos y poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina**. Buenos Aires, Ediciones Godot.
- DI MARCO, G. (2011). **El pueblo feminista. Movimientos sociales y lucha de las mujeres en torno a la ciudadanía**. Buenos Aires, Biblos.
- FRASER, N. (2008). "La justicia social en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación" en **Revista de Trabajo**, 4, 6.
- GAONA, M y LÓPEZ, A. (2013). **Género, comunicación y cultura. En dos organizaciones sociales de San Salvador de Jujuy**. Jujuy, Ediunju.
- GELDSTEIN, M. R. (1997). **Mujeres jefas de hogar: familia, pobreza y género**. Unicef Argentina.
- GROSSBERG, L. (2006). "Stuart Hall sobre raza y racismo: estudios culturales y la práctica del contextualismo" en **Tabula Rasa**, 5.
- HARAWAY, D. (1991). **Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza**. España, Cátedra.

LAMAS, M (2000). "El género, la construcción cultural de la diferencia sexual". México, Pueg.

LORDE, A. (1984). "Age, race, class, and sex: women redefining difference" en **Sister Outsider**, 116.

MUJERES CREANDO (2005). **La virgen de los deseos**. Buenos Aires, Tinta Limón Ediciones.

PAREDES, J. y GALINDO, M. (1992). "¿Y si fuésemos una espejo de la otra?: la construcción de nuestra identidad" en **¿Y si fuésemos una espejo de la otra?: por un feminismo no racista**. Bolivia, Ediciones Gráficas.

PARTENIO, F. (2008). **Género y participación política: Los desafíos de la organización de las mujeres dentro de los movimientos piqueteros en Argentina**. Informe final del concurso: Las deudas abiertas en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO.

PERLONGUER, N. (2008). **Prosa plebeya. Ensayos 1980-1992**. Buenos Aires, Colihue.

RICH, A. (2003). **Heterosexualidad obligatoria y existencia lesbiana**. Bs. As., Libros de la mala semilla.

RODRÍGUEZ ALZUETA, E. (2014). **Temor y control. La gestión de la inseguridad como forma de gobierno**. Buenos Aires, Futuro Anterior.

ROTONDI, G. (2000). **Pobreza y Masculinidad. El urbano marginal**. Buenos Aires, Espacio Editorials.

SEGATO, R. (2007). **La nación y sus otros. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad**. Buenos Aires, Prometeo Libros.

SILVEIRA, S. y CAMUSSO PINTOS, V. (2010). "Taller de Formación 'Jóvenes investigando jóvenes'. Programa "Mujeres jóvenes en la Sociedad de la Información". Aula Virtual Unidad Tres, Módulo Ocho: "Trabajo y Empleo" de **Cátedra Regional UNESCO Mujer, Ciencia y Tecnología en América Latina**.

SPIVAK, G. (2011 [1988]). ¿Puede hablar el subalterno? Buenos Aires, Ed. Cuenco de Plata.

SVAMPA M. y PEREYRA, S. (2009 [2003]). **Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras**. 3° Ed. Buenos Aires, Biblos.

TABBUSH, C. y CAMINOTTI, M. (2016). "Emociones en movimiento: Milagro Sala, la 'militante iracunda' del norte argentino" en **Mora**, 22.

THOMPSON, K. (2014). **Pánicos morales**. Bernal, EDUNQ.

WITTIG, M. (2006 [1992]). **El pensamiento heterocentrado y otros ensayos**. España, Egales.

CÓDIGOS, SÍMBOLOS E SINAIS: O CASO DOS EX-VOTOS MEXICANOS

[ARTIGO]

José Cláudio Alves de Oliveira

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O presente artigo, mais uma produção do Projeto Ex-votos do México, se aporta na semiótica, iconografia e iconologia para analisar alguns casos representados pelos ex-votos mexicanos, como fonte de estudos da comunicação social, representativos da identidade cultural, e enaltecidos como media da cultura popular, que a partir da simplicidade da escrita, formas e traços artísticos e abstratos, elucidam questões individuais e coletivas.

Palavras-chave: Ex-votos. Arte. Semiótica. Iconografia. Estudos culturais.

This article, another production of Ex-votos Mexico Project , brings in semiotics, iconography and iconology to analyze some cases represented by ex-votive Mexicans, as a source of studies of the media, representatives of cultural identity, and lauded as media of popular culture, that from writing simplicity, shapes and artistic traits and abstract elucidate individual and collective issues.

Keywords: Ex-votos. Art. Semiotic. Iconography. Culture studies.

Este artículo es una producción más del Proyecto Ex-votos de México, se vale de la semiótica, la iconografía y la iconología para analizar algunos casos representados por los exvotos mexicanos, como fuente de estudios de los medios de comunicación representativos de la identidad cultural, y enaltecidos como medios en la cultura popular, que a partir de la simplicidad de la escritura, las formas artísticas, abstractas y líneas, aclaran cuestiones individuales y colectivas.

Palavras-chave: Ex-votos. Arte. Semiótica. Iconografía. Estudios culturales.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2013 e novembro de 2014, o Projeto “Ex-votos do México: da iconografia à memória social” foi aprovado com mérito e fomento pelo CNPq, em dois editais subsequentes, o que tornou concreta a pesquisa enquanto planejamento para as suas incursões em salas de milagres e museus mexicanos. Esse feito foi possível após a base concretizada, entre 2011 e 2014, com o Projeto “Ex-votos das Américas”, que pesquisou e analisou ex-votos nos EUA, México e América Central.

Desse modo, o Projeto Ex-votos do México, em continuidade a partir da base que implementou (quadro 1), com o mapeamento que abrange o mais recôndito local de desobriga ex-votiva, ao mais refulgente e conhecido ambiente que possui acervos ex-votivos, vem pesquisando, estudando e analisando a rica tipologia dos ex-votos mexicanos.

[QUADRO 1] ESPAÇOS E ACERVOS MAPEADOS E INCURSIONADOS NO PROJETO EX-VOTOS DO MÉXICO

1	Santuários Nossa Senhora de Guadalupe	Museu	–
2	Santuário de Chalma	Sala de milagres	Igreja
3	Santuário San Francisco de Asis, em San Luis	Sala de milagres	Igreja
4	Sala de milagres de Jesus Malverde	Sala de milagres	–
5	Santuário San Miguel de Milagro, na Nativitas	Sala de milagres	Igreja
6	Museu Nacional do México	Exposição	–
7	Santuário Niño del Cerrito	Sala de milagres	–
8	Basilica de Guanajuato	Sala de milagres	Igreja

Disponível também em <www.projetosex-votosdomexico.net>

Acesso em 29 de abril de 2016

A proposta do Projeto gira em torno de três metas acadêmicas. **A primeira**, e evidente, é a pesquisa de campo, que visa documentar e analisar os ex-votos dos principais santuários e museus do México; **a segunda** meta, com toda coleta da pesquisa, visa atualizar, divulgar e partilhar a pesquisa no seu principal portal, o www.projetosex-votosdomexico.net, para apoiar os estudos de pesquisadores e estudantes. A última meta, já concretizada,

é a manutenção e manutenção do NPE (Núcleo de Pesquisa dos Ex-votos), que desde 2008 está voltado para estudos sobre os ex-votos, direcionado à pesquisa e extensão na UFBA, colaborador do Departamento e PPG Museologia, de pesquisadores, e base para articulações dos Projetos Ex-votos do Brasil (2005-2011) e Ex-votos das Américas (2011-2014). (www.nucleodepesquisadosex-votos.org. Acesso em 09 de maio de 2016)

A escolha por iniciar a fase “México” refletiu da aproximação que há nos ambientes ex-votivos com o Brasil, da diversidade tipológica e iconográfica, da riqueza histórica dos seus santuários e museus, do multiculturalismo gerado pelas romarias e peregrinações, sobretudo em Guadalupe e Chalma. Enfim, uma riqueza ex-votiva que, durante incursões e após análises iconográficas, sobrepõe ao que foi pesquisado nos EUA (Tarpon Springs e Tucson) e nas salas de milagres dos países da América Central e Porto Rico, no Projeto Ex-votos das Américas (2011-2014)

Outro fator são os portentosos santuários do México, como São Francisco, Chalma e Guadalupe. Este, considerado o de maior visitação dentre os santuários católicos das Américas. Vale notar também o curioso caso da sala de milagre do “santo protetor dos narcotraficantes”, Jesus Malverde, no norte do México, que possui uma sala de milagres de médio porte, com uma estética aproximadora à casa dos milagres, em Juazeiro do Norte, Brasil, que por uma ligação religiosa, advém de outro “santo do povo”, o Padre Cícero Romão Batista, “Padim Ciço”.

Desta forma, tal qual iniciou e prosseguiu o “Ex-votos das Américas”, o Projeto Ex-votos do México vem tecendo estudos tipológicos e iconográficos, e buscando demarcação, com mapeamento, de outras salas de milagres para futuras incursões, e com as descobertas de uma variedade e riqueza signica retratada a partir do ex-votos naquele país. Esse esforço está objetivado para até novembro de 2017, mas com resultados parciais e contextualizadores apresentados, em síntese, nas páginas que se seguem.

2. O EX-VOTO

Trazer um escopo teórico para falar do ex-voto não é tarefa difícil. Ele reside em várias fontes científicas, notadamente nas ciências da Comunicação, Antropologia, Psicologia e História. Todavia, cabe aqui apontar os caminhos que trouxeram os estudos em dois fortes campos que acolhem esta temática: a cultura – por se tratar de objetos que estão expostos em ambientes de visitação, seja no museu, seja nas salas de milagres – e a comunicação social – que norteia o ex-voto, como mídia, nas áreas da semiótica, iconografia, folkcomunicação e no mundo da informação.

Assim, diante do estudo sobre os ex-votos, originalmente iniciado pelo veículo da arte, não há marcos determinantes que possam prender tipologia e categorias ex-votivas. Há uma questão de origem, e que deve ser a base para a conceituação e definição desse elemento.

Há a questão do testemunho, que faz do ex-voto uma fonte rica para o estudo da história. E dois pontos fundamentais que incorrem sobre as artes e a comunicação social. O quesito da arte, que mostra o ex-voto nos seus formatos pictóricos, escultóricos, desenho e fotografia, embora hoje os fiéis estejam buscando outras soluções, como objetos industrializados, digitais, de uso doméstico e objetos orgânicos.

Os objetos artísticos necessitam de estudos iconográficos e iconológicos para a compreensão, não apenas da forma, mas do conteúdo social que o crente quer expressar, pois no veículo artístico se guarda e se

traz a descrição de fatos e acontecimentos que mostram à sociedade um percurso de história de vida.

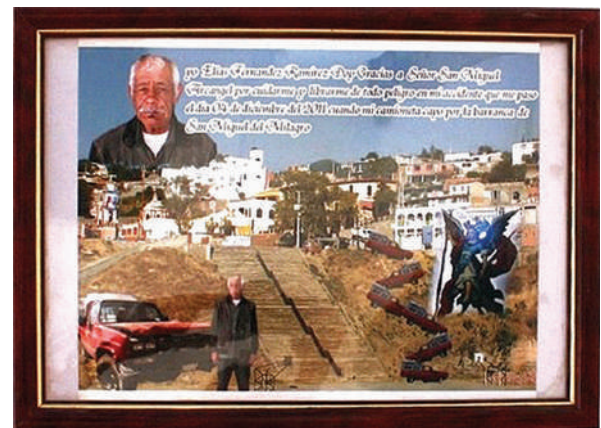
Do ponto de vista comunicacional estão mensagens e informações contidas nos ex-votos, sejam elas bastante evidentes, como nos textos em bilhetes e cartas, que se pode elucidar, além de assuntos de cunho local, regional e nacional, questões da gramática, quando se percebe a língua portuguesa em perfeição ou imperfeição, num universo daquilo de Luiz Beltrão (1971) preconizou como processo folkcomunicação. Ou nos casos onde as mensagens são completamente ocultas, trazidas das placas de carro, das aeronaves e casas em miniatura, dos troféus, das mechas de cabelos e brinquedos, em cujos conteúdos estão os significados mais íntimos e escondidos do poder comunicacional, que requer um estudo mais aprofundado da semiótica.

Por esses fatores o ex-voto adentra no campo da comunicação social, por ser uma forte mídia que torna pública a voz do Romeiro, do peregrino, enfim, do crente. Na rica tipologia das mensagens ocultas, em outros momentos facilitadas pelos bilhetes, cartas, inscrições ou na própria expressividade do objeto artístico, com os seus sinais e signos, sempre com um conteúdo comunicacional que, unido à rica tipologia, traz à sociedade a divulgação do sofrimento, da alegria, do amor, da dor, das conquistas que muitas pessoas exclamam no espaço “dos milagres”.

Como bem afirma Silva (1981), o aspecto “testemunhal do ex-voto exige um processo de comunicação social”, no qual se pode perceber as formas ex-votivas de representação iconográfica da graça obtida,

que envolvem as ocorrências que motivaram a graça (doença, obtenção da terra para plantar, da casa, do carro, do acidente etc.) representada em situações diversas, como a do Sr. Elias Fernandez Ramires (Imagem 1), que cria um pôster com foto da cidade, da estrada e montanha, mixando a capotagem do seu carro, em San Miguel, no México:

[IMAGEM 1] EX-VOTO PICTÓRICO DO SR. ELIAS. MÉXICO



Yo Elias Fernandez Ramires Doy Gracias a Señor San Miguel Arcangel por cuidarme y librarme de todo peligro em mi accidente que me passo el dia 04 de diciembre del 2011 cuando mi camioneta cayo por la barranca de San Miguel del Milagro. (transcrição ipsis textos). [sic]

Foto: Natália Marques da Silva. México, 2012

O quadro do Sr. Elias mostra o acontecimento durante e depois de um acidente. O “durante” é demonstrado num esquema tosco em que se coloca o seu carro despenhando de uma ribanceira. É perceptível a edição fotográfica com montagens através das novas tecnologias, representadas

na alusão e descrição do milagre, tendo repetição e inclusão de imagens. Na parte central, são visíveis construções arquitetônicas residenciais, aparentando ser o centro urbano da região onde se localiza o Santuário de São Miguel. Ao lado esquerdo se vê a alusão da trajetória do deslizamento feito pelo automóvel, é o registro do momento inicial ao final em movimento sinuoso com o término dentro de um campo; a representação da imagem de São Miguel Arcanjo segurando o báculo na mão direita e revestido por iluminação nos tons branco e azul, sendo essa coloração azulada em virtude de falha da impressão; de forma centralizada se nota a escadaria com alusão ao declínio e a ascensão do fiel; à direita se vê a caminhonete vermelha com uma simples danificação no capô.

É perceptível que após o acidente o Sr Ramirez, que se encontra de pé ao lado do veículo, objetiva dar veracidade ao acidente retratando todo o percurso com a representação do objeto imaterial, transformando e elaborando a construção fotográfica e apresentando o seu louvor à intercessão de São Miguel. Tudo montado num simples programa de computador.

A fotomontagem é uma demonstração comunicacional em que o indivíduo apresenta ao público, ao santo milagreiro e a Deus, o fato, o acontecimento, um trecho da sua história vencedora após a ajuda do santo para o qual ele “paga” a “promessa” e almeja como figura latente para a continuidade da vida, numa demonstração popular de divulgação da graça alcançada.

3. A PINTURA

Os ex-votos pictóricos em telas, tábuas ou papel, são as primeiras formas ex-votivas tradicionais a serem analisadas por pesquisadores, principalmente por suas importâncias documentai e midiática, que se projetam no tempo. Seu aspecto narrativo estimula o espectador a descobrir não só conotações religiosas subjetivas, mas também a realidade de um tempo e um espaço específico, seja no meio rural, no urbano, em qualquer tempo, desde que projetem os acontecimentos.

O ex-voto pictórico, marco tradicional dos ex-votos na América Latina, hoje pouco trabalhado no Brasil, largamente produzido no México, traz em sua mensagem a escrita e a imagem encenativa, que conta uma história, e se mostra um forte veículo de emoções. O discurso que aparece nas tábuas e telas ex-votivas, também conhecidas por “retablos”, produzidas em San Miguel del Milagro, Guadalupe e Chalma, dentro de seus elementos constitutivos, pertence ao alfabeto de uma escrita implícita, na qual a história narrada é a sintaxe.

Como explica Prampolini (1983, p. 37), referindo-se ao que Frida Kahlo toma dos ex-votos:

Frida inclui a alma popular, exvoto [...] a sinceridade, a infantilidade das formas, e para a realização de uma verdade que, certo modo parece conter uma mentira, porque não demarca os limites do mundo real [...] e mundo da invenção[...]

No ex-voto está expressa uma verdade subjetiva que parece mentira aos olhos incrédulos ou “cultos”, e é tão real o acontecimento

como a intervenção “extraterrestre” (no sentido espiritual) que se torna possível no milagre. (PRAMPOLINI, 1983, p. 47)

As convenções artísticas nas pinturas ex-votivas brotaram de um interesse e participação coletivos, por isso a linguagem do ex-voto popular, seja do século XIX ou do XX, é similar na Europa e na América. Anita Brenner, em 1929 observou que “tanta gente atarefada pintando coisas comuns a todos, acabou desenvolvendo uma linguagem”. A linguagem que a pesquisadora revela é a que hoje denominamos de “ex-votiva”, que está nas cartas, bilhetes e nas legendas dos ex-votos pictóricos.

Na sua tradição, disseminada da Europa às Américas, o ex-voto usa uma dupla narração: imagética e verbal. Em geral, a imagem, ou imagens milagrosas, vem na parte superior, proporcionando o redimensionamento do espaço celeste. O texto, em verbete, aparece na parte inferior, na maioria dos exemplos, embora haja tipos em que a narrativa textual, já no século XX, é colocada na parte superior central ou em diagonal superior, como no exemplo do ex-voto do Sr. Elias (cf. imagem 1), que se consagra em formato mais contemporâneo.

O texto oferece um comentário sobre o sucesso representado e em geral é curto e bastante objetivo. Ao mesmo tempo, as palavras são usadas como recurso prático da composição, para tecer uma informação mais precisa do fato ocorrido, do nome do padroeiro, da enfermidade, do estado do convalescido. A depender do caso, como o documentado no Museu do Santuário da Virgem de Guadalupe, no México, o ex-voto datado de 1968, tradicional em sua estética, com escrita castelhana em caixa alta, e ainda bem preservado na galeria: (Imagem 2)

[IMAGEM 2] **EX-VOTO PICTÓRICO**
MUSEU DO SANTUÁRIO DE
GUADALUPE, MX



**“DOY INFINITAS GRACIAS A LA STMA. VIRGEN DE GUADALUPE POR
HABERME HECHO EL MILAGRO DE SALVARME DE UNA ENFERMEDAD
PETRA RANGEL DE VELAZQUEZ
MAYO DE 1968 – QUERETARO, QRO.” (sic)**

Fonte: Projeto Ex-votos do México.

Na cena representada (Imagem 2), a construção pictórica se divide em duas partes. Do lado esquerdo do espectador está posta a imagem da padroeira, que se apresenta erguida sobre a lua em quarto crescente em preto, na qual se nota, na região da peanha, a presença de um arcanjo de carnação em tom bege, vestindo sobrepeliz em tonalidade vermelha com graduações, com as mãos arqueadas, segurando uma flâmula com tonalidade tal qual a da sobrepeliz. O arcanjo, abaixo do quarto crescente, possui asas abertas em tonalidade preta. Acima, a Virgem de Guadalupe de carnação em tonalidade bege mais escura que a do arcanjo, cabelos pretos, vestida por uma alva em tonalidade vermelha com graduações e uma túnica verde escura com pequenos círculos em tonalidade verde

mais clara no verso com o anverso em tonalidade azul claro, com as mãos em posição de oração, em resplendor; à direita, encontra-se uma cama na diagonal, encostada na parede do que aparenta ser um quarto, no móvel que é representado em tonalidade vermelha. Roupa de cama em tonalidade azul claro com graduações. Um corpo de um indivíduo prostrado abaixo da roupa de cama, com a sua cabeça à mostra, de carnção branca e cabelos pretos. A legenda em negrito e maiúsculas traz o fato e o agradecimento.

Outras características comunicacionais marcantes que sobressaem na maioria das tábuas e telas ex-votivas são a ortografia, a fonética e o uso de termos da linguagem coloquial que deixam em evidência o nível cultural do “pagador da promessa” ou até mesmo do “riscador de milagres”. As legendas são redigidas em geral na terceira pessoa, com sintaxes nem sempre claras, num vocabulário popular e sem ortografia apurada, mas é importante assinalar que tudo isso mostra a espontaneidade, e provoca a simpatia de quem contempla os ex-votos pictóricos. Além do mais, mostra que, no processo da mídia ex-votiva, a gramática “errada” é compreendida pelo observador, onde a probabilidade de percebermos uma história, mesmo que mal redigida, é possível. (LUHMANN, 1999, apud OLIVEIRA, 2007)

Por outro lado, cabe assinalar uma preocupação pela expressão em que a maioria dos ex-votos pictóricos apresenta. O predomínio dos verbos “invocar”, “mercê” e “agraciar” sempre em menção ao milagre que fez tal santo, após fulano ter invocado o pedido, é corrente no México em ex-votos do século XVIII ao século XXI.

Na produção pictórica dos ex-votos, há simultaneidade em dois caminhos: o da

vida diária do crente e o sobrenatural da imagem divina, o qual oferece uma ampla gama de possibilidade à fantasia do artista (riscador de milagres ou santeiro) que tece a obra a partir da narrativa do crente. O mesmo acontece com as cartas ex-votivas dos crentes analfabetos que ditam para as pessoas que sabem escrever ⁽¹⁾. Fatores bastante recorrentes em Bom Jesus de Chalma, Niño del Cerrito, Basilica de Guanajuato, Jesus Malverde e San Miguel del Milagro.

Os ex-votos possuem uma iconografia e simbologia próprias. A presença da divindade é um dos elementos definitivos na composição pictórica, pois rompe com os fatos visíveis do mundo e “estabelece a realidade de todos os demais elementos integrados à pintura, proporcionando significação e movimento” e conexão entre o material e o imaterial, o “real” e o sobrenatural. (PRAMPOLINI, 1983, p. 58)

O estudioso desse assunto poderá perceber arranjo entre espaço, ambiente, luz e movimento na cena. No entanto, poderá compreender que o impulso da técnica objetiva tratar de um mundo de esperança onde é possível o milagre. Precisamente por isso situa elementos heterogêneos do mundo da invenção e do símbolo, mas distante do tempo cronológico e do espaço natural. (CALVO, 1994, p. 73) Tudo (des) enquadrado com as mãos da cultura popular, do riscador de milagres, que enriquece a comunicação social, a história da arte, as letras, a semiótica, a história, e substâncias particulares do tempo, como a moda, os

[1] Em diversos santuários na América Latina como um todo, “fazedores de cartas” e “riscadores de milagres” ganham por escrever e descrever relatos deromeiros e peregrinos.

objetos utilizados no tempo, o mobiliário, os carros, a arquitetura.

O espaço pictórico do ex-voto tende à distorção, como se a encenação e sua ação estivessem a ponto de englobar o espectador. Em alguns exemplos, as figuras invadem a paisagem ou certos interiores, formando um desenho uniforme. Sem dúvida, as pinturas ex-votivas enfatizam certo expressionismo das pinceladas: linhas palpitantes e aplicação de fortes cores justapostas.

Assim, o ex-voto – pictórico e legendado – cobra um forte dramatismo e logra aos observadores emoções, curiosidade e espanto, que, conseqüentemente, são impulsionados a participarem da narração intimista do sucesso.

4. ICONOGRAFIA, ICONOLOGIA E SEMIÓTICA

A iconografia é também entendida como o estudo das formas, da volumetria, dimensão, história e tipologia dos objetos imagéticos e tridimensionais. Dela, teoricamente afirmada por Panofsky (1976), advém a iconologia, que tem como campo específico de estudo a interpretação dos valores simbólicos de uma composição, seja ela um quadro pictórico, uma fotografia, uma escultura ou miniaturas de carros ou aeronaves.

Para Panofsky (Idem), o iconológico é o sentido da essência, ou seja, a interpretação iconológica vai além do estudo da forma, da descrição. O seu objeto é representado por

princípios que revelam a atitude fundamental de uma nação, de um período, uma classe, uma concepção religiosa ou filosófica, inconsciente ou conscientemente produzida. A iconologia, ao contrário da iconografia, está preocupada com o conteúdo, a essência, algo que esteja por trás do imagético iconografado, algo ideológico.

A iconologia vem a ser uma base teórica relevante para o estudo mental, por elucidar mensagens cujos códigos estão além do descritivo e formal, do escrito e verbal. A iconologia vai além do estudo das datas, origens e autenticidade – que são momentos iconográficos –, para trazer a essência da mensagem e dos seus aspectos intrínsecos e psicológicos.

Essa base teórica da Escola de Comunicação e Artes de Viena ganha sutil apoio da semiótica, que tem como campo específico de estudos os sistemas de sinais não linguísticos, sua natureza, estrutura e função, e como tal é um instrumento útil na análise de qualquer sistema de comunicação, aqui o ex-voto, principalmente quanto aos não artísticos e os que não possuem uma narrativa textual.

Para analisar um acervo ex-votivo, deve-se estudar os signos, trazidos pela variação de sinais utilizados nas diferentes linguagens (artísticas, escritas, fotográficas), sua natureza específica e os seus códigos, regras que governam o seu comportamento e utilização. (VOVELLE, 1987) Tal forma investigativa se aflora a cada momento em que um tipo mais hermético é catalogado, como placas de automóveis, roupas, mechas de cabelo, aparelhos ortopédicos etc.

Deste modo, a decodificação dos signos para elucidar as mensagens ex-votivas

é feita a partir da semântica, ramo da semiótica que estuda os significados, que decodifica uma mensagem a partir dos signos. (ECO, 1991)

Umberto Eco (1977, p. 15-16) escreveu um livro inteiro sobre o signo e nele apresenta várias noções distintas. Não há necessidade de expor todas, mas apenas algumas que se aproximam do tema aqui proposto:

Imperfeições, indício, sinal manifesto a partir do qual se podem tirar conclusões e similares a respeito de qualquer coisa latente. [...] Qualquer processo visual que reproduza objetos concretos, como o desenho de um animal para comunicar o objeto ou o conceito correspondente. (ECO, *idem*)

Para Eco (*Ibidem*), a semiologia estuda os signos, passíveis de serem visualizados em suas infinitas formas, com o auxílio, evidente, de estudos interdisciplinares. E, a partir dos dois dados de Eco, pode-se remeter ao ex-voto a questão signica e simbólica. Isso implica, inclusive, na perspectiva do objeto enquanto testemunho, pois a semiologia permite ler, desvendar o aspecto signológico dos objetos que trazem indícios de fatos, acontecimentos e narrativas.

As unidades que a semiologia deve se esforçar em destacar e para as quais se encaminha – mesmo se não foi a partir delas que a pesquisa começou –, são configurações estruturais, “formas” na acepção *hjelmsleviana* do termo (formas do conteúdo ou formas da expressão), sistema. São entidades puramente relacionais, campos de comutabilidade no interior dos quais diversas unidades, imagéticas ou não, adquirem

sentido, umas em relação às outras. (METZ, 1974, p. 14)

A razão desse sentido decorre da “tradição ex-votiva”. Assim, o ex-voto, seja na forma escrita, artística ou na infinidade tipológica de objetos possíveis de serem analisados e interpretados, é passível à percepção visual e tátil, o que proporciona uma reserva para a decodificação-explicação da comunicação entre o crente e a divindade.

E sobre o momento imagético revelado pelos ex-votos, baseando-se em Metz (*Id*), sobretudo nas fotografias e os tradicionais “retablos” (quadros pictóricos com legendas), há de se destacar cinco pontos importantes:

- a) A mensagem visual pode não ser analógica, ao menos no sentido corrente do termo. Encontra-se aqui, por um lado, o problema das imagens ditas “não figurativas” e, por outro lado, o problema dos ícones lógicos de Peirce, ou mais exatamente daquelas que são visuais;
- b) A analogia visual – e desta vez em sua compreensão corrente – admite variações que se poderiam chamar quantitativas. Trata-se, por exemplo, da noção dos diferentes “graus de iconicidade” em um autor como A. A. Moles (1974); é o problema da maior ou menor esquematização, da “estilização” em seus diversos níveis;
- c) A analogia visual admite variações qualitativas. A “semelhança” é apreciada diferentemente segundo as culturas. Numa mesma cultura há vários graus de semelhança: é sempre numa

certa relação que dois objetos se assemelham. Assim, a própria semelhança é um sistema, ou melhor, um conjunto de sistemas;

- d) A mensagem visual [ex-votiva] pode apresentar em seu aspecto global um forte grau de iconicidade sem por isso deixar de incluir em si relações lógicas mais ou menos sistematizáveis (aquelas mesmas que, se são conservadas após neutralização de outros desvios diferenciais, permitem passar progressivamente do *analogon* mais fiel ao esquema mais abstrato). Estas relações não são icônicas se bem que apareçam no ícone; algumas delas são “arbitrárias”. Assim, a própria semelhança contém sistemas;

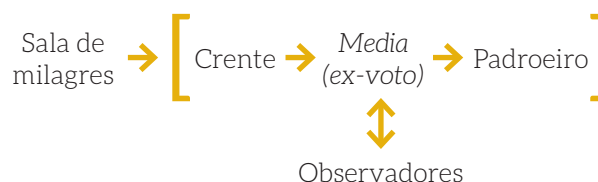
- e) Muitas mensagens ex-votivas, correntemente consideradas “visuais”, são na realidade textos mistos, e isto em sua própria materialidade: o caso das imagens ex-votivas com legendas.

Assim, o ex-voto, em sua diversidade, pode ser analisado e interpretado iconográfica e iconologicamente, semiótica e semiologicamente, dentro de parâmetros metodológicos, onde símbolos e sinais serão interpretados para que a mensagem ou o discurso decodificado venha à tona.

Mas vale ressaltar o canal principal que acolhe e evidencia a voz do povo ao santo e aos observadores: a sala de milagres. Também denominada “sala dos ex-votos”, “sala das *promesas*”. Ambiente de liberdade daqueles que fazem a sua desobriga, e dos que visitam somente para observar ou apreciar um mundo de histórias particulares e coletivas.

A própria expressão “sala de milagres” nos traz arquétipos das “promessas”, das “graças”, dos “milagres” e esses a infinidades de formas, como as pernas, cabeças, mãos, braços esculpidos, “milagritos”, mechas de cabelos, roupas, que, combinadas com o ambiente o propósito forma o seguinte processo comunicacional: (esquema 1)

[ESQUEMA 1] PROCESSO DE COMUNICAÇÃO NUMA SALA DEMILAGRES



A sala acolhe a todos, do crente ao turista. Ela permite, sem taxas, a visita daqueles que, por curiosidade ou simpatia, se dirigem para ver a tipologia e as mensagens. Prevalece a espontaneidade popular, individual ou coletiva, e aqui a questão do processo de comunicação, cuja mídia principal é o ex-voto.

No México as salas de milagres são profusas e, diferente do Brasil, não há produção ex-votiva em parafina, e as esculturas em madeira são de tipologia muito diminuta. Fotografia, pintura e os *milagritos* são as tipologias mais dominantes. O caso mais singular mexicano está em Menino de Cerrito, onde a sala de milagres é repleta de brinquedos. São bonecos, carros, aeronaves, casinhas etc, de plástico, lata e resina, justificados pela sombra do Menino Jesus, daí a temática “brinquedos”. (Imagens 3 e 4)

[IMAGENS 3 E 4]
**EX-VOTOS EM FORMAS DE
 BRINQUEDOS SALA DE MILAGRES
 DA IGREJA DO MENINO DE
 CERRITO, MÉXICO.**



Fotografias de Natália Marques.

A profusão de elementos em uma “sala de milagres” proporciona uma codificação maior dos signos ex-votivos. Desse modo, o ex-voto se dinamiza em sua tipologia. Para o cientista, o ex-voto não é apenas um elemento de arte e promessa, é também um testemunho, uma mídia (de várias formas)

que equivale aos registros e divulgações das “graças” alcançadas, implicando nesse contexto às diversas formas específicas de almejar e de comunicar no “espaço dos milagres”.

Cabe também indagar e colocar o problema da práxis da teoria. Umberto Eco (1977, p.24), afirma que a [...] “semiótica não é somente uma teoria, deve ser também uma forma de práxis”. O assunto cresce de interesse ao se considerar a importância assumida pelos meios de comunicação de massa da atualidade. E cresce também quando o cientista sabe que romeiros ou peregrinos criam e possuem códigos para testemunhar as suas “promessas”, numa articulação que faz fluir a comunicação e a cultura, quando podemos notar que o funcionamento da cultura é inseparável da comunicação, como bem afirma Santaella (1992, p.13):

A semiótica está apta a desempenhar um papel fundamental no estudo dos meios de comunicação ou aquilo que preferimos aqui chamar de mídias. Isto porque a semiótica percebe os processos comunicativos das mídias também como atividades e processos culturais que criam seus próprios sistemas modelares secundários, gerando códigos específicos e signos de estatutos semióticos peculiares, além de produzirem efeitos de percepção, processos de recepção e comportamentos sociais que também lhes são próprios.

Para Santaella (Idem, idem), não há separação entre cultura e comunicação, já que há uma produção cultural de formas midiáticas que servem de veículos comunicacionais que tornam a comunicabilidade uma práxis. O que confirma as relações interpessoais, interculturais, portanto, intercambiais, formadoras de uma fusão natural e “inextricável” entre comunicação e cultura.

A autora, ao revelar a impossível separação entre cultura e comunicação, ressalta a semiótica como apta a desempenhar um papel fundamental no estudo dos meios de comunicação ou aquilo que “preferimos [...] chamar de mídias” (SANTAELLA, 1992) nos berços populares e de massa.

É fácil perceber, também, que a arte não poderia escapar das considerações dos estudos culturais, uma vez que ela pertence ao domínio da cultura em geral. Na linguagem vulgar, e até mesmo filosófica, ela é tomada, por vezes, como sinônimo de cultura; considerada quase como a mais cultural das atividades culturais.

Para Langer (1971), a produção simbólica é um caminho potente no amplo que gira em torno à semiologia. Por produção simbólica, entende-se, no pensamento de Langer (Idem), a produtividade coletiva de cada sociedade como forma de construção e encaminhamento do seu *modus vivendi*.

A filósofa parte do postulado de uma necessidade simbólica presente no homem, e diz que [...] “a função de fazer símbolos é uma das atividades primárias do ser humano” [...], da mesma forma que comer, olhar e mover-se de um lado para outro. “É o processo fundamental do pensamento, mas um ato essencial ao pensamento e anterior a ele”. (LANGER, 1971, p.51)

Langer (Idem) trabalha com o duplo imaginário: o do pensamento (interior) e o prático-produzido (exterior). E com isso percebemos que, diante da simbolização, a arte carrega signos que são exatamente o significado do pensamento elevado pela (e na) sociedade, produto da exteriorização ideológica de um grupo, comunidade, país etc.

A produção simbólica abrange, ainda, a eleição de elementos, processos, formas, objetos preexistentes, tanto artificiais quanto naturais, para representação de ordens de realidade ou valores que, por um lado, são considerados transcendentais aos “suportes”, mas por outro, neles (quando assim recontextualizados) se consideram presentes e manifestos. Compreende também, é claro, a construção de objetos e a estruturação de esquemas ideológicos que visam muito além do campo da experiência, ou que simplesmente não lhe correspondem (crenças v.g.) – e engloba, inclusive, a definição de praxes e normas que tem semelhantes esquemas por fundamentar.

Vemos, então, a força que tem a arte (pela carga simbólica que traz em seu bojo) em representar os elementos significativos de uma dada sociedade. O trabalho, e a constante produção-reprodução de símbolos que retratam e desenvolvem o *modus vivendi*, a crença e as atitudes são pertinentes a uma comunidade e constituem uma constante essência da produção cultural, que desemboca consequentemente na identidade cultural, tornando vivo o referencial significante da civilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michel Vovelle, em seu livro sobre história e mentalidades, alerta que um pesquisador atento precisa, pois, usar de artimanhas para romper o silêncio, analisar os gestos, os comportamentos e as práticas tal como se revelam no objeto ex-votivo. E quando o silêncio se mantém, cabe recorrer à pesquisa oral,

às entrevistas que podem auxiliar nas mensagens. Por fim, no contexto desses estudos realizados em todas as direções, percebe-se a importância privilegiada de que se reveste a imagem, sob todas as suas formas, para o conhecimento da sensibilidade popular tanto profana como religiosa.

E é nesse quesito que nos deparamos com os objetos ex-votivos. Formas de agradecimento que trazem ao lume intimidades, revelações ou repercussões individuais, comunitárias, sociais, regionais e até mesmo nacionais nas suas mensagens, que, em razão das diversas configurações não escritas, nos impõem a uma gramática que

força, por vezes, encontrar os seus atores para que possam revelar as particularidades dos conteúdos informativos demarcados em peças variadas que vão da mecha de cabelo à pintura abstrata, de uma miniatura de aeronave a uma foto 3X4.

Intimidades e revelações que exaltam o indivíduo e a coletividade, que mostram, através do universo ex-votivo, a fala de quem não consegue, em canais mais nobres dos *media*, exaltar os seus problemas ou as suas curas. E mostrar à sociedade a liberdade de expressão através dos variados suportes de uma tradição milenar da cultura popular. ■

[JOSÉ CLÁUDIO ALVES DE OLIVEIRA]

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Pós-doutorado em Comunicação e Tecnologias,

pela UMinho, Portugal. Professor Associado II do

Departamento de Museologia da UFBA. Coordena

o Núcleo de Pesquisa dos Ex-votos e o Projeto

Ex-votos do México (CNPq).

E.mail: claudius@ufba.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, Luiz. **Comunicação e folclore: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação e expressão de ideias**. São Paulo Melhoramentos, 1971. 152 p. il.

CALVO, Thomas. **Paysages: une lecture des ex-voto mexicains 1870-1990**. *Revista Cultura del IFAL*, n. 14, p. 73, 1994.

ECO, Umberto. **O signo**. Lisboa: Progresso, 1977. 180 p.

_____. **Estrutura ausente**: introdução à pesquisa semiológica. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991. 427 p.

LANGER, Suzanne. **Filosofia em nova chave**. São Paulo: Perspectiva, 1971. 210 p.

MOLES, Abraham Antoine. **Sociodinâmica da cultura**. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, EDUSP, 1974. 335 p. il.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. "Semiologia dos ex-votos na Bahia: Arte, Simbolismo e Comunicação Religiosa". In: **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Vol. 5, n. 9 (2007), p. 1-20. Ponta Grossa: UEPG. Disponível em: <www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/560> Acesso em: 18 de abril de 2015.

PANOFSKY, Erwin. **O significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1976. 444 p.

PRAMPOLINI, Ida Rodriguez. **El surrealism y el arte fantástico de México**. 2. ed. México: IIE, Universidad Nacional Autónoma de México, 1983. p. 60

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. São Paulo: Razão Social, 1992. 137 p.

SILVA, Maria Augusta Machado da. **Ex-votos e orantes no Brasil**. Rio de Janeiro: MHN-MEC, 1981. 178 p.

VOVELLE, Michel. **Ideologia e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 417p.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

NPE. <http://www.nucleodepesquisadosex-votos.org/>. Acesso em 09 de maio de 2016

Projeto Ex-votos das Américas. <http://www.ex-votosdasamericas.net/>. Acesso em 09 de maio de 2016

Projeto Ex-votos do México. <http://www.projetoex-votosdomexico.net/>. Acesso em 09 de maio de 2016

Projeto Ex-votos do Brasil. <https://projetoex-votosdobrasil.net/>. Acesso em 09 de maio de 2016

TELEJORNALISMO CATÓLICO E SEUS NOTICIÁRIOS: O CASO DO CN NOTÍCIAS (CANÇÃO NOVA) E DO TJ APARECIDA (TV APARECIDA) NA COBERTURA DE ADMISSIBILIDADE DO IMPEACHMENT (2016)

[ARTIGO]

Renata Fernandes Oliveira de Albuquerque

Dr. Robson Dias

Me. Eliane Muniz

Esp. Felipe Diemer

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O artigo analisa a pauta da votação da Câmara dos Deputados sobre a admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff nosterlejnais: CN Notícias (TV Canção Nova) e TJ Aparecida (TV Aparecida), constituindo um estudo comparativo por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), com base nos programas captados no dia 18 de abril de 2016 (segunda), dia após à sessão plenária (domingo), deste evento marcante na política brasileira. O objetivo é checar como cada telejornal de emissoras confessionais trataram o tema a partir dos aspectos técnicos do jornalismo (BARBEIRO; LIMA, 2002) a partir de sua estrutura de cobertura (*Newsmaking*). Telejornais de emissoras comerciais tradicionais possuem maior aparato e mais recursos do que os telejornais de emissoras confessionais e filantrópicas. É neste sentido que esta pesquisa avalia, de modo inédito, o tratamento desta pauta. O resultado mostra a cobertura feita com ineditismo e alto grau de *valor notícia*, em detrimento do que se pensava no previamente à investigação que os telejornais de emissoras confessionais fariam mero *follow up*: ao cozinhar notícias de outras emissoras.

Palavras-chave: Telejornalismo. CN Notícias. *Newsmaking*. TJ Aparecida. Impeachment.

The article analyzes the Lord Chamber impeachment process possibility votation to Dilma Rousseff president. CN News (TV Canção Nova) and TJ Aparecida (TV Aparecida) are confessional news programs and our objetcts in this comparative study by content analysis (BARDIN, 1977). The event is based on April 18, 2016, broadcast (Monday), the day after parliament votation session (Sunday). The aim is to check how each confessional newscast stations dealt theme from their technical journalism skills and *Newsmaking* structrure (BARBER; LIMA, 2002). Traditional commercial broadcasters newscasts have increased apparatus and more features than the devocional and philanthropic stations and TV News. This research evaluates this agendatreating. The result shows high degree of news values. Devocional newscast programs are not merely follow upbroadcasters. They can be original and relevant players in news stations contexts.

Keywords: Telejournalism. CN News. *Newsmaking*. TJ Aparecida. Impeachment.

El artículo analiza la nota sobre la votación de la Cámara de los Diputados brasileña sobre la admisibilidad del proceso de impeachment de Dilma Rousseff en los noticieros: CN Notícias (TV Canção Nova) y TJ Aparecida (TV Aparecida), constituyendo un estudio comparativo a través del análisis de contenido (BARDIN, 1977), con base en los programas captados el 18 de abril de 2016 (lunes), día después de la sesión plenaria (domingo) de este evento marcante en la política del Brasil. El objetivo es verificar cómo cada noticiero de las emisoras confesionales trató el tema a partir de los aspectos técnicos del periodismo (BARBEIRO, LIMA, 2002), con base en su estructura de cobertura (Newsmaking). Los noticieros de las emisoras comerciales tradicionales cubrieron en vivo, y con todo el equipo de comentaristas posible, con desdoblamiento sobre innumerables programas de los noticieros (en el mismo domingo) y utilizaron en el día posterior (el lunes) diversos tipos de géneros y formatos como follow up. Se sabe que las emisoras confesionales son de porte inferior y tienen un aparato menor para la cobertura. En este sentido, esta investigación evalúa de modo inédito el tratamiento de esta nota.

Palabras clave: Telejournalism. NC Notícias. Newsmaking. TJ Aparecida. Juicio político.

INTRODUÇÃO

Os apóstolos¹ foram os precursores da comunicação da Igreja (A BÍBLIA, 2009). E, posterior a eles, diversos outros atores atuaram em *Comunicação Eclesial* (MELO, 2005). Numa perspectiva da comunicação, a Igreja atual, firmada na missão da anunciação do evangelho a toda criatura, busca por meio dos meios de comunicação de massa além de auferir o objetivo espiritual, colocar-se à disposição da sociedade no papel de transmissor da notícia. Esta que muitas vezes foge da vertente divina e trata de acontecimentos importantes diários, locais e do mundo.

De acordo com a posição da Igreja, no *Communio et Progressio* (1971), os meios de comunicação devem se colocar a serviço do homem, servindo de reflexo para os acontecimentos do mundo e interventores para procurar solucioná-los.

O papel da Imprensa católica é enfrentar, por meio de informações, comentários, debates, todos os problemas e interrogações do mundo em que vivemos, à luz dos princípios cristãos. Também lhe compete comentar e, se necessário, corrigir notícias e comentários referentes à fé e vida da Igreja. Ela será ao mesmo tempo, um espelho em que se refletem as imagens do mundo e uma luz que o ilumine. Deverá ser também o lugar de encontro e confronto de ideias e opiniões. Mas, a Im-

prensa católica precisa de recursos e gente preparada, para alcançar a dignidade profissional competente. (PONTIFÍCIO-CONSELHOPARAASCOMUNICAÇÕES-SOCIAIS, 1971, p. 27)

Apesar de uma programação majoritariamente religiosa, nem só de missas e terços se mantêm as emissoras católicas. Com grades diversificadas, oferecem programas dos mais diferentes gêneros e produções, como entretenimento, educativo, infanto-juvenil. O telejornalismo é um gênero a ser destacado, pois, nota-se o empenho da instituição de se manter cada vez mais presente na vida dos fiéis e até mesmo dos que possuem outra religião ou têm como escolha o ateísmo. A pergunta norteadora deste trabalho² é: apesar da transmissão de informes variados, como a pauta política da admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff foi enquadrada dentro dos telejornais católicos³ em um momento crítico da política brasileira. Tendo uma capacidade menor de apuração, em relação ao aparato tecnológico e funcional das grandes corporações de mídia, como os telejornais de

[1] Grupo de doze judeus, escolhidos dentro do grupo dos discípulos de Jesus, para pregar o Evangelho. Segundo passagem bíblica presente no Novo Testamento, foram eles: Pedro, André, Tiago, João, Mateus, Bartolomeu, Filipe, Tomé, Judas Tadeu, Tiago de Alfeu, Simão e Judas Iscariotes.

[2] Este trabalho se firma na indagação de como os telejornais católicos descrevem a pauta do impeachment e possui como objetivo geral, analisar o trabalho de produção dos telejornais e objetivos específicos, descrever os dois telejornais e classificar as características segundo a linguagem telejornalística.

[3] Durante realização deste trabalho nos esforçamos para entrar em contato com a assessoria da TV Aparecida e Canção Nova pelos endereços de email assessoria.cancaonova.com e relacionamento@tvaparecida.com.br, mas não obtivemos retorno. Sendo assim, esta pesquisa não conta com participação direta de nenhum funcionário envolvido com os telejornais das emissoras acima citadas.

emissoras confessionais deram tratamento a esta pauta.

Buscaremos por meio de pesquisa exploratória, em um primeiro momento, caracterizar dois telejornais de destaque dentre as emissoras católicas, o *Canção Nova Notícias* e o *TJ Aparecida*, segundo o aporte teórico dos critérios de *noticiabilidade* e *valores-notícia* de Traquina (2013). A seguir, vamos classificar com base nas técnicas e gêneros telejornalísticos (BARBEIRO; LIMA, 2002) a pauta do impeachment (cobertura do dia 18 de abril), objeto desta análise de conteúdo. Essa amostra corresponde ao dia posterior à votação da admissibilidade do processo de impeachment⁴ da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, e as notícias analisadas segundo os *critérios de noticiabilidade* apontadas por Traquina (2013). As emissoras tradicionais e comerciais se debruçaram em longas coberturas ao vivo com links de especialistas e repórteres setoristas no domingo (17/04), porém, esta pauta só entra na grade dos telejornais confessionais em apreço com coberturas veiculadas na segunda-feira (18/04).

Em termos de revisão teórica, estudos na área de telejornais católicos são escassos, pois se trata de um fenômeno recente. A tese de doutorado *Comunicação e Diálogo na Rede Vida: um olhar interacionista sobre o jornalismo* (SILVA, 2006) é um dos poucos trabalhos com uma aplicação similar a deste artigo. Sendo assim, pesquisas sobre este objeto são escassas e de grande valia, pois ajudam a configurar em que termos esses telejornais baseiam suas condições de produção da notícia.

1. O JORNALISMO E OS VALORES DE CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

Para melhor conhecer os telejornais das duas emissoras optamos por analisá-los a partir dos valores notícia, sobre o que se convencionou chamar de *Teoria da Notícia: perspectiva de pensamento em Comunicação que utiliza conceitos e conhecimentos compilados pela produção científica portuguesa (Jorge Pedro Souza, Nelson Traquina), além da brasileira (Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo - SBPJor)*. Para isso, tomamos como modelo os conceitos de Traquina (2013) dos *critérios de seleção das notícias*, por considerarmos esta abordagem um processo essencial de todo fazer jornalístico.

Afinal, como são construídas as notícias? O pensador francês Pierre Bourdieu acredita que “os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras, e vêem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado” (BOURDIEU, 1997, p. 12). Em sintonia com este pensamento, Traquina (2012, p. 25) diz que “compreender porque as notícias são como são tem sido objeto de longa pesquisa, e têm surgido diferentes teorias para explicar as notícias”. Nesta perspectiva, os valores notícias podem ser agrupados em duas categorias: *valores notícias* de seleção e *valores notícias* de construção (IDEM). Interessa-nos, sobretudo em vista desta pesquisa, os primeiros, isto é, aqueles valores utilizados para selecionar os acontecimentos, para escolher o que vai ou não ao ar no telejornal.

Os *valores-notícia* de seleção são divididos por Traquina em dois subgrupos: segundo

[4] Processo instaurado com base em denúncia de crime de responsabilidade contra alta autoridade do poder executivo, ou do poder judiciário.

os critérios substantivos relativos à avaliação direta do acontecimento visando sua importância, e segundo os critérios contextuais de produção da notícia. No grupo dos critérios substantivos, a *morte* é o primeiro dos valores-notícia apontados, pois gera grande visibilidade e “explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal ou nos écrans da televisão” (TRAQUINA, 2013, p.76). A *notoriedade* do ator principal, segundo Traquina, é outro conceito fundamental para o jornalismo. “O que o Presidente da República faz é importante porque o Presidente da República é importante” (TRAQUINA, 2013, p.77). A *proximidade*, tanto geográfica quanto cultural, é listada como um valor-notícia essencial. O fator *relevância* também figura na lista dos valores-notícia, o qual responde a atenção de inteirar o público dos acontecimentos importantes e “determina que a *noticiabilidade* tem a ver com a capacidade do acontecimento incidir ou ter impacto sobre as pessoas, sobre o país, sobre a nação” (TRAQUINA, 2013, p. 78). Outro conceito fundamental listado por Traquina é a *novidade*. Por isso, é dever do jornalista voltar à redação com novos elementos sobre a investigação ou o acontecimento que está cobrindo e “devido à importância deste valor-notícia, o mundo jornalístico interessa-se muito pela primeira vez” (2013, p.78). O *tempo* também aparece como critério, visto que este pode ser no formato da atualidade, como também pode ser “utilizado como gancho para justificar falar de novo sobre esse assunto” (TRAQUINA, 2013, p.79). Já a *noticiabilidade* é a qualidade de ser exposto: “o valor-notícia da *noticiabilidade* de alerta-nos para a forma como o campo jornalístico está mais virado para a cobertura de acontecimentos, e não problemáticas” (TRAQUINA, 2013, p. 80). O *inesperado* é o que surpreende a expectativa do jornalista, é “o mega acontecimento, um acontecimento com enorme *noticiabilidade* que subverte a rotina

e provoca um caos na sala de redação” (TRAQUINA, 2013, p. 81). A *infração* segundo Traquina, é outro critério de crucial importância como fator de *noticiabilidade*, pois refere-se a violação, descumprimento das regras.

Já nos valores-notícia de seleção sobre critérios contextuais, o primeiro levantado por Traquina é a *disponibilidade*, ou seja, a facilidade com que é possível fazer a cobertura do acontecimento. Aqui, o problema dos recursos limitados das empresas jornalísticas se torna um problema, uma vez que o envio de um jornalista para cobrir todos acontecimentos é impossível⁵. O *equilíbrio* aparece como o segundo critério de importância desse grupo. Pode estar relacionado com a repetição do acontecimento ou assunto já existente, logo, “devido o valor do equilíbrio, o jornalista ou a empresa jornalística poderá racionalizar da seguinte maneira: ‘não tem valor-notícia porque já demos isso há pouco tempo’” (TRAQUINA, 2013, p. 86). A *visuabilidade* também é um critério listado. As fotografias ou filme são os elementos visuais deste critério que principalmente no jornalismo televisivo, se torna fundamentais. A existência de “bom material visual, pode ser determinante na seleção desse acontecimento como notícia” (TRAQUINA, 2013, p. 86). Outro valor-notícia de seleção neste subgrupo é a *concorrência*, ou seja, todas as outras empresas jornalísticas são oponentes, “mas cada empresa jornalística tem seus concorrentes de estimação, isto é, os seus concorrentes diretos” (TRAQUINA, 2013, p. 86). Por fim, outro critério que merece evidência é o *dia noticioso*. Segundo Traquina (2013, p.87), “cada dia jornalístico é um novo

[5] Aliás, uma das balizas de aparato de cobertura em *Newsmaking* na capacidade de emissoras tradicionais comerciais e confessionais filantrópicas, no enredo deste artigo

dia. Há dias ricos em acontecimentos com *valor-notícia* e outros dias pobres em acontecimentos com *valor-notícia*". O jornalista tem que estar conformado de que o trabalho passa por variáveis. Não são todos os dias que poderão contar com acontecimentos fortes.

Para que um acontecimento tenha destaque, precisa contar com critérios fortes, mas, sua exposição apesar de importante pode não ser alcançada uma vez que não depende só do jornalista, mas também, da política da empresa jornalística que decide o que poderá ser exibido ou não.

Embora os valores-notícia façam parte da cultura jornalística e sejam partilhados por todos os membros desta comunidade interpretativa, a política editorial da empresa jornalística pode influenciar diretamente o processo de seleção dos acontecimentos por diversas formas (TRAQUINA, 2013, p.90).

Este fato é nítido principalmente nas emissoras de televisão. Frequentemente telespectadores deparam com falta de veiculação de notícias em alguns veículos; enquanto que, em outros, o que se vê é exatamente a riqueza da cobertura.

2. O TELEJORNALISMO E A PERSPECTIVA NEWSMAKING

A perspectiva *Newsmaking* não é tratada exatamente como uma teoria porque o seu aparato analítico é um emaranhado de autores, compiladores e comentadores de resultados e reflexões de várias áreas que

debruçam sobre o objeto do Jornalismo. Algumas pessoas a tomam como teoria, mas preferimos a nomeação de perspectiva teórica, no âmbito deste trabalho.

Sendo assim, nesta perspectiva, há entendimento consolidado, como o de SANTOS (2014), na perspectiva de que, na perspectiva *Newsmaking*, a imprensa não reflete sobre a realidade, mas ajuda a construí-la, a partir de interações sociais. É um pensamento que condiz, por exemplo, com a compilação feita por Felipe Pena, em *Teorias do Jornalismo* (2005).

Wolf (2002) fundamentando-se nas pesquisas do *Newsmaking* da socióloga Gaye Tuchman⁶, apresenta três aspectos principais para essa teoria: a *cultura profissional* dos jornalistas, a *organização do trabalho* e os *processos produtivos*. A socióloga indica como ponto fundamental no processo a análise da organização do ofício jornalístico, sem a qual seria impossível produzir notícias, uma vez que existe uma superabundância de fatos que acontecem no cotidiano da sociedade. Wolf denota, então, três obrigações que os órgãos de informação devem cumprir para produzir o noticiário, de acordo com os estudos de Tuchman:

- tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como acontecimento notável;

[6] Socióloga americana formada e doutorada pela *Brandeis University*. Foi fundadora da *Sociologists for Women and Society*, conselheira da *American Sociological Association* e presidente da *Eastern Sociological Society*. Atualmente é professora de sociologia da *Connecticut University*. Especializou-se em sociologia da cultura, meios e gêneros, com abordagens etnográficas. É diretora editorial de diversas revistas acadêmicas e autora de livros como *Television Establishment: Programming for Power and Profit*, *Images of Women in the Mass Media* e *Making News: A Study in the Construction of Reality*.

- elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham a pretensão de dar a cada fato ocorrido um tratamento idiossincrático;
- organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planejada. (WOLF, 2002, p. 189).

A primeira obrigação listada pela socióloga se refere à função de tornar público os acontecimentos relevantes ante a sociedade (IDEM). A segunda diz respeito ao dever do jornalista de relatar os fatos da forma mais objetiva possível, sem influência individual (IDEM). A última corresponde à organização do trabalho jornalístico, onde há a necessidade de conduzir as várias informações de forma que possa haver uma lógica na produção noticiosa (IDEM).

3. TV CANÇÃO NOVA: CONTEXTO DA EMISSORA

A emissora pertencente à Comunidade Canção Nova foi fundada em 1989, pelo Padre Jonas Abib⁷. Segundo o seu site, a comunidade possui como principais atividades a evangelização por meio dos meios de comunicação, utilizando atualmente as seguintes mídias: televisão, rádio, internet,

[7] Pregador internacional, músico e escritor, membro do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica e da Diretoria Executiva da Fraternidade Católica Internacional – órgão ligado ao Pontifício Conselho para Leigos da Santa Sé, em Roma – e presidente da Fraternidade das Novas Comunidades de Vida e Aliança no Brasil.

revista, livros, material audiovisual (CDs e DVDs) e móvel (tecnologia de divulgação de conteúdo pelo celular).

Gerenciada pela Fundação João Paulo II⁸ e com sede em Cachoeira Paulista (SP), a emissora oferece em sua grade de programação conteúdos voltados para a espiritualidade, com a transmissão de 35 programas que envolvem missas, terços, leitura da bíblia, orações, mensagens com valores cristãos; educativo, sendo 11 programas nos quais são abordados assuntos relacionados à família, esclarecimentos de leis, direitos do consumidor e temas de utilidade pública, além de reflexões referentes à Doutrina Católica; nove programas de entretenimento, com músicas católicas, sertanejas, temas presentes no universo feminino como decoração, moda, culinária, cultura, entre outros; infanto-juvenil, sendo dois programas que se tratam de games, curiosidades, músicas, histórias, charadas e orações voltadas para a evangelização infantil, e 19 programas de gênero jornalístico, como Terra Santa News⁹, Transmissões Externas¹⁰, Repórter Canção Nova¹¹, Preservação Ambiental¹²,

[8] A Fundação João Paulo II (FJP II) surgiu em 1982, com o crescimento das ações evangelizadoras da Canção Nova através dos Meios de Comunicação. Responsável por manter todo o sistema Canção Nova de comunicação, atua em busca de mudanças sociais.

[9] Exibido às quartas-feiras, a partir das 17h33, leva aos telespectadores as principais notícias da Igreja Católica e da sociedade no Oriente Médio.

[10] Transmissões realizadas em eventos ocorridos no Brasil e no mundo.

[11] Exibido aos domingos, às 17h, apresenta uma nova visão dos acontecimentos cotidianos.

[12] Com uma abordagem séria e comprometida com as questões ambientais, promove a educação ambiental e transmite conhecimentos gerais sobre a fauna e a flora do Brasil, e o ecoturismo.

Parábolas de Corações Especiais¹³, Papo Aberto¹⁴, Histórias em Oração¹⁵, Flash do Jornalismo¹⁶, Fazendo Esperança¹⁷, Boletim Meteorológico¹⁸, Igreja no Brasil¹⁹, Em-Pauta²⁰, Documentários²¹, Deus Proverá²², Além da Notícia²³, Ajuda à Igreja que Sofre²⁴,

No Coração da Igreja²⁵, Manhã Viva²⁶ e por fim, nosso instrumento de pesquisa, Canção Nova Notícias²⁷.

4. TV APARECIDA: CONTEXTO DA EMISSORA

Em maio de 2001, o Ministro Pimenta da Veiga assinou em cerimônia realizada na Rádio Aparecida o projeto de concessão da TV Aparecida. Em 31 de outubro de 2001, foi assinado em Brasília o contrato entre o Ministério das Comunicações e a Fundação Nossa Senhora Aparecida pelo qual se marcava o prazo de 36 meses para a emissora entrar no ar e, no dia 08 de setembro de 2005, a TV de Nossa Senhora sonhada por missionários, dentre eles, Pe. Vítor Coelho²⁸, foi inaugurada.

[13] Toda sexta-feira a partir das 17h45, o programa divulga mensagens de vida e histórias de superação, mostrando a potencialidade da pessoa com necessidades especiais e a resposta que ela pode dar quando se sente valorizada e amada.

[14] O programa vai ao ar toda sexta-feira às 22h, com temas relacionados ao cotidiano brasileiro e com entrevistados de renome.

[15] Mostra o testemunho de missionários e amigos da Canção Nova, tratando da mudança radical de vida, descoberta da vocação e como agir diante dos momentos difíceis.

[16] São pequenos boletins apresentados ao longo da programação que exibem notícias atuais sobre o cotidiano brasileiro.

[17] Programa exibido às segundas-feiras, às 13h, com reprise às terças-feiras, a partir das 16h30, relacionado aos trabalhos realizados pela Comunidade "Fazenda Esperança". Durante a edição, os internos contam suas experiências exemplificando o caminho pelo qual outros jovens podem se libertar das drogas.

[18] Previsão do tempo referente ao dia de exibição.

[19] Produzido pela Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), cujo objetivo é mostrar as ações realizadas pela Igreja Católica no Brasil. O programa vai ao ar aos domingos, a partir das 17h50, com reprise às sextas-feiras às 06h40.

[20] Aborda temas atuais, promovendo debates sobre assuntos referentes à bioética, sob presença de especialistas.

[21] Atualizam os telespectadores sobre a realidade da sociedade, apresentando a eles fatos culturais, religiosos e políticos. Não possuem horário fixo dentro da grade de programação.

[22] Promove a prestação de contas da Obra Canção Nova aos sócios que, mensalmente, enviam donativos para sua manutenção. Todas as terças a partir das 12h.

[23] Com o objetivo de levar ao telespectador uma visão mais ampla e completa sobre a posição da Igreja com relação a assuntos ligados à doutrina e à moral católica, o programa promove a discussão de temas relevantes no cenário nacional. Vai ao ar toda segunda-feira às 22h00, com reprise aos domingos às 02h.

[24] Relata os desafios enfrentados pelos cristãos e pela Igreja Católica em todo o mundo, principalmente

nos países que estão em desenvolvimento e onde há perseguição religiosa aos cristãos. O programa vai ao ar toda quarta-feira a partir das 12h30.

[25] Produzido pelo Centro Televisivo Vaticano (CTV), o programa apresenta reportagens especiais de acontecimentos referentes à Igreja Católica em todo o mundo. A exibição ocorre, às segundas-feiras, a partir das 16h30.

[26] Aborda temas relacionados à saúde, à culinária, ao artesanato, à beleza e nutrição, ao meio ambiente, à família e também assuntos da atualidade. É exibido nas manhãs de segunda, terça, quarta e sexta-feira, às 9h30.

[27] Apresentado de segunda a sexta-feira, a partir das 19h, o telejornal realiza a cobertura completa dos principais acontecimentos do dia, levando ao público fatos atuais e relevantes.

[28] Nascido na cidade de Sacramento (MG), em 22 de setembro de 1899, Foi ordenado padre em GarsamInn, município da Alemanha, em 5 de agosto de 1923. Trabalhou nas Santas Missões, na Rádio Aparecida e no Santuário de Aparecida além de se tornar um pregador carismático,

Em seu site, a emissora declara dispor de oito diferentes gêneros, são eles: três programas educativos, com conhecimentos da medicina, telecurso e a denotação da diversidade cultural da Região Sul; esportivo com as últimas notícias de diferentes esportes e os melhores lances do futebol; dois programas de filmes, que passam às quartas e aos domingos; missa, celebradas na Matriz Basílica, no Santuário Nacional, no Juazeiro do Norte (CE) e no Santuário Santa Paulina, em Nova Trento(SC); três programas de musical, ambos, de músicas sertanejas; oito de gênero religioso, como novena, terços e cerimônia da bênção do manto, oração do ângelus, exposição da ação dos missionários redentoristas e outros; quatro programas de variedades, como receitas, informações sobre os acontecimentos do santuário nacional, desenhos artesanato; e dois programas de jornalismo, *Aparecida Interessa ao Brasil*²⁹ e nosso também instrumento de pesquisa *TJ Aparecida*³⁰.

5. PAUTA DO IMPEACHMENT NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Devido à importância de se relatar este momento “desconhecido” da política brasi-

[29] Apresenta os principais assuntos da Semana no Santuário Nacional, da Igreja no Brasil e no Mundo. Com início às 19h de cada domingo, o programa tem um tempo total de 15 minutos sem intervalo.

[30] Com a exibição de séries de reportagens especiais, entrevistas e boletins ao longo da programação, o telejornal notícia os fatos mais relevantes para a população com uma linguagem clara e objetiva. Vai ao ar de segunda a sexta, às 12h30 e possui cerca de trinta minutos de duração.

leira, jornais de diferentes estados e países ficaram atentos a cada momento da sessão na Câmara. Após a votação, havia grande movimentação de repórteres para entrevistar os representantes parlamentares.

A regra de bater papo com todo mundo é para ser seguida sem preconceitos. Conversa-se com qualquer um, desde que ele tenha ou possa ter informação. Caciques ou integrantes do “baixo clero”, gente séria ou vivaldinos, pessoas preparadas ou energúmenos, ministros ou funcionários de carreira, todos têm ou podem ter alguma informação para dar. Tanto vale conversar com quem é sério e tem espírito público como quem é pilantra e, por trás de um discurso arrumadinho só pensa em seus interesses particulares.[...] (MARTINS, 2011, p. 49)

Os telejornais CN Notícias e TJ Aparecida também contaram com a ajuda de seus repórteres que permaneceram durante todo o domingo na Câmara entrando ao vivo em links nas emissoras confessionais durante a votação: coletando material para os jornais que iriam ao ar no dia seguinte (segunda-feira, objeto de nossa análise). A coleta de entrevistas, dados, explicações, possibilitaria aos telejornais uma cobertura precisa do fato e até mesmo o próprio entendimento dos profissionais da comunicação cerca o acontecimento, gerando o que Franklin Martins define como *Background Information*³¹.

[...]sem background information, o trabalho do repórter é raso. Fica no óbvio,

[31] Ou “informação de fundo”, trata-se de um nível de informação que não entra necessariamente na notícia, mas permite ao profissional entender o alcance e a limitação do fato que é notícia e, em alguns casos, captar seus possíveis desdobramentos.

não ganha profundidade e é incapaz de levantar pistas sobre o amanhã. Assim, o negócio é andar com as duas pernas: correr atrás da notícia e mergulhar no que existe em torno (e por trás) da notícia. (MARTINS, 2011, ps.61/62)

Riqueza dos fatos, clareza e imparcialidade contariam positivamente para o trabalho de produção de cada telejornal. O telespectador precisaria entender com precisão o que estava havendo no campo político e os próximos passos, para se posicionar perante os demais expressando entendimento sobre assunto. Ressalta-se que, *Background Information* é o principal definidor da estrutura e alcance do aparato de *Newsmaking* de um telejornal e/ou de uma emissora que produza notícia, pois incide que o repórter foi *in loco* checar as informações com as fontes. Sabe-se que, muitas das rotinas produtivas, principalmente, das redações dedicadas à web têm a dimensão do *jornalista sentado*, conforme prescreve Pereira (2004). Além da técnica descrita pelo jargão jornalístico de *cozinhar notícia* (DICIONÁRIO JORNALÍSTICO, 2016), que é fazer uma versão para o veículo a partir da cobertura dos concorrentes ou até mesmo de outros veículos (não-concorrentes).

6. ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE RESULTADOS

Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2002), *Televista* (MACIEL, 2016) e *Diário Púbere* (BATISTA, 2016) são base das categorias de análise deste artigo, pois compilam técnicas e procedimentos do Telejornalismo

a serem investigadas na sua presença (ou não) no objeto de análise em apreço. Como a pesquisa tem um caráter de observação não-participante, nem todos os aspectos de produção da notícia (MOLOTCH e LESTER, 1993) podem ser analisados. Entretanto, outros, mais relativos à apresentação final dos produtos e formatos noticiosos são, exatamente, a caracterização dos telejornais que buscamos na análise de conteúdo.³²

Caracterizado como um espaço de repasse de informação, o telejornalismo que é um dos meios de comunicação de massa mais acompanhados do mundo, constitui-se de um conjunto de fatores que o diferencia dos demais meios.

[...] o telejornal é composto de uma mistura de fontes de imagens, sons, gravações, filmes, fotos, arquivos, gráficos, mapas, textos, ruídos, músicas, locuções, etc. É o resultado da ação dos jornalistas sobre o aparente caos onde jazem os acontecimentos transformados em notícias para um telejornal. Ele se estrutura de forma semelhante em todos os lugares do mundo enfocando tomadas em primeiro plano de pessoas que falam diretamente para a câmera, sejam repórteres ou entrevistados (BARBEIRO; RODOLFO, 2002, p. 16).

Este meio de informação possui termos peculiares, que são utilizados pelos profissionais das redações e ilhas de edições,

[32] Limitante: por se tratar de um trabalho não participativo, onde não há acompanhamento junto ao processo de produção e edição dos telejornais, cerca de 70 elementos como derrubamento de pauta, ronda dos produtores, o *dead-line*, roteiro, corte, edição de texto, esqueleto, *script*, entre outros, não poderão ser explorados.

Oportunidades: por não obter ligação empregatícia, ou qualquer outro vínculo com as emissoras, possuo liberdade para falar abertamente sobre os telejornais.

desde o trabalho de produção á edição de um telejornal.

Uma das peças fundamentais de um telejornal é o âncora. Este se trata do apresentador que interpreta as notícias com base em conhecimento próprio (BATISTA, 2011). O cenário é local em que as cenas de programas ou apresentação de telejornais se desenrolam. Também corresponde à paisagem que fica no fundo de programas e jornais televisivos (MACIEL, 1995). O cenário evidencia a identidade do programa. A vinheta é um símbolo gráfico ou sonoro usado para marcar abertura ou intervalo de programas (MACIEL, 1995), e tem características próprias que podem variar de acordo com cada telejornal. O termo *falapovo*, refere-se à gravação com várias pessoas repercutindo o mesmo assunto (BATISTA, 2011). Ou seja, entrevistas com pessoas comuns que se posicionam diferente às outras sobre determinado assunto. Costuma-se usar em matérias que têm gráficos, tabelas e/ou números. A ilustração visual computadorizada, utilizada para facilitar a compreensão do telespectador é a arte (MACIEL, 1995). A nota é uma notícia curta destinada à informação do fato, sem muitos detalhes. Comunica objetivamente o fato ocorrido (BATISTA, 2011). Existem três tipos de nota: a coberta (1), nota pé (2) e nota seca (3), onde a primeira refere-se a uma notícia coberta com imagens, que pode ser gravada ou ao vivo; a segunda que é um complemento da notícia. É sempre feita pelo apresentador depois da exibição da matéria e a última que diz respeito a uma notícia sem imagens. A chamada é um termo jornalístico que corresponde ao texto que antecipa os principais assuntos do telejornal com o objetivo de atrair a atenção do receptor (MACIEL, 1995).

O *off* tem a função de complementar, explicar ou unir informações. O repórter ou âncora grava o texto da matéria que depois é coberto com imagens ou dados sobre o acontecimento (BARBEIRO; LIMA, 2002). O boletim, ao contrário do *off*, é o resumo de um texto gravado pelo próprio repórter no local do acontecimento, depois de ter conferido as primeiras informações (BATISTA, 2011). A sonora refere-se à fala do entrevistado na entrevista de reportagem (MACIEL, 1995), já o bloco diz respeito ao segmento composto pelas notícias que ocupam espaço de um intervalo comercial a outro em um telejornal (BATISTA, 2011). As matérias podem contar com as passagens, que é o trecho da matéria em que o repórter aparece. Faz a ligação entre um trecho da reportagem e outro (BATISTA, 2011). O encerramento, assim como o próprio nome supõe, é o momento final do telejornal em que se inserem os créditos técnicos e, de vez em quando, a vinheta (MACIEL, 1995).

7. CN NOTÍCIAS: ANÁLISE DO TELEJORNAL

Naquela edição do Canção Nova Notícias, os âncoras Camila e Reinaldo em primeiro momento fazem a chamada das principais notícias. Em seguida, é exibida a vinheta de abertura. Simples, contendo apenas o slogan do programa, o globo terrestre ao fundo e com cor predominantemente azul, a vinheta explicita o formato de seriedade do noticiário. Logo após, Camila e Reinaldo cumprimentam os telespectadores para que a jornalista possa dar início às informações.

[FIGURA 1] **CN NOTÍCIAS**
DO DIA 18 DE ABRIL DE 2016



Fonte: *print screen* elaborado pela autora.

A primeira notícia a ir ao ar refere-se às manifestações do dia anterior, relacionadas ao impeachment. A matéria do repórter Sidinei Fernandes conta com *off*, imagens das manifestações e do senado no momento da votação. Conta com a *arte* detalhada dos dados do número de manifestantes contra e a favor o afastamento da presidente, em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza e Brasília. A matéria também possui passagem do repórter. Presente em uma avenida de São Paulo – região com maiores manifestações, Sidinei indica o número de manifestantes na Avenida Paulista no ato pro-impeachment e no ato contra impeachment no Vale do Anhangabaú. São três manifestantes entrevistados, sendo dois a favor do impeachment e um contra, além de uma fonte, o presidente da CUT-SP, Douglas Izzo.

A repercussão internacional do processo de impeachment da presidente também é exposta no decorrer do telejornal. Com uma duração de 1 minuto e 5 segundos, a notícia em formato de *nota coberta*, conta com imagens de alguns dos maiores jornais católicos e do mundo.

Por se tratar de um assunto vigente e de importância para o país, o CN Notícias ainda versa sobre o dia seguinte à votação. A opinião dos brasileiros sobre o momento da votação e o resultado, e a visão do mestre em direito e da socióloga e mestre em antropologia social sobre o caso são empregados na matéria de 2 minutos e 39 segundos.

O noticiário ainda transmite mais uma matéria na editoria de política sobre o processo de impeachment. Uma na editoria de internacional, sobre terremotos no Equador e no Japão, além da previsão do tempo e mais duas matérias na editoria de religioso. A primeira tratando da ordenação de 11 novos padres, a posterior sobre a caminhada realizada por devotos de Santo Expedito partindo de Guaratinguetá rumo Cunha, ambos no estado de São Paulo.

A última matéria desta edição do CN Notícias relata a história do ator e produtor, o mexicano católico Eduardo Verástigui, que após experiência de vida, passou a destinar seus trabalhos a conteúdos de fé. Após a chamada da matéria feita por Reinaldo, a matéria entra com imagens da mais recente produção de Eduardo, o filme *Little Boy*, e o *off* da repórter. Logo após imagens e *off*, a correspondente internacional Danusa Rego entrevista o produtor e ator, que de início expõe suas expectativas em torno do filme. Em seguida, são mostradas mais cenas com o *off* da repórter que, por sua vez, ressalta a relação do filme com o contexto do ano da misericórdia. O produtor ainda relata sua trajetória até começar a trabalhar em prol da fé. Após sua entrevista, Denusa faz uma passagem, também falando da trajetória do personagem. Eduardo ainda fala da presença de Deus na vida das pessoas, para após, vim mais cenas do filme. No final da matéria, a correspondente

através de *off* fala do encontro de Eduardo com o Papa Francisco e expõe o pedido do Papa ao fiel. A matéria é finalizada com o posicionamento do produtor sobre o pedido feito pelo líder católico.

A edição termina com a fala de despedida dos âncoras e ao final, créditos do programa.

[QUADRO 1] **EDIÇÃO DO CN NOTÍCIAS**
DO DIA 18 DE ABRIL DE 2016.

ASSUNTO	EDITORIA	TÉCNICA	DURAÇÃO
Ator e produtor mexicano dedica trabalhos a conteúdos de fé	Religioso	Chamada: “Nossos correspondentes conversaram com um ator e produtor mexicano que após uma experiência que mudou a vida dele, passou a dedicar o trabalho á conteúdos de fé, como o filme Little Boy – Além do Impossível” Nota coberta: imagens do filme com off da repórter Fonte: Ator e produtor Eduardo Verástigui. Sobe som: entrevista com o ator e produtor. Passagem: Repórter em um local	02 min 50 seg
Votação do dia 17	Política	Chamada: “367 votos repassaram ao Senado, a responsabilidade de analisar o pedido de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Veja como foi a votação ontem” Nota coberta: Off da repórter com imagens externas e internas do Senado Federal. Sobe- som: entrevista coletiva de Cunha, Ronaldo Caiada, José Guimarães e Eduardo Cardoso. Passagem: Repórter Elisa Ventura dentro do Senado após a votação. Artes: próximos passos do processo.	04 min 30 seg
Devotos caminham 20 Km para alcançar graças do Santo Expedito	Religioso	Chamada âncora Camila: Quem ainda tem um problema urgente para resolver? Não é mesmo Reinaldo?! Pois é, e muitos nessa situação buscam auxílio de Santo Expedito. Chamada âncora Reinaldo: Pois é. Para alcançar essas graças urgentes, caminhar 20 quilômetros, por exemplo, enfrentando subida de serra, madrugada fria e a escuridão, não foi tão difícil assim. Nota coberta: Off da repórter com imagens da peregrinação. Sobe som: momento da caminhada. Fala povo: Devotos e organizador da caminhada. Passagem: Repórter Flávia Pereira no momento da caminhada. Fonte: Padre da Capela.	02 min 30 seg

ASSUNTO	EDITORIA	TÉCNICA	DURAÇÃO
Mais de 20 estados e o DF registram manifestações relacionadas ao impeachment	Política	Chamada: “O domingo foi quente. Mais de 20 estados e o Distrito Federal registraram manifestações a favor e contra o impeachment da Presidente Dilma Rousseff” Nota coberta: Off do repórter com imagens das manifestações. Fala povo: Manifestantes contra e a favor do impeachment. Arte: número de protestantes nas avenidas de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza e Brasília. Passagem: Repórter na Avenida Paulista.	02 min 56 seg
Mestre em direito considera risco a possibilidade de impeachment	Política	Chamada: “A votação do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados, foi assunto hoje nas ruas do país. Os brasileiros ficaram divididos entre o apoio e a indignação”. Nota Coberta: Off da repórter acompanhado por imagens de brasileiros nas ruas e o momento da votação no Senado. Fala povo: cidadãos brasileiros. Fonte: Mestre em direito, Sávio Chalita e socióloga e mestre em antropologia social, Elisa Salles. Passagem: Repórter Fernanda Ribeiro r emGuaretinguetá-SP.	02 min 40 seg
Papa ordena 11 novos padres e recorda viagem à Grécia	Religioso	Chamada: “O papa Francisco ordenou 11 novos padres para a Igreja, no domingo de celebração que recordou também a viagem à Grécia no sábado”. Nota coberta: Off da repórter com imagens do Papa Francisco . Sobe-som: Discurso do Papa na Praça de São Pedro. Passagem: repórter Lízia Costa na Praça de São Pedro. Fonte: Pe. Marco Pagliccia e missionária Aliança de Misericórdia, Marina Helena.	03 min 21 seg
Votação do impeachmentteve repercussão internacional	Política	Chamada: “Toda essa movimentação na política, e em agosto já serão as olimpíadas aqui no Brasil. O Comitê Olímpico internacional, informou que a abertura do processo de impeachment não vai interferir na preparação dos jogos. A votação do impeachment teve repercussão internacional.” Nota coberta: Off da repórter com imagens da cobertura de jornais como: The New York Times, Le Mound, El País, Avvenire, Rádio Vaticano e Santa Sé.	01 min 06 seg
Previsão do tempo	Ciência	Vinheta: abertura deste boletim. Arte: Mapa satélite do Brasil, demonstrando o clima por todas as regiões, após, arte com detalhamento do clima por toda semana na região de Belo Horizonte, Porto Alegre e Cuiabá. Nota coberta: Off da repórter juntamente com a arte.	01 min

ASSUNTO	EDITORIA	TÉCNICA	DURAÇÃO
Notícias pelo Mundo	Internacional	Nota coberta: off do âncora Reinaldo com imagens do resultado deixado pelo terremoto que atingiu a costa oeste do Equador/ O trabalho de busca por sobreviventes após deslizamento de terra no Japão. Vinheta: a cada troca de notícia deste boletim. Duração de três segundos.	01 min 05 seg
Números do mercado financeiro	Economia	Arte: Valor do Dólar e do Euro.	15 seg

Fonte: Elaborado pelos autores.

8. TJ APARECIDA: ANÁLISE DO TELEJORNAL

O telejornal que vai ao ar às 12h30 minutos, sob apresentação de Eduardo Miranda e Gleice Arneiro, começa com a *vinheta de abertura*. O Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida do Vale do Paraíba, no eixo Rio - São Paulo, é o principal objeto da vinheta que também conta com o globo terrestre, os símbolos das editorias e o slogan do telejornal, além da cor laranja como predominante. Por conseguinte, os jornalistas cumprimentam os telespectadores para adiante fazer a *chamada* das principais notícias. Em seguida Gleiciane faz um pequeno resumo do cenário político para então fazer a ligação com a pergunta do dia – “Em meio a crise política, que lição fica para o nosso país? ”, que pode ser respondida via e-mail, *whatsapp* e *facebook*.

A primeira matéria a ir ao ar trata dos momentos que marcaram a sessão do dia anterior e dos próximos passos do processo.

[FIGURA 2] TJ APARECIDA DO DIA 18 DE ABRIL DE 2016



Fonte: print screen elaborado pela autora.

Com uma duração de 5 minutos e 45 segundos, a matéria com *off* do repórter acompanhado de imagens do momento da votação, protestos pelo país e pronunciamento da presidente Dilma e do ex presidente Luis Inácio Lula da Silva na internet na semana antes a

votação, também reúne passagem do repórter Cassio Andrade no Senado e entrevistas de alguns deputados presentes na votação.

Dispondo da presença do mestre em direito social e eleitoral, Sávio Ferreira, no estúdio do telejornal, as âncoras juntamente com o convidado tratam em diferentes momentos do programa, de assuntos políticos, como as pedaladas fiscais³³, as particularidades e os próximos passos do processo.

O telejornal também expôs a previsão do tempo, notícias internacionais, como o terremoto no Equador e no Japão e eleições na Síria, além das últimas notícias do Senado em que o repórter Cássio faz a

chamada para entrevistas realizadas no dia anterior o programa, com alguns senadores favoráveis e contrários ao processo de impeachment. O repórter ainda exprime expectativa da entrega do processo pelo deputado Eduardo Cunha e ressalta sua permanência durante todo o dia no Senado, podendo entrar ao vivo a qualquer momento da programação da TV Aparecida.

O jornal é finalizado com o posicionamento do especialista convidado sobre as lições que permanecem com a crise política. Após a fala do mestre em direito social e eleitoral, Eduardo e Gleice se despedem dos telespectadores já evidenciando a pergunta de debate do dia seguinte.

[QUADRO 2] EDIÇÃO DO TJ APARECIDA DO DIA 18 DE ABRIL DE 2016.

ASSUNTO	EDITORIA	TÉCNICA	DURAÇÃO
Lições acarretadas pela crise política, pedaladas fiscais, particularidades e próximos passos do processo.	Política	Cena: Estúdio do telejornal. Especialista e o apresentadores sentados em poltronas, e a apresentadora em pé próxima à TV. Fonte: Advogado, mestre em direito social e eleitoral, Sávio Ferreira de Carvalho. Enquete: “Em meio a crise que lição fica para o nosso país?” Resposta das telespectadoras Sônia Helena/ Benedita Silva/ Tina Preato Arte: Os próximos passos do processo de impeachment	13 min 04 seg
Giro de Notícias	Internacional	Nota coberta: Off do repórter com imagens gravadas no momento do terremoto no Equador, e resultado do desastre/ Off do repórter com imagens aéreas do Japão/eleições na Síria	01 min 52 seg
Previsão do tempo	Ciência	Arte: clima em todas as regiões do país, com foco em Recife e São Paulo	01 min 06 seg

[33] São manobras consideradas crimes de responsabilidade fiscal, utilizadas para maquiar o resultado das contas públicas.

ASSUNTO	EDITORIA	TÉCNICA	DURAÇÃO
Últimas notícias do Senado em Brasília	Política	Cena: Eduardo e Sávio nas poltronas, Gleiciane do lado da TV fazendo uma ligação direta com o repórter presente no Senado. Fonte: Humberto Costa, Gleisi Hoffmann, Romero Jucá, Álvaro Dias.	03 min 12 seg
Cássio Andrade traz informações direto do Senado	Política	Nota coberta: com off de repórter e imagens gravadas direto do Senado no momento da votação Sobe som: momento de alvoroço na Câmara	05 min 45 seg

Fonte: Elaborado pelos autores.

9. COMPARATIVO DOS TELEJORNAIS DAS EMISSORAS CONFESSIONAIS

Ambos com uma duração de entorno trinta minutos, *CN Notícias* e *TJ Aparecida*, dedicaram algum tempo da veiculação dos telejornais para assuntos de natureza política. O telejornal *CN Notícias* destinou 10 minutos e 32 segundos para conteúdos referentes ao processo de impeachment, como a repercussão internacional do processo, o dia seguinte à votação, as manifestações, o momento da sessão. O *TJ Aparecida*, designou 21 minutos e 61 segundos para tratar da questão política. Foram exibidas e debatidas as visões dos telespectadores sobre as lições fomentadas pela crise, as últimas notícias direto do Senado, as pedaladas fiscais além do detalhamento do início, o estado atual e próximos rumos do processo de impeachment.

Sendo assim, com uma diferença de 11 minutos e 29 segundos, o noticiário da TV *Aparecida* foi o que mais discorreu sobre o cenário político atual. Apesar de tratar em menor profundidade sobre o impeachment

e assuntos que o correlacionam, o *Canção Nova Notícias* ainda sim ofereceu ao telespectador, metade da sua veiculação a assuntos políticos, sendo 10 minutos e 22 segundos para religioso, internacional e ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente de se tratar de dois programas de emissoras católicas, percebemos a liberdade dos telejornais para tratar de assuntos variados. Foi possível observar durante análise, que o *TJ Aparecida* se ocupou em maior intensidade por tratar do impeachment. O que nos surpreendeu, pois, por ser veiculado no horário do almoço e com uma produção mais interativa, nossa percepção inicial era de um telejornal mais direto, em que se preocuparia com assuntos descontraídos, referentes à Igreja, ou do dia a dia do brasileiro. O telejornal que dispôs de um especialista no estúdio para um bate-papo sobre o impeachment, explicou detalhadamente os passos do processo, des-

de seu princípio. Exibiu o momento da votação do processo no Senado, o número de manifestações em alguns estados nacionais, além de uma enquete realizada com os telespectadores e especialista, sobre as lições que permaneceram com a crise política. O TJ Aparecida também exibiu as previsões meteorológicas e notícias internacionais sobre o terremoto no Equador, Japão e as eleições na Síria. O telejornal trouxe matérias ricas em imagens, entrevistas, off e arte para melhor compreensão do telespectador.

O CN Notícias que já possui um aspecto de seriedade e é vinculado no período noturno, apesar de oferecer metade de sua exibição para assuntos referentes ao impeachment, abordou também conteúdos relativos à fé. O noticiário da TV Canção Nova nesta edição expôs três matérias na editoria de religioso, com exibição de filme produzido por um fiel mexicano, a ordenação de novos padres e a caminhada de devotos para alcançar graças, e quatro na de política, que tratavam dos próximos passos do processo de impeachment, os riscos do afastamento da presidente segundo visão de especialista, um resumo do dia da votação e a repercussão internacional do processo. Além de previsão do tempo e os números do mercado financeiro. As matérias do telejornal também contaram com ricas técnicas, como imagens, sob-som, off, entrevistas e arte.

Em virtude dos fatos mencionados, auferimos o objetivo deste artigo que era o de explorar o trabalho de produção dos telejornais, descrever e classificar suas características segundo linguagem do telejornalismo, chegando à resposta para o questionamento de como a pauta é enquadrada dentro dos telejornais católicos em um momento crítico da política brasileira. A maior limitação é a perspectiva *Newmaking*

ser tradicionalmente feita em caráter etnográfico: com observação participante. Mesmo assim, a julgar da escassez de trabalhos com o enfoque dado aqui, pensamos que seja uma inédita contribuição à ciência e aos estudos de Jornalismo, principalmente, aos da *Teoria da Notícia* com fronteiras sobre questões confessionais na radiodifusão. Por fim, avaliamos que o artigo cumpre o objetivo de avaliar a caracterização do tratamento da pauta nesta cobertura da admissibilidade do processo de impeachment dentro do aparato de produção de notícia em telejornais de emissoras confessionais. ■

Trabalho vinculado ao Grupo de Estudos Avançados em Comunicação Organizacional e Mediática, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Católica de Brasília (PPGSSCOM/UCB)

[RENATA FERNANDES OLIVEIRA
DE ALBUQUERQUE]

Jornalista e membro da Pastoral da Comunicação Alô São José.

Email: rfoa.25@gmail.com

[DR. ROBSON DIAS]

Jornalista, mestre e doutor em Comunicação.

Email: rbsn.dias@gmail.com

[ME. ELIANE MUNIZ]

Jornalista e mestre em Comunicação (UnB). Assessora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Email: eliane.lacerda33_ucb@gmail.com

[ESP. FELIPE DIEMER]

Jornalista, mestrando em Comunicação (UCB).

Assessor de Comunicação da Divisão Sul-Americana da Igreja Adventista do Sétimo Dia (DAS - Brasil).

Email: felipe.di_le@gmail.com

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA sagrada: antigo e novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.

BARBEIRO, Heródoto; RODOLFO, Paulo. **Manual de telejornalismo.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Portugal: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

DICIONÁRIO JORNALÍSTICO. Disponível em <http://coisasdejornalista.com.br/dicionario-jornalistico/>. Acesso em 30 de julho de 2016.

LIMEIRA, Michele Boff da Silva. **Comunicação e diálogo na Rede Vida: um olhar interacionista sobre o jornalismo.** 2006. 510 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MACIEL, Pedro. **Jornalismo de televisão: normas práticas.** Porto Alegre: Sagra, 1995.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação Eclesial: Utopia e Realidade.** 1ª ed. São Paulo: Edições Paulinas, 2005. v. 1. 160p.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político.** São Paulo: Contexto, 2011.

JESSÂMINE BATISTA, **Dicionário de Telejornalismo.** Disponível em: <<http://jessaminebb.blogspot.com.br/2011/09/dicionario-de-telejornalismo.html>>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

PAPA PAULO VI. **Instrução pastoral *Communio et Progressio*.** Dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_23051971_communio_po.html>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O Texto na TV: Manual de Telejornalismo.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** São Paulo: Editora Contexto, 2005. v. 1. 260p.

PEREIRA, F. H. **O Jornalista Sentado e a produção da notícia on-line no Correioweb.** Em *Questão* (UFRGS. Impresso), Porto Alegre (RS), v. 10, n.01, p. 95-108, 2004.

REDAÇÃO A 12. **O Programa**. Disponível em: <<http://www.a12.com/tv-aparecida/programas/detalhes/o-programa-5>>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

MOLOTCH, Harvey e LESTER Marilyn. **As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico dos acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos**. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, teorias, histórias*. Lisboa (Portugal) Vega. P.34-53.

MORAES, Thiago. **Mini-Glossário do Telejornalismo**. Disponível em: <<http://www.casadosfocas.com.br/mini-glossario-do-telejornalismo/>>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

SANTOS, Agatha; CAMARGO, Jorge; OLIVEIRA FILHA, E. A. **O Jornalismo Literário apoiado na Teoria do Newsmaking**. In: XXXVII Congresso de Ciências da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu. *Anais do XXXVII Congresso de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Intercom, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: por que as notícias são como são. V. 1. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transacional. V. 2. Florianópolis: Insular, 2013.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 7. ed. Lisboa (Portugal): Presença, 2002.

CIDADANIA COMUNICATIVA E MEDIATIZAÇÃO NA RECEPÇÃO DE CINEMA COM DEBATE

[ARTIGO]

Maytê Ramos Pires

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O presente artigo visa refletir sobre a inter-relação das mídias no cotidiano dos sujeitos com uma cidadania, em específico na recepção de cinema em sessões comentadas, a partir da construção desenvolvida para uma pesquisa de Mestrado em Ciências da Comunicação. Para tanto, ele trata do contexto de Porto Alegre através de lugares que ofertam esse tipo de sessões promovendo debates, tendo como foco mais concretamente/aprofundadamente em problematizações acerca de midiatização cinematográfica e de cidadania comunicativa cinematográfica na recepção de sessões de cinema seguidas de debate.

Palavras-chave: Cidadania comunicativa cinematográfica. Midiatização cinematográfica. Sessões comentadas de cinema. Recepção de cinema. Sujeitos comunicantes.

The present article aims to reflect about the interrelation of medias in the daily lives of individuals with a citizenship, in particular in the reception of cinema in commented sessions, from the construction developed for a Master's research in Communication Sciences. On this way, it deals with the context of Porto Alegre through places that offer this type of sessions promoting debates, with the more concrete/depth focus on problematizations about film mediatization and film communicative citizenship in film reception sessions followed by discussion.

Keywords: Film communicative citizenship. Film mediatization. Commented cinema sessions. Reception of cinema. Communicating individuals.

El presente artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la interrelación de los medios de comunicación en la vida cotidiana de los individuos como ciudadanos, en particular la recepción de cine en sesiones comentadas, a partir de una construcción desarrollada para la investigación de una Maestría en Ciencias de la Comunicación. Para esto, trata del contexto de Porto Alegre a través de lugares que ofrecen este tipo de sesiones y que promueven debates con un enfoque más concreto y profundo, que problematiza en la mediatización cinematográfica y la ciudadanía comunicativa, en la recepción de sesiones de cine que contienen debates.

Palabras clave: Ciudadanía comunicativa cinematográfica. Mediatización cinematográfica. Sesiones de cine comentadas. Recepción de cine. Sujetos comunicantes.

INTRODUÇÃO

No cenário de exibição de cinema de Porto Alegre/RS constata-se a existência de uma cena de exibição de cinema que inclui experiências de exibição seguida de debate. De modo geral, estes espaços optam por trabalhar com filmes autorais/independentes (que fujam às lógicas das grandes produções), inserindo-se num circuito que tem representatividade mundial, ganhando cada vez mais espaço nos principais festivais de cinema¹. Volto meu olhar para a exploração de questões relativas à recepção de sessões de cinema com debate – sessões comentadas – na perspectiva da cidadania comunicativa em espaços ou organizações, cenários que não são necessariamente cinemas (mas também o são), que promovem sessões com debates com potencialidades interessantes para o desenvolvimento de uma apropriação cinéfila e/ou de compreensão de aspectos da realidade social², propondo uma espectadorialidade que não se resume à assistência³.

Dentre os cenários que promovem este tipo de sessões, três foram observados de modo mais detalhado no desenvolvimento

da etapa exploratória da pesquisa que venho desenvolvendo no Mestrado⁴: a *Sala P. F. Gastal*, a *Sala Redenção* e a *Ocupação Pandorga*, que ofereciam a maior periodicidade de sessões comentadas dentre os espaços mapeados. Os três configuram-se por ofertas diferenciadas e sessões comentadas constituídas, também, de forma diversa. Nas duas salas observadas (*Sala Redenção* e *Sala P. F. Gastal*), as sessões se revelaram mais centradas no debate propriamente cinematográfico (sobre as produções, formação dos diretores – num debate cinéfilo); já no cenário da *Ocupação Pandorga*, as sessões incluem debates mais voltados à reflexão de dimensões da realidade e das ações do coletivo.

As explorações no campo demonstraram, então, que há formas distintas de constituição das sessões comentadas que adquirem particularidades vinculadas, entre outros fatores, aos espaços que propõem tais atividades e a quem é convidado a discutir e ajudar a compor as sessões, abrindo perspectivas diferenciadas de participação dos sujeitos – tanto os que colaboram na realização das sessões quanto os que comparecem nelas e participam dos debates, mesmo que não se posicionem verbalmente.

Para investigar as sessões comentadas realizadas nos espaços distancio-me

[1] Como o *Festival Internacional de Cinema de Berlin* (Berlinale), *Festival de Cannes*, *Festival Sundance de Cinema* e *Festival de Veneza*.

[2] Recepção de cinema (produção de sentido em todas as vias a partir do cinema) e cidadania comunicativa cinematográfica (reflexão comunicacional possibilitada a partir do cinema na ação dos sujeitos) são os conceitos basilares da pesquisa que venho desenvolvendo no Mestrado.

[3] Nesse sentido penso em uma espectadorialidade como experiência do espectador antes e depois das sessões, com diálogo sobre os filmes assistidos, além do momento do filme. Considero também que a espectadorialidade é algo mais amplo do que o momento de assistência, que inclui trajetória dos sujeitos com o cinema e pensar complexamente os sujeitos.

[4] A investigação já está em sua etapa final, tendo sido qualificada em julho de 2016. Tem como objetivo entender o encontro comunicativo que se realiza nas sessões com debate da *Sala Redenção* e da *Ocupação Pandorga* as concretizações, possibilidades e limitações que se apresentam nos processos comunicativos dessas sessões e em suas apropriações para a promoção de uma cidadania comunicativa cinematográfica.

da concepção da recepção como lugar de mera reprodução do que se coloca nas sessões fílmicas, entendendo-a como lugar de apropriação, de produção de sentido, de atividade dos sujeitos comunicantes que são multidimensionalmente constituídos, principalmente considerando o processo das sessões comentadas, onde há espaço para debate e reflexão individual e conjunta. Estes cenários podem oferecer possibilidades diferenciadas de estímulo à ampliação das compreensões dos sujeitos sobre o cinema, assim como de temáticas e suas vinculações com a realidade sociocultural, aspectos estes que se vinculam à compreensão da noção de cidadania comunicativa pensada para o campo cinematográfico.

Ao pensar o potencial cidadão do cinema e das sessões com debates o direcionamento principalmente para indagar se as sessões podem proporcionar elementos críticos para pensar a realidade e formar os sujeitos, dado que os cenários empíricos concretos que recorro para pesquisar suscitam pensar este viés do cinema; um cinema que possa ajudar a descortinar aspectos da realidade dos sujeitos, elementos de opressão, contradições, conflitos, pensar a posição desses sujeitos no mundo. Assim, problematizo o conceito de cidadania vinculado ao cinema pensando a possibilidade deste de contribuir para a construção da cidadania em várias dimensões, como social, cultural, no sentido de se reconhecer cidadão dentro de uma realidade, agir sobre o mundo. Portanto, o que interessa pensar aqui é uma cidadania que se vincule com o cinema, pensando os processos comunicacionais cinematográficos e sua potencialidade de constituir a cidadania dos sujeitos envolvidos.

A seguir, no desenvolvimento desde texto, trato especificamente da midiatisação cinematográfica e seus atravessamentos no

cotidiano dos sujeitos pensando vínculos, contextos, culturas, cotidiano, trajetórias, competências, entre outras mediações. Nesse sentido, entendo que as mídias potencializam a leitura dos sujeitos em sentidos preferenciais, que podem ser desviados e ressignificados a partir da experiência dos sujeitos, seus gostos, *ethos* e *habitus*; além de tratar brevemente da transição dos cinemas de calçada para espaços universais representados pelos *shoppings* e a reconfiguração do consumo cinematográfico com a assistência a domicílio.

Em seguida, desenvolvo noções de cidadania comunicativa em processos de inter-relação dos sujeitos com exibições cinematográficas colocando o conceito de cidadania em fluxo, ultrapassando as noções estáticas de carência e privilégio para pensar os atores sociais em sua capacidade de ser sujeito ativo no mundo da vida. Tais noções são trabalhadas a partir da recepção de cinema, considerando recepção em todos os momentos da sessão comentada – tanto antes do filme, como no momento da exibição a partir da interação entre os sujeitos e em relação à obra e também no momento propriamente do debate. Problemático a noção de cidadania intercultural pensada para o contexto de assistência a partir do consumo fílmico pensando em uma cidadania ativa. E, por fim, elencarei considerações finais tensionando questões sociais e de experiência.

1. MUDIATIZAÇÃO CINEMATOGRAFICA

Entender a recepção no cenário das sessões comentadas requer considerar que os senti-

dos constituídos pelos sujeitos são marcados pelas vivências num contexto de midiatização, particularmente em relação ao campo do cinema que, entre outras afetações, concebo ser constitutivo de competências cinematográficas nos sujeitos. Mas esses sentidos são também, atravessados por mediações⁵ vinculadas a dimensões da trajetória socio-cultural dos sujeitos. Isto porque estou olhando essa realidade por um prisma de pensar os sujeitos de uma certa maneira, concebendo-os como sujeitos comunicantes, que produzem sentidos, inseridos em contextos particulares, com determinadas experiências culturais e de militância e que, de certa forma, estão implicados em suas ações concretas. Assim, parto da ideia de que os sujeitos, em geral, realizam produções, apropriações e produzem significações (seja para propostas fílmicas, televisivas, de negociações do cotidiano, etc.) em relação com o contexto em que vivem, com suas trajetórias e suas culturas. Em situações de consumo, os sujeitos habitam os espaços e se apropriam de suas ofertas, ratificando, rompendo e/ou reconfigurando suas lógicas.

Como processo constante que é, a midiatização atua também como potencializadora de transformações na sociedade, sendo agente configuradora social ao mesmo tempo que é configurada pela sociedade, numa retroalimentação. (VERÓN, 2014). Sendo lugar definidor de outros campos sociais, as mídias estabelecem uma relação de dependência – em diferentes escalas –, garantindo espaço de exposição, divulgação

e publicização nos ambientes midiáticos. (MALDONADO, 2002). Ademais, as próprias mídias se ampliaram, ao longo dos anos, de modo a atuarem em conjunto, se correlacionando. Entendo que a midiatização é um processo no qual as mídias atravessam campos, instituições e sujeitos, estruturando mercados, configurando atividades diárias, produzindo percepções. Desde o início da inserção das mídias no cotidiano das pessoas, com os jornais, até os dias de hoje, com a ampliação gradual do alcance da internet, as mídias estabeleceram uma inter-relação forte com o desenvolvimento da sociedade, constituindo sua existência e suas transformações nos mais diversos âmbitos. Segundo Maldonado (2002), o avanço tecnológico comunicacional vem crescendo desde o final do séc. XIX e, com isso, o papel das mídias na sociedade vem se consolidando: “[...] as mídias configuraram um *campo social* central nas formações sociais modernas. São um *lugar* obrigado de passagem, definições e publicização dos outros campos, uns com maior dependência que outros, mas todos atravessados pelos fatores midiáticos”. (MALDONADO, 2002, p.8, grifo do autor).

As mídias, em suas ações, têm papel de “articulação e poder” na configuração social (MALDONADO, 2002), o que é parte formadora dos sujeitos enquanto espectadores de audiovisual. Entretanto, a midiatização atua de formas distintas nos sujeitos, seja pelas particularidades que adquire nos contextos específicos em função das condições de produção, distribuição e acesso aos produtos midiáticos, seja porque, dentre outros fatores, os sujeitos têm trajetórias e vínculos distintos com as mídias e são múltiplos os contextos que cercam e configuram cada um (socioeconômico, político, cultural). A midiatização

[5] São atravessamentos que agem de modo relevante no campo pesquisado, e que devem ser criados para cada objeto, pensando que são múltiplas as dimensões que os afetam, que por sua vez podem não afetar outros, isto é, dimensões imbricadas na produção de significados e sentidos nas apropriações dos sujeitos.

responde a necessidades mercadológicas do capital⁶, mas não pode ser vista apenas por este aspecto, visto que apresenta também uma multiplicidade de possibilidades comunicacionais de informação, representação e formação. Esses processos geram culturas midiáticas que se tornam matrizes para a produção de sentido, atuando como “modelos” para os sujeitos. Os meios ganham centralidade na vida das pessoas, estabelecendo-se como lugares de entretenimento e informação. (MATA, 1999).

Lo que todas esas vías permiten valorizar, en esta nueva comprensión de la sociedad y la cultura como “mediatizadas”, es que más allá de lógicas ineludibles y efectos prediseñados, lo que debemos enfrentar son dispositivos modeladores, anticipaciones, tendencias y potencialidades cuya realización hegemónica sólo

podrá comprenderse en tanto se revelen los conflictos de los que forman parte, las desigualdades que refuerzan, las creaciones desviadas y alternativas que suscitan. En suma, los nuevos mundos donde se siguen manifestando las contradicciones sociales. (MATA, 1999, p. 89-90).

Como modelos centrais, os meios agem propondo sentidos preferenciais. Hall (2009) apresenta as ideias de codificação e decodificação, que cabem na discussão da midiaticização por versar sobre o poder das mídias ao ofertarem e favorecerem uma leitura preferencial; a mensagem tem várias possibilidades de leitura, mas há uma dominante ou preferencial determinada por quem a produz. Tal noção ajuda a pensar os enquadramentos aos quais as pessoas estão diariamente expostas e que continuam sendo reproduzidos nas suas relações sociais, afinal, as percepções criadas sobre fatos diários também se dão a partir de enquadramentos pessoais, mesmo que o sujeito não tenha intencionalidade de recortar, ele o faz pelo viés de onde olha.

A midiaticização constrói, assim, a experiência constitutiva do espectador; constitui uma ambiência⁷ tecnocultural a qual os sujeitos vivenciam e um *ethos*⁸ marcado pela relação dos sujeitos com as mídias. O *ethos* normatiza as identidades tanto coletivas quanto individuais, impõe formas de ser/viver vinculadas, entre outros fatores,

[6] É parte do capitalismo, ditada pelo modelo hegemônico: “A *mediatização* é um processo histórico singular que aconteceu de forma expansiva e intensa no século XX, como necessidade sistêmica das formações sociais capitalistas hegemônicas, as quais estruturaram por meio da informatização seus modelos financeiros, industriais e comerciais e suas novas reconfigurações. Essas mudanças precisaram, simultaneamente, da construção de campos sociais e formas de vida simbólica que sejam coerentes com as lógicas produtivas do *capital-informatizado*. Os *meios de comunicação de massa*, pouco a pouco, foram transformando-se em megasistemas transnacionais de multimídia, tipo AOL-TIME-WARNER-CNN que respondem à lógica oligopólica do capital hegemônico” (MALDONADO, 2002, p. 6, grifo do autor). Mattelart (2009) também apresenta preocupações nesse sentido, que reflete sobre questões de controle/espionagem em um “mundo vigiado”, em especial nos EUA. Pensando ainda a questão do capitalismo e suas implicações, em diálogo com Santos (2002), entendo que a globalização (conceito que será tratado na problematização teórica) garante controle e poder dos processos de comunicação à minoria pertencente à elite – há um processo de participação e entrada cada vez maior pelas possibilidades do digital, mas os mecanismos de poder ainda estão fortemente atrelados aos detentores do capital.

[7] As concepções de Sodré (2006) utilizadas abarcam o que o autor denomina “quarto bios”: um bios (definição da existência humana) próprio, uma “qualificação cultural própria (uma ‘tecnocultura’), historicamente justificada pelo imperativo de redefinição do espaço público burguês” (p. 22) que atua atravessando realidades – a mídia atravessando o cotidiano, formando gostos.

[8] *Ethos* são costumes, condutas, maneiras de habitar o mundo.

a necessidades do mercado (SODRÉ, 2006). Em conformidade com as ideias de Silva (2009) em relação às concepções de Sodré (2006), penso que as propostas do autor são produtivas mas devem ser questionadas por seu viés eminentemente mercantil, por não atentar para as contradições nem para a presença, nos meios, de matrizes culturais do universo da recepção. Não é aconselhável seguir de todo o conceito de Sodré, pois “nem tudo responde às lógicas do mercado, da tecnologia e do individualismo” (SILVA, 2009, p. 31), precisamos considerar uma ampliação nos termos de incluir nele questões que abrangem experiências coletivas e que igualmente configuram o ser.

Da mídia para o público não parte apenas influência normativa, mas principalmente emocional e sensorial, com o pano de fundo de uma estetização generalizada da vida social, onde identidades pessoais, comportamentos e até mesmo juízos de natureza supostamente ética passam pelo crivo de uma invisível comunidade do gosto, na realidade o gosto “médio”, estatisticamente determinado (SODRÉ, 2006, p. 23).

O uso dos dispositivos, a interiorização do processo tornando os mecanismos uma extensão das pessoas⁹, altera diretamente modos de ser, constrói modelos a serem seguidos, introduz crenças, sugere

atitudes (SODRÉ, 2006), o que pode ser relacionado também com a presença *online* dos sujeitos, que estão utilizando as mídias e redes sociais como um prolongamento de si, reinventando as noções de público e privado¹⁰. Como lembra Sodré (2006, p. 22),

A questão inicial é a de se saber como essa qualificação atua em termos de influência ou poder na construção da realidade social (moldagem de percepções, afetos, significações, costumes e produção de efeitos políticos) desde a mídia tradicional até a novíssima, baseada na interação em tempo real e na possibilidade de criação de espaços artificiais ou virtuais.

O que venho argumentando até aqui no que diz respeito à midiaticização cinematográfica é que as mídias também formam a experiência, que por sua vez também se molda por “experiências prévias”. (SILVERSTONE, 2002). Deste modo, o que

[9] Parto da ideia de Silverstone (2002, p. 12): “[...] nossa mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea. É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência”. O autor, por sua vez, se ampara em Marshall McLuhan para desenvolver suas ideias da mídia como extensão do homem.

[10] Nesse sentido podemos pensar na contribuição que Prensky (2001) faz às pesquisas que pensam as relações *online* e *offline* ao tratar de uma diferenciação entre os usuários como “digital natives” e “digital immigrants”. Em virtude das rápidas mudanças tecnológicas, um texto de 2001 tratando de variáveis entre usuários já é datado porque os avanços nesse campo se dão a cada ano. Entretanto, a contribuição do autor segue atual não ao tratar da tecnologia em si, mas dos usos que se faz dela. Os “digital natives” são aqueles que transitam sem dificuldades entendendo como nativos a “linguagem digital dos computadores” (p. 1, tradução minha). Por outro lado, os “digital immigrants” são aqueles que “não nasceram no mundo digital” (p. 1, tradução minha) mas se aproximaram das tecnologias mais tarde em suas vidas sem muita abertura para o que a agilidade das mudanças pode proporcionar e tendo um confronto direto pela dificuldade de se reconfigurar para as novas temporalidade que se anunciam. Complementando tais definições pensa-se também na ideia de que mesmo os usuários “nativos” têm suas diferenciações, visto que alguns têm conhecimento profundo sobre os ambientes em que atuam e outros passam pelas plataformas sabendo usar mas sem saber como funcionam e, assim, com menores chances de transformação dentro do digital.

se vive anteriormente molda também a vivência atual sendo a midiatização um processo que altera costumes, condutas, cognições: uma ambiência que atravessa as vidas e cria um *ethos midiatizado*. (SILVA, 2009; SODRÉ, 2002).

A midiatização cinematográfica age de forma específica dentro desse campo maior que é o da midiatização, configurando o espectador de cinema seja em “experiências” de recepção individuais ou coletivas, auxiliando a definir competências, formando identidades, criando gostos. Ela atravessa a constituição dos sujeitos formando-os desde os primeiros contatos com o cinema; formação essa que vai sendo reordenada e valorada constantemente por eles, que também agem e a reconfiguram ao longo de sua trajetória. Há aí a constituição de um *habitus* na relação dos sujeitos com as mídias. Procuo flexibilizar o conceito, então a ideia de *habitus* é aqui pensada e adaptada para pensar as matrizes constitutivas dos sujeitos no contexto cinematográfico brasileiro, considerar questões socioeconômicas que configuram seus referentes e determinam suas relações, apropriações e práticas. (BOURDIEU, 2007).

O contexto brasileiro cinematográfico vem passando por diversas alterações no campo cinematográfico, dentre elas a transição das salas de cinema para os *shoppings* – o contexto de exibição atua também na recepção. Além dos centros urbanos terem sido reinventados, houve uma mudança no público, que passou a contar também com a audiência a domicílio, dividindo a assistência filmica, que antes só se dava nas salas de cinemas, com os vídeos – videolocação, acesso online, *streaming* de vídeo etc.

Essa nova possibilidade de vivência cinematográfica (realizada em casa) coloca

o cinema em outra perspectiva, modificando a experiência anteriormente constituída de espectador; os filmes ganham agora modos diversos de fruição, de apropriação e de interpretação à medida que o silêncio não é mais necessário, que a interação se modifica, o que também leva a uma mudança nas ambiências das salas de cinema, visto que elas tendem a se aproximar mais do aconchego e da comodidade das casas. Isto não aponta para uma diminuição do mercado, inclusive se assistem mais filmes do que nunca (GARCÍA CANCLINI, 2010), e as experiências filmicas encontraram novas possibilidades.

A midiatização televisiva na América Latina a partir dos anos 1960 -nos anos cinquenta ainda o rádio era a mídia hegemônica- atravessa o conjunto das classes sociais, das regiões, dos países e estrutura um *campo audiovisual* de abrangência internacional. Nesse processo, situa-se a TV como um subcampo midiático articulador de importantes processos de mudança sociocultural (do rural para o urbano, do presencial para o midiático, do local para o nacional e do nacional para o mundial) que caracterizaram o processo de constituição das sociedades midiatizadas de hoje. Os jogos de poder político contemporâneos foram construindo, a partir desses anos, um dos seus componentes estratégicos cruciais: os *jogos de hegemonia televisivos*, sem eles não se poderia desenvolver estratégias fortes de articulação e poder. O lazer, o entretenimento, o lúdico, o consumo de bens simbólicos e de bens materiais foram atravessados de forma avassaladora pela ação televisiva. Esta mídia concentra os fluxos financeiros na área, obtendo os maiores investimentos publicitários e estruturando as maiores redes midiáticas que têm como eixo de construção a TV

(exemplo *Organizações Globo no Brasil*: jornais, revistas, editoras, indústria discográfica, núcleos de produção audiovisual, empresas de TV por assinatura, escolas de formação de profissionais, empresas de Internet). Os grandes conglomerados televisivos como *Televisa* (México), *Venevisión* (Venezuela) e *Globo* (Brasil) são parte central de suas redes midiáticas. Os mercados latino-americanos de produtos midiáticos não teriam sido possíveis sem sua configuração a partir do eixo TV. Música, *mídiadramas*, notícias, programas infantis, humor, filmes, programas de entrevista, etc. encontraram no espaço televisivo a possibilidade de continuidade e mudança. (MALDONADO, 2002, p. 11).

Para manter os mercados nacionais ativos e representativos na economia interna, os países criaram cotas mínimas de exibição nacional, que variavam até 50% – assim, era possível controlar, em parte, o crescimento estadunidense (GARCÍA CANCLINI, 2010). No caso brasileiro, porém, o encerramento das atividades da Embrafilme pelo Plano Collor¹¹ desvalorizou o cinema nacional. A estatal desativada apoiava financeiramente a produção de filmes brasileiros, mercado que após essa queda não chegou a se recuperar de todo¹². O caso

brasileiro exemplifica o que aconteceu nos cinemas latino-americanos por volta dos anos 80 à medida que as políticas culturais dos países seguem “desconhecendo a importância das comunicações de massa” (GARCÍA CANCLINI, 2010, p. 146). O investimento dos países latino-americanos não enxerga o cinema como problematizador das vertentes culturais e identitárias locais, eles “limitam às belas-artes, e um pouco às culturas indígenas e rurais, ao artesanato e às músicas tradicionais” (GARCÍA CANCLINI, 2010, p. 146).

A entrada de redes de exibição estrangeiras no circuito, a falta de segurança e questões técnicas como qualidade de projeção e conforto foram fatores que contribuíram para a transição do público de cinema para novos lugares e para a deterioração dos cinemas de calçada, iniciando a era dos *shopping centers*. A partir das ideias de García Canclini (2010), é possível pensar que, na transição gradual das salas para os *shoppings*, transferem-se também as demais atividades sociais e perde-se o vínculo identitário com a cidade pois o centro se desloca para um ambiente universalizado, semelhante em todos os lugares.

Espaços público-privados (privativos, mas de uso público), os shoppings são hoje a principal opção do consumidor, justamente devido a sua característica de agregar diversos serviços em um mesmo lugar. [...] são espaços de multiatividades, voltados para os novos tempos e as novas demandas. [...] Nos shoppings, pode-se fazer tudo num mesmo lugar, economizando tempo e percorrendo menos espaço. (ZANELLA, 2006, p. 91).

A transição do cinema e a popularização da televisão mudou o consumo

[11] Caracterizou-se, em suma, pela extinção de empresas públicas, fundações e autarquias. Foi uma série de reformas econômicas que visavam a estabilização da inflação inicialmente denominadas Plano Brasil Novo, mas que acabaram por serem relacionadas diretamente à figura do então Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992).

[12] No dia 26 de junho de 2014 o cinema nacional brasileiro conquistou uma vitória ao ser adicionado ao artigo 26 da lei 9.394/96 (que rege as diretrizes e bases da educação nacional) o inciso 8º, que obriga a exibição de no mínimo duas horas mensais de filmes nacionais nas escolas de educação básica como componente complementar da grade curricular.

audiovisual, levando-o a públicos que anteriormente não o alcançavam, da população à margem da sociedade, rompendo com a cultura “elitizada” para o avanço da cultura oral com as produções de TV e cinema mais acessíveis. Os lugares que ofertam sessões comentadas podem ser entendidos como promoção (e talvez formação) de comunidades¹³ de sujeitos unidos com propósito de assistência fílmica e promoção de discussão sobre o conteúdo audiovisual consumido coletivamente.

2. CIDADANIA COMUNICATIVA: SUJEITOS E EXIBIÇÕES CINEMATOGRAFICAS

Entendo que é preciso pensar as relações cidadãs que emergem do processo de recepção partindo do conceito de cidadania pensada, entre outras dimensões, como ação dos sujeitos. A cidadania se dá como um conceito não estático, em construção, e que têm diversas especificidades; por isso também não há um modelo de cidadania plena, mas diversas cidadanias e suas possibilidades de plenitudes. Para a investigação que venho desenvolvendo, problematizo a cidadania ultrapassando a relação de carência e privilégio a qual está vinculada pelo senso comum. Em diálogo com Cortina (2005), entendo o conceito não limitado à questão jurídico-política nem econômica, pois no social há vínculos, ou seja, tiro o conceito de um plano restritivo enten-

dendo que os sujeitos são ativos, não que a cidadania seja intrínseca a cada um, mas que se aprende a ser cidadão.

A cidadania comunicativa trata das apropriações dos sujeitos a partir de práticas comunicacionais. (FAXINA, 2012). Penso a cidadania comunicativa articulada ao campo cinematográfico, percebida na recepção de cinema. Assim, a cidadania comunicativa cinematográfica tem no cinema, considerando os elementos pré, durante e pós-sessão, o palco central para a promoção da reflexão comunicacional dos atores sociais investigados, o desenvolvimento de linhas de pensamento que problematizem, entre outros aspectos, questões do mundo da vida a partir das percepções advindas das situações ficcionais e reais que eles consomem nas narrativas ofertadas.

Como dito anteriormente, pelas pessoas se situarem em uma sociedade midiaticizada, as mídias se colocam como um campo que altera outros campos, culturas, identidades¹⁴. Dessa forma, na construção da cidadania comunicativa se faz necessário pensar as produções de sentido das mídias, o seu caráter constitutivo de práticas. (MATA, 2006). A cidadania comunicativa se vincula, também, à questão cultural no reconhecimento dentro do espaço público contemporâneo, que tem nas mídias um local central, chave, e se constitui em lugar para o exercício da cidadania. (MONJE, 2009). Assim, em conformidade com as proposições de Monje (2009), a cidadania comunicativa é o ser sujeito, reconhecer e exercer a capacidade

[13] Por comunidade entendo os laços e a coletividade que se concretizam no sentimento de pertencimento, atravessada por práticas, relações, regras, entre outros fatores. (COELHO, 2014).

[14] Nas mídias também se consolidam os espaços públicos: “as mídias vão, não só anunciando a noção de realidade, mas convertendo-se, elas mesmas, como lugar pelo qual a realidade não só passa por elas, mas também se faz nelas”. (FAUSTO NETO, 1999, p. 16).

de ser cidadão. Não apenas se adequar às mídias e aceitá-las como uma regra naturalizada, mas pensá-las e problematizá-las. O que se expande no conceito de cidadania comunicativa vinculada ao âmbito cinematográfico ao colocar como ponto de partida para as discussões midiáticas o cinema que se desenvolve e é problematizado em certos ambientes e, principalmente, que continua sendo movimentado no ambiente das sessões a partir dos debates promovidos nas sessões comentadas.

Adela Cortina (2005) apresenta de forma didática, a partir de quatro elementos, a proposição do que seria uma “ética intercultural” de respeito pelo outro, por entender os sujeitos como diferentes mesmo que inseridos em uma mesma sociedade, visto que têm formações históricas diferenciadas, com “bagagens culturais diferentes”:

- 1) Não se trata de assimilar à cultura dominante aqueles que em uma sociedade se identificam com uma cultura diferente da dela, mas de possibilitar que eles conservem sua adesão a identidades culturais diversas.
- 2) A meta também não consiste em comprazer-se na diferença pela diferença, mas em assegurar uma convivência autêntica, já que as diferenças podem ser expressão da autenticidade pessoal e cultural, mas nem toda diferença é digna de respeito. Para dizê-lo com Amy Gutman, há diferenças respeitáveis e outras que não o são. Para respeitar uma posição não é preciso estar de acordo com ela, e sim compreender que ela reflete um ponto de vista moral que não compartilho mas respeito em outro. As posições que não merecem respeito, por sua vez, são aquelas que considero simplesmente imorais e passíveis de denúncia, como seriam as

discriminações em decorrência de condição social, idade, sexo, etnia.

3) O respeito ativo que uma cultura diferente merece tem uma de suas raízes no respeito pela identidade das pessoas que a adquirem em parte nela; mas convém lembrar que a identidade, desde o nascimento do mundo moderno, é algo que os sujeitos também escolhem, ao menos em parte, algo ao qual não se veem fatalmente destinados.

4) Compreender outras culturas é indispensável para compreender a própria cultura. Diferentes culturas lançam luz sobre diferentes perspectivas humanas, de forma que o diálogo empreendido com a intenção de compreender se mostra enriquecedor para os interlocutores. Quem procura compreender uma bagagem cultural diferente da sua pouco a pouco se compreende melhor a si mesmo ao adquirir novas perspectivas, novos pontos de vista. (CORTINA, 2005, p. 146-147).

Mas não basta seguir regras, é preciso entender cidadania como um conceito em constante construção e que, por isso, não pode ser definida de maneira estática, mas articulando ideias. No âmbito da minha pesquisa no Mestrado, a cidadania é pensada como a atividade crítica dos sujeitos, em sua capacidade de se colocar no mundo tendo direitos, deveres e, principalmente, agindo – capacidade de ser sujeito. Cortina (2005) traz uma reflexão ética da cidadania, que para ela deve ser cidadania complexa, pluralista, multicultural, que depende de uma livre adesão das pessoas, uma cidadania relacionada à questão identitária, a uma necessidade de educar para a cidadania.

As lógicas culturais constroem o espaço público (lugar onde se dá o debate da sociedade) e contribuem para uma

cidadania intercultural. Uma sociedade em que as culturas são levadas em conta e que há respeito ativo pela cultura do outro é uma sociedade com cidadania cultural, isto é, o diálogo intercultural democrático é a consciência de uma cidadania cultural, que também pode ser pensada da perspectiva cinematográfica em suas confluências e representações na tela e a partir dela, no debate estabelecido entre sujeitos que tem culturas, identidades, competências e sensibilidades diversas.

A ideia de tratar de uma cidadania comunicativa cinematográfica é pensar a *cidadania comunicativa* vinculada ao campo *cinematográfico*. Entendo que na vinculação dos dois âmbitos estabelecem-se novas possibilidades para pensar a problemática investigada e a cidadania comunicativa cinematográfica se expressa, então, na confluência desses conceitos gerando uma nova possibilidade teórica. Aqui o conceito permite pensar a construção, o desenvolvimento de uma cidadania cinematográfica e a transcende no âmbito comunicativo, pois ultrapassa as relações do sujeito com o filme tratando do que é possibilitado a partir de todo o contexto de assistência, considerando o viés comunicativo e as negociações comunicativas.

Seguindo a ideia de consumo como um processo social de apropriação de produtos, aspectos do consumo de cinema ajudam a pensar questões cidadãs, visto que o consumo cinematográfico também se inclui no consumo cultural, aquele que serve para pensar. (GARCÍA CANCLINI, 2010). O consumo cultural neste sentido seria aquele que foge das questões supérfluas, aquelas quais não há necessidade real do consumo apenas impulsos ocasionados pelo modelo de sociedade atual, e ultrapassa barreiras

ao gerar reflexão. No consumo cultural, pode-se tomar como referentes múltiplas ações pessoais e coletivas que agem sobre o consumidor retirando-o de sua zona de conforto impulsionando o raciocínio, sendo composto por leituras do mundo a partir de cinema, livros, teatro, viagens, exposições, entre outras atividades problematizadoras das realidades socioculturais.

O consumo de cinema pode, entre outras coisas, ser um meio para pensar sobre a vida e, ou um meio para esquecer da vida. Quando o espectador vai ao cinema buscando esquecer da vida, o cinema atua como distração, rompimento dos vínculos com o real, forma de abstrair das questões implicadas na vida social. Por outro lado, quando o cinema permite pensar sobre a vida, o filme atua no sujeito como um potencializador de reflexão, como um suscitador/enriquecedor de debates, que são potencializados e instigados nas sessões comentadas.

A diminuição da frequência da população em espaços de consumo cultural em troca das práticas de consumo a domicílio também caracteriza “o decréscimo das formas públicas do exercício da cidadania”. (GARCÍA CANCLINI, 2010, p. 170). Faxina (2012) auxilia a entender o compromisso cidadão, pois a cidadania é constituída pela ação dos atores sociais. “[...] quando centramos nossa luta também no campo da organização social [além do confronto com o poder], na criação e legitimação desses espaços de construção pessoal e coletiva dos direitos, estamos deflagrando um processo ativo de construção de cidadania ativa”. (FAXINA, 2012, p. 96). Uma cidadania ativa depende da ação dos sujeitos, seus “hábitos e gostos” e desempenho como ator social situado socialmente. (GARCÍA CANCLINI, 2010).

Ao propor sessões comentadas com filmes de nacionalidades pouco exploradas no circuito comercial, são apresentadas aos sujeitos novas formas de narrativa, de fazer e pensar cinema a partir de outras perspectivas que não as convencionais. Uma consciência cidadã *pode* emergir no consumo cinematográfico que se dá em sessões comentadas. O circuito porto-alegrense mapeado e explorado possibilita aos sujeitos o contato com produções diversas que podem expandir as noções de cinema e de mundo. Entretanto, é preciso pensar também, nos limites que essa experiência cinematográfica pode apresentar e isso está sendo trabalhado no desenvolvimento da investigação, mas não será aprofundado neste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concebo que o processo de recepção no contexto das sessões com debate nos diversos cenários tem vinculação com as lógicas das ofertas promovidas por esses espaços e com as modalidades de constituição dos debates.

Por outro lado, o surgimento de políticas públicas (mesmo que mínimas) que apoiem os espaços culturais que abrigam o circuito que se forma na proposição de sessões comentadas de cinema devem ser pensados para que seja possível entender suas abrangências e vinculações com o público.

O que sobrevive após as transformações nos cenários de assistência é o ato de ir ao cinema e experimentar cerca de duas horas compartilhadas com desconhecidos, risos, choros, surpresas em grupo. As dimensões de espacialidades, ofertas de conteúdo,

formas e experiências de assistência se modificam com a chegada dos *shoppings*, componentes de um mercado maior que ganha especificidade no cenário de Porto Alegre. A realidade hegemônica dos *shopping centers* relaciona-se diretamente (como já mencionado no item acima) com a violência na cidade, com a construção de novas experiências de consumo inauguradas pela televisão e a elementos maiores que não estão só em Porto Alegre, como a produção em massa *hollywoodiana* e a unificação dos espaços – os *shoppings* são territórios universais, afinal. (ZANELLA, 2006).

As alterações nas formas de projeção e qualidade de exibição, que envolvem a fabricação dessa ambiência pois não é em qualquer espaço que se pode desenvolver determinadas tecnologias, afetam os custos de produção, as possibilidades de recursos utilizados e o nível de imersão do espectador no filme¹⁵. As experiências dos espaços culturais que ofertam sessões comentadas não conseguem oferecer os aparatos tecnológicos das demais, porém, apresentam o diferencial da oferta – recuperação de filmes que já saíram de cartaz, reexibição de clássicos do cinema, exibição de filmes que não entraram em cartaz em Porto Alegre etc. As redefinições decorrentes dos processos de midiaticização¹⁶, das tendências que a

[15] Sobre a “migração” da película para o digital, o documentário *Side by side*, do Christopher Kenneally, expressa com aptidão os prós e contras da mudança, trazendo diversos especialistas (desde diretores a coloristas) com dados e exemplos que ajudam o espectador a visualizar os processos e entender os dois lados da indústria. O documentário estabelece o diálogo garantindo a clareza nas opiniões dos dois lados e elucidando o fato de uma tecnologia não excluir a outra, mesmo que uma se torne mais viável.

[16] Em diálogo com as ideias de Maldonado (2011), entendendo o midiático como o campo no qual se configura o contexto e que condiciona o fenômeno concreto. No

TV trouxe e da criação das videolocadoras (presenciais e atualmente em plataformas online¹⁷) esvaziavam, em alguns aspectos, as salas (como mencionado). Primeiro veio o advento do videocassete, que evoluiu para o DVD e que, por sua vez, passou para o Blu-Ray, que deu espaço à pirataria (por ter custos altos e assim não atingir o público mais popular) e aos ambientes digitais de assistência online – cenários que “concorrem” com o cinema, que teve que ser redefinido nesse processo, para que o consumo nos outros espaços (transformação nas formas de acesso) não abalasse suas estruturas.

Contemporaneamente, a experiência de recepção cinematográfica pode se dar nas salas comerciais de cinema, em casa, em cineclubes, mostras itinerantes, festivais [, etc]. Os filmes são exibidos pela televisão, são alugados, comprados, “baixados” da internet, copiados e vendidos no mercado informal. E a configuração do mercado cinematográfico passa a refletir-se na construção do espectador, nas suas maneiras de consumo, nos seus gostos e na recepção dos filmes. (SILVA, 2009, p. 36).

Atentando para a questão de que a posição social dos sujeitos é um aspecto configurador das apropriações realizadas (MARTÍN-BARBERO, 2002), penso a questão da regulação, visto que mesmo a produção de discurso é atravessada por esse aspecto, sendo reorganizada em termos de “poderes” e “perigos” e de uma apropriação que se intenciona pré-determinada (FOUCAULT, 1998), o que fala da questão da dominância também. É preciso, ainda,

a observância da inconstância das mídias, suas mutações e adequações, o que Verón (1976) já apontava em relação à mídia mais tradicional nos discursos dos jornais.

As sociedades carregam suas marcas midiáticas, desde suas formações, fortalecimento e consolidação configurativa. Em conformidade com Maldonado (2002), entendendo que o processo de midiaticização acompanha o desenvolvimento das sociedades e as modela a partir da criação de “matrizes”. O campo midiático acaba por constituir um biosmidiático, agindo sobre os fazeres e percepções dos sujeitos, ampliado na atualidade visto que a evolução das mídias as aproximou em termos de produção e criou “bioesferas” em suas relações. (SODRÉ, 2006). Essa proximidade e inter-relação das mídias está presente no cotidiano dos sujeitos, sendo nas produções que estão em diversas plataformas (TV, rádio, internet) ou na criação de mídias que transcendem os limites regulares, como nas produções independentes.

A experiência compartilhada que se concretiza no consumo midiático, aproxima e distancia seus espectadores: “[...] compartilhar um espaço não é necessariamente possuí-lo; ocupá-lo não nos dá necessariamente direitos. Nossas experiências dos espaços midiáticos são particulares e amígdalas fugidias”. (SILVERSTONE, 2002, p. 24). Assim o é no cinema e nas exibições de sessões comentadas, quando o público está em uma situação de compartilhamento de vivências, assistindo um filme no mesmo espaço de tempo, no mesmo espaço físico, mas apreende a vivência de forma distinta. Devido às distintas experiências e competências dos sujeitos, o mesmo produto, com os mesmos entornos, pode ser interpretado de maneiras opostas dependendo do sujeito que o evoca. ■

item anterior do capítulo este conceito foi desenvolvido mais aprofundadamente.

[17] Tanto em sites como para baixar os arquivos, quanto em streaming de vídeo – caso de *Netflix* e *Oldflix*.

[MAYTÊ RAMOS PIRES]

Mestra em Ciências da Comunicação (2017) pela Unisinos, com bolsa do CNPq – Brasil, e bacharela em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo (2015) também pela Unisinos, com bolsa do Prouni. Integrante do grupo de pesquisa Processocom e da Rede Amlat.
E-mail: mayterpires@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. p. 162-211.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, Tamires Ferreira. **Processos comunicativos digitais e presenciais na comunidade CS POA**: relações culturais/identitárias e perspectivas de cidadania comunicativa e cultural. 2014. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3827/00000A6A.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005. p. 17-30, 139-169.

FAUSTO NETO, Antônio. **Estudos sobre a AIDS**. São Paulo: Hacker, 1999.

FAXINA, Elson. **Do mercado à cidadania**: o desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira. 2012. 312f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2012. p. 09-22, 93-160.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Loyola. São Paulo: 1998.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 8. ed. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

Hall, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: _____ et al.. **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 277-303.

_____. Produtos midiáticos, estratégias, recepção. A perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n.9, p.1-15, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/efendy2.html>>. Acesso em: 26 set. 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, M. W. de (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 39-68.

_____. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teóricos: políticos de su articulación. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v.8, n.1, p. 5-15, jan./abr, 2006.

_____. De la cultura masiva a la cultura midiática. In: **Diálogos de la comunicación**, Lima: Felafacs, n.56, 1999.

MATTELART, Armand. **Un mundo vigilado**. Barcelona: Paidós, 2009.

MONJE et al. Ciudadanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. In: PADILLA FERNÁNDEZ, Adrian. **Metodologias transformadoras “Tejiendo la red en comunicación, educación, ciudadanía e integración en América Latina”**. Caracas: Fondo editorial CEPAP:UNESR, 2009. p. 179-199.

PRENSKY, Marc. Digital Natives, Digital Immigrants. **On the Horizon**, MCB University Press, v. 9, n. 5, out., 2001. Disponível em: <<http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Dafne Reis Pedrosa da. **Hoje tem cinema**: a recepção de mostras itinerantes organizadas pelo Cineclube Lanterninha Aurélio. 2009. 288 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=156784>. Acesso em: 21 set. 2013.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, Denis (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SODRÉ, Muniz. O ethos midiatizado. In: _____ **Antropológica do Espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERÓN, Eliséo. Ideología y comunicación de masas: la sistematización de la violencia política. In: **Lenguaje y Comunicación Social**. Nueva Visión. Buenos Aires, 1976.

_____. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, jan./jun., 2014. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/issue/current/showToc>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

ZANELLA, Cristiano. **The end** – cinemas de calçada em Porto Alegre (1990-2005). Porto Alegre: Ideias a granel, 2006.

INTERNET NO CAMPO: DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

[ARTIGO]

Mateus de Oliveira Fornasier
Danielli Regina Scarantti

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O presente trabalho tece algumas considerações sobre a (r)evolução tecnológica na pós-modernidade, enfatizando o problema da exclusão digital no campo e a afronta que isso significa aos direitos humanos. Nesse sentido, o texto trata da importância do direito de acesso à internet para a busca de informações imprescindíveis na efetivação dos direitos – civis, políticos, socioeconômicos e de solidariedade internacional – do homem. O trabalho discute, ainda, que o desenvolvimento tecnológico se expandiu em maior escala nas cidades, sendo que apenas 15% da população residente na zona rural possui computador conectado à rede. Portanto, torna-se necessário analisar a ampliação das políticas públicas existentes nestas áreas de maior desigualdade entre a afirmação da norma e sua devida execução.

Palavras-chave: Direitos humanos. Informação. Internet. Cidadania. Inclusão digital.

This article presents some considerations on the (r)evolution in technological postmodernity, highlighting the problem of the digital exclusion in rural areas and the affront it means for human rights. In this sense, the text deals with the importance of the right of access to the internet to search for information essential for enforcing rights – civil, political, socio-economic and international solidarity – of man. The article also discusses that the technological development has expanded on a larger scale in cities, with only 15 % of the population living in rural areas having a computer connected to the net. Therefore, it is necessary to analyze the expansion of existing public policies in these areas of greatest inequality between the assertion of the rule and its proper implementation.

Keywords: Human rights. Information. Internet. Citizenship. Digital inclusion.

Este trabajo presenta algunas consideraciones sobre la (r)evolución tecnológica en la posmodernidad, haciendo hincapié en el problema de la falta de inclusión digital en el campo, y la afrenta que esto significa para los derechos humanos. En este sentido, el texto se ocupa de la importancia del derecho de acceso a l internet, y busca información esencial que ha ga valer los derechos civiles, políticos, socio-económicos y de solidaridad internacional del hombre. El texto analiza también el desarrollo tecnológico, el cual se ha ampliado en una escala mayor en las ciudades, y que por el contrario, en las zonas rurales sólo el 15% de la población posee ordenador conectado a la red. Por lo tanto, es necesario analizar la expansión de las políticas públicas existentes en estas zonas de mayor desigualdad, ante la afirmación de la norma y su correcta aplicación.

Palabras clave: Derechos humanos. Información. Internet. Ciudadanía. Inclusión digital.

INTRODUÇÃO

A pós-modernidade ensinou mudanças nos mais variados segmentos da sociedade, e um dos produtos advindos desse período foi a (r)evolução tecnológica, marcada pelo advento da internet e a expansão dos meios digitais. Nesta senda, a velocidade no alto fluxo de informações ocupa um papel fundamental na efetivação dos direitos humanos. Foram transformações significativas na vida do indivíduo e, para compreendê-las, é necessário abordar brevemente a trajetória expansiva dos direitos do homem.

A imprescindibilidade desta abordagem dos direitos civis, políticos, socioeconômicos e de solidariedade internacional se justifica pelo fato de que todos eles possuem um elemento em comum para sua efetivação: o acesso à informação. É por meio desse elemento que se torna possível a construção de um ser humano ativo – informado, crítico e participativo – no exercício democrático da cidadania.

Esse fenômeno do acesso à informação, a partir do desenvolvimento da (r) evolução tecnológica, recebe novos contornos. No ano de 2011, a internet passa a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas, ONU, como direito de todos os indivíduos em razão de ser um instrumento essencial para procurar, receber e transmitir informações e todos os tipos de ideias.

Mesmo com esse cenário normativo aparentemente promissor, o presente trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: de que forma, no Brasil, se apresenta a inclusão digital, quando se compara a situação da zona rural com aquela da zona

urbana? Como possível resposta ao questionamento, apresenta-se a seguinte hipótese: as redes digitais criam uma verdadeira comunicação intercultural que busca garantir, novamente, o direito à informação, devido ao seu reconhecimento como um direito intermediário para a execução de outros direitos do homem, como, por exemplo, o exercício do sufrágio, a saúde pública e a educação. Ocorre que esse direito não está sendo efetivado em alguns locais. É o caso da zona rural, onde aproximadamente 85% da população que mora no campo está excluída digitalmente. Não se trata apenas de não possuir o acesso à internet, mas também, da violação de outros direitos civis, políticos, socioeconômicos e de solidariedade internacional.

Desse modo, surge a necessidade de analisar as políticas públicas de inclusão digital existentes no campo e propor ampliações pontuais nessas áreas com maiores índices de exclusão, pois como será versado pelo texto, a informação veiculada pela internet não se constitui apenas num direito fim, como também num importante direito mediador dos demais direitos humanos.

Assim, usando o método fenomenológico-hermenêutico, o presente artigo tem como objetivo geral a compreensão da importância do direito de acesso à internet e a necessidade de buscar alternativas de inclusão digital. Logo, seus objetivos específicos são: i) analisar a evolução histórica dos direitos humanos e como o pleno acesso à informação é importante para a efetivação deles; ii) pesquisar como o acesso à internet amplia o direito de informação na

sociedade pós-moderna; e, por fim, iii) discutir a atual exclusão digital na zona rural e políticas públicas que promovam o acesso à internet nessas áreas mais isoladas.

1. O DIREITO À INFORMAÇÃO COMO UM MEIO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A trajetória expansiva dos direitos humanos teve início na idade moderna (mais especificamente no decorrer dos séculos XVII e XVIII) sob a premissa de que todos os homens deveriam ter direitos que protegessem os valores humanos fundamentais.

Assim, constituíram-se numa ruptura com o passado, por meio de lutas contra a opressão e de desavenças contra o Estado. Tais fatos originaram transformações políticas, bem como a colocação do indivíduo no centro do mundo, através do novo pensamento que admitia o poder como originário da própria nação.

Ainda que alguns autores tenham denominado os direitos do homem como direitos naturais,¹ Darcísio Corrêa (2002) defende que eles são direitos históricos. Isso porque têm sido incorporados de maneira evolutiva ao ordenamento jurídico, de acordo com as necessidades sentidas

pelos seres humanos. Ou seja, trata-se de “[...] um ciclo perpétuo, ao qual é possível acrescentar-se periodicamente novo conjunto de direitos” (SPENGLER; BEDIN; LUCAS, 2013, p. 12).

A fim de conhecê-los de forma mais detalhada, verifica-se que o desenvolvimento dos direitos do homem admite uma classificação acadêmica, de modo que Gilmar Antônio Bedin (1998, p. 99) afirma a existência de quatro principais gerações de direitos:

[...] surgiram, no século XVIII, como direitos civis, ampliaram-se, no século XIX, como direitos políticos, desenvolveram-se, no início do presente século, como direitos econômicos e sociais e consolidaram-se, no final da primeira metade do presente século, como direitos de solidariedade ou direitos do homem no âmbito internacional.

Frisa-se que há outras classificações. Sendo que, segundo Bedin (1998, p. 42), a classificação ora apresentada encontra fundamento na classificação elaborada por T. H. Marshall (1967), na obra intitulada *Cidadania, Classe Social e Status*, pois “[...] é, sem sombra de dúvida, a mais aceita e valorizada pelos estudiosos da área”.

Desse modo, a primeira geração de direitos enseja o surgimento do Estado moderno liberal. Admitia-se, naquele momento, a articulação de direitos negativos, ou seja, direitos e liberdades individuais obtidos contra o próprio Estado, no sentido que este não poderia intervir nas garantias, principalmente na liberdade concedida aos cidadãos – pois, como defende John Stuart Mill (1991), a liberdade estava entre as principais garantias do homem. Entendia-se, portanto, que a interferência estatal

[1] Nesse sentido, Joaquín Herrera Flores (2009, p. 2) defende os direitos humanos como “um produto cultural surgido em um contexto concreto e preciso de relações que começam a expandir-se por todo o globo – desde o século XV até estes incertos inícios do século XXI – sob o nome de modernidade ocidental capitalista”.

deveria ser evitada ao máximo, já que o homem livre teria maiores condições de firmar sua individualidade e, assim, desenvolver uma sociedade mais próspera.

Também chamados de direitos civis, encontram-se na primeira geração “os direitos individuais de igualdade, de liberdade, de propriedade, de locomoção, de segurança, entre outros, que tiveram seu processo de solidificação no século XVIII” (COLPANI, 2004, p. 196). Ademais, é importante afirmar que se trata de direitos que estabeleceram um “marco divisório entre a esfera pública (Estado) e a esfera privada (sociedade civil).” (SPENGLER; BEDIN; LUCAS, 2002, p. 33).

Na sequência, a segunda geração de direitos, cujo desenvolvimento se compreende, principalmente, entre meados do século XIX e o início do século XX, fomenta a participação das pessoas no desenvolvimento do Estado e, portanto, inaugura um período de crescimento do Estado moderno democrático. Tanto é que os direitos compreendidos na referida geração são denominados direitos políticos.

Enquanto a primeira geração elencou direitos negativos, a segunda garante direitos positivos, os quais estabelecem garantias para que o cidadão possa participar do poder do Estado – ou seja, exercer a cidadania no plano político dos indivíduos. Dentre os direitos desta geração estão os “correspondentes à liberdade de organização política e sindical, de sufrágio universal, de reunião, de associação etc.” (COLPANI, 2004, p. 196).

A terceira geração abrange direitos firmados por intermédio do Estado. Este passa a assumir o compromisso de garantir demandas sociais para atender as necessidades do

povo. Por isso, os direitos inclusos em tal geração recebem o nome de direitos econômicos e sociais. Conforme Ingo Wolfgang Sarlet (2007), o Estado deve atender, mediante a efetivação de tais direitos, principalmente às necessidades dos menos favorecidos nas relações de trabalho. Ademais, tal geração pode ser definida como a garantia de acesso aos meios de vida, como a educação, a saúde, a previdência e, como já dito, o trabalho.

Cabe realçar que fazem parte dessa era os:

[...] direitos de créditos, ou seja, aqueles que tornam o Estado devedor dos indivíduos, particularmente dos indivíduos trabalhadores e dos indivíduos excluídos socialmente, no que se refere à obrigação de realizar ações concretas, visando a garantir-lhes um mínimo de igualdade material e bem-estar material. (SPENGLER; BEDIN; LUCAS, 2002, p. 35).

Ressalte-se que todas as gerações de direitos humanos estão estritamente ligadas, somando-se umas às outras com o objetivo de complementariedade, nunca de substituição. Nessa perspectiva, “os direitos civis e políticos são importantes, mas sua conquista deve representar o impulso para a concretização dos direitos socioeconômicos, assim como dos novos direitos” (COLPANI, 2004, p. 199).

Por conseguinte, a quarta geração de direitos, cujos direitos são também conhecidos como sendo “de solidariedade”, compreende um conjunto de direitos pensados em escala internacional. Ou melhor, trata-se de direitos pertencentes a uma era que inicia com o fim da Segunda Grande Guerra, aproximadamente, quando se passa a normatizar os direitos sobre o Estado, e

que “[...] sinalizam para os limites territoriais do Estado moderno e para o enfraquecimento do conceito de soberania [...]” (SPENGLER; BEDIN; LUCAS, 2002, p. 37), pois esses direitos se apresentam como garantias de relevância global com urgência de expansão para todos os espaços do mundo no século XXI.

Nessa fase a soberania ultrapassa fronteiras, e cada país se direciona a partir de duas perspectivas. De acordo com Bedin (1998, p. 73), por um lado se busca promover ações articuladas e orientadas para estruturar grandes blocos econômicos, sociais e políticos. E por outro, possibilitar aos indivíduos direitos e capacidade processual para agirem em grau mundial.

Darcísio Corrêa (2010, p. 441) complementa:

Esses direitos, hoje postos como condição de sobrevivência planetária e cuja titularidade não é mais constituída apenas pela singularidade dos indivíduos, podem ser exemplificados pelos direitos à autodeterminação dos povos, à paz internacional, ao desenvolvimento (por um diálogo Norte/Sul), a um meio ambiente equilibrado e saudável, à comunicação, além dos direitos das coletividades regionais ou étnicas culturalmente diferenciadas.

Embora existam outros entendimentos em relação à classificação acadêmica de gerações de direitos, uma opinião é consensual entre todos os autores. Novos direitos podem ser acrescentados à ordem de proteção jurídica:

Não é preciso muita imaginação para prever que o desenvolvimento da técnica, a transformação das condições econômicas

e sociais, a ampliação dos conhecimentos e a intensificação dos meios de comunicação poderão produzir tais mudanças na organização da vida humana e das relações sociais que se criem ocasiões favoráveis para o nascimento de novos carecimentos e, portanto, para novas demandas de liberdade e de poderes. — (BOBBIO, 1992, p. 33).

Hannah Arendt (1989) vai ao encontro dessa abordagem sobre o conjunto de transições referido, e explica que os direitos humanos são criação humana, em permanente processo de construção e reconstrução. Da mesma forma, Bobbio (1992, p. 32) complementa “os direitos ditos humanos são o produto não da natureza, mas da civilização humana; enquanto direitos históricos, eles são mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e de ampliação”. Logo, os direitos humanos são uma construção social e, por tal característica, dinâmica, não estanke. Um produto social que acompanha o desenvolvimento individual e coletivo dos sujeitos que vivem em sociedade.

Cançado Trindade (1999) acrescenta que a proteção dos direitos humanos ocupa uma posição central na agenda internacional da passagem do século XX para o XXI. Portanto, cada vez mais adquirem importância para a coletividade, pois se desenvolvem de acordo com as necessidades globais de proteger a dignidade humana. Após firmados, para a efetivação dos direitos humanos é necessário que se tenha amplo acesso à informação, direito esse que está previsto na ordem internacional através da seguinte redação:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter

opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quais quer meios e independentemente de fronteiras. (SARAIVA et al., 2013, p. 399).

A importância desta normatização não se constitui num direito fim, mas sim como um direito-meio, pois, como bem define Victor Gentilli (2005, p. 129), o direito à informação é “a porta de acesso a outros direitos”. Ou seja, é por meio deste que será possível o exercício pleno de todos os outros direitos – civis, políticos, socioeconômicos e de solidariedade internacional.

Por meio do direito à informação o ser humano encontra guarida para efetivar os seus direitos civis e “defender uma sociedade mais justa e igualitária” (RADDATZ, 2012, p. 298). Um indivíduo bem informado, por exemplo, poderá lutar pela proteção de suas garantias, bem como reivindicar seus interesses e ideais, como foi o caso das manifestações e protestos ocorridos no Brasil em julho de 2013.

“[...] quando associamos a idéia do exercício do direito civil a uma circunstância de amplo acesso à informação, fica claro o entendimento da relação de causa e efeito entre, por um lado, a idéia de direitos que geram direitos, e por outro, o fato de que os direitos civis são direitos que assumem outra qualidade quando efetivamente universais.” (GENTILLI, 2005, p. 134)

É por meio do direito à informação que se encontram condições de efetivar os direitos sociais, haja vista que ele permite a veiculação de informativos de cunho social, fundamentais para a existência humana.

Para Gentilli (2005, p. 131), “o direito à informação na perspectiva social deve ser

concebido como uma extensão do direito à educação e do direito à saúde, necessárias e úteis para a manutenção da vida humana em sua dignidade mínima.” Exemplo disso, são as campanhas de saúde pública divulgadas pela mídia, como a prevenção do mosquito da dengue e as datas de vacinação contra o vírus da poliomielite.

Além disso, verifica-se que o direito à informação é um verdadeiro suporte para a efetivação dos direitos políticos. O caso mais nítido é o direito de votar, pois é por meio das informações adquiridas pela mídia que o eleitor conhece, por exemplo, os candidatos, bem como suas propostas, seus perfis e opiniões. Da mesma forma, as informações contribuem em grande escala para a transparência do serviço público e do governo.

Como direito-meio na efetivação dos direitos políticos, o direito à informação é um propulsor do exercício da cidadania, é “combustível para o aprofundamento democrático” (GENTILLI, 2005, p. 146), pois é através dos mecanismos dele decorrentes que o cidadão passa a conhecer, saber e utilizar as informações úteis ao fortalecimento da vida em sociedade, o que lhe dará sustentação para delinear sua opinião crítica e assim, como indivíduo ativo, contribuir no exercício democrático da cidadania, porque esta “[...] não pode ser exercida na ausência do direito à informação” (RADDATZ, 2012, p. 302).

O direito à informação também se revela como um meio fundamental para os atuais direitos de solidariedade internacional, como o direito ao desenvolvimento, ao meio ambiente sadio, à paz e à autodeterminação dos povos, haja vista que foram ultrapassados os limites de fronteira entre

os países através da comunicação mundial tão presente na sociedade pós-moderna.

Atualmente, todos os projetos elaborados por uma nação, querendo ou não, terão influência internacional. Eis o porquê de “o direito à informação nesse modelo de sociedade é requisito para compreender não só um momento histórico, mas uma nova cultura, em que os indivíduos são cidadãos do mundo” (RADDATZ, 2012, p. 297).

Assim, foi possível perceber que a luta pela afirmação dos direitos humanos é contínua, sendo que a cada momento novos direitos humanos podem ser consolidados de acordo com as transformações vividas na sociedade. Além disso, observou-se que todas as dimensões de direitos humanos possuem um ponto em comum: dependem do amplo acesso à informação para sua efetivação. Ademais, após o fenômeno da globalização que intensificou o uso da internet, o direito de acesso à informação também passou por mudanças significativas, as quais serão abordadas na sequência.

2. A (R)EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Antigamente facilitadas pelo jornal, rádio e televisão, a informação hoje conta com mais um meio de distribuição, a internet.

Com o advento da era digital, o mundo sofreu transformações em suas mais diversas áreas, possibilitando ao indivíduo encontrar todas as informações necessárias ao toque de uma tela. E, reconhecendo essa mudança conjuntural, a ONU afirmou o acesso à internet como um direito humano:

Em 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecendo a importância do fluxo de informação e comunicação gerado pela internet, relatório que analisa as tendências e desafios através da internet decretou “ser direito de todos os indivíduos procurar, receber e transmitir informações e ideias de todos os tipos através da Internet. A ONU destaca ainda a natureza única e transformadora da Internet não só para permitir aos cidadãos exercer o seu direito à liberdade de opinião e expressão, mas também uma gama de outros direitos humanos, além de promover o progresso da sociedade como um todo. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 5).

No Brasil, esse direito foi consagrado no ordenamento jurídico interno em 2014, pelo Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965. A referida legislação garantiu os direitos humanos como fundamento do uso da internet, bem como certificou o acesso à internet como instrumento essencial para o exercício da cidadania, a qual passou a ter uma nova dimensão em razão do contato das novas tecnologias com novos conhecimentos e culturas heterogêneas.

Dessa feita, em havendo liberdade de expressão, política, cultural, econômica e social, e se essas liberdades são para as pessoas que vivem em sociedade, é natural que o exercício desses direitos seja, também, exercido no mundo virtual, enquanto este se apresenta como um reflexo da sociedade pós-moderna.

El número de personas que se incorporan a la sociedad mundial de la información no deja de aumentar y las redes de comunicaciones de alta velocidad se están convirtiendo en una infraestructura in-

dispensable (UNIÓN INTERNACIONAL DE TELECOMUNICACIONES, 2013).

A celeridade para se transferir informações pela internet são inegáveis, eis que as tecnologias oferecidas pelo mundo digital são importantes ferramentas, principalmente, para fomentar a democracia participativa que se apresenta como fator essencial para a defesa da dignidade humana e o exercício da cidadania, além de garantir a efetivação de direitos civis, econômicos e sociais e de solidariedade vistos anteriormente, bem como o “desenvolvimento e o crescimento econômico, a equidade social, o intercâmbio cultural, a pesquisa e a melhoria educacional da população” (HELOU et al., 2011, p. 2).

Todo esse conjunto de transformações deu origem a um novo período, que Manuel Castells (1999) prefere chamar de “revolução tecnológica”. Além deste termo, convém ressaltar que muitos autores também usam o termo “sociedade da informação” para caracterizar o atual momento.

Embora essas transformações tenham se iniciado na segunda metade do século XX, é principalmente no centenário atual que elas estão sendo sentidas incisivamente. O século XXI tem se apresentado claramente “Era Digital”, quando, segundo Javier Bustamante (2010, p. 13), “o fenômeno humano não pode ser entendido fora de seu diálogo com a tecnologia. Nada está transformando tanto a realidade humana como a tecnologia em todas as suas facetas”.

São mudanças globais – em toda a conjuntura social, cultural, política e econômica – que desencadearam um novo paradigma, no qual a informação ganha o papel de destaque. Castells (1999, p. 68)

explica que a tecnologia da informação é para esta revolução tecnológica o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais anteriores, do motor a vapor (alimentado por combustíveis fósseis), passando-se pela eletricidade, chegando-se à energia nuclear. Para o autor, a geração e a distribuição de energia foi o componente basilar dos pilares da sociedade industrial.

Na mesma linha de raciocínio, Isa Maria Freire (2006, p. 228) apresenta suas contribuições sobre a veiculação de informações pela internet:

[...] a informação sempre foi importante no desenvolvimento sociocultural da humanidade, mas ganha nova relevância na sociedade contemporânea, traduzindo-se em números expressivos de produtos e serviços ligados à sua produção e difusão. Mas não se pode negar que o fenômeno da informação foi se tornando mais presente em nossas vidas, e sua área de ação e atuação foi crescendo cada vez mais, até sua identificação com a sociedade contemporânea, qualificada como “sociedade da informação”.

Pierre Lévy (1999, p. 102) refere que na sociedade da informação os saberes se encontram sistematizados em bases de dados acessíveis on-line, em mapas incrementados em tempo real pelos fenômenos do mundo e em plataformas interativas. Ou seja, as tecnologias digitais ensejaram o desenvolvimento de um sistema no qual “a cada minuto que passa, novas pessoas passam a acessar a Internet, novos computadores são interconectados, novas informações são injetadas na rede”, impulsionando para que, assim, seja criada uma nova concepção de tempo, espaço e cidadania.

Diante desse cenário de mudanças tecnológicas vertiginosas, Rubens da Silva Ferreira (2003, p. 40) explica que o direito de acesso à informação se torna fundamental principalmente para o exercício da cidadania, a qual seria uma condição essencial para a conquista de novos direitos políticos, civis e sociais, haja vista que a sociedade líquida exige grande capacidade adaptativa das instituições e grupos sociais que a constituem. Essa necessidade porque o computador tende a aumentar

em muito as nossas capacidades cognitivas, ou seja, nossas capacidades para aquisição de conhecimento. A memória, o raciocínio e a capacidade de representação mental podem ser aumentados e melhorados com o uso da tecnologia da informação (ALMEIDA; PAULA, 2005, p. 62).

Nesse cenário, o acesso à internet é elemento essencial para a construção e a circulação de informações que possam ser armazenadas e distribuídas entre as pessoas para a formação do ciberespaço, o qual garante a comunicação – de acordo com Lévy (1999, p. 104) – através do correio eletrônico, conferências eletrônicas, hiperdocumento compartilhado, sistemas avançados de aprendizagem ou de trabalho cooperativo, entre uma grande variedade de mundos virtuais multiusuários.

No que tange ao desenvolvimento da cultura, é imprescindível reconhecer a importância que a internet possui. Por meio das bibliotecas virtuais, um alto índice de pessoas consegue ter acesso às leituras de múltiplas áreas do conhecimento. Principalmente nos locais mais pobres, onde não há recursos para bibliotecas físicas. Como Sorj (2003, p. 70) “[...] as bibliotecas virtuais

permitem aos estudantes das escolas e universidades dos países em desenvolvimento o contato com uma bibliografia a qual não teriam outra forma de acesso”. Raddatz (2012, p. 298) complementa:

Os meios de comunicação e, especialmente, a Internet, são as formas mais importantes de acesso à informação, pela rapidez com que hoje fazem circular os conteúdos multimídia, elaborados com linguagens textuais, imagéticas e sonoras no mesmo suporte.

Feitas essas observações, torna-se claro que o acesso à internet é um direito importante para se alcançar outros direitos humanos e, assim, aprofundar o exercício da cidadania. Portanto, é preciso que todas as pessoas tenham garantido esse direito. Ocorre que grande parte da população brasileira vive em situação de exclusão digital, principalmente no campo. Portanto, na sequência será abordado o problema da falta de acesso à internet na zona rural e diante disso, a necessidade de promover políticas públicas de inclusão digital.

3. A EXCLUSÃO DIGITAL NO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Indubitavelmente, os meios digitais se constituem num “[...] ambiente multicultural, e esse aspecto representa toda uma riqueza de possibilidades para troca de informação e conhecimento” (FREIRE, 2006, p. 230). No entanto, percebe-se que a maior parte das

pessoas que reside no campo está diante de uma situação de exclusão digital² em relação aos grandes centros urbanos. De acordo com a última pesquisa publicada pelo Comitê Gestor de Internet em 2014, referente ao uso das TICs em 2013 (PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO BRASIL, 2014), foi constatado que, enquanto na zona urbana quase metade de sua população possui computador conectado na rede (48%), na zona rural esse índice cai para apenas 15%. E, como afirma Silveira (2010, p. 15), não é possível pensar em acesso pleno à informação se não existirem condições de acesso às redes.

Percebe-se que as cidades estão tendo rápidos avanços tecnológicos, enquanto que, preocupantemente, o campo está distante desse processo. Segundo o Comitê Gestor de Internet no Brasil (2014), no ano de 2008 havia uma diferença de 16 pontos percentuais na proporção de domicílios com acesso à internet nas áreas urbanas e rurais; sendo que em 2013 essa situação de desigualdade referida alcançou 33 pontos percentuais de diferença. Essa publicação permite observar que o número de pessoas que nunca utilizou um computador na área rural (65%) é maior que a média nacional das regiões Norte e Nordeste (45%).

Inclusive, além desses dados alarmantes que constituem um cenário grave,

a velocidade da internet na zona rural é outro ponto sério. “Enquanto que na área urbana 22% dos domicílios apresentam velocidades de conexão acima de 8 Mbps, na rural esse mesmo tipo de velocidade atinge apenas 2%” (COMITÊ GESTOR DE INTERNET, 2014, p. 173). Ademais, o mesmo Comitê informa que a maior parte dos domicílios no campo apresentam uma conexão com velocidade de até 1 Mbps.

Atualmente, saber manejar os mecanismos tecnológicos é um fator crucial para o desenvolvimento da sociedade da informação, onde muito se preza pela celeridade e inovação. Ou seja, a possibilidade de acesso à internet é um diferencial na vida cotidiana do ser humano. Como bem expõe Winck (2012, p. 13) “possuir informação permite vantagens no mundo globalizado”. Por isso, as pessoas que ficarem às margens dessa evolução do ciberespaço estão propensas à exclusão digital.

E, nesse sentido, “[...] se verifica que parte majoritária da área rural continua desconectada das novas tecnologias e precisa ser atendida por políticas dirigidas” (COMITÊ GESTOR DE INTERNET, 2014, p. 191) para que se diminuam as desigualdades já criadas nesse abismo entre as cidades e o campo. Assim sendo, é importante discutir formas de inclusão digital a fim de que esses direitos sejam efetivados na prática.

Norberto Bobbio (1992, p. 63) ensina “[...] uma coisa é falar dos direitos do homem, direitos sempre novos e cada vez mais extensos, e justificá-los com argumentos convincentes; outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva”. É exatamente nessa perspectiva que o texto propõe a discussão do direito de acesso à internet.

[2] Importante ressaltar que a exclusão digital pode ser vista sob um ângulo duplo, apresentando-se como o ser humano que não possui acesso ao computador ou similar conectado na rede ou o ser humano que possui o computador ou similar conectado na rede, mas não sabe manuseá-lo. Lembrando que, o ser humano que possui o computador conectado na rede, porém não quer se adaptar às novas tecnologias é apenas integrante da exclusão social.

Embora a baixa escolaridade, baixa renda, limitações físicas e etárias sejam fatores que dificultam o acesso à internet, a zona rural é prejudicada ainda por barreiras geográficas. Esses fatos demandam ações pontuais de inclusão digital nas áreas mais atingidas pela exclusão. E, para isso, conforme ensina Wolkmer (2004, p. 193), concordando com a posição de Bobbio, a positivação dos direitos humanos (neste caso o acesso à internet) não é suficiente, faz-se necessária a sua efetivação – sendo que, para tanto, é imprescindível trabalhar com a interpretação dos dispositivos de acordo com a realidade que está atingida pela questão.

Nessa senda, a zona rural se revela como a área com os maiores índices de exclusão digital (85%). Portanto, diante de tamanha importância adquirida no uso da internet para o acesso às informações essenciais para a vida humana, políticas públicas são imprescindíveis para a inclusão:

Uma política pública de inclusão social só pode ser entendida a partir de uma análise do processo cumulativo de exclusão que se agrava com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação. Em primeiro lugar, porque aumenta a exclusão no campo dos direitos básicos, o da informação. A compreensão de que o processo de inclusão digital faz parte de uma construção da cidadania nos coloca no campo do direito à informação, ao conhecimento e à comunicação. O acesso à informação é um direito fundamental de qualquer sociedade democrática baseada no pluralismo, na tolerância, na justiça e no respeito mútuo. Sem informação não temos conhecimento dos nossos direitos e não temos como assegurá-los. Ao falarmos de inclu-

são digital estamos nos referindo a uma nova cultura de direito, não apenas o direito genérico à internet, mas ao acesso à informação enquanto um bem público. (SILVEIRA, 2010, p. 187).

Na mesma perspectiva, Lília Bilati de Almeida e Luiza Gonçalves de Paula (2005, p. 61) declaram que, sem dúvidas, as medidas de inclusão digital trazem variados benefícios, entre eles a possibilidade de os cidadãos agregarem cada vez mais conhecimento e desenvolverem o capital intelectual. Benefícios esses que, na visão das autoras, estão aptos para contribuir na evolução social, cultural e econômica do país, bem como para a extinção da divisão entre ricos e pobres de informação.

Ademais, embora já tenham sido identificados variados benefícios, é pertinente apresentar um exemplo prático de como o direito de acesso à internet para a busca de informações pode ser ainda mais favorável para as pessoas que residem no campo (e indiretamente para a sociedade como um todo, por óbvio):

Pesquisas sobre o aumento da fertilidade dos solos, melhores técnicas para o pescado, combate às pragas nas plantações, muitas vezes ficam longe das pessoas que realmente necessitariam deste conhecimento pelo fato da distância entre onde vivem e as universidades. O papel da tecnologia da informação, então, seria o de aproximar problemas de suas possíveis soluções, soluções estas que podem estar em qualquer lugar do Brasil ou do mundo. Se imaginarmos o custo que tem o deslocamento das pessoas que vivem nos campos para os centros urbanos, muitos não poderiam nunca ter acesso a determinado conhecimento. A melhoria não

seria então apenas na qualidade de vida, mas seria na economia em geral. Quantos quilos de soja, trigo e algodão não seriam produzidos se o resultado de algumas pesquisas chegasse de forma mais rápida ao campo? Quantos ecossistemas não seriam preservados se novos meios de produção fossem descobertos que não agredissem o meio ambiente? (ALMEIDA; PAULA, 2005, p. 63).

Igualmente, é importante frisar que não basta disponibilizar o computador conectado na rede para as pessoas utilizarem. Com a finalidade de incluí-las na sociedade da informação, é de extrema necessidade que passem por processos de educação digital, partindo da premissa de que o ponto de partida deve ser o acesso à máquina conectada à internet, e o ponto de chegada, a assimilação dos benefícios oriundos da ferramenta cibernética. Entre esses dois pontos deve-se considerar uma instância de aprendizagem – do conhecer a informação, sua finalidade e, assim, de como utilizá-la enquanto cidadão do mundo. Portanto, o referido direito é um poderoso instrumento que o sujeito pode usar como propulsor da evolução social, cultural e econômica do país (RADDATZ, 2014, p. 108-116).

Quanto ao campo, há uma série de diferenças entre as tecnologias ocupadas nos centros urbanos; todavia, elas “não devem ser concebidas como um defeito, cujo remédio é tornar o outro igual a nós, mas sim como uma forma de completar e enriquecer uma sociedade fraterna, onde todos são igualmente seres humanos” (COLPANI, 2004, p. 180). Então, a necessidade de investimentos em políticas públicas deriva do novo paradigma emergente, onde o Estado ocupa um papel de grande importância. Ferreira explica (2003, p. 37):

Antes de qualquer coisa, o Estado precisa encarar a informação como um recurso de gestão e desenvolvimento para o país. Nessa ótica, assim como se concebem políticas direcionadas para os setores de habitação, saúde, educação, segurança pública e geração de emprego e renda, cabe aos governos, em sua escala federal, estadual e municipal, desenvolver políticas de informação. Tais políticas, de natureza particular, referem-se as diretrizes e áreas estratégicas capazes de orientar o uso eficaz desse recurso no campo da cultura, da política e da economia brasileira na sociedade da informação de acordo com os novos paradigmas, tais como a descentralização de processos, otimização de custos, participação social direta nas decisões políticas e gestão dos serviços públicos, bem como o livre acesso do cidadão à informação pública.

Embora as TICs tenham se expandido pelo país em meados da década de 1980, foi somente alguns anos depois que o Estado se engajou em ações prioritárias nessa área. Isso porque se constatou que possibilitar o acesso ao computador não era uma prática suficiente, visto que as pessoas necessitavam de uma educação digital neste sentido, afinal de contas se tratava do princípio de um novo modelo de sociedade fundamentado pela rápida transição de informações. Então, é em meados do ano 2000 que a inclusão digital – considerada como um meio necessário para fomentar o exercício da cidadania – ganha espaço na pauta governamental. (ESTEVAO et al., 2010).

Nessa perspectiva, entre as principais políticas públicas desenvolvidas se destacam os telecentros, os quais se resumem em salas ou cabines com computadores

conectados na rede de uso gratuito. Existem diversos tipos de telecentros, e grande parte deles, além de oferecer o acesso à internet grátis, disponibiliza cursos básicos de informática e se apresenta como espaço para o desenvolvimento de pequenas empresas familiares ou, inclusive, como meio articulador em empregos próprios. Esses projetos ensejam “interação e de diálogo entre os distintos interlocutores econômicos e sociais por meio das novas tecnologias de informação e comunicação”, e “passaram a se constituir em verdadeiras agências de desenvolvimento comunitário ou centros de desenvolvimento de economia solidária prestando serviços à comunidade, apoiando projetos já existentes ou os desenvolvendo” (SILVEIRA, 2010, p. 189).

Os telecentros surgiram com o intuito de erradicar a exclusão digital entre as pessoas que ainda não tinham contato com computadores ou similares. Ocorre que, esta prática se desenvolveu nos centros urbanos e a zona rural continuou em nível de desigualdade no que tange ao acesso às novas tecnologias. Infelizmente “as áreas rurais e marginalizadas sempre ficam sem os melhores professores, assistentes de saúde, empreendedores locais e assim por diante” (COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL, 2013, p. 85).

Em outubro de 2009, percebendo a irreversibilidade do avanço da era digital, o Governo Federal, por meio do Ministério das Comunicações, criou o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR, cujo objetivo é disponibilizar computador e internet para as comunidades localizadas na zona rural, através de espaços denominados Casas Digitais.

Tal Programa está amparado no Decreto 6.991 de 27 de outubro de 2009, o qual foi regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MCT/MC no 535 de 31 de dezembro de 2009. Conforme o Portal da Cidadania do Governo Popular, esta ação visa contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar e o reconhecimento de acesso legítimo a terra por comunidades tradicionais. Além disso, o mesmo Portal informa que o Ministério do Desenvolvimento Agrário entende que prover cidadania para o meio rural requer, incondicionalmente, a integração das tecnologias de informação e comunicação disponíveis a todos.

Além disso, as Casas Digitais estão estruturadas para o “aprimoramento dos processos de gestão da produção, controle social das políticas públicas, acesso à informação e formação de rede de troca de experiências” (ESTEVAO et al., 2010, p. 2), bem como

Incentivar a autogestão dos membros da comunidade em que está inserido que, por sua vez, aprenderão a gerir e manter sozinhos as Casas, replicando seu aprendizado à comunidade. O mais importante é que a concepção do projeto Casa Digital considera, em seu desenho, a identidade cultural dos agricultores, uma vez que se adequa às suas necessidades e à realidade de sua comunidade. Além disso, sobressai a formação de todos os membros da comunidade em que é dada de acordo com a especificidade local. (ESTEVAO et al., 2010, p. 10).

Os ditos telecentros estão instalados em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal, sendo que de acordo com os dados

colhidos em janeiro deste ano, existem atualmente 105 casas digitais com tráfego, distribuídas da seguinte maneira: 38 no Ceará, 1 no Distrito Federal, 1 no Espírito Santo, 3 em Goiás, 6 no Maranhão, 4 em Minas Gerais, 1 no Mato Grosso do Sul, 2 no Mato Grosso, 13 no Pará, 2 na Paraíba, 4 no Piauí, 1 no Rio de Janeiro, 2 no Rio Grande do Norte, 1 em Roraima, 1 no Rio Grande do Sul e 1 em Santa Catarina.

Convém dizer novamente sobre a importância de prestar atendimento direto para estas pessoas que estão aprendendo a manusear as novas tecnologias, pois além de todo o conhecimento agregado por elas é tão benéfico para a vida do cidadão quanto para a vida em sociedade. É mais uma forma para contribuir na emancipação social do indivíduo, principalmente no campo educacional, onde a internet acentua as possibilidades de muitas pessoas darem continuidade a vida escolar por meio das faculdades e dos cursos técnicos e de capacitação de ensino a distância. Da mesma forma no setor cultural, informacional, de lazer e assim sucessivamente.

Ter contato e realmente compreender as vantagens propiciadas pelo acesso à internet é parte fundamental do processo de emancipação do homem, e para isso,

[...] é necessário atender as suas demandas, tanto no que se refere ao acesso de sites de interesse quanto de serviços agregados, tendo como prioridade a melhoria da educação na comunidade em que estão inseridos. Principalmente, parece ser fundamental conferir possibilidade de apropriação local das TICs como ferramentas que auxiliem as mudanças necessárias aos processos de desenvolvimento local. A tecnologia de informação há de

ser relacionada ao letramento, à mobilização organizativa dos agricultores e ao exercício dos direitos de cidadania. Caso contrário, sob enfoque da questão da ampliação do mero acesso, o risco é transformar o potencial de inclusão social em panacéia, afinal, a tecnologia perde sentido quando não é apropriada à cultura local e às demandas que se expressam por seu intermédio. (ESTEVAO et al., 2010, p. 11).

Ou seja, “[...] Não basta mostrar às pessoas as tecnologias, é necessário fazê-las entender de que forma as mesmas podem contribuir para a execução de tarefas, atividades e incrementarem o capital intelectual.” (ALMEIDA; PAULA, 2005, p. 60). T tamanha necessidade se justifica pelo fato de que o excluído digital tende a engrossar ainda mais as fileiras da exclusão social e econômica que afeta o país. É o que se despreende da seguinte afirmação

[...] a internet desempenha um papel crucial criando novas fontes de conhecimento, visto que disponibiliza o acesso a um enorme volume de informações. Leitores, ouvintes e telespectadores são apenas receptores de informação e o fluxo dela é unidirecional. Já os usuários da Internet são participantes em potencial, que podem interagir de variadas maneiras com o processo, ou seja, o fluxo de informações passa a ser bidirecional. Se a Internet fica limitada a poucos privilegiados, ela tende a aprofundar ainda mais as diferenças sociais. (ALMEIDA; PAULA, 2005, p. 60).

Ainda que os telecentros/casas digitais sejam um bom método inclusivo, é imprescindível frisar que seja permitido “[...] a todos um acesso aberto e gratuito a midiatecas, a centros de orientação, de documentação

e de autoformação, a pontos de entrada no ciberespaço, sem negligenciar a indispensável *mediação humana* do acesso ao conhecimento” (LÉVY, 1999, p. 159). Portanto, esses espaços devem contar com profissionais capacitados para a orientação dos frequentadores, agora na condição de internautas, desde o primeiro acesso à internet até o momento em que sejam capazes de assimilarem sozinhos a funcionalidade da web, e encontrem nela ferramentas disponíveis para seu cotidiano, tanto na vida pessoal quanto na vida laborativa.

Considerando que “a igualdade não é uma dádiva, mas é construída pela ação dos homens, na comunidade política” (AMES, 2012, p. 83), se compreende a importância das políticas públicas na sociedade que detém tantas diferenças. Nessa perspectiva, é interessante apresentar um exemplo de disponibilização de internet no Canadá, o qual escolheu as escolas públicas como pontos principais das redes de fibra “[...] porque garantir acesso à internet em banda larga é um passo fundamental para a melhoria da qualidade do ensino das escolas” (SILVEIRA, 2010, p. 195). Num caminho dual, ao mesmo tempo em que garante o acesso à internet nas escolas, também propicia o fortalecimento de processos de emancipação dos seres humanos por meio das novas tecnologias indispensáveis na sociedade da informação.

Desse modo, foi possível verificar que grande parte da população que reside no campo não possui acesso à internet. Esse é um fator que impossibilita o amplo acesso à informação e, por isso prejudica o exercício da cidadania. Portanto, é preciso pesquisar políticas públicas que promovam o acesso à internet nas áreas mais isoladas. Nesse sentido, sugere-se que o programa Casas Digitais seja ampliado na zona rural. E que,

a partir do exemplo canadense, o programa seja reformulado, levando a instalação dos telecentros para dentro das escolas do campo. Com essa ação, torna-se possível reduzir os índices de exclusão digital ao mesmo tempo em que se contribui para o fortalecimento das escolas públicas que trabalham com a inclusão digital das crianças na sociedade da informação.

CONCLUSÃO

A (r)evolução tecnológica é irreversível. O desenvolvimento – econômico, social, cultural – e a nova dimensão de cidadania fazem parte de uma realidade inegável. Nesse sentido, o direito à informação através da internet ocupa, indubitavelmente, papel fundamental na sociedade, pois se constitui num direito intermediário para a efetivação de outros direitos humanos.

Logo, deve ser garantido a todas as pessoas. Ocorre que, na prática, esta situação não se consolida. Verifica-se um grande déficit na efetivação desse direito na zona rural, onde mais de quatro quintos da população que reside no campo não possui computador conectado à internet.

Então, observada a grande importância do paradigma emergente, é de extrema relevância fomentar políticas públicas de inclusão digital no campo. Como já abordado, o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR surge justamente para preencher esta lacuna de excluídos digitais na zona rural. Todavia, o mesmo se mostra ainda com pouco alcance.

São 105 Casas Digitais ativas. Um número significativo, mas que pode avançar muito. Pois, as benesses oriundas desse tipo de política pública são certas e essenciais para a efetivação dos direitos humanos. Assim sendo, sugere-se a ampliação desse programa, a partir do estabelecimento de novos telecentros dentro de escolas públicas.

Tal sugestão é uma via de mão dupla. Ao reduzir os investimentos de infraestrutura, aproveitando o prédio da escola, é possível estabelecer horários para trabalhos de inclusão digital dos moradores do campo, e

nos turnos inversos aproveitar os aparatos tecnológicos com os alunos para fortalecer a educação básica de ensino.

Garantir o acesso à internet para procurar, receber e transmitir informações é uma das bases essenciais para o exercício democrático da cidadania e para a organização da sociedade que vive a (r)evolução tecnológica. Portanto, incluir o campo no sistema digital, além de todos os motivos e benefícios expostos pelo texto, é buscar a igualdade do ser humano. ■

[MATEUS DE OLIVEIRA FORNASIER]

Doutor em Direito (UNISINOS). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Direito.
Email: mateus.fornasier@unijui.edu.br

[DANIELLI REGINA SCARANTTI]

Mestre em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI).
Email: danielli.scarantti@gmail.com

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lília Bilati de; PAULA, Luiza Gonçalves de. O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, v. 2, n. 1, 2005, p. 55-67.

AMES, Maria Alice Canzi. Conexões entre justiça restaurativa e educação em direitos humanos In BEDIN, Gilmar Antônio. **Cidadania, direitos humanos e equidade**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2012.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BEDIN, Gilmar Antônio. **Os direitos do homem e o neoliberalismo**. 2. ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BUSTAMANTE, Javier. Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital In SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Cidadania e redes digitais**. Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/livro-cidadania-e-redes-digitais.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2016.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLPANI, Clóvis Lopes. Teologia da libertação e teoria dos direitos humanos In WOLKMER, Antonio Carlos. **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da. **Inclusão ou exclusão social?** A utilização do computador e da internet no Brasil. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/old/dvd/documentos/gts_llleics/gt17/gt17%20a.f.pdf>. Acesso em 28 mar. 2015.

CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania**. 3. ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

_____. **Estado, cidadania e espaço público**: as contradições da trajetória humana. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2010.

ESTEVAO, Pricila; SOUSA, Diego Neves de; DIAS, Marcelo Miná; LEITE, Carlos Antonio Moreira. **Inclusão digital e políticas públicas no meio rural**: um estudo sobre os territórios digitais. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/1205.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2016.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003.

FLORES, Joaquín Herrera. **Teoria crítica dos direitos humanos**: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

FREIRE, Isa Maria. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para inclusão digital de comunidades. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 227-235, set./dez. 2006.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas**: jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

HELOU, Angela Regina Heinzen Amin et al. Políticas públicas de inclusão digital. **RENOTE – Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 9 n. 1, jul./2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/21920/12720>>. Acesso em 14 maio 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Petrópolis: Vozes, 1991.

PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO BRASIL [livro eletrônico]: **TIC Domicílios e Empresas 2012**. Coord. exec. e ed. Alexandre F. Barbosa; trad. DB Comunicação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/tic-domicilios-e-empresas-2012.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2016.

_____. **TIC domicílios e empresas 2013**. Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacao/educacao-e-tecnologias-no-brasil/>>. Acesso em 12 abr. 2016.

RADDATZ, Vera Lúcia Spacil. **Direito à informação para o exercício da cidadania**. **Revista Científica Direitos Culturais – RDC**, v. 9, n. 19, p. 108-117, set./dez. 2014.

_____. **Direito à informação um requisito para a cidadania na sociedade contemporânea**. In: BEDIN, Gilmar Antonio. **Cidadania, direitos humanos e equidade**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2012.

SARAIVA, Editora; CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Livia; NICOLETTI, Juliana. **Legislação de direito internacional**. 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Cidadania e redes digitais**. Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/livro-cidadania-e-redes-digitais.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2015.

SPENGLER, Fabiana Marion; BEDIN, Gilmar Antonio; LUCAS, Douglas Cesar. **Direitos humanos, identidade e mediação**. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/>>

xmlui/bitstream/handle/123456789/1618/Direitos-Humanos-Identidade-e-Mediaco.pdf?sequence=1>. Acesso em 12 abr. 2016.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: A luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar ED. ; Brasília, DF: Unesco, 2003.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. O legado da Declaração Universal e o Futuro da Proteção Internacional dos Direitos Humanos In AMARAL JUNIOR, Alberto do; PERRONE-MOISÉS, Cláudia. **O cinquentenário da Declaração universal dos direitos do homem**. São Paulo, SP, Brasil: Edusp: FAPESP, 1999, p. 13-51.

UNIÓN INTERNACIONAL DE TELECOMUNICACIONES. **Medición de la sociedade de la información:Resúmen Ejecutivo**. [S.l], 2013.Disponível em: <http://www.antel.com.uy/wps/wcm/connect/81efd5804162548999f499620306cc2c/MIS2013-exec-sum_S.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em 12 abr. 2016.

WINCK, Fernando Pritsch. Redes sociais na sociedade da informação: a solidariedade na atuação dos movimentos sociais no ciberespaço In ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva. **Direitos Fundamentais na Sociedade da Informação**. Florianópolis: GEDAI, 2012.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

INTERNET E A DINAMIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA EM CUBA

[ARTIGO]

Alexei Padilla Herrera

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo discute a existência de esferas públicas em países socialistas pós-totalitários. Conscientes das limitações do modelo ideal normativo proposto por Jünger Habermas para a análise do cotidiano em países que não se vinculam ao modelo liberal democrático, partimos de um referencial que descreve a estrutura e o funcionamento das esferas públicas nos antigos regimes socialistas da Europa Oriental e da União Soviética. Em seguida, apresentaremos um panorama da evolução da esfera pública em Cuba, desde o triunfo da Revolução (1959) até a atualidade. Explicaremos como o debate propiciado pelo governo cubano e a paulatina socialização do acesso à Internet tem favorecido a proliferação de espaços (físicos e virtuais) contribuem para a visualização da pluralidade política da sociedade cubana contemporânea.

Palavras-chave: Esfera Pública. Socialismo. Pós-totalitarismo. Internet. Cuba.

This article discusses the existence of public spheres of discussion in post- totalitarian socialist countries. We begin this article discussing the references that describes the structure and functioning of public areas in former socialist regimes from Eastern Europe and the USSR, because we are aware of the limitations proposed by Jünger Habermas for the analysis of the everyday in countries that do not engage the liberal democratic model. Next, we present an overview of the evolution of the public sphere in Cuba since the triumph of the Revolution (1959) to the present. We explain how the debate fostered by the Cuban government and the socialization of Internet access has encouraged the proliferation of that type of spaces (physical and virtual), that contribute to the display of political pluralism of contemporary Cuban society.

Keywords: Public sphere. Socialism. Post-totalitarianism. Internet. Cuba.

Este artículo discute la existencia de esferas públicas en países socialistas post-totalitarios. Conscientes de las limitaciones del modelo ideal normativo propuesto por Jünger Habermas para el análisis de día a día en países que no se encajan dentro del modelo democrático liberal, partimos de un referencial que describe la estructura y funcionamiento de las esferas públicas en los antiguos regímenes socialistas de Europa Oriental y la Unión Soviética. Posteriormente, realizaremos un recorrido por la evolución de la esfera pública en Cuba, desde el triunfo de la Revolución (1959) hasta la actualidad. Explicaremos cómo el debate propiciado por el gobierno cubano y la socialización del acceso a Internet han favorecido a proliferación de espacios (físicos y virtuales) contribuyen a la visualización de la pluralidad política de la sociedad cubana contemporánea.

Palabras clave: Esfera Pública, Socialismo, Post-totalitarismo, Internet, Cuba.

INTRODUÇÃO

Desde a publicação de *The Structural Transformation of the Public Sphere* (1962) a noção de esfera pública tem motivado o debate no âmbito das ciências políticas e da comunicação social. De acordo com Habermas (1989, p. 231-236) “esfera pública” (em singular) é construída na troca argumentativa baseada na justificação recíproca e constitui um domínio da nossa vida social no qual a opinião pública pode conformar-se. O livre acesso dos cidadãos, a inclusão, a reciprocidade, a flexibilidade, a paridade de status e a justificação racional dos argumentos apresentados são os princípios essenciais que regem a esfera pública. Essas condições garantem que os cidadãos possam coordenar-se e reunir-se livremente e, ao mesmo tempo, expressar e fazer públicas suas opiniões.

Posteriormente, Habermas admitiu a coexistência não de uma, mas de diversas esferas públicas concorrentes e a necessidade de olhar para a dinâmica dos processos comunicativos que acontecem na periferia dos espaços de discussão dominantes. Portanto, a esfera pública é entendida como uma complexa rede conformada por uma diversidade de foros de discussão, tanto nas instituições formais como em sua periferia, e que se articula por meio da atividade comunicativa, quando diferentes públicos se agrupam em redes comunicativas organizadas, para debater temas de interesse comum, contrastar pontos de vista e assumir ou reafirmar posições (MARQUES, 2008, p. 26).

Por isto, na primeira parte desse artigo, à luz da classificação dos regimes não democráticos dos cientistas políticos Juan Linz e Alfred Stepan (1999) explicamos o

que entendemos por pós-totalitarismo e quais são suas características essenciais. A partir dessa discussão, da análise da Constituição de Cuba e das considerações de alguns estudiosos, argumentamos por que o regime socialista cubano pode ser classificado como pós-totalitário. Na segunda seção abordamos a existência de uma multiplicidade de esferas públicas em regimes socialistas de tipo soviético e apresentamos o mapeamento proposto por Bathrick (1995). A seguir nos referimos à emergência de diversas esferas públicas em Cuba, sobretudo desde a década de 1990, a contribuição da socialização da Internet para aparecimento de novos espaços de discussão e propomos um mapeamento deles. Finalmente, comentamos ocorrências que nos aproximam das dinâmicas e contradições das esferas públicas realmente existentes na Ilha.

2. PÓS-TOTALITARISMO: ALGUNS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS

Totalitarismo geralmente remete a dois cenários: a Alemanha do Terceiro Reich e a União Soviética (URSS) sob a liderança de Josef Stalin. Embora em *As origens do totalitarismo*, Hannah Arendt (1998) identifica o terror como elemento fundamental e a essência da dominação do totalitarismo,¹ Linz (1986, p.

[1] As características dos regimes totalitários podem ser consultadas em: (LINZ, J; STEPAN, A, 1999, p. 74-75).

13) adverte que o terror de Estado, a repressão, a violação dos direitos civis, entre outras questões, não servem como elementos de distinção entre regimes, nem para diferenciar os regimes totalitários dos autoritários, porque o nível de intensidade e frequência dessas práticas podem variar significativamente.

Contudo, se trata de um termo inadequado para compreender as mudanças ocorreram na URSS e outros países socialistas após da progressiva desestalinização de seus respectivos regimes políticos (Linz, 1967; Andrew, 2009; Killingsworth, 2012; Cavatorta, 2013). Nesta nova etapa que Linz e Stepan (1999, p. 74-75) denominaram “pós-totalitária” persiste certo legado político junto com vestígios do totalitarismo e é caracterizado pelo: a) pluralismo social, econômico e institucional limitado, mas sem responsabilidades em órgãos administrativos do Estado, pluralismo político limitado, a maioria das manifestações de pluralismo surge dentro das estruturas estatais toleradas e grupos dissidentes; b) a persistência de uma ideologia oficial, que faz parte da realidade social, mas a fé na utopia se enfraquece e é substituída por um consenso pragmático, baseado na deliberação racional e num debate limitado, sem demasiados referentes ideológicas; c) perda progressiva do interesse pela mobilização, embora ela seja mantida rotineiramente dentro das organizações estatais para garantir um mínimo de aquiescência; d) em geral, os líderes principais não são carismáticos, são controlados pelas estruturas partidárias e procedimentos de democracia interna Andrés (2009, p. 21) acrescenta que os restos do totalitarismo precedente misturam-se com um maior grau de burocratização, a emergência de grupos de interesse em conflito e uma despolitização parcial da população.

Ambos os autores afirmam que o surgimento e evolução do pós-totalitarismo poderia ter sido resultado de políticas criadas pelos governantes para reformar o sistema político; deterioro interno das estruturas do regime e da fé nos postulados ideológicos que os sustentam. Aparecimento de espaços sociais, culturais e econômicos que se tornam foco de dissenso e resistência ou conseguem escapar do controle - pelo menos parcialmente- total do Estado. (LINZ; STEPAN, 1999, p. 68).

A política pós-totalitária foi, em parte, resultado de abandono do stalinismo, mas também das mudanças sociais que tiveram lugar nas sociedades comunistas. Os regimes pós-totalitários eliminaram os piores aspectos da repressão, mas ao mesmo tempo mantiveram a maior parte dos mecanismos de controle (LINZ; STEPAN, 1999, p. 68).

Linz e Stepan (1999) também apontam que nos regimes pós-totalitários o partido oficial e os líderes do regime “não conferem qualquer legitimidade ou responsabilidade ao pluralismo político não oficial”. Observa-se a permanência de um legado ideológico que não pode ser questionado oficialmente e a ideologia de Estado “tem uma presença social na vida organizativa da comunidade política”. O maior grau de pluralismo social propicia a emergência de uma “uma segunda cultura” ou uma “cultura paralela” (p.).² No obstante, persistiam qualidades do totalitarismo como, o monopólio estatal dos meios de comunicação, uma fusão do partido único com o estado (Partido-Estado),

[2] Nos países do bloco, um dos exemplos mais significativos foi o florescimento de uma literatura clandestina samizdat e a criação e distribuição de revistas, livros e outros produtos culturais.

assim como limites difusos entre a sociedade civil e o Estado (ARON, 1965 *apud* SEGAL, 2013, p. 4).

Considerando que nessa etapa o regime perde uma parte das qualidades personalistas e os poderes do líder (agora dirigente) são transferidos para o partido governante, Geddes (1999 *apud* HOFFMANN, 2011, p. 9) identifica esses regimes como unipartidários. Hoffmann (2011, p. 16) leva em conta esses fatores e os três tipos ideais de legitimação da autoridade propostos por Weber³, para denominar esses regimes como socialismo burocrático de Estado.

3. EM CUBA

A partir da classificação de Linz e Stepan (1999), autores como López-Levy (2014); Chaguaceda (2016, entrevista) que asseguram que o sistema político cubano (e regime) é um caso de pós-totalitarismo. Para López-Levy, no sistema político que vigora em Cuba se observam importantes níveis de pluralismo cultural, social e econômico, resultado das mudanças econômicas das últimas das décadas, a [limitada] liberação política e a abertura ao exterior; junto com a permanência do “monopólio político do Partido-Estado”. A liderança carismática de Fidel Castro e outros dirigentes revolucionários vêm sendo substituída uma de tipo institucional-coletivo, por meio de procedi-

mentos que garantem a renovação logo após do final dos mandados.⁴ Os mecanismos de mobilização obrigatória são substituídos por novos padrões de aquiescência política, fato que diz ao respeito da importância do “terreno difuso ocupado por opositoristas e partidários passivos do governo na dinâmica política nacional”.⁵ Aumento da pluralidade nas instituições do Estado, adoção de soluções políticas pragmáticas [não utópicas], mas dentro do enquadramento do marxismo e o nacionalismo, consideradas as ideologias oficiais. E, finalmente, a manutenção da repressão seletiva a opositoristas, seja para defender o sistema de partido único ou para conter a ingerência dos Estados Unidos.

Contudo, Chaguaceda (2016, entrevista) adverte que o regime cubano ainda mantém características totalitárias, dentre delas: um texto constitucional que tem como referente a constituição soviética de 1936 (promulgada sob mando de Stalin), um estado dono da maioria das atividades econômicas. “O poder ainda repousa sobre o partido único ou de uma classe burocrática, mas na liderança histórica, os militares e sua concepção militar da política”. Sobre vive à violência contra a oposição, porque ainda multidões são usadas para repudiar ativistas independentes, prática menos frequente em modelos pós-totalitários mais maduros, onde há outros mecanismos de controle social e consenso é gerado por meio do desempenho econômico (aumento da qualidade de vida da população, estabilidade do abastecimento de produtos nos mercados, promoção do consumo, etc.).

[3] Weber identificou três tipos de dominação: a racional ou baseada na legalidade, a tradicional apoiada em tradições históricas e a carismática, relacionada às qualidades exemplares do governante (GARCÍA, 2010, p. 1).

[4] Buscar donde Raúl habla de la limitación de mandatos de los principales cargos públicos.

[5] Ver lo que dice Castells de los rusos y como comenzaron a vivir su vida lejos Del sistema

Desde outro olhar, Hoffman (2011, p.10) argumenta que Cuba nunca foi um estado socialista de partido único. Devido à longa permanência de Fidel Castro no poder (1959-2006), fortes elementos da liderança carismática persistem, fato que faz do cubano, um caso diferente dentre dos socialismos burocráticos de estado implantados na União Soviética e seus aliados europeus. O estudioso considera que no regime cubano misturam-se elementos do militarismo, personalismo e único partido com a autoridade carismática (liderança de Fidel Castro) e a autoridade racional-legal (um Estado que comanda a economia com instituições de tipo soviético) (p.11). Levando em conta essa “amalgama”, Hoffmam (2011, p. 16) caracteriza o regime Cuba sob Fidel Castro como um “socialismo carismático de estado”. Condição que não tem mudado até hoje em seus aspectos mais relevantes.

Uma leitura da constituição socialista, promulgada em 1976, permite corroborar algumas das características apontadas pós-totalitárias do sistema político cubano. O artigo 5º da norma designa o Partido Comunista de Cuba como “a força dirigente superior da sociedade e o Estado”, ou seja, que toda a sociedade, as instituições estatais e governamentais estão subordinadas ao Partido Comunista. O artigo 3º reconhece o direito dos cidadãos de combater contra qualquer que tente derrubar a ordem política, social e econômica estabelecida pela Constituição” (Cuba, 2002, tradução nossa). De certa maneira, esse artigo justificaria a repressão contra opositores e críticos do sistema. Mais na frente, o artigo 54 reconhece o direito a reunião, a manifestação e a associação; a liberdades de expressão, opinião e imprensa, mas só em decorrência dos fins da sociedade socialista (Cuba, 2002).

De outro lado, a artigo 39º diz que a política educacional e cultural promovida pelo Estado está fundamentada, dentre outros postulados, no “ideário marxista” (Cuba, 2002). De ai que, a permanência desses enunciados - inclusive depois da reforma constitucional de 1992 - e a subalternidade do Estado diante do Partido, comprovaria a existência de uma ideologia de Estado no texto constitucional. Para ele, isso significa um problema para o pluralismo se expressar, já que “limita a participação direta da cidadania na defesa de suas próprias e diferenciadas vontades políticas” (GUANCHE (2014, p. 114).

Podemos resumir que o sistema político cubano é essencialmente caracterizado pela exclusão de toda a oposição política, a liderança do PCC e a liderança de Fidel Castro [e Raúl Castro]. Nenhuma mudança a este respeito deve ser esperada, enquanto os Estados Unidos insistam em “sua pretensão de ser um ator interno em Cuba” (VALDÉS PAZ, 2009: 141). No entanto, essas mudanças poderiam depender mais da própria natureza do atual sistema de político que dos fatores externos a ele.

No VII Congresso do Partido Comunista, Raúl Castro reiterou mais uma vez que o unipartidarismo é considerado um princípio ideológico pétreo, pois ele, “representa e garante a unidade da nação cubana, [e é] a principal arma estratégica [...] para construir a obra da Revolução e defendê-la contra todos os tipos de ameaças e ataques”. Nesse olhar, o pluripartidarismo levaria ao fim da Pátria, a Revolução, socialismo e a independência nacional. Renunciar a esse princípio seria equivalente a “legalizar o partido ou os partidos do imperialismo” (Castro, 2016).

4. ESFERA PÚBLICA E SOCIALISMO DE ESTADO

A construção de um referencial acerca da esfera pública no socialismo de Estado tem sido uma tarefa desafiadora e ainda inconclusa. Dentre os autores que pesquisam os fenômenos ligados ao público nos países do extinto bloco socialista, na ex-União Soviética e aqueles que fazem o mesmo em Cuba, existe um denominador comum: quase todos se apropriam das definições de Habermas (não do modelo) e das observações de seus críticos, para adaptá-las a contextos particulares. Porém foi difícil encontrar um conceito de esfera pública (dentro de um contexto socialista) totalmente original. Juan Valdés Paz considera que a falta de uma produção teórica autóctone sobre esfera pública, desde e para o socialismo, poderia estar associada ao fato de que o conceito não foi nem tem sido incorporado à cultura política socialista, não faz parte da ideologia dominante nem do discurso oficial, devido, entre outros fatores, aos dogmatismos que rejeitam todo termo ou ideia de origem liberal (VALDÉS PAZ, 2015, entrevista). Outro fator importante é o não-reconhecimento legal do pluralismo político (são sistemas de partido único) e uma concepção de sociedade civil que só abrange as organizações de massas, sociais, profissionais prol governamentais e negligencia os atores e coletivos que desde seu desempenho social contestam as ideologias hegemônicas.

O trânsito ao pós-totalitarismo nos regimes socialistas de Estado da Europa Central e Oriental, bem como na União Soviética, tornou possível o florescimento de uma esfera pública, ou seja, espaços de organização, de debate e de troca de ideias,

mas sem garantias legais e em condições de grande precariedade (CHAGUECEDA, 2016, entrevista). A tolerância para esses espaços de dissenso era acompanhada por uma estrita vigilância (KILLINSWORTH, 2012; RITTERSPORN; ROLF; BEHREND, 2003). Esses fatos questionavam a crença de que o desenvolvimento da sociedade civil e da esfera pública somente seria possível no quadro das democracias liberais ocidentais.

Na sociedade de estilo soviético existia uma multiplicidade de esferas públicas e (RITTERSPORN; ROLF; BEHREND, 2003, p.435). Bathrick (1995 *apud* SILBERMAN, 1997, p.5) faz um mapeamento para ilustrar a crescente diferenciação do espaço público na Alemanha Oriental desde a década de 1970 até a queda do Muro de Berlim, em 1989. O mapa define três grandes esferas interconectadas: a esfera pública oficial (sob controle do Partido), os espaços não oficiais ou contrapúblicos, e a mídia da Alemanha Ocidental.

A esfera pública oficial era a arena na qual os dirigentes buscavam legitimar o regime⁶ (KILLINGSWORTH, 2003, p. 25). Também fazem parte dessa esfera oficial - pelo menos no contexto cubano - as instituições educativas, os sindicatos, todas as organizações reconhecidas legalmente, os meios de comunicação, os centros de pesquisa e os espaços públicos de discussão institucionalizados ou tolerados.

[6] Para Rittersporn, Rolf e Behrends (2003, p. 435) “a demonstração de poder na arena pública e os constantes lembretes visuais das regras, dos integrantes das elites dirigentes e das poderosas relações entre governados e governantes, tem sido associada ao déficit de legitimidade na estrutura soviética de poder”.

Apesar dos chamados para o exercício da crítica e que em ocasiões os dirigentes reconhecessem determinados erros, era improvável que nesse domínio aparecessem críticas sobre o aparato estatal. Aliás, o Estado tinha o direito de fechar esse espaço diante de qualquer foco de tensão (KILLINSWORTH, 2012). Era, no final das contas, uma esfera fabricada, controlada, acrítica, restrita a ocasiões fechadas de discussão (p. 25). Um dos alvos dessa esfera construída oficialmente era que a população acreditasse que se tratava de uma opinião pública participativa (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, 2003, p. 440), ou seja, que as vozes da cidadania eram escutadas e consideradas na tomada de decisões.

No mapeamento proposto por Bathrick (1995), o conjunto integrado pelas esferas cultural, artística, socialista crítica e socialista literária faz parte da esfera pública oficial. De acordo com Rittersporn; Rolf; Behrens (2003) eram os espaços dos artistas, escritores e cientistas controlados pelo governo e operavam como instituições de socialização, onde intelectuais e seu público adquiriam habilidades específicas para ajustar seu talento, sensibilidade e estética às necessidades inerentes ao sistema (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, 2003, p. 31, tradução nossa). Mas aquele foi também o campo das iniciativas reformistas ou conservadoras, onde as pessoas aprenderam a equilibrar seus objetivos com as margens de manobra oferecidas pelo regime, bem como o ambiente em que o Estado estava preparado para tolerar ou aceitá-las, fato que sugere o isolamento entre o que acontecia nessas esferas e os cidadãos comuns (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, 2003, p. 31).

Além de espaços de reunião, essas esferas públicas estavam formadas por várias

organizações com desenvolvidos aparatos de comunicação interna e ainda que por causa da sua estreita extensão, essas esferas atingiam públicos limitados, desempenharam um papel importante na vida diária dessas sociedades. (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, p. 443-444).

Junto com essa diversidade de esferas públicas oficializadas, coexistiam outras consideradas alternativas. De acordo com Killingsworth (2012, p. 26), devido ao esmagador poder da esfera pública oficial, as esferas públicas alternativas retiravam-se para o interior de certos “nichos”, onde formas alternativas de comunicação foram desenvolvidas. RITTERSPORN, ROLF e BEHRENS (2003) trazem um ponto interessante quando apontam que na Alemanha e na Polônia, as igrejas foram uma esfera pública alternativa mais influente com uma infraestrutura e redes de comunicação, talvez mais desenvolvidas do que as autoridades conseguiram construir nos primeiros anos dos regimes socialistas (p. 441-442). Segundo Linz e Stepan (1996 *apud* KILLINGSWORTH, 2012, p. 44-45) Igreja católica manteve uma esfera relativamente autônoma, o que gerou um complexo padrão de reconhecimento recíproco e negociações entre as autoridades religiosas e o Estado.

No entanto, a posição periférica desses ambientes públicos mais críticos reforça a fragmentação como atributo central das esferas públicas nas sociedades de estilo soviético. Tratava-se de espaços consideravelmente divididos em pequenos grupos com limitada influência nas esferas do cotidiano, qualidade que compartilharam com a esfera pública oficialmente tolerada (RITTERSPORN; ROLF; BEHRENS, 2003, p. 443). Ainda que não houvesse garantias legais para

regulamentá-las, é obvio que essas esferas “alternativas” existiam com o consentimento do Partido-Estado. (KILLINGSWORTH, 2012, p. 27). Contrariamente ao que o modelo habermasiano sugeria, a constante intervenção do poder político nas sociedades sob regimes pós-totalitários não fez com que a esfera pública oficial fosse “menos complexa, comunicativa ou operacional” (RITTERSPORN; ROLF; BEHREND, 2003, p. 440).

5. ESFERAS PÚBLICAS EM CUBA

A estruturação da esfera pública em cada país é um fenômeno historicamente condicionado, prolongado e do qual participam uma grande variedade de fatores de diversa índole. Portanto, seria um erro igualar a evolução da esfera pública em Cuba às realidades existentes nos países do antigo bloco soviético, ainda que reconheçêssemos as semelhanças entre eles. Por isso, a história e práticas da construção do socialismo em Cuba devem ser vistas como um caso particular. Diferentemente da russa ou da chinesa, nos seus inícios a Revolução cubana teve um caráter democrático-popular, mas não comunista em termos ideológicos.

Para Chaguaceda (2010, p. 328) a esfera pública no período pré-revolucionário alimentou o civismo da geração que fez possível a revolução de 1959 baseadas em princípios de justiça social, democracia e soberania nacional (CHAGUACEDA, 2010, p. 328). Nos primeiros da Revolução, a esfera pública resultante de uma sociedade civil em transformação experimentou uma inusitada atividade, marcada pela

incorporação de setores historicamente preteridos (camponeses, operários, mulheres, negros, etc), a troca de ideias sobre o tipo de sociedade a construir, um governo desligado dos dogmas políticos e veículos mediáticos que publicitavam os debates e as transformações em público. A ativa participação popular nos assuntos da vida pública, afirma Monal (2004 *apud* MAYORAL, 2004), é garantia da supervivência e consolidação de um projeto político (p.1). Entre 1959 e 1968 houve espaços para a polêmica que enriqueceram o processo de reconfiguração das esferas da vida nacional (LEYVA; SOMOHANO, 2008, p. 46).

A nova constituição de 1976 (que tinha como paradigma a constituição soviética de 1936) configurou juridicamente os limites da os limites e a função da esfera pública em Cuba. As consequências do processo de sovietação, iniciado na década de 1970, fizeram com que os espaços de discussão e crítica no qual os intelectuais discutiam abertamente seus pontos de vista, fossem estrangulados (LEYVA; SOMOHANO, 2008, p. 80). A padronização ideológica junto com o empobrecimento da cultura do debate talvez seja o maior legado dessa etapa (ALONSO, 2006, p. 232).

Segundo Navarro (2002), as influências do modelo soviético fomentaram a desconfiança dos políticos cubanos com a esfera cultural e disseminaram a ideia de que ela era uma potencial força política opositora, sobretudo depois da invasão soviética a Tchecoslováquia em 1968. Ainda que se reconhecesse o papel dos intelectuais para a crítica da realidade social, essa função era neutralizada por meio de diversas restrições e fazê-lo podia ser objeto de questionamentos políticos e éticos. Comenta que em 1968 começou uma “verdadeira cruzada”

contra as intervenções críticas dos intelectuais na esfera pública. Um dos momentos mais simbólicos dessa etapa foi o fechamento da revista *Pensamento Crítico* (p. 114). O pesquisador cubano fala da fronteira entre as esferas política e cultural quando afirma que segundo certos padrões os intelectuais só deviam falar em público sobre questões culturais e/ou artísticas, e deixar a crítica social ou política para os quadros políticos profissionais, expertos ou especialistas. A ultrapassagem dos níveis de crítica tolerados podia significar a exclusão do intelectual da esfera pública (p. 117-118).

No início da década de 1980, a desarticulação das políticas culturais identificadas com o realismo socialista fomentou o aparecimento da crítica social e política, nas artes plásticas, o teatro, a literatura, o cinema e a ensaística. Nesse período proliferaram espaços culturais dedicados à exposição de obras de arte, à leitura, ao debate e emergem novas publicações. Tratava-se de espaços institucionais ou não; espaços privados (casas particulares) e espaços públicos. Contudo, desde 1988 se desencadeou mais uma “ofensiva” contra as intervenções dos intelectuais na esfera pública que provocou – junto com a decepção, o pessimismo, o ceticismo e o deterioro das condições de vida e trabalho devido à crise econômica que gerou em Cuba o fim da União Soviética – a emigração da maior parte dessa intelectualidade artística, (NAVARRO, 2002, p. 115).

O fracasso do paradigma euro-soviético além de suscitar a pior crise e mais prolongada crise econômica, promoveu fortes questionamentos sobre o tipo de sociedade e sistema político que queriam os cubanos. Nesse contexto se multiplicaram velhas e novas vozes que advogam pela adoção de um socialismo não centrado no

Estado, ou seja, feito de baixo para cima, pluralista e participativo, no qual os dirigentes e a sociedade civil trabalhassem como parceiros e não sob relações de subordinação. Junto a essas chamadas à democratização do socialismo coexistiam aquelas que pensavam que o futuro da nação devia se construir a partir dos postulados do liberalismo ou da democracia-cristã.

Superado o momento mais crítico da crise, os veículos midiáticos da esfera pública cultural cubana começaram a acolher espaços de confronto e propostas transgressoras sobre diversos temas polêmicos como sociedade civil, participação, cultura política, religião, dentre outros. Um aspecto significativo dessa etapa foi a abordagem da produção cultural das diásporas cubanas. Segundo eles, essas publicações tentaram conformar um discurso “amplo e plural” (LEYVA e SOMOHANO, 2008, p. 49). Pode-se afirmar que na década de 1990 houve uma diversificação da sociedade civil. Paradoxalmente, o crescimento do associativismo não tem significado a multiplicação de novos espaços públicos para o debate político.

Entre 2006 e 2010, o Presidente Raúl Castro motivou o início de um processo de reflexão e debate coletivos para que de todas as pessoas interessadas em expressar seus pontos de vista sobre as problemáticas do país pudessem falar e até propor soluções. Grande parte das opiniões e sugestões dos cidadãos que participaram no processo consultivo foi incluída na redação das *Diretrizes da política econômica e social do Partido e a Revolução*.⁷

[7] Documento reitor da atualização ou reforma do modelo econômico cubano, com o objetivo de garantir a continuidade do Socialismo, o desenvolvimento econômico do país e o aumento do nível de vida da população.

Em 2008, Raúl reiterou a importância do debate público e da participação da população nas transformações econômicas e sociais que o país deveria iniciar. Num dos trechos dessa intervenção, expressou que, se povo estava unido em torno de um único partido, tanto o partido quanto a sociedade tinham que ser mais democráticos e que todos tinham a oportunidade de expressar as suas opiniões e ainda trabalhar para concretizar as decisões. Reconheceu-se que da troca de opiniões divergentes surgiam as melhores soluções quando o propósito era positivo e a opinião exercida com responsabilidade. O Presidente opinou que não havia que se ter medo das discrepâncias na sociedade cubana, onde, segundo ele, não existem contradições antagônicas porque não eram antagônicas as classes sociais que a integravam (CASTRO, 2008).

Na opinião da Alzugaray (2009) os pronunciamentos políticos de Raúl Castro se caracterizam pelo constante apelo para aprofundar a democracia e o diálogo, o debate e a deliberação “como instrumento insubstituível para a criação de um consenso” (ALZUGARAY, 2009). De fato, uma análise apressada poderia concluir que, nas suas palavras, o Presidente cubano anunciava a tentativa de rearticular o consenso entre um Partido-Estado, cuja ideologia não tem experimentado mudanças significativas, e uma sociedade muito mais complexa e plural.

As reuniões “abertas” das distintas organizações de massas, as sessões públicas das Assembleias Legislativas são os principais canais por meio dos quais a população expressa as suas opiniões e critérios. Enquanto, outros mecanismos de consulta como o referendun, o plebiscito e a iniciativa legislativa são pouco utilizados. Só em casos excepcionais esses mecanismos

foram ativados por iniciativa da cidadania (VALDÉS PAZ, 2009, p.152).

Embora o líder cubano haja valorizado o papel do diálogo e o direito de expressão, dentro da lei, se observa a permanência das práticas políticas verticalizadas que fazem parte do modelo hierárquico, no qual, tanto a mobilização social como os processos consultivos são convocados pelos agentes que operam nas arenas deliberativas formais com o objetivo de legitimar propostas previamente elaboradas, embora em ocasiões sejam modificadas a partir das propostas feitas por integrantes das organizações de massas ou sociais.

6. INTERNET E DINAMIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA EM CUBA

Bathrick (1995) destaca o papel desempenhado pela mídia da Alemanha Ocidental na configuração da esfera pública na RDA, mas no caso concreto de Cuba os efeitos das transmissões da Radio-TV Martí (emissoras mantidas pelo governo dos Estados Unidos que transmitem para Cuba uma programação considerada subversiva pelo Governo cubano) não tem conseguido influir na população da Ilha para mudar o sistema político.

A socialização do acesso a Internet, a consolidação de redes informais de distribuição de informação e produtos culturais (filmes norte-americanos, novelas, música, vídeo clips, livros digitais, revistas estrangeiras, etc.), a reativação do debate público (em parte motivado pela vontade política do presidente Raúl Castro), bem como a

configuração de microesferas públicas (ainda muito vigiadas e de acesso restrito) são alguns dos fatores que provocaram uma maior visibilidade e dinamismo dos espaços deliberativos existentes.

Graças a Internet emergiu uma vigorosa blogosfera partilhada entre numerosos setores e as redes sociais (GARCÉS, 2013) e tem favorecido o aparecimento/visibilização de novos lugares de fala e de sujeitos políticos, além da visibilidade de outros que não obtinham espaço na mídia. Hoje, observamos uma maior circulação de discursos gerados na periferia da esfera pública política, contudo, a interação dos cubanos com as tecnologias da informação e a comunicação em geral e com a Internet em particular tem contribuído para diminuir a eficácia simbólica do monopólio informativo estatal (CHAGUACEDA, 2011; HOFFMAN, 2011; MARREIRO, 2014).

O ciberespaço tem tornado visíveis temas que permaneciam no âmbito privado ou dentro de espaços públicos com acesso restrito. Blogs, revistas virtuais e redes sociais são indicadores da pluralidade de pontos de vista e demandas presentes na sociedade cubana contemporânea, e vai além dos debates entre blogueiros governistas, oposicionistas e críticos, fato que vem configurando uma esfera pública virtual.

Díaz e Geoffray (2013 *apud* HENKEN; VOORT, 2014, p. 3) afirmam que desde que muitas dessas vozes críticas isoladas começaram usar as tecnologias da informação e a comunicação para superar os obstáculos e iniciaram a configuração de uma esfera pública mais ramificada e integrada.

No entanto, a situação ainda está longe do ideal, pois Cuba continua a ser um dos

países do mundo com menor índice de pessoas conectadas à Internet. Segundo a *Oficina Nacional de Estadísticas e Información de Cuba*, em 2013 só 26% da população tinha acesso à rede mundial. Esse número inclui o acesso à intranet nacional, que só oferece serviço de correio eletrônico e a consulta dos sites hospedados em servidores cubanos (DÍAZ; GONZÁLEZ, 2015). Recio (2014, p. 296) assegura que não se trata de Internet *full access* para todos os casos, nem de usuários que usam a rede constantemente ou sempre que eles o desejem ou precisem.⁸

Em 17 de dezembro de 2014 os presidentes Raúl Castro e Barack Obama anunciaram o reatamento das relações oficiais entre Cuba e os Estados Unidos. Num trecho do seu discurso, Obama afirmou que como acreditava no livre fluxo de informação, havia autorizado o incremento das conexões de telecomunicações entre ambos os países e reiterou que continuaria apoiando à sociedade civil (OBAMA, 2014).

Durante sua visita oficial a Cuba, em abril de 2016, o presidente estadunidense afirmou que a “Internet deveria estar disponível em toda a Ilha, para que os cubanos pudessem se conectar com o resto do mundo” e que seu país “não limita a capacidade de Cuba para tomar essas medidas”. Acrescentou que a prosperidade sustentável também dependia da “troca de ideias livre e aberta” e que sem acesso à informação online e sem a exposição a diferentes olhares

[8] A socialização da Internet em Cuba está condicionada pelas dificuldades econômicas que em decorrência do bloqueio/embargo dos Estados Unidos (que dificultam a compra de tecnologias e a conexão aos cabos operados por empresas estadunidenses que passam perto a Ilha), de outras questões ligadas à segurança nacional, receios sobre o potencial das TIC para a subversão e falta de uma política regulatória articulada (RECIO, 2013).

ninguém alcança seu potencial máximo (OBAMA, 2016).

2015 foi um ano de mudanças significativas. Conforme os dados divulgados pela Empresa de Telecomunicações de Cuba S.A. (ETECSA) em dezembro desse mesmo ano já existiam mais de 700 espaços de acesso à Internet, dentre eles, 339 salas de navegação (DIARIO DE CUBA, 2016) e 35 zonas wifi em praças públicas de vários municípios do país (GUEVARA, 2015). Em janeiro de 2016 foi anunciada a abertura de mais 100 salas de navegação e 80 zonas wifi (DIARIO DE CUBA, 2016). Em março desse mesmo ano, a empresa Google inaugurou seu primeiro centro tecnológico no estúdio do artista plástico Alexis Leyva Machado. O centro oferece acesso gratuito à Internet e conta com velocidade superior ao restante das conexões habilitadas pela estatal ETECSA (DOMÍNGUEZ, 2016, EFE, 2016).

No final de 2016, a ETECSA e a Google resolveram assinar um Acordo Google Global Cache. O convênio permitirá que os usuários em Cuba acessem os conteúdos de Google com mais rapidez e melhorará a velocidade e a qualidade da rede internacional de ETECSA (ETECSA, 2016). Em abril de 2017, depois de dois meses de testes em dois bairros de Havana Velha, a ETECSA anunciou estar pronto para levar Internet até as casas das pessoas com interesse e possibilidade de em contratar o serviço. No entanto, os preços ainda são proibitivos para a maioria das pessoas com salários pagos pelo Estado (Martínez García, 2017).⁹

[9] Os preços vão de 15 CUC (R\$ 47) por 256 Kbps de velocidade até 70 CUC (R\$ 222) por 2048 Kbps (Martínez García, 2016)

Em março de 2017 o Governo cubano aprovou a política integral para o aperfeiçoamento da informatização da sociedade. As Tic são consideradas um setor estratégico que contribuirá para o crescimento da economia e impactará no desenvolvimento da sociedade. Os princípios fundamentais da nova política são a necessidade de tornar as Tic uma “arma para a defesa da Revolução que garanta uma adequada segurança no ciberespaço diante ameaças, riscos e ataques de qualquer natureza”; a superação do capital humano; e o fomento do acesso dos cidadãos (PUIG, 2017).¹⁰

7. ATLAS DA ESFERA PÚBLICA EM CUBA

Fazendo uma adaptação da proposta de Bathrick (1995), o nosso mapa das esferas públicas cubanas incluiria a esfera pública política oficial, a esfera pública cultural/intelectual; a esfera pública oposicionista e a esfera pública crítica alternativa oficialmente tolerada.

A esfera pública política oficial (arenas deliberativas formais) estaria integrada pelo Partido Comunista, os organismos do Estado (Assembleia Nacional o Conselho de Estado) do Governo. Em segundo lugar, a esfera pública oficial, integrada pelos espaços de reunião e as publicações das organizações de massas e sociais mais

[10] Cabe perguntar-se esse entendimento limitará o acesso às Tic de atores críticos e oposicionistas, bem como a criminalização do ativismo político contestador na rede.

importantes¹¹ que integram a chamada sociedade civil socialista. Faz parte dela a esfera pública cultural/ intelectual que produz 175 publicações (digitais e impressas) sobre arte e literatura; e 202 sobre ciências sociais.¹² Essa esfera inclui outras formas de expressão como o cinema, a literatura, as artes plásticas, as artes cênicas e a música. Nessa “região” da esfera cultural/ intelectual é onde aparecem focos de tensão com as autoridades, devido ao próprio modo de agenciamento e identidade dos artistas e ao sentido político que eles atribuem às artes. A maioria dos integrantes dessa esfera está vinculada a instituições culturais ou acadêmicas com meios de comunicação próprios, principalmente correio eletrônico, conseguindo estabelecer redes para a troca de informação de alcance nacional e internacional.

Dentre os espaços de debate público mais conhecido destaca-se, em primeiro lugar, *Último Jueves* (Última quinta-feira)¹³, coordenado pela diretoria da revista *Temas*; o espaço *Dialogar*, *Dialogar*, da Asociación Hermanos Saíz, coletivo que agrupa artistas, escritores, poetas e pesquisadores

do âmbito da cultura¹⁴; e o projeto *La Revuelta*, criado pelo Centro de Pesquisas Culturais “Juan Marinello”. Em geral, são espaços abertos para todos os que desejem participar, mas em algumas ocasiões tem se limitado o acesso de integrantes da oposição política.¹⁵

De outro lado, encontra-se a esfera pública oposicionista, integrada por espaços promovidos por organizações que advogam pela mudança de sistema político em Cuba.¹⁶ A maioria dessas organizações expressa suas ideais, denúncias e divulgam as atividades por meio de Internet e da mídia internacional, pois não tem acesso à mídia nacional. Um dos espaços de debate mais mencionado é *Estado de SATS*, coordenado pelos dissidentes Antônio Rodiles e Jorge Calaforra. Esse projeto se define como “um espaço onde diferentes visões, desde as artes, o pensamento e o ativismo social confluem no esboço de uma Cuba diversa e plural”. Pretende ser um espaço capaz de influir no pensamento e nas políticas do país¹⁷. Os debates e outras atividades são filmados e baixados no canal do

[11] Os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), a Federação de Mulheres Cubanas (FMC), a Central de Trabalhadores de Cuba (CTC) e a Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP), estão dentre as principais organizações de massas.

[12] Os dados são de 2015 e foram fornecidos pela Dirección Nacional de Publicaciones Seriadas de Cuba, por meio de e-mail enviado em 05/01/2016.

[13] *Último Jueves* acontece na última quinta-feira de cada mês num centro cultural de Havana. O diretor da revista *Temas* coordena um painel de especialistas que dialogam sobre um tópico decidido com antecedência e respondem os questionamentos do público presente. O site de *Último Jueves* com a programação de debates que acontecerão em 2016 está disponível em: <http://temas.cult.cu/portada_u>. Acesso: 22/01/2016.

[14] O site oficial da Asociación Hermanos Saíz está disponível em: <<http://www.ahs.cu/>>.

[15] Em 29 de outubro a blogueira oposicionista Yoani Sánchez foi impedida de entrar no debate convocado pela revista *Temas* e precisou se disfarçar com uma peruca para não ser identificada pelos guardas que controlavam a entrada. Um vídeo que documenta o acontecido foi baixado na mídia social YouTube e pode ser assistido em <<http://bit.ly/1Te1LWC>>. Acesso em: 22/01/2016.

[16] Não se trata de um movimento, mas de organizações espalhadas de defesa dos direitos humanos, a liberdade de presos políticos, jornalistas, jornalistas e economistas independentes, etc. Outras se identificam como partidos políticos e sindicatos independentes.

[17] Estado de SATS. Quiénes Somos. Disponível em: <<http://bit.ly/1K1Nw56>>. Acesso em: 22/01/2016.

projeto na mídia social YouTube¹⁸. Outro projeto significativo é o jornal digital independente *14 y medio*, criado e dirigido pela blogueira Yoani Sánchez.

O terceiro ponto do mapa seriam o que chamamos a esfera pública alternativa oficialmente tolerada, ou seja, espaços de debate com posicionamentos moderados. Identificamos como iniciativas mais destacadas os projetos *Periodismo de Barrio* (*Jornalismo de Bairro*)¹⁹, a e *Red Protogónica Observatorio Crítico* (OCC)²⁰. Os dois projetos estão conformados, principalmente, por atores da chamada “nova esquerda”²¹ cubana, que propõem uma interpretação da realidade baseada no marxismo heterodoxo e nas contribuições de outras correntes de pensamento progressista, como o feminismo e a ecologia. Constituem uma alternativa de esquerda diante da ideologia oficial herdada da tradição marxista-leninista e neo-estalinista, mas reconhecem a legitimidade do sistema político socialista cubano, as conquistas sociais da Revolução e seus princípios de justiça social e independência.

Dentro da esfera pública alternativa oficialmente tolerada também encontramos a revista católica *Espacio Laical* e seu correspondente espaço de debate *En diálogo*, um dos poucos lugares de Cuba onde apoiadores do Governo, junto a críticos e opositores convergem para trocar pontos de vista sobre o presente e futuro do país. A revista vem acompanhando o processo de reforma econômica iniciado pelo presidente Raúl Castro em 2010 e se tornou um veículo com uma marcada vocação pluralista e propositiva na abordagem das problemáticas que atingem a vida dos cubanos. A esquerda crítica tem sabido aproveitar os espaços de debate promovidos por essa publicação, apesar de não compartilhar muitos dos valores defendidos pela Igreja católica (FARBER, 2012, p. 133). Ao mesmo tempo, a Igreja coloca limites claros a seus posicionamentos políticos, o que pode ser visto como um compromisso com a permanência do governo e a maneira para não arriscar certas concessões institucionais (FARBER, 2012, p. 130-131). É bom lembrar que grupos e atores opositores de dentro e fora de Cuba, têm criticado o papel conciliador de Igreja.

No olhar de Farber (2012, p. 126), a hierarquia da Igreja tem desempenhado o papel de mediador entre as políticas do governo e as da oposição. Um equilíbrio que poderia variar em decorrência de seus interesses e objetivos ou pelas ações dos laicos, especialmente, os que dirigem as publicações e espaços de debate mais importantes. A consolidação da instituição católica cubana em um clima de reaproximação com o Estado, sem abrir mão da sua independência, tem conseguido - não livre de tensões - a configuração de esferas públicas institucionalizadas no seio da Igreja que gozam de uma significativa autonomia em relação

[18] O canal de Estado de SATS no YouTube está disponível em: < <http://bit.ly/1K1Nw56> >. Acesso em: 22/01/2016.

[19] Projeto ideado em 2015 que advoga pela diversificação das agendas midiáticas, política editoriais, enfoques, subjetividades, estilos, discurso e vozes nos espaços públicos de comunicação (PERIODISMO DE BARRIO/CÓDIGO DE ÉTICA). Disponível em: < <http://bit.ly/1VeXqAP> >. Acesso em: 22/01/2016.

[20] O site de OCC está disponível em: <<http://observatoriocriticocuba.org/>>. Acesso em: 22/01/2016.

[21] Valdés (2009, p. 192) aponta que os movimentos e partidos de esquerda que têm conseguido o poder político têm confrontado a emergência de novas esquerdas que demonstram uma posição crítica diante dos erros dos grupos governantes ou das distorções do projeto revolucionário.

ao regime político dominante. Acreditamos que algumas das iniciativas auspiciadas pela hierarquia católica em Cuba (e quase sempre concretizadas por laicos) têm conseguido trocar das dinâmicas que dirigem o funcionamento das esferas oficialmente toleradas por dinâmicas próprias, no caso específico de *Espacio Laical*, baseadas na “metodologia do encontro”, que supõe o diálogo respeitoso, a escuta e a compreensão entre diversas formas de pensamento.

No dia 29 de outubro de 2011 *Espacio Laical* auspicou a palestra *Dialogar, Dialogar*, ministrada por Alfredo Guevara, notável intelectual vinculado ao governo revolucionário desde 1959. Guevara falou acerca dos atuais desafios de Cuba, criticou a burocracia estatal e advogou pela diversidade e a tolerância. Na plateia estiveram presentes líderes de organizações religiosas, como o cardeal Jaime Ortega, intelectuais governistas, integrantes de organizações oposicionistas e ex-presos políticos. Após palestra aconteceu uma roda de conversa entre conferencista e os participantes. Apesar dos desencontros ideológicos, o diálogo aconteceu em um clima de civilidade e respeito.

Em março de 2012, promoveu a conferência *Cuba y su diáspora*, proferida pelo empresário cubano-americano Carlos Saladrigas. Pela primeira vez em muitas décadas um exilado cubano (antigo ativista anticastrista) falava sobre temas internos em um evento em Cuba (RAVSBERG, 2012) e diante de um público tão heterogêneo em termos políticos e ideológicos. As intervenções do público - logo após as palavras de Saladrigas - evidenciaram a controvérsia entre os diferentes pontos de vista sobre os problemas do país. De um lado, os defensores do livre mercado e do outro, os comunistas críticos que rejeitaram a participação

de capitalistas cubano-americanos na economia de Cuba e insistiram na necessidade de “construir um socialismo verdadeiro”. Aliás, os políticos que ali se reuniram tinham “pouca experiência no debate com o adversário”, mas avaliou positivamente que pessoas com ideias antagônicas conseguiram se reunirem e expressar os seus desencontros com franqueza e respeito (RAVSBERG, 2012, tradução nossa).

Por meio de *Espacio Laical*, a Igreja tem propiciado um espaço anômalo ou laboratorial que, no nosso olhar, constitui um protótipo do que deveria ser uma esfera pública política democrática. Segundo Chaguaceda (2010b, p. 31) a revista *Espacio Laical* tem contribuído na constituição de uma esfera pública, beligerante e pluralista.

A tolerância do Partido-Estado diante desse tipo de iniciativa pode ser um sinal da fase autoritária pós-totalitária em que se encontra o regime vigente em Cuba. Nessa etapa a pluralidade política se expressa em espaços sob limites espaciais definidos e níveis de tolerância não definidos tão claramente.

8. FRAGMENTAÇÃO, LIMITES E POLÊMICAS

Chaguaceda (2016, entrevista) qualifica a esfera pública em Cuba como precária e fragmentada. A precariedade se manifesta na própria constituição dessa esfera, nas bases argumentais, e também no âmbito material porque a maioria dos espaços são salas, algumas privadas, onde entram poucas pessoas. É fragmentada porque são espaços

desconectados e porque há pessoas que não podem ir a certos espaços e em outros têm sido impedidas de entrar. Ele defende a tese da “fragmentação induzida”, que implica um nível alto de autocensura. Em resumo, os indivíduos que participam nas esferas públicas oficiais devem cumprir certas regras e evitarem estabelecer vínculos com atores que frequentam as esferas públicas consideradas críticas ou opositoristas. Ao mesmo tempo, se limita a presença de pessoas “indesejadas” em espaços de discussão institucionalizados. Desse modo, aponta-se que se obstaculiza o fluxo entre as diferentes esferas públicas dos atores que decidem acatar as regras.

A mídia estatal, única de acesso massivo em Cuba, contribui para aprofundar essa fragmentação, fomentando a escassa visibilidade desses espaços de debate. Os meios de comunicação pública que, agrupados no Instituto Cubano de Rádio e Televisão (ICRT), constituem um monopólio natural subordinado ao Departamento Ideológico do Comitê Central do Partido Comunista. Esses veículos (porta-vozes da trindade Partido-Estado-Governo) se caracterizam pela escassez de conteúdos que representam a diversidade e pluralidade existente na sociedade cubana atual. Inclusive importantes discussões celebradas no *Último Jueves* da revista *Temas*, e em outros espaços “semi-oficiais”, não são resenhadas pelos jornais oficiais, nem pelos programas informativos da televisão e da rádio; apesar de que todos esses espaços da esfera pública cultural/intelectual são espaços monitorizados pelo Partido-Estado (CHAGUECEDA, 2016, entrevista).

Além de um cenário para a discussão sobre temas de interesse geral, a rede que configuram as diferentes esferas públicas virtuais em Cuba é um espaço para

o confronto ideológico. O caráter monopólico da mídia e o reconhecimento da legitimidade só dos atores que participam nos espaços de opinião legais, “facilita as estratégias discursivas superficiais e/ou difamatórias” que tentam atingir a visibilidade dos opositoristas na esfera pública permitida”. Essas estratégias influem na política de contenção contra intelectuais e os ativistas civis de qualquer ideologia. Desde posicionamentos ortodoxos e próximos do estalinismo atores como o blogueiro Iroel Sánchez atuam como policiais ideológicos, pretendendo estabelecer os limites ao exercício da criticidade, e às vezes são vinculados à difamação e à intolerância na esfera pública cubana (AZOR, 2012).

Recentemente, o blog de Iroel Sánchez tem sido o centro de uma polêmica que ainda continua com os intelectuais católicos Roberto Veiga e Lenier González, editores de *Espacio Laical entre 2005 e 2014*, e atuais coordenadores do projeto Cuba Posible.²²

A pluralidade de vozes promovida pela revista *Espacio Laical* também provocou reações de atores identificados com os setores mais ortodoxos do Partido Comunista. Em março de 2013, Alejandro Cruz (2013a) iniciou uma polêmica quando publicou em seu blog (Cubanoenprimerplano) o post *@EspacioLaical ¿espacio para todos?* O blogueiro questionou o caráter inclusivo proclamado nos objetivos da revista, porque, na conta do

[22] *Cuba Posible* se autodefine como “um ‘Laboratorio de Ideas’ que gestiona uma relação dinâmica entre pessoas e instituições, cubanas e estrangeiras, com experiências e cosmovisões diversas. (...) Não realizaremos só abordagens teóricas e abstratas da realidade, mas desejamos participar e influir no desempenho social e político”. (*CubaPosible/Quiénes Somos*). Disponível em: <<http://cubaposible.net/quienes-somos>>. Acesso em: 22/01/2016.

Twitter, só estava seguindo a ativista dissidente Yoani Sánchez e o jornal oposicionista *Diário de Cuba*. Em outro texto, Cruz (2013b) criticou *Espacio Laical* por ter coordenado a palestra de Carlos Saladrigas e citou um artigo de por Fidel Castro (2008) que vincula o empresário cubano-americano com os planos gestados em Miami para a restauração do capitalismo em Cuba.²³

Em 11 de abril, os editores de *Espacio Laical* denunciaram em nota, que os textos de Alejandro Cruz buscavam atingir a credibilidade da revista e questionaram que os posts do blogueiro contra a revista houvessem sido reproduzidos em um boletim oficial do Ministério da Cultura (ESPACIO LAICAL, 2013).

Fora do ciberespaço existem outros exemplos eloquentes do poder do Partido-Estado cubano para regular o exercício da crítica na esfera pública e controlar o acesso aos foros de discussão. Em outubro de 2009 a blogueira oposicionista Yoani Sánchez (qualificada de contrarrevolucionária) foi impedida de entrar no debate convocado pela revista *Temas*. Sánchez precisou se disfarçar com uma peruca loira para não ser identificada pelos guardas que controlavam o acesso ao local.²⁴ Mais recentemente, em outubro 30 de 2015, um funcionário do Instituto de Arte e Indústria Cinematográficas (ICAIC) tentou expulsar o dissidente Eliécer Ávila do I Foro de Cineastas sobre política cultural e conteúdos no Audiovisual cubano, convocado pela Assembleia de

Cineastas Cubanos (G20) que desde 2013 que trabalha na elaboração de um projeto de Lei de Cinema. Alguns dos participantes impediram a expulsão de Ávila, considerando que se tratava de uma reunião aberta e pública, os cineastas acordaram assinar uma carta contra a censura que sofreu a peça de teatro *El Rey se muere*, do diretor Juan Carlos Cremata²⁵.

Quatro dias depois do incidente, a presidência do ICAIC declarou em nota que a ponto de vista do debate era “inequivocamente revolucionário” e que os inimigos da Revolução não têm lugar “nos nossos foros”. Segundo o texto, a presença dos opositores “constituía uma provocação e um ato premeditado para utilizar esse tipo de espaço como plataforma de proselitismo e legitimação (ICAIC, 2015, tradução nossa). Miguel Barnet, presidente da União de Escritores e Artistas (UNEAC) apoiou energicamente a declaração e balizou os limites de tolerância ao expressar que “Não podemos permitir que a contrarrevolução se misture com nossos artistas no espaço de liberdade e diálogo fundado pela política cultural da Revolução” (BARNET, 2015 *apud* DUARTE, 2015, tradução nossa).

9. REFLEXÕES E [ALGUMAS] PREVISÕES FINAIS

Numa parte desse artigo tentamos esclarecer, baseados nas contribuições à ciência

[23] No entanto, Saladrigas recebeu visto para entrar em Cuba e não foi impedido de falar em público.

[24] Um vídeo que documenta o acontecido foi baixado na mídia social YouTube e pode ser assistido no endereço eletrônico <<http://bit.ly/1Te1LWC>>. Acesso em: 22/01/2016.

[25] Consultar: “Funcionario del ICAIC vs. Eliécer Ávila en reunión contra la censura”. Disponível em: <<http://goo.gl/RFj9vv>>. Acesso em: 22/01/2016.

política de Linz e Stepan, o que se entende por pós-totalitarismo e por que o regime cubano pode ser classificado como pós-totalitário. Assim, nos afastamos da maneira preconceituosa e pejorativa com que o termo vem sido utilizado pela imprensa internacional e pelos governos hostis aos países socialistas. Embora tanto o Governo cubano quanto intelectuais da Ilha e pessoas que em geral apoiam à Revolução podem não concordar com essa classificação, ainda que ela consiga descrever pertinentemente as características dos regimes socialistas realmente existentes.

Explicamos que o modelo normativo ideal proposto por Habermas resulta insuficiente para analisar a estrutura, complexidade e funcionamento do cotidiano nos países socialistas e que as pesquisas realizadas em regimes pós-tolitarios demonstram que, apesar da falta de direitos e dos constrangimentos, foi possível o florescimento de espaços e veículos para a discussão política. Nessas nações a esfera pública oficial coexistia outras esferas que promoviam discursos críticos e oposicionistas. Em Cuba se reproduzem algumas das características da esfera pública observadas nesses países. Desde o triunfo da Revolução, o debate público tem experimentado momentos de menor ou maior abertura. Consideramos que o atual dinamismo das esferas públicas em Cuba é resultado das repercussões das mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas que têm atingido Cuba desde o início da década de 1990 até a atualidade. Há vários fatores que coincidem temporalmente: o debate nacional promovido por Raúl Castro entre 2007 e 2010; e a socialização do acesso às Internet que favoreceu o aparecimento de blogs, sites e o ativismo nas redes sociais propiciam a expressão crítica de diversos setores

da sociedade. Também apresentamos uma proposta de mapeamento da esfera pública em Cuba e, por meio da análise de ocorrências antigas e recentes, ilustramos seus limites e constrangimentos.

Desde uma perspectiva normativa, a criação desses novos espaços de discussão poderia favorecer a emergência de um movimento que contribuiria na democratização política e econômica da sociedade cubana de baixo para cima (FABER, 2012, p. 130). Esse tipo espaços vai mais além da expressão de opiniões e são cenários para a formação e a visibilidade de novas identidades sociais e de agendas propositivas que superam a função estritamente opinativa (FRASER, 1992, p. 159).

Concordamos com Leyva e Somohano (2008) que a esfera pública em Cuba não deveria estar limitada à formação de opinião, senão ser um lugar de confronto entre atores sociais com possibilidades de transformar a política (p. 45). Um novo sistema político-social (o socialismo em teoria seria isso) precisa da reconfiguração da noção e da esfera pública, pois para a reprodução da hegemonia socialista resulta imprescindível a conformação dessa esfera de confrontação cidadã. Para eles, o debate, a crítica e a confrontação de ideias e conceitos são necessários para a construção de um consenso ativo (LEYVA, SOMOHANO, 2007, p. 41).

Mais que criar opiniões, os novos espaços de deliberação pública em Cuba vêm demonstrando que pretendem participar no desenho das políticas públicas que atingirão a sociedade. O trabalho desempenhado pelos editores e colaboradores da revista *Espacio Laical*, bem como pelos integrantes da Assembleia dos Cineastas Cubanos

é um exemplo de como um grupo de cidadãos aproveita a iniciativa legislativa popular para ficar envolvidos na elaboração da norma legal que regulará sua atividade profissional. Em uma carta publicada recentemente, a Assembleia reconheceu que embora não estivessem concretizados os objetivos propostos, aprovação no VII Congresso do Partido Comunista de uma direttriz para a execução da transformação do cinema, o audiovisual e o ICAIC, significa a abertura de uma nova etapa (G20, 2016).

Guanche (2013) é partidário da constituição de uma esfera pública – que inclua o Estado, mas que não limitada a ele – como um espaço social aberto à intervenção de seus múltiplos atores, que denuncie e corrija as assimetrias e desigualdades que fazem dela um enclave privado dos poderosos. Resulta imprescindível desenvolver políticas democráticas que empoderem setores sociais populares até estabelecer interações igualitárias numa esfera verdadeiramente pública (p. 3).

A constituição de uma esfera pública democrática em Cuba vai muito além das potencialidades que o ambiente digital oferece para o debate público ou da tolerância temporária dos governantes. Precisa-se da adoção de uma cultura política que democratize as relações Estado-sociedade. Uma cultura política que assuma o diálogo entre diferentes imaginários e reconheça a legitimidade do dissenso.

Embora seja certo que a morte de Fidel Castro, em 25 de novembro de 2016, abriu uma nova etapa na história cubana, não provocou instabilidade política nem social. As expectativas dos cubanos e dos observadores internacionais estão em 2018. Nesse ano Raúl Castro concluirá seu

último mandato presidencial e não irá se candidatar para um terceiro. O sucessor – acredita-se que será Miguel Díaz-Canel, atual primeiro vice-presidente – que terá vários desafios: garantir o percurso e o sucesso das reformas econômicas; continuar o processo de normalização das relações com Estados Unidos com Donald Trump na Casa Branca; lidar com uma sociedade mais diversa e plural sem que a exclusão e a criminalização sejam a resposta ao dissenso. É claro que nada disto dependerá de um homem só, mas da vontade das bases e, sobretudo, da elite do Partido Comunista de Cuba, do contexto internacional e da capacidade persuasiva, contestadora e mobilizativa da sociedade civil. ■

[ALEXEI PADILLA HERRERA]

Mestre em Comunicação Social pela UFMG (2016) com bolsa do CNPq. Graduado em Comunicação Social pela Universidad de La Habana (2009).

Email: alex6ph@gmail.com

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. **El laberinto tras la caída del muro**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales., 2006.

ANDRÉS, J de. El debate en torno a la deriva autoritaria de la Rusia de Putin. In: FLORES JUBERIAS, C (Ed.). **España y la Europa Oriental: tan lejos, tan cerca**. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 1992.

ARENDT, H. **Los orígenes del totalitarismo**. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, S. A., 1974, 1998.

AZOR, M. La “crispación” del debate político, una socialización de la cultura política revolucionaria. In: Cubaencuentro, 03/10/2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1omjteP>>. Acesso em: 07/02/2016.

BATHRICK, D. **The Powers of Speech: The Politics of Culture in the GDR**. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 1995.

CAVATORTA, F. Civil Society Activism under Authoritarian Rule. A comparative perspective. London- New York. Routledge/ECPR studies in European political science, 2013.

CHAGUACEDA, A. Acerca de la mediación de la Iglesia Católica en Cuba In: Senderos de Esperanza. **Espacio Laical**, no. 4, 2010b.

CHAGUACEDA, A. La campana vibrante. Intelectuales, esfera pública y poder en Cuba: balance y perspectivas de un trienio. In: **Contracorriente**, vol. 7, no. 3, Spring 2010a, p. 323-360

CHAGUACEDA, A. Medios y esfera(s) pública(s) en Cuba: entre los malestares y los sueños. In: **Espacio Laical**, no.147 Octubre 2011.

CRUZ, A. @EspacioLaical ¿espacio para todos? In: Cubano em primer plano, 20/03/2013. Disponível em: < <http://goo.gl/7hqwEQ>>. Acesso em: **02/01/2016**.

CRUZ, A. ¡Un laboratorio para cazar a Cuba! In: Cubano em primer plano, 25/03/2013. Disponível em: < <http://goo.gl/JEdgi5>>. Acesso em: **02/01/2016**.

DIARIO DE CUBA. ETECSA dice que abrirá otras cien salas de navegación por internet e instalará 80 puntos WiFi. Diario de Cuba, 05/02/2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1NHRHol>>. Acesso em: 29/04/2016.

DÍAZ, E; GONZÁLEZ, M. Internet en Cuba, un costoso y lento privilegio para pocos. In: Univisión, 08/04/2015. Disponível em: <<http://bit.ly/24ramdj>>. Acesso em: 24/06/2015.

DOMÍNGUEZ, L.E. Google + Kcho. Mor = navegación, arte y estudio. Cubadebate, 29/03/2016. Disponível em <<http://bit.ly/1YX2X0Y>>. Acesso em: 29/04/2016.

DUARTE, A. Herederos de Martí. Consejo Nacional de la Uneac apoya la Declaración del ICAIC. In: Granma, 04/12/2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1VgQIdF>>. Acesso em: 12/11/2015.

EFE. Google abre en Cuba su primer centro tecnológico en el estudio del artista Kcho. In: Efe, 23/03/2016. Disponível em: <<http://bit.ly/1RzWYjI>>. Acesso em: 29/04/2016.

ESPACIO LAICAL. Nota de prensa. In: Suplemento digital, 228, abril, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/gDyv4e>>. Acesso em: 02/01/2016.

ETECSA. Nota Informativa firma de acuerdo entre ETECSA y Google (12 de diciembre de 2016). Disponível em: <<http://bit.ly/2oyIMM0>>. Acesso em: 15/04/2017.

FARBER, S. La Iglesia y la izquierda crítica en Cuba. In: **Nueva Sociedad**, n. 242, noviembre-diciembre, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/24s74Xk>>. Acesso em: 10/02/2015.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: C. CALHUN (ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge, MA: MIT Press, p. 109-142, 1992.

G20. Carta a los cineastas cubanos, tres años después. In: Progreso Semanas, 10/03/2016. Disponível em: <<http://goo.gl/N5YAZJ>>. Acesso em: 11/05/2016.

GARCÉS, R. La prensa cubana, en la encrucijada. In: Cubahora. 15/03/2013. Disponível em: <<http://goo.gl/XlRiCR>>. Acesso em: 3/03/2015.

GARCÍA DIEZ, F. Regímenes no democráticos. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/YKavD8>>. Acesso em: 11/01/2016.

GUANCHE, J.C. Un «extraño suceso» y una «victoria normal». A propósito del documento «Cuba soñada-Cuba posible-Cuba futura: propuestas para nuestro porvenir inmediato». In: Sinpermiso, 28/04/2013. El futuro de Cuba a debate. Dossier. Disponível em: <<http://bit.ly/1QFGOVg>>. Acesso em: 20/02/2016.

GUEVARA, Y. Wifi en el ambiente. Diario Juventud Rebelde, 17/06/2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1XZdfNU>> Acesso em: 29/04/2016.

HABERMAS, J. **Facticidad y validez**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

HABERMAS, J. The **Structural transformation of the public Sphere: An inquiry in to a category of bourgeois society**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press. 1989.

HENKEN, T; VOORT, S. From Cyberspace to Public Space? The Emergent Blogosphere and Cuban Civil Society. BRENNER, P et al (editors). **A Contemporary Cuba Reader: The Revolution under Raúl Castro**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers Forthcoming, p. 196-209, 2014.

HOFFMAN, H. The International Dimensions of Authoritarian Legitimation: the Impact of Regime Evolution. In: GIGA WP, 182/2011. Hamburgo: GIGA German Institute of Global and Area Studies. Disponível em: <<http://bit.ly/1QhR83P>>. Acesso em: 02/12/2014.

ICAIC. In: Cubarte, 03/12/2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1OFv29n>>. Acesso em: 12/11/2015.

KILLINSWORTH, M. **Civil society in Communist Eastern Europe: opposition and dissent in totalitarian regimes**. United Kingdom, EPCR Press, 2012.

LINZ, J. Del autoritarismo a la democracia. In: **Estudios Públicos**, no. 23, 1986. Disponível em: < <http://goo.gl/1cRaZo>>. Acesso em: 11/01/2016.

LINZ, J; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia – a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARQUES, A. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. In: **Líbero**, no.21, pp. 23-36.

MARREIRO, F. Continuity and change in the Cuban media under Raúl Castro. Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford. Disponível em: <<http://goo.gl/jDbU7n>>. Acesso em: 2/12/2014.

MARTÍNEZ, Y. Nauta Hogar, el nuevo servicio de ETECSA. In: Cubadebate 03/04/2017. Disponível em: < <http://bit.ly/2p5OGHs>>. Acesso em: 15/04/2017.

MAYORAL, M.J. Sociedad civil en Cuba (I): conversando con Isabel Monal. La clave de la participación popular. In: Rebelión, 25/08/2004. Disponível em: <<http://bit.ly/1QhR83P>>. Acesso: 10/01/2016.

NAVARRO, D. In medias res publicas: sobre los intelectuales y la crítica social en la esfera pública cubana. In: **Revista del CESLA**, no. 4, 2002. Disponível em: <<http://bit.ly/1UoCeL1>>. Acesso em: 11/03/2015.

OBAMA, B. Discurso del presidente Barack Obama sobre las relaciones con Cuba. In: Juventud Rebelde, 17/12/2014. Disponível em: < <http://bit.ly/2oyqqej>>. Acesso em: 15/04/2017.

OBAMA, B. Discurso a los cubanos de Barack Obama. In: Martí Noticias, 22/03/2016. Disponível em: < <http://bit.ly/2pnkMvy>>. Acesso em: 15/04/2017.

PUIG, Y. Consejo de Ministros aprueba políticas para la informatización de la sociedad y para otros importantes sectores. In: Cubadebate, 03/03/2017. Disponível em: < <http://bit.ly/2oCK2j2> >. Acesso em: 15/04/2017.

RASVSBERG, F. Un espacio para el debate. In. Blog Cartas desde Cuba, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/nEk7CG>>. Acesso em: 17/09/2014.

RECIO. M. La hora de los desconectados. In: **Crítica y emancipación**, año 6, no. 11 Primer Semestre, 2014. Disponível em:<<http://goo.gl/8PjXUA>> Acesso em: 24/04/2015.

RITTERSPORN, G.T; ROLF, M; BEHRENDTS, J.C (eds.). Sphären von Öffentlichkeit in Gesellschaften sowjetischen Typs/Public spheres in Soviet-type societies. Francfort-sur-le-Main, Peter Lang, 2003

SILBERMAN, M. Problematizing the “Socialist Public Sphere”. Concepts and Consequences. In: **What Remains? East German Culture and the Postwar Public**. Washington DC, 1997. Disponível em: < <http://bit.ly/1R5fydk> >. Acesso em: 11/01/2016.

VALDÉS. J. **El espacio y el límite**. La Habana: Instituto Cubano de Investigaciones Culturales Juan Marinello. Ruth Casa Editorial, 2009.

O USO DE FONTES NA COBERTURA POLICIAL NO JORNALISMO ONLINE NO AMAPÁ: ESTUDO DOS SITES G1 AMAPÁ E SELESNAFES.COM

[ARTIGO]

Antonio Carlos Sardinha
Abinoan Santiago

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho dedica-se a estudar como as fontes jornalísticas são usadas pelos sites G1 Amapá e SelesNafes.com nas matérias de cobertura policial. A análise quantitativa e qualitativa demonstra amplo predomínio do uso das fontes oficiais pelos veículos de comunicação em foco, deixando em evidência, na maioria das vezes, apenas um lado da versão sobre determinado fato. O referido estudo aponta para os riscos que os portais de notícias podem ter ao utilizar e confiar somente nas informações repassadas por fontes oficiais, afetando diretamente na vida dos atores envolvidos, a exemplo de uma condenação ou absolvição prévia.

Palavras-chave: Jornalismo. Polícia. Fontes Jornalísticas. Amapá.

This article is dedicated to study how journalistic sources are used by G1 Amapá and SelesNafes.com on police news. The quantitative and qualitative analysis demonstrates a frequente use of official sources by the medias, leaving in evidence, in most cases, only one version of a fact. This study points to the risks to which the news portals are exposed when using and relying only on information provided by official sources, affecting directly the lives of the actors involved, such as previous conviction or acquittal.

Keywords: Journalism. Police. Journalistic Sources. Amapá.

Este trabajo se dedica a estudiar cómo las fuentes periodísticas son utilizadas por los sitios “G1 Amapá” y “SelesNafes.com” en materia de cobertura de la policía. El análisis cuantitativo y cualitativo demuestra el uso más frecuente de fuentes oficiales, dejando en evidencia, en la mayoría de los casos, sólo una versión del hecho en las noticias. El estudio señala el riesgo que los portales de noticias pueden tener por utilizar y confiar únicamente en la información transmitida por las fuentes oficiales, que afectan directamente la vida de los actores implicados, por ejemplo, con condena o absolucón previa.

Palabras clave: Periodismo. Policía. Fuentes periodísticas. Amapá.

INTRODUÇÃO

Uma das características da estrutura da notícia é o uso de fontes jornalísticas, segundo Lage (2002). Elas podem ser classificadas de diferentes formas e são comuns na construção de um texto informativo, com sua utilização na forma direta ou indireta.

As fontes, no entanto, não eram usadas no passado de maneira semelhante aos tempos atuais. Charron e Bonville (2004) dizem que uma das fases iniciais do jornalismo adaptada às demandas sociais foi o “jornalismo de transmissão”, surgido no século XVII e que tinha como função repassar a informação das fontes diretamente ao público, sem alterações de conteúdo. Ou seja, consistiam nas chamadas gazetas feitas em impressoras com o “objetivo de difundir correspondências, anúncios e informações em geral” (SOUSA, 2014, p. 3).

Somente com o surgimento da figura do repórter, por volta de 1870, passou-se a utilizar efetivamente as fontes como fornecedoras de informações, deixando o jornalista à margem da opinião nos textos considerados informativos, segundo Chalaby (2003). Ele acrescenta que a criação do posto de repórter ocorreu a partir da característica funcional de ir atrás da notícia, considerando fatos de relevância social.

Como o passar do tempo, o jornalismo sofreu mudanças, mas as fontes permaneceram como as principais formas de conseguir informações. Para Wolf (1999), as fontes são um fator determinante para a qualidade da informação produzida pelos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, conhecer o modo de uso e a natureza

das fontes no trabalho de reportagem é uma forma de observar a qualidade da produção da informação, ao considerarmos que a pluralidade de discursos em torno de um fato noticioso pode ser traduzida em um debate de interesse coletivo pela configuração do jornalismo como espaço para confrontos discursivos (CHAPARRO, 2001).

Com base na importância da fonte para construção do jornalismo como linguagem do conflito nos termos assinalados acima, este trabalho propõe analisar o uso e tipologia das fontes utilizadas nas coberturas policiais do G1 Amapá e SelesNafes. Com. O estudo analisou de maneira qualitativa e quantitativa as matérias produzidas no período de 1º a 10 de abril de 2015, com a proposta de identificar a presença e o perfil das fontes.

Os dois veículos são usados neste trabalho por terem as maiores audiências de sites de notícias no estado do Amapá. A soma de acessos de ambos chega a quase dois milhões de usuários mensais, segundo dados fornecidos pelos próprios veículos. Além disso, eles têm a cobertura policial de maneira diária, com publicação de textos noticiosos sobre fatos envolvendo casos de polícia. Para fins de análise, foram colhidas matérias jornalísticas de ambos.

Além disso, os conteúdos jornalísticos da editoria de Polícia produzidos pelos sites atendem aos critérios de noticiabilidade mais básicos, sobretudo porque o meio digital requer atualização rápida e dinâmica. Sobre os critérios de noticiabilidade, Traquina (2005) pontua que a exemplo da

“proximidade”, caracterizada pelo caráter geográfico do acontecimento; a “morte” desperta interesse fundamental para o jornalismo; além disso, o fato policial carrega a “novidade”, que para o autor é o relato de um acontecimento novo do dia-dia da comunidade, provocando a curiosidade; estende-se no “tempo”, exigindo o desdobramento em outras publicações, com o acompanhamento do caso; e caracteriza-se pelo “inesperado”, fundamentado pelo fato sem previsibilidade ter mais chances de se tornarem notícias.

A cobertura policial é destaque na imprensa pela forma sensacionalista, tendo como pioneiros os jornais franceses do século XIX, que tinham muito sucesso pela forma como repassavam as notícias aos leitores. Eram estampados nas capas “crianças martirizadas ou violadas, parricídios, cadáveres cortados em pedaços, queimados ou enterrados” (SOBRINHO, 1995, p. 13).

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. (SOBRINHO, 1995, p. 10).

Sobrinho (1995) reforça a tese de que o sensacionalismo usado pelo jornalismo policial garante a audiência, corroborando que tanto o leitor do jornal não sensacionalista quanto ao sensacionalista se interessa pelo crime, tragédia ou catástrofe.

Além do sensacionalismo, a morte é uma das características mais latentes do jornalismo policial. Souza (2009) diz que os crimes hediondos, por exemplo, são as

principais matérias-primas para a referida editoria, com presença constante em noticiários. A afirmação é sustentada por Sobrinho (1995), que avalia o jornalismo policial como estilo “ligado ao homicídio, à morte e ao sangue derramado. O sangue representa simbolicamente esse gênero de imprensa” (SOBRINHO, 1995, p.64).

O estudo elegeu a análise das fontes pela importância que elas assumem na produção jornalística, sendo elemento imprescindível para definir a natureza, características e qualidade do agendamento de um tema, apontando o tratamento público (ou não) por parte do jornalismo.

Lage (2002) corrobora com o autor ao afirmar que o jornalista não é a fonte da notícia produzida, mas sendo o profissional que apura as informações a fim de resultar em um texto a ser apreciado pelos receptores da mensagem.

A mensagem é codificada e através do canal, vai da fonte ao receptor. Ressaltamos o fato de que o sistema produtor de notícias não é em sentido absoluto uma fonte, mas um codificador inteligente, dotado de competência definida para intervir na mensagem. Ao codificá-la, o receptor não é único, mas plural, indefinido e atuante. Fontes e receptor estão imersos no meio social. (LAGE, 2002, p. 25).

O uso de fontes no jornalismo é uma estratégia para imprimir veracidade aos fatos narrados pelo repórter. A pluralidade de fontes é fundamental por garantir a qualidade do relato, considerando as múltiplas leituras e abordagens sobre um mesmo fato que são proporcionadas pela diversidade de discursos que circulam, por meio das fontes.

As fontes são tipificadas por diversos autores. “As classificações possíveis são muito diversas, de acordo com o parâmetro a que se faz referência: por exemplo, podem distinguir-se as fontes institucionais das fontes oficiosas ou as estáveis por oposição às provisórias” (WOLF, 1999, p. 223).

Para Lage (2002), as fontes podem ser tipificadas por oficiais, oficiosas e independentes. A primeira é aquela que fornece informações em nome do Estado, empresas, organizações e classes sindicais. As oficiosas são as que possuem relação formal com determinada instituição, no entanto, sem poder de representação. No caso das independentes, são fontes sem relação direta com o referido caso. Conforme Wolf (1999), Gans classificou as fontes em institucionais, oficiais, oficiosas, provisórias, passivas, ativas, conhecidas e desconhecidas. Segundo ele, todas têm sua característica e importância de acordo com a exigência de determinada situação.

Ainda sobre a tipificação de fontes, Schmitz (2011) diz que elas podem ser oficiais, empresariais, institucionais, populares, notáveis, testemunhais, especializadas e referências.

Cabe ressaltar que apesar da nomenclatura diferente na tipificação das fontes, em todas as divisões existem as fontes oficiais que, segundo Schmitz (2011), são aquelas que ocupam determinado cargo público que representam órgãos do Estado, sejam eles do legislativo, executivo ou judiciário, além de entidades com relação direta ou indireta com os poderes. A fonte oficial “é a preferida da mídia, pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público” (SCHMITZ, 2011, p. 25).

2. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa colheu informações sobre a natureza das fontes das matérias da editoria de polícia produzidas nos dez primeiros dias de abril de 2015 no G1 Amapá e SelesNafes.Com. O período foi escolhido de forma aleatória por se tratar de um estudo de caráter exploratório a fim de analisar o uso das fontes nos conteúdos publicados.

O percurso metodológico inclui a análise de conteúdo (FONSECA JUNIOR, 2011), tomando como referência a editoria especializada em cobertura policial de ambos os sites noticiosos. A partir da seleção do material, observou-se especificamente a utilização de fontes nas notícias publicadas, considerando Schmitz (2011).

De imediato a proposta foi verificar qual a predominância de fontes utilizadas. O pressuposto da análise de cobertura é verificar a natureza e características gerais do agendamento da pauta de segurança pública pelos portais, a partir da origem e tratamento das informações pelos repórteres, na perspectiva de observar o fluxo de informação policial no jornalismo *on line* do Amapá, considerando a inserção e importância desses veículos digitais na esfera jornalística local.

Foram observados os tipos de fontes usadas no G1 Amapá e SelesNafes.Com e a relação entre elas pela busca do contraditório e pluralidade dos pontos de vistas observados com as fontes nos referidos fatos noticiados, levando em consideração que “a melhor forma de atrair o público

para as notícias é oferecer-lhe um relato equilibrado das questões” (COMASSETTO, 2003, p. 43).

A análise do objeto de estudo se deu pelos tipos de fontes citadas nos textos publicados no G1 Amapá e SelesNafes.Com. Com base nas informações coletadas em ambos, um quadro demonstrativo foi montado para ilustrar quais são as fontes mais comuns nas matérias de polícia, de acordo com a classificação definida Schmitz (2011).

Em linhas gerais, a preferência por fontes oficiais na mídia é observada de forma qualitativa e quantitativa nos portais de notícias analisados. Mesmo com a variedade de fontes, conforme citadas anteriormente, o G1 Amapá e SelesNafes.com optam pela versão da polícia em ampla maioria das notícias publicadas no período de análise, colocando em risco a credibilidade e veracidade dos fatos estampados nas páginas dos portais.

Em uma cobertura policial, em que determinados fatos são considerados complexos na interpretação de propagação das informações colhidas pelos jornalistas por envolverem mais de um ator no fato, a visão policial escolhida como fonte pelo jornalista, fica evidente pela facilidade das fontes oficiais no acesso aos meios de comunicação em razão da autoridade que exercem na sociedade.

Os jornalistas preferem as fontes oficiais porque são mais fáceis de contatar e porque são consideradas tanto mais informadas como mais credíveis. Fishman (1980) concluiu que a dependência dos jornalistas das rotinas também influencia a sua análise das notícias. (TRAQUINA, 2005, p. 121).

A busca pela imprensa às fontes oficiais gera um risco de dependência, colocando a polícia como instituição de agendamento da pauta noticiosa. Coronel da Polícia Militar e presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Augusto Severo (VEIGA, 2008), diz que a legitimidade do uso frequente da polícia como fonte principal é dada pela opinião pública como resultado do reflexo das próprias escolhas feitas pela imprensa nas coberturas dos fatos. “Quem nos ajuda a formar a opinião pública é a imprensa. Por isso, é importante que sejamos capazes de estabelecer relações de compreensão entre repórteres, editores e policiais” (SEVERO apud VEIGA, 2008, p. 11).

Pacheco (2005) comenta que a editoria policial é uma das mais difíceis de fazer cobertura por causa do contexto social que às vezes o jornalista deve se atentar ao relatar um fato ao público. Ele critica o discurso usado pela imprensa quando o assunto é tratado pela falta de esclarecimento da população por parte da mídia.

O discurso dos repórteres e apresentadores de programas policiais não condiz, na maior parte, com a própria realidade do que está sendo praticado. Atualmente, a mídia não está cumprindo com a sua principal função, que é a de esclarecer a opinião pública e de levar conhecimento e cultura à sociedade em que está inserida. (PACHECO, 2005, p. 15 e 16).

Melém (2011) corrobora sobre a complexidade da cobertura policial. A autora afirma que o discurso do jornalista pode ser considerado como uma tarefa diária dos profissionais de redação para poder escrever de forma compreensível para todos os tipos de público sobre roubos, furtos, sequestros, assaltos e homicídios, por exemplo.

As fontes oficiais, na maior parte das vezes, repassam ao repórter o acontecimento, mas não com uma visão jornalística de forma isenta. Dessa forma, pode a notícia perder em qualidade, uma vez que o repórter apresenta dificuldade para relatar o fato. Além disso, é fácil ocorrer equívocos na veiculação da notícia. (PACHECO, 2005, p. 20).

Antes da análise da amostra de fontes colhida nos sites G1 Amapá e SelesNafes. Com, cabe apresentar um breve histórico desses objetos de estudo.

3. SITES PESQUISADOS

O site G1 Amapá foi lançado em 7 de junho de 2013. Com uma equipe de 12 jornalistas, o portal possui em média 1,2 milhão de acessos mensais, segundo informações fornecidas pela sua coordenadora, Lorena Kubota, durante entrevista concedida aos autores no dia 16 de abril de 2015. O veículo cobre notícias do cotidiano, política, meio ambiente, cultura, polícia, dentre outras editorias locais, a exemplo do esporte, que possui hospedagem com endereço próprio: globoesporte.com/ap.

O site faz parte do portal G1, lançado em 2006, e que atualmente têm filiais em mais de 40 cidades do país. Os sites em âmbito nacional e regional também buscam relação com o jornalismo da TV Globo (nacional) e Rede Amazônica, no caso do Amapá. As redações compartilham, ainda, o acesso a um mesmo servidor que reúne informações como matérias, agenda de contatos, espelhos e pautas de jornais da

TV Globo e Rede Amazônica. A redação nacional do G1 fica em São Paulo, mas o portal mantém sucursais no Rio de Janeiro e em Brasília, além de filiais nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal.

O site SelesNafes.Com foi fundado em dezembro de 2013, segundo o próprio responsável pelo portal, o jornalista Seles Nafes, para ser inicialmente um blog. Mas a produção feita pelo veículo resultou na modificação do perfil para um site de notícias cotidianas. Atualmente, conta com seis jornalistas e três articulistas, que escrevem artigos semanais para o site, que também conta na equipe com o suporte tecnológico de um *web designer* e uma empresa especializada. O veículo cobre política, polícia, cidades, cultura, comportamento e emprego. São mais de 500 mil acessos mensais, de acordo com o anúncio na *home*.

Entre 1º a 10 de abril de 2015, o G1 Amapá e SelesNafes.com utilizaram de forma bastante frequente as entrevistas oficiais como fontes de informações nas matérias de coberturas policiais. Foram produzidos 60 textos, sendo 38 no G1 Amapá e 22 no SelesNafes.Com. Afim de analisarmos cada texto publicado, elegemos categorias de fontes utilizadas por Schmitz (2011) para elaborarmos um quadro para identificar quantitativamente a predominância das fontes.

De acordo com os dados coletados, podemos dividir as fontes predominantemente em três categorias dentre as elencadas por Schmitz (2011): a oficial, popular e testemunha. Na primeira, o estudo utiliza a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil por desempenharem “função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam

os poderes constituídos” (SCHMITZ, 2011, p.25); na segunda estão familiares, suspeitos e vítimas tendo em vista que suas manifestações falam por si mesmo, sem vínculo com qualquer instituição ou grupo social; como testemunhal estão as pessoas que presenciaram o fato, entrevistadas pelos veículos e usadas textualmente nos conteúdos. Para o referido autor, esse último tipo de fonte é usado como álibe pelo jornalista em razão da possibilidade de ser um agente portador do relato da realidade do acontecimento, servindo para preencher lacunas da apuração.

Quantitativamente, os 60 textos produzidos reuniram o total de 72 fontes pelos veículos. Dessas, 52 eram oficiais, correspondendo a 72.2%. As outras fontes usadas com mais frequências foram as populares, com 22.2% e testemunhais, com apenas 5.6%. Não foram identificadas outras classificações nos textos analisados, a exemplo de advogados ou especialistas em segurança pública, que poderiam ser enquadrados como “notáveis” e “especializadas”, respectivamente, conforme definição de Schmitz (2011). O quadro abaixo ilustra as informações.

[TABELA 1] QUANTIDADE E TIPOS DE FONTES USADAS NO PERÍODO DE 1º A 10 DE ABRIL DE 2015

FONTES	G1	SELESNAFES.COM	TOTAL	%
Oficiais	34	18	52	72.2%
Populares	11	5	16	22.2%
Testemunhais	1	3	4	5.6%
Total	46	26	72	--

Fonte: Autores, 2015.

A predominância das fontes policiais, que neste caso, são oficiais, é evidente. Essas mesmas fontes aparecem em 52 textos. Por causa da grande quantidade de produção do período em foco, este trabalho destacou matérias que tiveram repercussão em número de acessos para mostrar como essas fontes são usadas pelo G1 Amapá e SelesNafes.Com.

Na matéria publicada em 10 de abril pelo G1Amapá com o título “Empregada doméstica participou de assalto, diz polícia”

mostra a relevância dada pelo veículo à fonte oficial logo na chamada do texto. A matéria foi uma suíte de um assalto ocorrido no dia anterior, na casa de um empresário em Macapá. O portal buscou o policial que acompanhou o fato para tentar uma novidade do caso, conforme o trecho a seguir e não expôs no texto demais versões do crime, com as vítimas e testemunhas, por exemplo.

O tenente Wendel Gonçalves, do Batalhão de Operações Especiais (Bope), disse

que o envolvimento da doméstica foi descoberto após a prisão dos suspeitos em um supermercado na Zona Norte onde ocorreu a troca de tiros. “Todos estavam com armas de fogo e entraram na casa após serem avisados por ela através de mensagens. Outras três pessoas estavam no imóvel, a filha do dono e mais dois homens de uma empresa de limpeza de central de ar. Eles foram amarrados e agredidos”, detalhou. (G1 AMAPÁ, 10/04/2015).

Na matéria “Aposentado preso teria comprado menina de 10 anos por R\$ 6 mil, no AP”, o site G1 Amapá também usa a polícia como fonte principal no texto publicado em 10 de abril. Neste caso, o veículo utiliza a fonte na forma indireta para relatar o depoimento de um idoso suspeito de comprar uma criança de dez anos ao valor de R\$ 6 mil.

Segundo a polícia, o homem contou em depoimento que levaria a menina em troca de dinheiro para colocá-la para estudar e para que a menina lhe auxiliasse em trabalhos domésticos em uma comunidade ribeirinha paraense. Exames da Polícia Técnico-Científica (Politec) do Amapá não apresentaram indícios de violência física ou sexual na garota. A negociação teria ocorrido há oito dias. Os pais da criança não foram localizados pela polícia. (G1 AMAPÁ, 10/04/2015).

Com base nesses dois exemplos de textos do G1 Amapá, é claro o domínio das fontes oficiais nas construções dos textos jornalísticos. Além da facilidade de acesso à polícia, como já mencionado por Traquina (2005), essa característica de uso frequente das fontes oficiais também pode ser explicada por Wolf (1999). Ele avalia os dois lados dessa utilização, acreditando ser vantajoso optar por elas por causa do material

fornecido ter grande probabilidade de ser mais confiável e ter mais credibilidade, mas por outro lado pondera que apesar de ser considerada uma versão oficial, as mesmas informações devem ser checadas exaustivamente com outras óticas dos referidos fatos apurados.

Ao justificar o domínio das fontes oficiais pela facilidade de acesso aos jornalistas, Wolf (1999) cita novamente Gans para explicar que os detentores do poder político e econômico têm acesso mais fácil aos jornalistas; ao contrário dos que não tem detêm esse poder, que dificilmente se transformam em fontes, a não ser que suas ações produzam efeitos noticiáveis negativos do ponto de vista moral ou social.

Além disso, acrescenta o autor, a repetição das fontes oficiais pode ser explicada também pela probabilidade de tê-las como fontes de informações em outra ocasião e pelo próprio interesse das oficiais em serem usadas pelos jornalistas.

A vantagem indicada refere-se ao fato de as fontes, que, em outras ocasiões forneceram materiais credíveis, terem boas probabilidades de continuarem a ser utilizadas, até se transformarem em fontes regulares. Do ponto de vista do interesse da fonte em ter acesso aos jornalistas, os fatores relevantes parecem ser quatro: a. os incentivos; b. o poder da fonte; c. a sua capacidade de fornecer informações credíveis; d. proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas (WOLF, 1999, p. 99).

Lage (2002), no entanto, ressalta que o jornalista acaba criando o hábito de acreditar que fontes oficiais são confiáveis, tornando a repetição delas um vício praticado

nas redações. Para ele, a mentira resulta na ocupação estratégica nas intervenções de personalidades ou instituições, quando estão em jogo interesses particulares ou coletivos.

A utilização das fontes oficiais de forma repetitiva evidencia a dependência por essa modalidade de fonte para produção do conteúdo noticioso. Além disso, o uso delas pode resultar na falta da capacidade de analisar uma notícia.

É preciso muito cuidado para não cair no círculo vicioso da hierarquia rígida entre as fontes de informação, dar trela a oficialismo ou lobbies e fazer do veículo de informação uma tribuna para o jornalismo declaratório, aquele que se satisfaz com declarações de celebridade, políticos e empresário, pouco importa se sustentadas em fatos, por isso, analisar as fontes implicadas na notícia e as fontes secundárias ajuda a estruturar uma estratégia geral de abordagem do tema. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 82 – 83).

Esse vício mencionado por Lage (2002) e Pereira Júnior (2006) é possível observar também na prática quando são analisados os dados da pesquisa. É verificado que o uso da polícia como fonte oficial resultou em repetições da utilização somente em um único parágrafo, como aconteceu no texto “Homem é preso com 700 gramas de maconha em Macapá”, publicado em 3 de abril, no G1 Amapá. A reportagem, que conta a prisão de um suspeito de tráfico de drogas, é sustentada totalmente no discurso policial, a exemplo do trecho “Segundo a polícia, os PMs faziam patrulhamento de rotina na Avenida Caubi Sérgio Melo com Alameda José Viana, quando avistaram o suspeito, que tentou fugir, de acordo com a PM, quando viu a viatura” (G1 AMAPÁ, 03/04/2015).

Pereira Júnior (2006) acrescenta que as fontes defendem seus interesses, quesito fundamental que o jornalista não deve esquecer ao avaliar o uso de uma fonte na produção de um conteúdo. Ele ressalta que Nelson Traquina (2005) comenta sobre os critérios a serem utilizados para analisar as fontes, que são a hierarquia da autoridade, a produtividade e a credibilidade.

Hierarquia da autoridade – A respeitabilidade da origem da informação é um fator de grande apelo para jornalistas que preferem fazer referências a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. Quanto mais prestígio for o título ou a posição da pessoa, maior a confiança em sua autoridade. A produtividade – Fontes institucionais fornecem materiais muitas vezes suficientes para uma notícia, poupando tempo e esforço dos repórteres, que dispensam o trabalho de procurar muitas. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 81 – 82).

A preferência pelas fontes oficiais leva o jornalista a confiar em informações que podem ser consideradas arriscadas em termos de credibilidade, conforme explicado por Traquina (2005) e Pereira Júnior (2006).

Essa problemática sobre a credibilidade das fontes pode ser exemplificada na matéria “Idoso é suspeito de comprar menina de 10 anos”, publicada pelo SelesNafes. Com, em 10 de abril de 2015. O veículo usa a fonte oficial da polícia para expor o que o suspeito envolvido no crime relatado na matéria poderia ter falado às equipes de segurança pública no momento da prisão.

Casca Grossa confessou tranquilamente que deu R\$ 6 mil para os pais da menina. A garota disse aos policiais que já estava com

ele há oito dias e que ele já havia tentando acariciar as partes íntimas dela, contou o aspirante Cecílio Costa, do BRPM. (SELESNAFES.COM, 10/04/2015).

Exemplo semelhante ocorreu na matéria “‘Eu queria comprar roupas’, diz assaltante da Unimed”, de 7 de abril de 2015, no SelesNafes.Com. Também é usada a fonte policial para dar a versão do envolvido no caso, que na referida reportagem, foi o registro da prisão de uma universitária suspeita de assaltar um hospital particular em Macapá.

Nós conseguimos informações através de uma denúncia anônima dando conta que July se encontrava na casa dos pais, onde foi buscar alguns pertences. Quando chegamos à residência ela estava terminando de guardar algumas roupas em uma sacola. Ela não resistiu à prisão e nem esboçou qualquer reação, detalhou o delegado que efetuiu a prisão, Glemerson Arandes. (SELESNAFES.COM, 07/04/2015).

As matérias que utilizam a fonte policial como única versão do fato, inclusive sendo a voz dos demais envolvidos nos casos, corroboram com o que Pereira Júnior (2006) defende em relação à hipótese de as coberturas policiais não mostrarem o contraditório, tendo em vista a oportunidade de defesa dos suspeitos envolvidos no caso, podendo afetar a opinião pública sobre os fatos. Na medida em que a polícia possui as interpretações e visões sobre os casos, pode-se haver uma condenação ou absolvição prévia com base somente no depoimento das fontes oficiais direcionado pela imprensa ao público.

No lugar dos fatos uma versão, sim, mas de preferência a versão oficial. (...) a versão oficial da autoridade, cujo pensamen-

to é o que mais corresponda ao órgão de imprensa, quando se trata de apresentar uma realidade de forma “positiva”, isto é, de maneira que o leitor não apenas acredite nela, mas a aceite e adote. (BIONDI, 2003, p. 30).

Ao citar Cremilda Medina, Pereira Júnior (2006) corrobora com a tese da autora de que o uso das fontes oficiais de forma única nos conteúdos é decisivo para deixar o material superficial, sem relato de cenas de quem presenciou determinado fato. Ao priorizar as fontes oficiais, o repórter perde a possibilidade de apresentar relatos humanos que são fundamentais para construir significados sobre os fatos narrados.

Para Felipe Pena (2005), cada fonte tem uma intenção ao que vai ser declarado ao jornalista. Segundo ele, “como a boa fé não é propriamente a característica mais comum de determinadas fontes, principalmente, as oficiais, ainda acredito que o ceticismo é o principal elemento em nossa relação com elas”, (PENA, 2005, p. 58). Schmitz (2011, p.25) corrobora e também considera que a fonte de caráter oficial pode “falsear a realidade, para preservar seus interesses ou do grupo político” que faz parte. Pereira Júnior (2006) exemplifica como não se deve confiar somente em fontes oficiais.

É o ápice do ceticismo, que Protess aplica ao estudo de casos de pena de morte. A premissa é que as fontes oficiais (a polícia, os advogados e os tribunais, por exemplo) são sempre suspeitas e deve-se chegar mais perto das fontes básicas (suspeitos descartados, testemunhas, o condenado). (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 91).

A predominância das fontes oficiais na cobertura policial tem relação com a

perspectiva apontada em Gomes (2003) de que as mídias são dispositivos de controle e disciplina na sociedade. A linguagem jornalística mais do que representar os fatos narrados, acabam por construir a realidade na medida em que as palavras funcionam como “dispositivo disciplinar, educando na configuração por ela oferecida e nas articulações derivadas desta configuração” (GOMES, 2003, p. 67).

A cobertura sobre a violência, portanto, tem um efeito que se distancia de uma abordagem contextual e aprofundada sobre o sentido que permeia os fatos retratados na cobertura policial. Nesse apagamento que desconsidera as contradições envolvendo a produção social da violência, estão as palavras de ordem como disciplinadoras, a exemplo das denominações de ‘bandidos’, ‘sequestradores’ e ‘homicidas’, fazendo com que a pessoa envolvida tenha um pré-julgamento imposta pela interpretação gerada pela veiculação do fato pela mídia.

As palavras de ordem como voz de ordenação (...) opera por uma lógica da emancipação: da limpeza e da erradicação do mal, este último como produto espontâneo sempre desviante. Passa-se a borracha sobre o fato básico de que o desvio supõe uma ordem instituída a se que se atribui uma naturalidade. Ora, nesse caso devemos pensar em desvios do que, de que ordem; devemos pensar a que remete essa fragmentação (GOMES, 2003, p. 71).

A partir desse entendimento, observa-se na editoria de polícia que toda informação é uma palavra de ordem. As palavras como efeitos tem uma ação performática e são colocadas a serviço da disciplina do mecanismo, termo usado por Foucault para

designar um poder eficiente por torná-lo mais rápido, leve e eficaz (GOMES, 2003).

Esse pré-julgamento que os envolvidos podem ter com a veiculação do fato como notícia na cobertura policial “é capaz de prejudicar a imagem da pessoa ou da instituição que cometeu erros ou infringiu normas”. (SOUZA, 2009, p. 3).

Por despertar a atenção dos espectadores, o “interesse do público” no jornalismo policial pode cumprir o papel de reforçar valores humanos e sociais, demonstrando o que é certo ou errado fazer, além de complementar os efeitos do “interesse público”, ao sensibilizar cidadãos em torno de uma determinada questão. (SOUZA, 2009, p.8).

Souza (2009) completa afirmando que as matérias jornalísticas de “interesse do público” atuam como incentivo ao controle das autoridades e instituições envolvidas no crime, pelos cidadãos receptores das mensagens.

Caso a abordagem da violência de crimes bárbaros fosse superficial e rápida, a mídia passaria uma imagem de conivente com a dura realidade, como se o ocorrido fosse algo comum que não devesse ser destacado. Ao abordar com frequência, a televisão cumpre sua função social de expor o que é certo ou errado, através de um exagero que gera lucro. (SOUZA, 2009, p.9)

Apesar de predominância verificada nos textos do G1 Amapá e SelesNafes.Com, o estudo encontrou dois textos, sendo um em cada site, que utiliza um tipo de fonte a mais além oficial, como acontece, por exemplo na “Vela acesa em quarto pode ter causado incêndio que destruiu casa”,

publicada em 8 de abril pelo G1 Amapá, que utiliza três fontes, o Corpo de Bombeiros, como oficial; uma testemunhal e a vítima, como popular.

O tenente coronel do Corpo de Bombeiros, Roberto Neri, conta que a família repassou as suspeitas aos bombeiros que foram ao local, ainda na terça-feira. Segundo ele, a família ainda não solicitou a realização da perícia na residência. (...) O morador Weverson Viana, de 41 anos, conta que as chamadas iniciaram em um quarto que estava trancado. (...) A autônoma Elizângela Ramos, 40 anos, revela que os familiares tentaram salvar objetos pessoais e móveis que estavam na residência. Mas as chamadas consumiram a maior parte dos bens da família. (G1 AMAPÁ, 08/04/2015).

No SelesNafes.Com, a utilização de mais fontes é verificada no texto “Psicóloga é executada a tiros”, de 5 de abril de 2015. A matéria tem a presença de três fontes. Cada uma foi utilizada para apresentar uma informação diferente do caso, e não diferentes versões do mesmo fato.

Segundo testemunhas, dois homens armados desceram de um carro e atiraram contra Patrícia. (...) De acordo com o Centro Integrado de Operações em Defesa Social (Ciodes), na sexta-feira, 3, ela foi conduzida para a Delegacia de Crimes Contra a Mulher (DCCM). (...) De acordo com familiares, o motivo foi uma briga entre Daiane Patrícia e a ex-esposa do marido da psicóloga. (SELESNAFES.COM, 05/07/2015).

Neste sentido, Pena (2005) reforça sobre a importância da utilização de mais pontos de vistas sobre um caso.

A fonte de qualquer informação nada mais é do que a subjetiva interpretação de um fato. Sua visão sobre determinado acontecimento está mediada pelos “óculos” de sua cultura, sua linguagem, seus preconceitos. E, dependendo do grau de miopia, a lente de aumento pode ser direcionada para seus próprios interesses. (PENA, 2005, p. 57).

A forma como a fonte oficial é usada resulta até em críticas de autores sobre a apuração das notícias. Pereira Júnior (2006) diz que passar uma informação para o leitor não é simplesmente repassar uma informação que uma fonte oficial tem a relatar para uma matéria e excluir demais pessoas que também podem ser incluídas no conteúdo.

Todo cuidado é, portanto, pouco para não se flertar a indiferença, não fazer o jogo das fontes ou transformar a assepsia instrumental em defeito ético. O risco em cada um desses casos é, em parte, selecionar informações alheias que, no fundo, são a de sua preferência e, com isso, passar opinião que, na verdade, é a sua – o que significa, por exemplo, usar a fonte especializada para passar recibo para a sua pauta ou amealhar aspas desamparadas de fatos, apenas na celebridade de quem as declara (que, em si, raramente garante informação consistente). (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 94 – 95).

Pela falta do contraditório e pluralidade na cobertura policial, o jornalista Márcio Pessoa entrevistado pelo pesquisador Pacheco (2005), diz que o jornalismo policial acaba perdendo a essência da responsabilidade de informar com aprofundamento dos fatos.

O jornalismo responsável tem como objetivo propor uma investigação mais apro-

fundada dos fatos, coberturas mais amplas e discussões mais democráticas, para melhorar as condições culturais e sociais dos cidadãos. Apurar também com mais fundamentação todas as notícias que são veiculadas nos meios de comunicação, filtrando o que pode ou não contribuir para melhorar o dia-a-dia das pessoas. (PESSOA apud PACHECO, 2005, p.22)

CONCLUSÃO

Depois de analisar as matérias de maneira quantitativa e qualitativa da editoria de polícia nos sites G1 Amapá e SelesNafes.Com, é possível afirmar que ambos os veículos são dependentes de fontes oficiais no relato dos fatos policiais no Estado.

O uso das aspas de fontes oficiais perante o não uso de demais fontes sobre um fato acontece em mais de 70% dos conteúdos publicados entre 1º a 10 de abril, tornando os fatos com apenas uma versão, a relatada pelas polícias, seja ela Militar ou Civil.

Em todos os textos, é perceptível a predominância de detalhes de como o fato aconteceu, onde ocorreu e quem se envolveu. A única visão dos fatos deixa em evidência, também, a falta de preocupação do jornalismo local com o contraditório e a humanização de relatos de pessoas que podem ter presenciado ou se envolvido no caso, colocando até em risco as informações dos fatos colocados na matéria por causa da possibilidade de existir outras versões sobre elas.

Nas matérias em que as testemunhas são utilizadas, as pessoas são identificadas, assim como os policiais e as delegacias envolvidas. Assim, este trabalho reforça a tese dos diversos autores citados neste artigo, que apontam para dependência dos veículos de comunicação com as fontes oficiais e os riscos que isso pode causar.

A utilização apenas da fonte oficial pode comprometer a qualidade do material, resultando até em uma condenação prévia de um envolvido no caso, por exemplo, por causa da falta do contraditório e pluralidade nas versões sobre o ocorrido. Além disso, a forma correta da produção jornalística vai de encontro com a ética da profissão, fazendo o público formar uma opinião de um fato diretamente ligada à forma como ela foi repassada pela imprensa. A mídia tem o papel de formar cidadão, não se abstendo da deformação de um fato criminoso para causar prejuízos a determinada pessoa apenas pelo motivo de não ter tempo hábil para apurar profundamente a informação. Isto é, nos tempos atuais, são os jornalistas que devem se adequar a demanda da agilidade da informação, e não o contrário. ■

[ANTONIO CARLOS SARDINHA]

Mestrado em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil (2011).
Doutorando da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
Email: sardinhajor@yahoo.com.br

[ABINOAN SANTIAGO]

Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Email: abinoansantiago@gmail.com

REFERÊNCIAS

BIONDI, Aloysio. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

CHALABY, Jean. **O jornalismo como invenção anglo-americana**: comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano, 1830-1920. Coimbra: Mass & Media, 2003.

CHAPARRO, M.C. **Linguagem dos conflitos**, Coimbra: Minerva, 2001.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. **Nature e transformation du journalisme**: théories et recherches empiriques. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2004.

COMASSETO, Leandro Ramires. **As razões do título do lead: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia**. Concórdia: UnC, 2003.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker editores e EDUSP, 2003.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A Apuração da Notícia** – Métodos de investigação na imprensa. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

MELÉM, Viviane de Nazaré de Oliveira. Jornalismo policial: uma análise dos critérios de noticiabilidade do caderno polícia, do jornal Diário do Pará. Puçá: **Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**. Belém, v. 1, n1. p. 26-50, jan./jun, 2011.

PACHECO, Alex Rômulo. **Jornalismo policial responsável**. Biblioteca online de ciências da comunicação. Lisboa: LabCom, 2005.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SILVA, Fernando Firmino da. Jornalismo móvel digital: uso das tecnologias móveis digitais e a reconfiguração das rotinas de produção da reportagem de campo. **Tese Doutorado em Comunicação**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2013.

SOBRINHO, Danilo Angrimani. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

SOUSA, Maíra. **Reconfigurações do jornalismo**: das páginas impressas para as telas de smartphones e tablets. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Santa Cruz do Sul, 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2014.

SOUZA, Anamaíra Pereira Spaggiari. **Jornalismo Policial Sensacionalista**: Entre a Audiência e a função social. In: INTERCOM, 2009, Curitiba, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: UFJF, Juiz de Fora. 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Vol. II** – A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VEIGA, Isabela R. **A cobertura jornalística das operações da Polícia Federal**: um olhar sobre a história do jornalismo e a notícia como construção social. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação – Mass media**. 5ª ed. Lisboa: Presença, 1999.

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NOS CANTOS DE TRABALHO DA QUIXABEIRA

[ARTIGO]

Sandro Luiz Cardoso Santana

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O artigo faz uma reflexão a respeito dos cantos de trabalho na região da Quixabeira¹ a partir dos conceitos de memória e esquecimento. Num primeiro momento, apresento uma análise dialógica a respeito dos conceitos supracitados a partir das ideias de Paul Zumthor, numa encruzilhada multidisciplinar com pensadores como Bergson, Bosi, Canclini, Halbwachs e Hall. Em seguida, faço uma breve apresentação da região da Quixabeira e da tradição dos cantos de trabalho neste território, para, então, fazer uma análise dos bois de roça e roubado, das batatas de milho e de feijão e das cantigas de roda. O objetivo é compreender como uma das mais importantes manifestações culturais da região tornou-se um elemento espectral, não só pela perda da sua funcionalidade, mas também pelos signos de atraso e pobreza que a ela estão associados.

Palavras-chave: Memória. Esquecimento. Cultura Popular. Cantos de trabalho.

The article is a reflection about the work songs in the Quixabeira¹ region from memory and forgetting concepts. At first, we present a dialogical analysis regarding the above concepts from Paul Zumthor ideas in a multidisciplinary crossroads with thinkers like Bergson, Bosi, Halbwachs and Hall. Then make a brief presentation of the Quixabeira region and tradition of work songs in this territory, to then do analysis of farm oxen and stolen, the corn and bean gowns and nursery rhymes. The goal is to understand how one of the most important cultural events in the region became a spectral element, not only for the loss of its functionality, but also by the signs of backwardness and poverty that are associated to it.

Keywords: Memory. Forgetfulness. Popular culture. Worksongs.

El artículo hace una reflexión sobre las canciones de trabajo tradicionales en la región de Quixabeira¹ a partir de los conceptos de memoria y olvido. En un primer momento, presento un análisis dialógico acerca de los conceptos citados a partir de las ideas de Paul Zumthor, y desde una perspectiva multidisciplinaria de pensadores como Bergson, Bosi, Canclini, Halbwachs y Hall. A continuación, hago una breve presentación de la región de Quixabeira y de la tradición de las canciones de trabajo en este territorio; para después hacer un análisis de los cantos llamados *bois de roça* y roubado, batatas de maíz y de frijol, y de las canciones de rueda. El objetivo es comprender cómo una de las más importantes manifestaciones culturales de la región se ha convertido en un elemento espectral, no sólo por la pérdida de su funcionalidad, sino también por los signos de atraso y pobreza que están asociados a ella.

Palabras clave: Memoria. Olvido. Cultura popular. Canciones de trabajo.

[1] Quixabeira é o nome da região cultural que se estende da zona rural de Feira de Santana, 116 km de Salvador, até a região sisaleira, mais precisamente, Valente e Santa Luz, distantes 232 km e 258 km, da capital baiana.

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

“Nossas culturas só se lembram esquecendo”. Esta frase de Paul Zumthor (ZUMTHOR, 1997, p.15) sintetiza bem as relações estratégicas entre a seleção e rejeição de memórias acionadas por um grupo social e a dinamicidade de uma cultura ao atualizar dados do seu acervo memorial. Para Zumthor a memória deve ser pensada coletivamente, só assim tem chance de permanecer funcional e assegurar a coerência do indivíduo dentro do seu sítio simbólico de pertencimento. Na cultura popular, objeto deste artigo, memória e esquecimento estão imbricados e são responsáveis pela construção de uma narrativa que engendra o indivíduo na memória social da coletividade e garante a coesão de um grupo social.

Assim, memória e esquecimento são elementos indissociáveis. Se a memória aciona a tradição; o esquecimento rejeita e seleciona os elementos que garantem ou não a funcionalidade de uma tradição no presente daquele grupo. Como já havia percebido Henri Bergson, o passado só pode ser percebido a partir da imagem manifestada no presente:

A questão é precisamente saber se o passado deixou de existir, ou se ele simplesmente deixou de ser útil. Você define arbitrariamente o presente como o que é, quando o presente é simplesmente o que se faz. (BERGSON, 1999, p. 175).

A manutenção das tradições da cultura popular, sobretudo aquelas transmitidas oralmente, ao serem escritas perdem a incapturável performance física dos contadores e esta performance vai se moldando

às transformações esculpidas pelo tempo. Mesmo dentro de uma família, as novas gerações de contadores e cantadores inserem novos gestos e palavras às narrativas. Nessa perspectiva não podemos associar às tradições a um passado petrificado e arcaico. Não, ao contrário, através da rememoração e do esquecimento a tradição afirma sua dinamicidade, permeada pelos fatores econômicos, sociais e avanços tecnológicos que interagem e influenciam a vida daquela coletividade. Canclini percebe que esta dinamicidade possibilita uma cisão dentro do pensamento estático idealizado por folcloristas, políticas populistas e estudiosos que veem na cultura popular um museu da história, onde os objetos são mais importantes que os agentes:

O folk é visto [aqui na América Latina] de forma semelhante à da Europa, como uma propriedade de grupos indígenas ou camponeses isolados e autossuficientes, cujas técnicas simples e a pouca diferenciação social os preservariam de ameaças modernas. Interessam mais os bens culturais ¾ objetos, lendas, músicas ¾ que os agentes que os geram e consomem. Essa fascinação pelos produtos, o descaso pelos processos e agentes sociais que os geram, pelos usos que os modificam, leva a valorizar nos objetos mais sua repetição que sua transformação. (CANCLINI, 1997, p. 211).

Para o autor argentino, excetuando-se Bakhtin, só a partir da década de 70 que a cultura popular torna-se um tema de pesquisas com abordagem científica, saindo do gueto que a associa ao pré-moderno e ao

subsidiário, como antagônica às transformações incontornáveis pelo tempo. Até então, para os folcloristas a cultura popular é o “povo” enquanto representação da camada subalterna da sociedade, enquanto para movimentos de esquerda, como o Centro de Cultura Popular (CPC), uma classe a ser “desalienada” pelos intelectuais cepecistas e desempenharem seu papel revolucionário. Canclini propõe um olhar onde tradição e transformações não são antagônicos, mas sim complementares. O “hibridismo”, que segundo o autor caracteriza-se por “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 1997, p. 19).

Para Zumthor, a rememoração se dá através de uma relação dialógica entre memória e esquecimento, o que implica na seleção e rejeição de reminiscências e elementos tradicionais, algo que decorre, em muitos casos, por escolha dos próprios membros de um grupo social. A memória coletiva seleciona e constrói o que a comunidade considera sua herança, travando o que Zumthor chamou de luta contra a inércia, peneirando os elementos que são significativos e úteis e transformando-os em tradição (ZUMTHOR, 1997, p. 27). Maurice Halbwachs vai ainda mais além, ao anunciar que a memória individual depende da memória coletiva para sobreviver. Segundo o sociólogo, a memória de um indivíduo não pode prescindir da sua aplicabilidade nos “quadros sociais da memória” para sobreviver, ou seja, que faça parte de uma base comum que define o que deve se lembrar e o que se deve esquecer. Caso contrário, ela perde a sua funcionalidade,

(...) pois se esta primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível

reencontrá-la é porque há muito tempo não fazemos parte do grupo na memória do qual ela se mantinha. Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser construída sobre uma base comum. Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que essa reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Zumthor observa que a relação memória/esquecimento se dá no campo das tensões criadas em duas dimensões complementares: 1. A **conservação de dados**: intimamente ligada às formas de memória, reminiscência e seleção do que vai ser registrado e transmitido; 2. O **desejo de esquecimento**: funcionando como dispositivo de exclusão da tradição de elementos indesejáveis e/ou ineficazes, que perderam a funcionalidade. Nesta equação o passado é constantemente lembrado e reconstruído a partir dos mecanismos de seleção acionados pela memória e das tensões entre o individual e o coletivo. Nos trabalhos de campo e entrevistas, ou mesmo ao confrontar registros escritos, é muito comum o relato de versões diferentes do mesmo fato ou diferentes nomes para as mesmas manifestações culturais, em alguns casos,

dentro de uma mesma comunidade e até mesmo em uma única família. A memória humana absorve os fatos transmitidos e o ressignificam a partir da presentidade e das lembranças das quais geram novos signos e conhecimentos. Segundo Bergson, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças ainda que o passado esteja conservado no espírito do indivíduo, de modo inconsciente, ele se manifesta quando é acionado pelo presente.

Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros 'signos' destinados a evocar imagens antigas. (BERGSON, 1999, p.30).

2. QUIXABEIRA

Em meio à extensa área geográfica denominada sertão nordestino, com seu clima predominantemente semiárido, seco, com chuvas escassas e irregulares, uma árvore de grande importância pelos usos medicinais, madeireiros e na alimentação resiste na vegetação catingueira. Hoje ameaçada de extinção, assim como toda uma cultura e forma de vida em estado de desagregação no nordeste interiorano, a Quixabeira insiste em florescer. Também conhecida pelos nomes de quixaba, quixaba-preta e rompegibão, a *Sideroxylon Obtusifolium* é usada no tratamento de lesões, gripe, gastrite, dor nos rins e inflamações; sua casca possui propriedades adstringente, tônica, antidiabética e

cicatrizante; sua madeira dura e resistente é muito boa para construção de móveis e cercas; às suas folhas, que servem de alimentação para as criações, são atribuídos poderes especiais na cura de doenças espirituais; e seus frutos alimentam os sertanejos, sobretudo, nos períodos de seca.

Quixabeira é também o nome da região situada numa área de transição entre o recôncavo e o sertão, que tem início no agreste baiano e se expande até a região sisaleira. Essa região cultural², cuja identidade é sedimentada pelo trabalho no campo, religiosidade e musicalidade, encontra na última um elemento que ao mesmo tempo alivia a dureza do labor cotidiano e da sua luta contra as intempéries da natureza num território cujo estereótipo maior é a pobreza e o atraso. Esses elementos identitários nos mostra também asua concepção de mundo, suas crenças, valores e saberes transmitidos oralmente de geração a geração. Híbrida e singular, fruto da miscigenação racial, mas autenticamente baiana, a musicalidade na Quixabeira faz parte das atividades diárias das comunidades espalhadas pelos municípios que compõem a região.

Essas comunidades têm em comum a agricultura de subsistência, com o domínio do cultivo de feijão, milho e mandioca. Esquecidos pelas políticas públicas

[2] Para Meri Lourdes Bezzi, uma região cultural pode ser definida como "um conjunto de relacionamentos culturais entre um grupo e um determinado lugar. A região é uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, o qual também é um elemento constitutivo da identidade regional. A região sob enfoque da identidade regional passa a ser entendida como um produto real, é concreta, existe. Ela é apropriada e vivida por seus habitantes, diferenciando-se das demais, principalmente pela identidade que lhe confere o grupo social". (BEZZI, 2002, p. 17).

e relegados a um lugar onde o passado e o presente estão cristalizados no discurso da estereotipia, no qual imagens de retirantes castigados pela seca e um sertão mítico e puro nada mais é do que, usando as palavras de Durval Albuquerque, “uma homogeneidade pensada em oposição ao Sul” etambém às próprias cidades litorâneas da região.

O Nordeste parece sempre estar no passado, na memória, evocado saudosamente para quem está na cidade, mesmo que esta seja na região. O Nordeste é este sertão mítico a que se sempre quer voltar. Sertão onde tudo parece estar como antes, um espaço sem história, sem modernidade, infenso a mudanças. Um espaço preso a um tempo cíclico da natureza, dividido entre secas e invernos. (ALBUQUERQUE, 2009, p.149).

Ao contrário, o sertão reúne características para figurar entre “as raras zonas de alimentação racional do mundo” (CASTRO, 1952, p.149). Segundo Josué de Castro, na sua obra clássica, Geografia da Fome, se não estivesse exposto às secas periódicas o sertão nordestino seria uma rara exceção entre as diversas áreas de alimentação a base de milho, zonas de fome e de graves deficiências alimentares.

Verifica-se, assim, que no mundo inteiro as áreas do milho são áreas de miséria alimentar, à exceção do sertão nordestino. É que, nesta área, a coexistência de certas condições naturais e, principalmente, o gênero de vida local, com seus hábitos tradicionais, criaram na zona um complexo alimentar em que as graves deficiências proteicas e vitamínicas do milho são compensadas por outros componentes habituais de dieta. (CASTRO, 1952, p.148)

3. CANTOS DE TRABALHO

Os cantos de trabalho são manifestações que marcam atos cotidianos da vida comunitária e acompanham as atividades produtivas manuais, rurais ou urbanas, coletivas ou individuais de diversos povos em todo o mundo e das mais variadas profissões. Cantos de fiar, de tanger o gado, de plantio, de descaroçamento, de remar; em cada região podem receber nomes diferentes, mas trazem em comum a ideia de solidariedade e divertimento. O ritmo hipnótico e dinamogênico funciona como estimulante e elemento harmonizador dos movimentos do trabalho coletivo, dando coesão ao adjutório, seja nos golpes da enxada ou do machado, nos passos ao carregar sacos, ou nos arremessos precisos ao transportar objetos, como tijolos na construção ou caixas no descarregamento de cargas.

No Brasil, a maioria dos cantos de trabalho tem suas origens no período colonial, com a utilização da mão de obra escrava. O capitão de cavalaria alemão Theodor Von Leithold, em viagem ao Brasil entre os meses de outubro de 1819 e fevereiro de 1820, ao ouvir um grupo de negros cantando enquanto carregavam “pesos incríveis sobre as cabeças” lembrou-se do coro dos lenhadores da Alemanha.

Esses escravos negros são extremamente ágeis e robustos. Podem carregar pesos incríveis sobre as cabeças. Quanto mais pesado parece ser o trabalho, mais selvagememente se põem a cantar, como se sua força fosse estimulada pelo coro, a igual dos nossos lenhadores. (LEITHOLD, 1966, p.34).

Numa região onde historicamente as oportunidades dentro da educação básica são para poucos, a leitura e a alfabetização luxos ao qual o lavrador isolado em pequenas comunidades não pode se dar, os sambas de roda e martelo, os bois de roça e roubado, as batatas de milho e feijão, as chulas, farinhadas e reisados têm um papel estratégico. Não só na sociabilidade e transmissão desta cultura centenária, como também na seleção e rejeição dos dispositivos e elementos que a caracterizam. Como percebeu Alfredo Bosi, existe uma zona de clivagem entre os universos cultural, ético-moral e espiritual do homem sertanejo.

O alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, a divisão das tarefas durante a jornada e, simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os provérbios, os modos de cumprimentar, as palavras tabus, os eufemismos, o modo de olhar, o modo de sentar, o modo de andar, o modo de visitar e ser visitado, as romarias, as promessas, as festas de padroeiro, o modo criar galinha e porco, os modos de plantar feijão, milho e mandioca, o conhecimento do tempo, o modo de rir e chorar, de agredir e de consolar (...) (BOSI, 1992, p. 324).

Todo esse modo de viver está imbricado numa teia de envolvimento onde o material e o simbólico e as necessidades orgânicas e ético-morais são indivisíveis, selecionando e rejeitando através das reminiscências e do esquecimento os elementos que serão perpetuados destas tradições que interagem entre os universos cultural, ético-moral e espiritual do homem sertanejo. Se “a memória é o centro vivo da tradição, é o pressuposto de cultura no sentido

de trabalho produzido, acumulado e refeito através da História” (BOSI, 1987, p. 53); o esquecimento é

dinâmico: rejeita, mas em vista de. Ele não anula, ele pole, apaga, e, por isto, clarifica o que deixa à lembrança, transformando-a em tipo, extraindo daquilo que foi sua fragilidade temporal, sua incômoda primeira fugacidade. (ZUMTHOR, 1997, p.15-16).

É dessa forma, sem qualquer método tradicional de educação, que são transmitidas as suas manifestações culturais. Mesmo os sambas, batuques e cantos de trabalho foram passados durante as atividades lúdicas e práticas do cotidiano. Não existia a mítica figura do mestre, que o cinema e a literatura popularizaram, que passava seu conhecimento para novas gerações sob uma árvore, com um instrumento nas mãos e o seu fraseado repleto de saberes e tradições. Não, nada disso. Essas manifestações estavam atreladas ao dia a dia das atividades na comunidade e, como tal, eram tão comuns e tão presentes que entravam nas suas vidas como algo tão natural quanto aprender a arar a terra ou bater o milho – como ilustram bem os depoimentos dos lavradores Rubino Pereira, Comunidade de Tapuio, 210 km de Salvador, e Terezinha de Almeida Vitória, Dona Teté, Comunidade Lagoa da Camisa, 120 km da capital.

Rubino conheceu os primeiros batalhões de roça³ aos nove anos:

[3] O “Batalhão de roça” é quando um grupo de lavradores se reúne para a ajuda vicinal. Durante o trabalho eles cantam os bois de roça. O “bota batalhão”, ou seja, o dono da roça é responsável pela alimentação e pela bebida. Ao final do trabalho solidário, se reúnem para o samba que não tem hora pra acabar.

Eu ia pros batalhão e tinha aquele grupo de pessoas adulta. Mas eu gostava muito e tava pelo meio, cantando. E fiquei lá. Lá vai, lá vai, lá vai, até que chegou meu tempo. Os outros foram acabando e eu fiquei no lugar. (SANTANA, 2012, p. 23).

Dona Teté disse que, apesar de nunca ter ido à escola e de ter começado a trabalhar muito cedo, sua infância foi muito feliz. Aos oito anos já caminhava por 30 minutos, da sua casa até o riacho onde lavava roupas, com cestos na cabeça e com a comida pronta. E assim se deu sua iniciação nos cantos e brincadeiras de roda, que amenizava e tornava mais lúdica a dura jornada:

A gente andava uma meia hora com cesto cheio de roupa na cabeça e no caminho, durante e depois do trabalho a gente cantava roda, cantava samba, cantava cantiga de candomblé. A gente fazia de conta que tava manifestada pelo santo e cantava e dançava. Não tinha briga nem fofoca. Para mim era uma festa (SANTANA, 2012, p. 23).

A modernização da agricultura e principalmente a **intensificação** da industrialização nas grandes cidades a partir da década de 1960, além do esvaziamento das populações rurais, sobretudo os mais jovens, na faixa dos 20 anos, trouxe como consequência também a desagregação de todo um modo de vida nas comunidades. Poucos países tiveram um movimento de migração do campo para cidade tão intenso quanto o Brasil. Entre as décadas de 60 e 80, 27 milhões de pessoas migraram do campo para as cidades (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998). Se seus sambas e cantos de trabalho eram vivenciados e aprendidos junto com atividades cotidianas – e junto com eles toda uma forma de perceber

e organizar as relações com o meio ambiente e com outros membros da comunidade – é óbvio que a continuidade dessas tradições culturais está seriamente comprometida com esta nova realidade, pois estas tradições não são mais funcionais dentro deste novo contexto.

A partir da segunda metade da década de 70, apesar da musicalidade da Quixabeira se manter viva por meio dos bois de roça durante os batalhões e dos sambas que ainda resistiam em algumas casas, sobretudo, naquelas que tinham obrigação com os santos, onde após a reza acontece o samba até o raiar do dia, as gerações não se renovaram como antes. Perderam sua função social para os mais jovens que viviam nas metrópoles, a “terra prometida”, e rejeitavam as suas tradições e reminiscências ancestrais associando-as à pobreza e ao atraso.

4. BOI DE ROÇA

Originário dos tempos em que as máquinas não haviam chegado à roça, sequer o arado movido à tração animal era visto na região, os mutirões eram a alternativa para driblar a impossibilidade financeira de contratar mão de obra para a roçada, plantio e colheita de cereais. Esses mutirões ou batalhões, como também são chamados, representam um sistema de produção sertanejo que através da ajuda vicinal e recíproca possibilita a sobrevivência de pequenos agricultores de comunidades rurais isoladas e que ainda não tem acesso ao maquinário. Como forma de atenuar o árduo trabalho e transformar em arte e lazer o que poderia ser um fardo,

os lavradores criaram o boi de roça, a música dos mutirões.

Os bois de roça são cantados em duplas, as chamadas parelhas, e a depender do mutirão e das terras a serem trabalhadas, os batalhões podem chegar a contar com 50 parelhas. É cantado a duas vozes por cada parelha, sucessivamente, até chegar à outra extremidade do mutirão. A última parelha faz o arremate, que invariavelmente termina com uma nota prolongada que vai até o limite da voz do cantador. Os mesmos versos podem ser cantados durante horas. É fundamental que todos os membros do batalhão conheçam a letra do canto que será entoado. O lavrador João Pereira Barbosa, também conhecido como Loza, morador de Araci, a 211 km de Salvador, sintetiza o processo de criação e divulgação de um novo boi de roça:

Às vezes a gente vai prum batalhão e eu vou cantar um boi que ninguém sabe. Aí eu penso em casa... Chega lá eu tô com aquilo ali notado na mente. Porque o boi de roça é assim, um batalhão pode ter 50 parelhas cantando, mas se os outros não souber eu saio ensinando de um em um até chegar ao fim e todo mundo cantar. (SANTANA, 2012, p. 55-56).

Como em todas as manifestações artístico-culturais do universo da Quixabeira, o boi de roça tem um ritual simbólico. Munidos com enxadas, ainda ao alvorecer do dia, o batalhão de agricultores chega entoando seus cantos na propriedade do agricultor que será beneficiado, responsável pela alimentação e pela bebida. O explodir do foguete é o início simbólico da ação. Em seguida é feita a troca de bandeiras, o dono da roça recebe a bandeira branca trazida pelo batalhão e lhes dá a bandeira vermelha.

Enquanto os homens trabalham na roça, as mulheres preparam a comida, que será servida e consumida coletivamente no próprio local de trabalho, numa lona estendida sobre o chão. Por isso mesmo, só os homens cantam o boi de roça. Os temas são múltiplos, versam sobre o trabalho na roça:

*Eu tava na minha roça
Aprantando minha mandioca
Por detrás da serra longe
Por detrás da serra longe (Oôôô)*

*Essa terra minha, essa terra é sua
Eu vim da terra da lua
Trusse dois diamantes
Trusse dois diamantes (Oôôô)⁴*

Sobre a relação com os cavalos:

*Platão
Vaqueiro mandou dizer
Que não me venda o cavalo
Da fazenda não*

*Meu cavalo é bom de gado
Cavalo de estimação
Pisa no chão com todo rojão, Platão
Só não venda o cavalo da fazenda não⁵*

Com o gado, um dos maiores se não o maior motivo da poesia tradicional sertaneja:

*Já chegou vaqueiro novo
Que saiu a procura*

[4] Versos extraídos do boi de roça “Eu não sou daqui”, de Véio, Bilau, Galego e Seu Roque. Gravado no CD “Ô Pandeiro! Ô Viola!” (2007). Artista: Quixabeira de Lagoa da Camisa.

[5] Versos extraídos do boi de roça “Platão”, autor desconhecido. Gravado no CD “Bois, chulas e batuques” (2014). Artista: Quixabeira de Lagoa da Camisa.

*De uma novilha que fugiu no meio do gado
Que fugiu no meio do gado*

*Minha novilha era avassa
Careta da ponta baixa
Careta da ponta baixa
Ô já chegou vaqueiro novo (ÔoÔo)⁶*

Ou mesmo sobre a mulher amada:

*Eu não te dou meu coração
Porque não posso tirar
Mas se tirar eu sei que morro
Se eu morrer não vou te amar⁷*

Ao final do dia, os lavradores novamente fazem a troca de bandeiras com os familiares do dono da roça. O “cantador de bandeiras” entrega a bandeira vermelha e recebe a bandeira branca, símbolo de gratidão por parte dos donos da propriedade. Não por acaso seu nome é “cantador de bandeiras”. Além da responsabilidade de fazer a troca de bandeiras, ele também entoará um cântico naquele momento. Na Lagoa da Camisa, Francisco Pereira da Silva (Véio), 65, compositor de dezenas de bois de roça, entoou os seguintes versos ao lado do seu compadre e parêlha Martinho da Silva:

*Bandeira Branca, ô de pétala de flor
Que pintora da bandeira foi iá, iá
Danado ôi, danado ôi
E tem valor e tem valor⁸*

Depois da troca de bandeiras é a hora do samba. Apesar do cansaço, o batuque não tem hora pra acabar. Os pandeiros e tambores se juntam às cordas de sisal do cavaquinho de José da Silva, o Zé Bigode, para uma longa sequência de sambas de roda, chulas e sambas martelos marcados pelas palmas e danças de todos os presentes.

5. BOI ROUBADO

Uma variação mais lúdica do boi de roça, mas com as mesmas características e finalidade é o boi roubado. Preparado em segredo, sem que o dono da roça saiba da “arregimentação do batalhão” que irá trabalhar em suas terras, o boi roubado é realizado de madrugada. Camuflados entre as moitas das caatingas, o batalhão invadem as terras e soltam o foguete, que desta vez determina que o “boi tá roubado”. A partir daí, entoam cantos específicos para ocasião, como:

*Nessa madrugada
Ô me roubaram um boi
Ô me roubara um boi*

*O dono da casa é rico
Não precisa de proteção
Matou dois carneiro e quatro capão*

*É rico e remediado
Matou dois carneiro e quatro capado
Abre o olho José que o boi tá roubado⁹*

[6] Versos extraídos do boi de roça “Já chegou vaqueiro novo”, de Francisco Pereira da Silva (Véio).

[7] Versos extraídos do boi de roça “Platão”, autor desconhecido. Gravado no CD “Bois, chulas e batuques” (2014). Artista: Quixabeira de Lagoa da Camisa.

[8] Boi de roça de autor desconhecido, citado por Francisco Pereira da Silva. Entrevista feita pelo autor.

[9] Versos extraídos do boi roubado “Nessa madrugada”, autor desconhecido. Gravado no CD “bois, chulas e batuques” (2014). Artista: Quixabeira de Lagoa da Camisa.

Ao ouvir o estrondo do foguete, o dono da casa vai providenciar comida para o batalhão, matando animais e a mulher prepara o café para todo o mutirão. Como explica esse boi entoado nessas ocasiões:

*O canto da madrugada
Oi mulé vamo escutá
Na roça tem um boi roubado
E ai meu Deus vieram dar¹⁰*

Em relação ao boi de roça, além do lado lúdico, o boi roubado, como nos explica Francisco Pereira da Silva, tem a particularidade de ser preparado quando um membro da comunidade está com o trabalho em atraso ou se encontra enfermo. É uma forma de se solidarizar diante de um momento difícil com alegria e diversão.

6. BATAS DE MILHO E FEIJÃO

Cantos de trabalho também com muita tradição em toda a região onde o cultivo de milho e feijão se faz presente, as batas de milho e feijão é um momento de grande diversão e muito mais dinâmico que os bois de roça, marcados pela enxada e versos que se repetem monocordicamente. Durante as batas normalmente se reúnem toda a família, entoando cantos ritmados pelos porretes que debulham os grãos das vagens de feijão e dos sabugos de milho.

Além de incluir mulheres e crianças, o que torna o clima mais festivo, as batas

acontecem no momento da colheita, entre os meses de setembro e outubro, quando o lavrador celebra a fartura e a garantia de sua subsistência:

*Bata de milho
Se Deus quiser
Fica para o ano
Se deus nos der¹¹*

Na bata de feijão enquanto os homens vão dando porretadas nas vagens e, concomitantemente, juntando as partes que se espalham com os pés, as mulheres em fila vão retirando com uma peneira as cascas que sobraram. Tudo isso ao som de cantos marcados pela pulsação rítmica do porrete contra as vagens, o que dá um ritmo intenso e, ao mesmo tempo, extremamente divertido ao trabalho. Na bata de milho o processo é similar. No entanto é preciso que as porretadas sejam mais fortes para que o milho seja separado do sabugo, o que provoca um “batuque” mais seco. Um exemplo desses batuques é “Chapada do chapadeiro”. O próprio som produzido pelos versos desse batuque nos remete às porretadas das batas:

*Chapada do chapadeiro
Chapadeiro chapada
Prá onde vai vaqueiro
Vou prender boiada¹²*

[10] Idem.

¹¹ Bata de milho de autor desconhecido gravada no CD Da Quixabeira pro berço do Rio (1996), faixa “Batuques de bata de milho”.

¹² Bata de feijão de autor desconhecido. Gravado no CD “Bois, chulas e batuques” (2014). Artista: Quixabeira de Lagoa da Camisa, Faixa “Chapada do Chapadeiro”.

Em seguida, novamente a roda canta o refrão e cada uma das cantoras solo arremata com uma estrofe final, mais uma vez intercalada pelos versos do refrão. Primeiro Ita:

Adeus Feira de Santana (Chora viola)
Estado de Alagoinhas (Chora viola)
Quando vê cantá reisado (Chora viola)
Conheça que a voz é minha (ô chora viola)

Depois Dona Teté também faz os seus versos de despedida:

Vou-me embora, vou-me embora (Chora viola)
Pela semana que vem (Chora viola)
Quem não me conhece chora (Chora viola)
Quanto mais quem me quer bem (ô chora viola)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O senhor... mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas- mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou. (ROSA, 2004, p. 39)

Assim como os indivíduos, a cultura é dinâmica, pois, como disse Riobaldo: “as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas”. As tradições não podem ser estáticas, um museu da história, engessado e preservado de acordo com a versão de documentos e registros. Através da transmissão oral, este “laboratório vivo”, a memória coletiva vai se transformando de forma fluida, selecionando/rejeitando e

atualizando constantemente os elementos da tradição a serem transmitidos. Esta relação está intrinsecamente ligada à interação dialógica dos mecanismos de lembrança e esquecimento, selecionando e transmitindo para as próximas gerações o que é funcional para o grupo social. Desta forma, a tradição é a perpetuação do que é importante para aquela coletividade, o que vai ser determinado pelos elementos aceitos ou rejeitados pelo grupo social.

As tradições culturais da Quixabeira estão intimamente ligadas ao universo religioso e ao trabalho no campo. À medida que estas duas instituições do cotidiano rural são fortemente abaladas, as manifestações tradicionais dessa cultura vão se tornando cada vez mais espectrais, uma lembrança do passado, cujos arquivos vivos são os remanescentes daquela época, haja vista que a transmissão de saberes e tradições acontecem de forma oral nessa localidade durante a realização desses eventos. Esta lembrança, ao ser atualizada, tem um forte diálogo com o presente e com o desejo de perpetuar a nossa essência, de dar continuidade a nossa presença no mundo.

Por um lado, com a mecanização da agricultura – a disponibilização coletiva de casas de farinha automatizadas, descaroçadeiras de milho e feijão e arados – a funcionalidade dessas manifestações estão comprometidas. Por outro, a disseminação das igrejas evangélicas abalam a continuidade das tradições religiosas. Somando-se a isso o desinteresse das gerações mais jovens, que cada vez mais tem seus desejos e sentimentos de pertencimento atrelados aos centros urbanos.

Os bois de roça, as cantigas e as batatas atenuam as precárias condições de

trabalho e tornam o que pode parecer um suplício em momento de diversão e inventividade. Algo que dificilmente poderia ser forjado ou ensinado tal qual a aritmética ou ortografia. É um modo de vida que vai sendo passado cotidianamente e a música tem uma relação rítmica e filosófica com as funções desempenhadas. “Eu conheci os sambas nas rezas na casa dos meus avós e os bois (de roça) trabalhando na roça”, explica Francisco Pereira da Silva.

Sem dúvida, poderemos ainda ouvir bois ou batatas encenadas em espetáculos ou mesmo produzidas pela própria comunidade em ocasiões especiais. Mas a verdade é que essas manifestações estão condenadas ao desaparecimento enquanto eventos funcionais que fazem parte do calendário da comunidade. Estes cantos de trabalho atravessaram décadas através da transmissão oral e hoje persistem através da inserção dessas práticas culturais nas apresentações dos grupos musicais formados nas comunidades, mas dentro de outro contexto, adaptadas para o tempo e o conceito do show. E mesmo dentro dos grupos os bois de roça encontram resistência, pois os músicos-lavradores também veem estas práticas como algo ultrapassado e associado ao atraso e a aridez do trabalho no campo. No caso dos batuques das batatas de milho e de feijão, por serem ritmos dançantes e muito semelhantes ao samba de roda e a chula, foram mais bem assimilados com a adição de instrumentos eletrônicos.

Além disso, existe um fascínio por instrumentos eletrônicos nestas comunidades que contamina também os membros mais velhos destas comunidades, tanto que eles se referem às músicas acompanhadas apenas com instrumentos acústicos pelo sugestivo nome de “suruco”, termo geralmente

empregado para animal sem o rabo ou para algo incompleto, que falta “alguma coisa”. Ou seja, a tradição ancestral das músicas acompanhadas apenas pela percussão e obater das palmas não só se transformou, através da seleção e rejeição da memória coletiva, como a tornou um elemento “estrangeiro”, uma anomalia dentro das comunidades. Os bois de roça, entoados pelas raras parselhas que ainda estão vivas – os arquivos vivos, são cantos desconhecidos pelas novas gerações, que hoje o escutam com estranheza e não o reconhecem como ancestral, pois perdeu a funcionalidade que os caracterizavam.

Além das facilidades e redução de custos e trabalho propiciados pelo maquinário, o universo agrícola dos pequenos produtores rurais encontra-se em desestruturação. As gerações mais jovens não se dedicam ao trabalho na roça, ao contrário, cada vez mais estão ocupando subempregos em metrópoles. Assim, ao invés de cavalos e gados, cada vez mais raros na região, o que se vê em grande proporção são motos atravessando as ruas de barro da comunidade; o som que se ouve nos bares, aparelhos de som e autôfalantes dos carros é a música das periferias dos grandes centros, o pagode e, sobretudo, o arrocha. Que não pese neste argumento nenhum juízo de valor, é apenas uma constatação da imbricação das transformações socioeconômicas e a cultura de uma coletividade e da necessidade das políticas públicas estarem atentas aos fatores culturais no planejamento de desenvolvimento econômico de uma região.

Esse paradoxo é bem ilustrado no depoimento de uma jovem liderança que surge na Comunidade de Lagoa da Camisa. Filha do líder do Grupo Quixabeira de Lagoa da Camisa, Francisco Pereira da Silva,

e de uma das mais tradicionais famílias de sambadores da região. Cristina Brito da Silva, 26 anos, primeira e até então única moradora da comunidade a se graduar em curso superior, Educação Física pela Universidade Estadual de Feira de Santana, coloca de forma bastante clara a condição de estrangeiro em sua própria cultura em que se encontra a sua geração e os mecanismos acionados pela lembrança e o esquecimento.

Eu particularmente gosto de samba, gosto de sambar, mas não me identifico para fazer parte do samba e conseguir levar adiante. Eu até lamento por isso, o samba daqui é mais tradicional e a aceitação poderia ser bem maior. Muita gente da minha idade gosta do samba e de sambar, mas também não se envolve. A gente valoriza algo que é nosso quando a gente gosta e não quer que se perca e a maioria das pessoas da minha idade não se identifica, então tanto faz (SANTANA, 2012, p.66). ■

[SANDRO LUIZ CARDOSO SANTANA]

Doutorando pelo Programa Multidisciplinar Cultura e Sociedade da UFBA. Produtor e pesquisador, trabalha com grupos de cultura popular desde 2001. Coordena a pesquisa “Cantos de trabalho na Bahia”, Fundo de Cultura/ Secult Bahia.

E.mail: sandro_santana@hotmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste outrasartes**, 4.ed. rev. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

ARAÚJO, Miguel Almir. **Cantiga de roda: poesia e dança**. Salvador: CADCT/SEPLANTEC, 1996.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 2. ed., 1999.

BEZZI, M. L. Região como foco de identidade cultural. *Geografia*, v.27, n.1, pp.5-19, 2002.

BOSI, Alfredo. Cultura com tradição. In BORNHEIM, Gerd et alii. **Cultura brasileira: tradição e contradição**. RJ: Jorge Zahar Editor/Funarte, pp.31-58, 1987.

_____. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. (jul/dez 98), Ricardo. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais (RBEP)*, v. 15, n. 2, pp.45-66.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 3.ed., Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1952.

Galvão, Hélio. *O Mutirão no Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1959.

HALBWACCS, Maurice. **A Memória coletiva**. 2ª Ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

Leithold, Theodor Von. Minha excursão ao Brasil ou viagem de Berlim até o Rio de Janeiro e volta. (Berlim, 1820). In: Leithold, Theodor Von.; RANGO, L. von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1996.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.

SANTANA, Sandro. **Música e ancestralidade na Quixabeira**. 1.ed., Bahia: EDUFBA, 2012.

ZUMTHOR, Paul. **Tradição e Esquecimento**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

CDs

QUIXABEIRA DE LAGOA DA CAMISA. **Bois, chulas e batuques**. Produzido por Sandro Santana, Brasil, 2014.

_____. Ô Pandeiro! Ô Viola!. Coleção Turista Aprendiz – A Barca, Brasil, 1997.

Vários Artistas. **Da Quixabeira pro berço do rio**. Produzido pela NOVA Pesquisa e Assessoria em Educação, Brasil, 1992.

Para ouvir músicas citadas: <https://soundcloud.com/sandrosantana>

CIDADANIA, INTEGRAÇÃO E IDENTIDADES CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA

[ARTIGO]

Alberto Efendy Maldonado
Renata Cardoso de Almeida

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo tem como objetivo situar e analisar audiovisuais que expressam as identidades latino-americanas; identificar como os discursos, dos audiovisuais distribuídos pela *TAL TV*, constroem a integração latino-americana; apresentar as formas em que a cidadania comunicacional é mostrada nos audiovisuais da *TAL TV*; e contribuir à compreensão de outros modos de fazer comunicativo, como alternativa aos sistemas midiáticos comerciais das elites. Para alcançar esses propósitos esta pesquisa foi construída com uma inspiração transmetodológica, utilizando bases teóricas de diversas áreas do conhecimento. Após observação sistemática dos audiovisuais selecionados foi realizada a análise dos discursos neles contidos, utilizando a Análise Crítica do Discurso (ACD).

Palavras-chave: *TAL TV*. Identidades culturais. Cidadania comunicativa. Integração latino-americana.

The main goal of this article is to locate and analyze slideshows that express the Latin American identities; identify how the speeches of the slideshows presented by *TAL TV* build the Latin American integration; show the ways in which the communicative citizenship is portrayed in the slideshows of *TAL TV*, and promote the understanding of the other types of the communication job, as an alternative to the commercial media systems of elites. In order to achieve these objectives, this research was structured with a transmetological inspiration, using different areas of knowledge. After the systematic observation of the audiovisuals an analysis of the speeches and their contents was realized, using the Critical Analysis of the Discourse (ACD).

Keywords: *TAL TV*. Cultural identities. Communicative citizenship. Latin American integration.

Este artículo tiene como objetivos ubicar y analizar los audiovisuales que expresan las identidades latinoamericanas; identificar como los discursos de los audiovisuales distribuidos por *TAL TV* construyen la integración latinoamericana; presentar las formas en que la ciudadanía comunicativa es mostrada en los audiovisuales de *TAL TV*, y contribuir a la comprensión de otros modos del quehacer comunicativo, como alternativa a los sistemas mediáticos comerciales de las élites. Para alcanzar esos propósitos, esta investigación fue estructurada con una inspiración transmetodológica, utilizando diversas áreas del conocimiento. Después de la observación sistemática de los audiovisuales fue realizado un análisis de los discursos que ellos contienen, utilizando el Análisis Crítico del Discurso (ACD).

Palabras clave: *TAL TV*. Identidades culturales. Ciudadanía comunicativa. Integración latinoamericana.

INTRODUÇÃO

A investigação que segue visa pensar e repercutir modos diferentes dos comerciais de produzir conhecimento e integração, suscitando reflexões e oferecendo embasamento histórico para produção de sentidos acerca de temas do cotidiano. Com esse objetivo, os materiais de referência empírica deste trabalho foram buscados em uma plataforma sem fins lucrativos, de caráter integrador, e cidadã, a *Televisión America Latina (TAL TV)*.^[1]

Optou-se por explorar a problemática comunicacional latino-americana, pois é um assunto que traz consigo uma série de conteúdos que afetam diretamente a sociedade brasileira. A América Latina abriga atualmente cerca de 625 milhões de pessoas, segundo dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)^[2] e possui ampla riqueza cultural, diversidade de ecossistemas naturais, potencial de produção econômica notável, trajetória histórica de miscigenação, diálogos e projetos compartilhados, além de ser um território sem guerras recentes entre os países (apesar das violências internas) mas, ao mesmo tempo com anacronismos, carências e problemas muito semelhantes. Tomou-se a decisão de abordar a integração através das culturas projetadas pelos audiovisuais dos diversos países com o intuito de promover o conhecimento e o intercâmbio entre os povos latino-americanos.

Esta pesquisa também conflui com os projetos de integração entre os países

latino-americanos, representados pelos blocos econômicos e políticos Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)^[3], União dos Países Sul Americanos (UNASUL)^[4] Comunidade dos Estados Latino americanos e Caribenhos (CELAC)^[5]. Os blocos são cada vez mais atuantes no cenário regional, e recebem pouco espaço nas mídias corporativas comerciais. A formação dessas organizações demonstra a necessidade de intercâmbio social, econômico e político para aproximação das nações e para o florescimento do continente. Esta aproximação poderia ser facilitada com uma atuação mais cidadã dos meios de comunicação.

2. METODOLOGIA

O trilhar metodológico deste trabalho foi concebido de modo a construir o objeto de pesquisa em comunicação dentro de suas necessidades e especificidades, uma que vez que ele não está dado, ou seja, precisa ser confeccionado pelo pesquisador com base em seus argumentos e teorias, de modo artesanal e único, sem fórmulas prontas.

[1] <http://tal.tv/>. Acesso em 17/05/2017.

[2] <http://www.cepal.org/pt-br>. Acesso em 17/05/2017.

[3] <http://www.mercosul.gov.br/>. Acesso em 17/05/2017.

[4] <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>. Acesso em 17/05/2017.

[5] <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/689-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos>>. Acesso em 17/05/2017.

A partir deste pensamento, concordamos com a perspectiva de Mills (2009) de que a pesquisa é um verdadeiro artesanato intelectual, composto de tramas diversas e procedimentos múltiplos, tendo a consciência de que o método não pode ceifar o objeto. “Como um artista ‘bricoleur’, o artesão intelectual está atento para combinações não-previstas (sic) de elementos, evitando normas de procedimento rígidas que levem a um ‘fetichismo’ do método e da técnica [...]”.(MILLS, 2009, p.15).

Dessa forma, a primeira etapa metodológica desta investigação foi a pesquisa bibliográfica documental, que atravessou todo o desenvolvimento deste trabalho. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em profundidade dos conceitos teóricos de Cidadania Comunicativa, Identidades culturais e Integração latino-americana. Para tanto, foram realizadas leituras críticas de títulos chave, como a obra “Cidadãos do Mundo”, de Adela Cortina (2001), “As veias abertas da América Latina”, de Eduardo Galeano (1987), e “Da Diáspora”, de Stuart Hall (2009). As pesquisas documentais e bibliográficas deram sustentação para a escolha e análise dos materiais audiovisuais, das discussões suscitadas e da própria construção da pesquisa. É importante salientar que a escolha das obras bibliográficas também foi múltipla, tendo contribuições de obras de outros campos da ciência, principalmente da Antropologia.

Repensar constantemente a metodologia utilizada, sem jamais perder o caráter científico, é um ato de sensibilidade, clareza e compromisso com os objetivos traçados na investigação e com todos que serão afetados por ela. Da mesma forma, corroboram Rosário e Aguiar (2014, p. 46),

Dessa forma, cada problema/objeto constitui especificidades que só poderão ser contempladas se houver abertura para uma configuração metodológica diversificada. O objeto empírico, portanto, não está dado, ele é resultado da inter-relação de teorias e concepções metodológicas. Essa elaboração exige do pesquisador explorar e experimentar formas diversificadas de realizar pesquisa.

Cada processo de pesquisa é único e está indissociavelmente ligado ao objeto empírico de referência e à pesquisa em questão. Outro aspecto bastante importante a respeito da metodologia deste trabalho é sua inspiração transmetodológica, como fundamenta Maldonado (2015, p. 720),

A perspectiva transmetodológica, na dimensão teórica, afirma o caráter transdisciplinar da produção de conhecimento crítico/estratégico, em concordância com as epistemologias críticas transformadoras que o pensamento revolucionário gerou no século XX. Nessa ótica, dialoga também com o mais instigante do pensamento analítico, sociossemiótico, hermenêutico antropológico e heurístico. Avigorando-se, também, na apropriação dos conhecimentos que os vários campos científicos têm construído em termos de sociologia da ciência, história da ciência e filosofia da ciência para estruturar concepções fortes e dinâmicas sobre a produção de conhecimento e sua teorização abrangente de caráter epistemológico. Concebe-se, portanto, como um pensamento aberto, multilético, crítico, transformador e transmetodológico.

A comunicação é uma atividade inerente à humanidade: comunicar é uma

ação buscada de maneira rudimentar desde a pré-história e altamente tecnológica nos dias atuais, de modo que “[...] a apropriação das palavras e de seus significados expressa a apropriação do concreto, o que constitui a possibilidade de desalienação crescente dos indivíduos”. (KARAM, 2010, p. 17). Segundo Maldonado (2013, p. 87, grifo do autor),

É importante definir a *Comunicação* como uma dimensão sociocultural imprescindível das *formações sociais*, incluindo nela a complexidade de seu múltiplo caráter discursivo, antropológico, psicológico, sociológico, político, histórico, econômico, biológico e tecnológico. A espécie humana fabricou e estruturou *ethos*, modos de vida, sofisticados em termos comunicacionais, fato que contribuiu para transformá-la em espécie hegemônica na Terra.

3. APONTAMENTOS TEÓRICOS

A comunicação, além de elemento de formação da nossa espécie, é um direito humano. A garantia à liberdade de expressão está presente em diversos documentos, inclusive na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Segundo o artigo XIX do documento, que afirma: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. (NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Avançando para uma democratização cada vez maior da comunicação, os progressos tecnológicos trouxeram grandes mudanças nos modos de se comunicar e reportar qualquer situação cotidiana. O fato de muitos poderem efetivamente exercer o seu direito de comunicar, por meio de aparelhos móveis, como *smartphones* e *tablets*, criando redes de contato e conhecimento, têm afetado as lógicas comunicacionais hegemônicas e cada vez mais fortalecido cidadãs e cidadãos de todo mundo.

A cidadania é um conceito com diversas facetas. Constitui-se nos mais diversos âmbitos da vida humana e apresenta-se sob variadas formas. Dentre as principais definições que o conceito de cidadania pode apresentar, Cortina (2001, p. 36) explicita,

A sociabilidade é a capacidade de convivência, mas também de participar da construção de uma sociedade justa, na qual os cidadãos possam desenvolver suas qualidades e adquirir virtudes. Por isso, quem se restringe a seus assuntos privados acaba perdendo não só sua cidadania real, mas também sua humanidade.

Ser de fato cidadão implica um sentimento de pertença a uma comunidade. A cidadania é coletiva e igualitária. Ademais, a sociedade civil é a escola da cidadania, uma vez que é nela que se aprende a se interessar e participar das questões públicas, como educação, por exemplo. Participar ativamente de uma comunidade exige mais do que questões políticas e jurídicas, como destaca Maldonado (2011, p. 3): “O processo de reconstrução do conceito de cidadania torna necessária a subversão da noção de cidadania liberal que vai reduzir o conceito aos marcos da vida jurídico política, burguesa, moderna, capitalista”.

A cidadania envolve respeito pelos sujeitos e pela comunidade, pressupõe o esforço de cada um para doar-se pelos ideais universalizáveis (que abarcariam as necessidades básicas da grande maioria dos sujeitos de uma comunidade), sem o cidadão aquele que age na coletividade com a qual mantém laços de pertença, e se esforça para sua manutenção e sucesso. Entre as várias perspectivas que o conceito de cidadania pode adquirir, irei trabalhar a definição pelo prisma da comunicação, que mantém uma significativa relação com educação, cultura e integração dos povos. (CORTINA, 2001).

A cidadania comunicativa requer a participação do cidadão nas práticas comunicacionais, o respeito pelo seu espaço nas mídias e principalmente o respeito pelo seu relato. Trata-se de utilizar o ambiente comunicativo para ampliar as demandas vindas de todos os setores sociais. Trata-se, do direito de ser escutado, de produzir conteúdo, de decidir sobre os modelos de comunicação que precisa ter a sociedade na qual se vive.

É preciso fomentar o esclarecimento e a educação dos povos para que se tornem membros de uma comunidade crítica e problematizadora através de uma mídia também crítica e cidadã. Faxina (2012, p. 47) traz uma questão central a este debate: “No entanto o desafio que se apresenta hoje ao jornalismo é como ele constrói conhecimento, ou seja, é sobre a sua função social”.

Na perspectiva da comunicação cidadã, interessa perceber e estudar os conhecimentos aglutinadores, que fortalecem as culturas e contribuem para a educação, garantindo espaço para os discursos e demandas dos *sujeitos comunicantes* da América Latina. Foca-se, neste trabalho, nos programas que promovem a integração entre os

países da região – aqueles que, não se reconhecem como integrantes de um mesmo conjunto, heterogêneo e rico, localizados em uma suposta periferia econômica, cultural e científica. (FURTADO, 2012; SAID, 1990).

A compreensão da diversidade e a construção de um compromisso recíproco, no qual possam trafegar conceitos e ações políticas em direção à liberdade, implicam o reconhecimento precípua do outro e de que o debate público plural é requisito para a resolução de conflitos sociais considerados negativos, isto é, do ponto de vista moral, ruins, maus, para a humanidade. A informação pela palavra, em que há texto escrito, oral, visual e virtual, adquire hoje um caráter central. (KARAM, 2010, p. 17, grifo do autor).

4. OPÇÕES COMUNICACIONAIS

A escolha pela TAL TV se deu porque no momento em que foi realizada a delimitação do tema da pesquisa ela era uma iniciativa completamente independente, ao contrário do Canal Encuentro, que pertence ao Ministério da Educação argentino e da TeleSur, que é multistatal. Outra questão que levou a escolha da TAL foi o fato de ela abrigar materiais de toda a América Latina. Desta forma a busca pelos audiovisuais não ficou condicionada a um ou a outro país, mas contou com a pluralidade de opções e de estéticas.

A definição dos audiovisuais de referência empírica se deu após longo trabalho de observação, levando em conta as premissas desta pesquisa, no caso, aspectos

de integração, cidadania comunicativa e a abordagem das diversas identidades culturais. As observações dos audiovisuais foram feitas de maneira sistemática, atendendo principalmente para os discursos abordados. É importante assinalar que os tempos necessários, e programados, para a execução das atividades de observação audiovisual, requerem de um tempo maior que aquele da duração do capítulo, uma vez que complexas temáticas são abordadas.

Para compreender um pouco sobre a complexa realidade latino-americana é imprescindível refletir sobre a história do continente, levando em consideração alguns conhecimentos antropológicos. É bastante notável que ainda hoje aprendemos nossa realidade de acordo com os padrões europeus. É evidente também, a extrema valorização do que vem do Norte, da “cultura esclarecida”, do centro hegemônico industrial, científico e tecnológico.

Na América Latina,

As classes dominantes não tinham o menor interesse em diversificar as economias internas, nem de elevar os níveis técnicos e culturais da população: era outra sua função, dentro da engrenagem internacional para qual atuavam; e a imensa miséria popular, tão lucrativa do ponto de vista dos interesses reinantes, impedia o desenvolvimento de um mercado interno de consumo. (GALEANO, 1987, p. 42).

Esse tipo de comportamento das elites perdura até hoje. Pode-se perceber que a falta de investimentos em diversificação da estrutura econômica trouxe consequências negativas para as sociedades latino-americanas, que cresciam conforme o mercado externo

desejava. Percebe-se também, a competência das elites coloniais em fazer afundar qualquer tentativa de industrialização no “Novo Mundo”, bem como a facilidade dos mandatários locais para usufruir de maneira escandalosa das riquezas obtidas pelo trabalho escravo. (GALEANO, 1987). Esse comportamento acarretou graves consequências sociais, como má distribuição de renda e de oportunidades, o que significa, para a economia, menos mão de obra qualificada e um excedente estrutural dela (TAVARES, 1973), principalmente fora dos centros urbanos, o que torna ainda mais difícil a movimentação da economia nesses locais.

O longo processo de exploração, o qual os povos da América Latina foram expostos, trouxe graves consequências para a formação de suas identidades culturais. Durante centenas de anos, os índios, assim como os negros, foram bestializados, considerados débeis animais sem alma. Os reflexos dessa brutalidade, que forçou tantos seres humanos a trabalho escravo extremamente degradante, fez com que muitos dos herdeiros de ricas tradições negassem suas histórias, para que fosse menos difícil conviver em sociedade. O que vemos hoje, em muitos casos, é o que podemos chamar de “ressurgimento” dos povos indígenas e de lutas cada vez maiores por igualdade racial através de movimentos organizados, porém o racismo continua incrustado no cerne de nossas sociedades.

Assim como no processo de construção das economias dos países latino-americanos, em que as monoculturas, como o café e o açúcar, ceifaram fabulosas possibilidades de cultivos variados, o que beneficiaria os mercados internos, em favor de uma demanda internacional que na verdade colocou cabrestos ao

desenvolvimento (GALEANO, 1987), a monopolização dos sistemas de comunicação também desfavorece a multiplicidade de discursos. A construção de oligopólios midiáticos, à imagem e semelhança dos coronéis do Nordeste açucareiro, prejudica as sociedades, que recebem informações distorcidas que na maioria dos casos não apresenta a pluralidade de fatos, versões, prismas e perspectivas possíveis, além de não oferecer espaço adequado para as manifestações dos sujeitos comunicantes.

A regulação das mídias, iniciativa extremamente necessária para evitar a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos empresários, já é realidade em alguns países. O caso mais emblemático talvez seja o da Argentina, que em 2009 aprovou a *Ley de Medios* (ARGENTINA, 2009). A nova legislação obrigou 21 grupos de comunicação a vender parte de seus ativos a fim de evitar concentração. A partir dessa data, na Argentina, cada tipo de meio tem 33% do espectro disponível para transmissão, ou seja, as licenças de transmissão no país foram divididas igualitariamente entre meios privados comerciais, privados sem fim lucrativo e estatais. A lei tem como objetivo,

[...] a regulamentação dos serviços de comunicação social audiovisual em todo o território da República da Argentina e do desenvolvimento de mecanismos para a promoção, a descentralização e a promoção da concorrência com a finalidade de baratear, e democratizar e uso universal de novas tecnologias de informação e comunicação. (ARGENTINA, 2009, p. 1, tradução nossa).

Bruno Marinoni (2015) aborda a temática da regulação no cenário brasileiro em artigo publicado pela Fundação Friedrich Ebert,

É preciso desenvolver mecanismos efetivos para a estruturação dos sistemas público e estatal de comunicação brasileiro, de forma que possam se consolidar e dar suporte ao exercício do direito à comunicação, com maior diversidade e pluralidade de ideias. Boa parte dessa política deve se assentar num esforço para a redistribuição da riqueza, pois, embora não sejam comerciais, tais sistemas demandam condições para manutenção de custos e investimentos. (MARINONI, 2015, p. 1).

No mesmo trabalho, Marinoni (2015, p. 9) descortina o cenário comunicacional brasileiro com base em dados do ministério da comunicação,

A Rede Globo engloba hoje 123 emissoras, em 5.490 municípios (98,56%) e atinge 202.716.683 habitantes (99,51%). Dessas concessões, apenas cinco são próprias do Grupo Globo, sendo que 118 são de outros grupos. Enquanto a rede representa 22,6% (praticamente 1/4) do total de 543 outorgas no Brasil, as 5 pertencentes ao Grupo Globo representam 0,009% (cerca de 1/100). A rede SBT possui no total 114 emissoras de televisão, 8 próprias (embora o nome da família Abravanel conste na lista de sócios de 9), cobre 97% do território, 190 milhões de pessoas. Percebe-se como há pouca diferença entre esses números e os da rede líder, não refletindo a assimetria de poder de mercado existente. A Rede Record fica também muito próxima desse cenário com suas 108 emissoras, das quais 12 são próprias. Já a Rede Bandeirantes de Televisão possui 49 emissoras, 14 próprias, e cobre 3.572 municípios, atingindo 181 milhões de habitantes (89% da população), semelhante ao que é apresentado pela RedeTV!, 40 emissoras, 5 próprias, e pela EBC – Em-

presa Brasil de Comunicação, que envolve 50 emissoras de TV, sendo 4 próprias.

A constituição de oligopólios comunicacionais fere o inciso quinto do artigo 220 da constituição brasileira, que estabelece: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. (BRASIL, 1988). Estes monopólios (assim como os econômicos) produzem desigualdade, porém em outro âmbito: o simbólico.

Nesse cenário, quando os *sujeitos comunicantes* podem ou têm interesse, precisam buscar informações por meios alternativos, que não gozam do mesmo alcance dos meios tradicionais, por mais que a disseminação de informações venha se democratizando por meio das tecnologias. A integração latino-americana, então, se faz cada vez mais urgente, não apenas para a manutenção de intercâmbios econômicos e políticos, mas, principalmente, para a manutenção da paz nos diferentes territórios, compreensão das diferentes culturas e estabelecimentos de ligações que proporcionem o reconhecimento do “outro”, seja ele qual for, como um cidadão digno e rico em sua existência e expressão. Neste sentido, as práticas comunicacionais (principalmente o jornalismo) ocupam um papel de destaque na construção deste “outro”, geralmente ao adotar discursos de exclusão, reforçando estereótipos de costumes e estéticas tidos como “padrão”, e invisibilizando aspectos positivos, que demonstrem as complexidades e semelhanças dos povos.

Em um continente repleto de diversidades, é importante pensar como as diferenças foram construídas. Algumas, é claro, remontam a costumes e crenças milenares locais. Outras foram constituídas

ao longo dos anos, com a chegada de imigrantes e refugiados que aqui, em muitos casos, reconfiguraram seus modos de vida. Essas reconfigurações não se dão de forma fácil ou natural, são frutos de muitos embates culturais e ideológicos nos quais, na maioria dos casos, a cultura das elites locais acaba prevalecendo.

Neste cenário, a complexidade imbricada nas identidades culturais se torna ainda, e cada vez mais, uma trama de diversas influências para o cidadão, que por inúmeros motivos teve que abdicar de sua comunidade inicial. Neste sentido, percebe-se a importância de os meios de comunicação apresentarem questões culturais de forma contextualizada e digna, de forma que se tornem, além de uma ponte para o conhecimento, uma ponte para a manutenção dos laços de pertença para indivíduos de diversas partes do globo.

A diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado é crucial à cultura. Mas num movimento profundamente contraintuitivo, a linguística moderna pós-saussuriana insiste que o significado não pode ser fixado definitivamente. Sempre há o ‘deslize’ inevitável do significado na semiose aberta de uma cultura, enquanto aquilo que parece fixo continua a ser dialogicamente reapropriado. (HALL, 2009, p. 33).

Os cruzamentos são uma realidade há séculos, as mestiçagens formam contingentes populacionais de todos os países, criando algo novo a partir de suas bagagens e daqueles que procuram manter os vínculos com as tradições milenares. Porém, o que existia antes (uma tribo, por exemplo) não há mais, e se há, está muito ou completamente alterado. Logo, o que temos é uma

série de referências, e o que se cria, é algo novo, que tem significado no aqui e no agora. (HALL, 2009).

Dar visibilidade às diversidades é extremamente importante. Mas é preciso que as culturas sejam retratadas praticando a cidadania comunicativa, ou seja, que os indivíduos que de fato vivem determinadas culturas, ou situações, tenham lugar de fala, que possam expressar suas necessidades. Dar visibilidade não significa “mostrar” simplesmente determinado grupo social, julgando tais pessoas como seres exóticos, sem tentar minimamente compreender as lógicas que os regem, observando-os através de um prisma ocidental burguês. Esse modo de comunicação não colabora para a integração. É preciso refletir e problematizar as diferenças, para compreender a origem das desigualdades e provocar mudanças sociais. Nesse campo, a prática jornalística é extremamente importante, pois deve assumir seu papel social, e não apenas de porta-voz dos discursos oficiais das elites, em muitos casos conhecidos, no jargão da profissão, como “linha editorial”, principalmente nos grandes veículos de comunicação. A alternativa que se mostra cada vez mais viável, em toda América Latina, são os meios alternativos de comunicação, como o Canal Encuentro, da Argentina, e o multiplataforma e multiestatal TeleSUR.

Nenhum sujeito, muito menos uma nação, é uma ilha, isolada hermeticamente. O próprio ser humano é uma simbiose de múltiplos organismos – sabe-se que existe um número maior de bactérias habitando o corpo humano do que células o constituindo. Apesar disso, a maioria das pessoas e instituições, com destaque para as mídias hegemônicas, insiste em demarcar as diferenças, como se os intercâmbios culturais

fossem ameaçadores e os “outros”, rivais. Neste contexto é preciso frisar que dominação nunca foi e nem será “encontro”. Dessa forma qualquer iniciativa que venha a subjugar o outro, vindo de dentro ou de fora das fronteiras nacionais, não é integração, é exercício de poder. Para que as pessoas reconheçam as multiplicidades é preciso que tenham consciência de suas próprias identidades. Reconhecimento este que se dá justamente no processo de contato com aqueles que denominamos como “outro”.

Uma suposta proposta integradora, a globalização, transita em várias direções, suscitando os imaginários sobre os outros. Porém, é claro que, dependendo da proximidade com as hegemonias, os indivíduos têm acessos diferentes ao que é produzido nos ditos “centros de conhecimento”, e também são iluminados por holofotes de diferentes intensidades. Quanto mais periféricos em relação aos centros institucionalizados, dificilmente os indivíduos assumirão protagonismo na ciranda comunicacional internacional, a menos que esteja em plataformas/meios de comunicação não hegemônicos, como o objeto de pesquisa deste trabalho. Percebe-se, então, a necessidade de uma construção plural e inclusiva das narrativas midiáticas. Por isso, a extrema importância de oferecer lugar de fala para as pessoas se descreverem e narrarem suas realidades de acordo com a sua ótica, marcada e resignificada pela sociedade na qual vivem. Com o exercício da cidadania comunicativa as barreiras entre “nós” e os “outros” podem ser quebradas de maneira gradual e consciente.

O reconhecimento dos diversos (formas de ser e de pensar, corpos, estilos de vida, por exemplo) deve compreender também as diferentes matrizes e nuances que

os indivíduos podem manifestar, e, mesmo assim, observar seus contornos mais gerais e específicos para, no caso das mídias, lhes conferir visibilidade da maneira mais justa e ética.

Quando se fala em desigualdades é necessário atentar para os contextos. É preciso refletir sobre as forças que agem para a opressão e para os jogos de poder. Reconhecê-las é um primeiro passo, mas é preciso refletir sobre eles, estudá-los, para então compreender os motivos dos conflitos. Em tempos de grandes fluxos migratórios, a integração torna-se cada vez mais necessária, sendo uma ferramenta de educação e conseqüentemente promoção da paz. Para isso, é urgente que os narradores das realidades sejam representantes das mais diferentes vozes que constituem nossas diversidades. Repensar os *ideais* de desenvolvimento, de acordo com os contextos, ajuda a compreender as diferenças socioculturais que permeiam toda América Latina. “Mas, *acima* de tudo, existe algo de radicalmente democrático no reconhecimento de que, muitas vezes, não sabemos como chamar os outros. É o ponto de partida para atentar para o modo como eles mesmos se nomeiam”, adverte García Canclini (2003, p. 116).

5. ANÁLISE COMUNICACIONAL

A TAL TV promove o intercâmbio cultural entre as nações vizinhas, nutrindo o respeito (na maioria dos casos) e fomentando a cooperação mútua entre os países. Ao navegar por seu site ou ler o livro “TAL 10 anos”, publica-

do em 2013, é possível encontrar com frequência termos como integração, identidades, diálogo, autonomia, valorização, cidadania, humanismo, responsabilidade social, ponte cultural e nossa América, transparecendo os objetivos da multiplataforma de proporcionar a integração no continente por meio da troca de experiências audiovisuais de vários países. Além de ser uma web TV disponível 24h por dia, um banco de dados sobre a América Latina e uma produtora e co-produtora de séries, a TAL.TV também participa de eventos internacionais, favorecendo a interação entre diversas nações do planeta e também promove oficinas de capacitação para os produtores alternativos. “Princípios que norteiam a missão da TAL, que é ser um instrumento de aproximação entre os povos e as culturas, um sistema de conexões e vínculos unindo nossas identidades e diversidades”, aponta Orlando Senna, então presidente da TAL TV, quando livro “TAL 10 anos”, foi publicado.

A partir de iniciativas como essa se percebe o quanto a integração latino-americana é importante para nos conhecermos, nos reconhecermos e valorizarmos nossa cultura, identidades e meio ambiente, não como colonizados, mas sim como protagonistas de uma história plural e rica. Por ter um caráter integrador e uma visível preocupação social, além de oferecer um grande leque de opções audiovisuais sobre a América Latina, a TAL TV foi a plataforma escolhida para buscar os objetos de referência empírica desta pesquisa.

No dia 09 de março de 2016 a aba “séries” da TAL TV possuía 91 séries, divididas em 10 páginas. Ao observar sistematicamente uma por uma, foram identificadas sete, que tinham como foco mais de um país da América Latina. A busca pela multiplicidade

de discursos, vozes, personagens, demandas, histórias e cenários; bem como a integração de todos esses fatores, dentro e fora das fronteiras nacionais, faz parte das premissas deste trabalho, pois se compreende que o conhecimento do outro, é um dos caminhos para a integração real e consciente, e a consequente união dos povos latino-americanos para a resolução de demandas comuns.

Entre os sete conjuntos (séries) escolhidos, há programas sobre ecologia, literatura, arte, sociedades, políticas e identidades. Os sete conjuntos audiovisuais selecionados nesta etapa da pesquisa foram: “Expedición Natibo-Visa”; “Explora. América Latina”; “Mestizo: una historia del arte latinoamericano”; “Mi país, nuestro mundo”; “Onde está América Latina?”; “Os Latino-Americanos” e “Escritores en Primera Persona”. Juntas, todas essas séries formam um conjunto de 90 episódios e um total aproximado 44 horas.

Diante da quantidade expressiva de materiais selecionados optou-se por analisar três capítulos de cada série, o primeiro, o da metade e o último. Acreditamos, através dessa estratégia, conseguir uma amostra significativa do conteúdo dos conjuntos audiovisuais. Durante a observação das produções foi identificada a necessidade de pesquisar mais de uma vez os mesmos episódios, para perceber com maior clareza as nuances estéticas, fotográficas, e principalmente de discurso e de linguagem empregadas.

Por meio das observações sistemáticas, também foi certificada a importância e a necessidade de produções de cunho cidadão terem acesso livre, pois conteúdos culturais e informativos geralmente não são ofertados pelos meios comerciais brasileiros. É interessante perceber como as

estéticas não são apelativas, e claramente se distanciam dos conteúdos produzidos nos circuitos oligopólicos. O audiovisual escolhido para apresentar neste artigo, como mostra da análise em profundidade foi “Nuevos Movimientos Sociales”, oitavo episódio da série “Explora. América Latina”, produção argentina do *Canal Encuentro*, que consegue articular, de diferentes formas, os conceitos norteadores desta pesquisa. O capítulo selecionado traz complexidade e faz uma inter-relação com as realidades, ajudando a compreender o cotidiano.

A linguagem audiovisual é riquíssima, cheia de nuances e detalhes, porém, como este trabalho tem como foco principal os discursos falados, as questões estéticas não foram privilegiadas. A abordagem se centra em aspectos como o tema, a pluralidade de fontes, a profundidade do debate sobre o assunto e busca identificar se colabora para a integração na América Latina, praticando a cidadania comunicativa e promovendo conhecimentos sobre as identidades culturais. Para isso, foi realizada a *decupagem* completa do audiovisual selecionado. A partir dessa operação foram selecionados os trechos dos discursos, que para a análise foram intitulados “Discursos Seleccionados” (DS) que são os que mais evidenciam suas práticas cidadãs integradoras; a partir dos conceitos desenvolvidos.

Para realizar esta análise foi escolhida como metodologia a Análise Crítica do Discurso (ACD), que tem como precursor o pesquisador holandês Teun Van Dijk. Entre tantas formas possíveis de realizar a análise dos audiovisuais, esta foi a selecionada por um fator chave: entrelaça diversos conhecimentos, como a linguística, estudos sobre a cognição humana, a sociologia, a antropologia e a comunicação para

compreender da maneira mais profunda os discursos levando em consideração os contextos em que são formulados. Steffens (2015, p.1), explica que: “A Análise Crítica de Discurso (ACD) é uma perspectiva de análise discursiva que incorpora diversas disciplinas no estudo da maneira pela qual as estruturas sociais de poder e dominação são instituídas, reproduzidas e sofrem resistência por meio da linguagem.”

Ao longo do artigo a autora aborda,

Embora a ACD não seja uma entidade homogênea e não tenha um referencial teórico único, alguns preceitos nucleares que norteiam as diversas pesquisas podem ser destacados, que são: a integração entre disciplinas (especialmente utilizando as disciplinas de linguística, sociologia e ciência política); foco em problemas sociais e questões políticas como objeto de análise; e a rejeição da possibilidade de uma ciência “neutra” e a crença relacionada de que o papel do pesquisador na sociedade deve fazer parte da reflexão acadêmica. (STEFFENS, 2015, p. 4).

Esta forma de analisar também leva em consideração uma problematização necessária: os discursos como forma de poder, principalmente os discursos midiáticos. Ou seja, os grupos dominantes inserem de maneira mais ou menos sutil na sociedade sua forma de pensar e compreender o mundo como sendo a única, a verdade absoluta. Desse modo, reprimem as diversidades e os modos distintos de viver em sociedade, relegando-os às periferias marginalizadas. Assim como a construção das identidades culturais se dá a partir das experiências sociais vividas por uma pessoa, as ideologias, os conceitos que embasam os modos de vida também podem ser múltiplos (assim como

um indivíduo pode pertencer a vários grupos). A *invisibilização* dos motivos das desigualdades, sejam elas econômicas, raciais, de gênero e outras mais, faz com que se naturalize um estado de opressão geral, onde a omissão do Estado na realização de políticas públicas e a influência dos grandes capitais nas formas de governo são banalizadas.

Para operacionalizar a análise da maneira mais prática e inteligível, optou-se por criar classificações que de certa forma abarcam os conteúdos para facilitar sua apreensão. Aspectos teóricos e empíricos foram levados em consideração para a formulação de tais categorias, levando em consideração principalmente os aportes teóricos que direcionam esta pesquisa, mas também influenciados por muitos outros conhecimentos, uma característica da ACD. Os *sujeitos comunicantes* também foram “divididos em categorias”, na tentativa de explicitar da melhor forma possível seus lugares de fala. Assim sendo, foram realizadas as seguintes divisões:

- *Discurso de contextualização histórica:* Além de dados e informações esses discursos trazem análises críticas e problematizadoras dos fatos abordados. Em muitos casos, mesmo depois dos processos que levaram as colônias à independência, os países dominantes continuavam (e continuam) a ditar as regras da economia, da política e até da cultura e consequentemente, dos avanços sociais. Conhecer a história é conhecer a si mesmo e estar apto para refletir sobre novas possibilidades. Por isso é tão importante uma contextualização plural dos fatos, que não se baseie apenas em dados oficiais;
- *Discurso de subjetividade emotiva:* Momentos nos quais a humanidade dos

sujeitos comunicantes em ênfase no audiovisual é salientada, buscando abordar os temas por meio de seu impacto direto na vida das pessoas e suas consequências práticas para as sociedades;

- *Discurso de contestação social e política:* Crítica ou traz elementos que suscitam o pensamento questionador com bases em fatos e dados. Coloca em ênfase posicionamentos críticos;
- *Sujeitos comunicantes enquanto autoridade:* Historiadores, filósofos, antropólogos, sociólogos e escritores entre outros intelectuais que por sua formação e ou atuação possuem respaldo profissional e acadêmico para abordar determinados assuntos;
- *Sujeitos comunicantes com legitimidade de empírica:* Pessoas que vivenciaram e ou vivenciam as situações trazidas nos audiovisuais e possuem a autoridade para comunicar os fatos desde a realidade de suas experiências. Indivíduos diretamente vinculados com os movimentos sociais apresentados.

Análise do discurso dos audiovisuais selecionados.

6. “NUEVOS MOVIMIENTOS SOCIALES”

O episódio tem duração de 48 minutos e 30 segundos. A direção é de Juan Cruz Sáenz. Propõe-se a repensar os sistemas de gover-

no e a explicar o motivo das quedas dos governos democráticos na América Latina, a partir da década de 1960. A única resposta pronta é a certeza de que as ditaduras não resolveram de forma alguma os problemas dos países latino-americanos; e, pelo contrário, geraram uma série de feridas nas sociedades. Aborda também o surgimento dos movimentos sociais ao final dos governos ditatoriais. Este capítulo chama atenção pela diversidade de fontes. Entre historiadores, antropólogos, representantes de movimentos sociais e moradores de comunidades há ao todo 26 fontes de diversos países latino-americanos, não contabilizando os vídeos de reprodução. O apresentador aparece poucas vezes para realizar fechamentos ou trocas de temas e apresentar dados.

Discursos selecionados (DS):

DS1

A América Latina, como um âmbito fortemente mesclado na política exterior dos Estados Unidos, e sem importância na história de longa data, foi alterada pelo impacto da Revolução Cubana, que quebra essa regra do jogo, na qual se instaura um regime político contrário a área de influência de uma das grandes potências. Nas barbas do “Tio Sam” aparece uma revolução socialista, muito mais induzida pela incompetência da política exterior norte-americana do que pelas convicções originais do M26. (Waldo Ansaldi, argentino doutor em história.)

DS2

A ideia de que a América Latina poderia converter-se numa grande Cuba era fortemente presente e gerou temor nas classes dominantes. Esses medos eram infundados na maioria dos casos, ficou

demonstrado que não havia uma relação de força favorável nos grupos ou setores revolucionários, mas se viveu dessa forma e acelerou um processo no qual tudo era preferível a revolução socialista. (Waldo Ansaldi, argentino doutor em história.)

DS3

Henry Kissinger disse em certo momento, e era um homem de peso considerável na política norte-americana, que onde o Brasil se inclinara a América Latina se inclinaria, e isso ajuda a entender porque o golpe se dá primeiro no Brasil. Porque tem tanto apoio imediato dos Estados Unidos, como se sabe agora, com documentos do Departamento de Estado que se tornaram públicos, foi preparado com antecipação. Como no Brasil, ocorreram outros dois golpes chave: (...) na Bolívia e a preparação do golpe no Chile feita em Brasília e que contou com todo o apoio norte-americano. (Waldo Ansaldi, argentino doutor em história.)

Estes dois trechos se enquadram como *Discurso de contextualização histórica*, uma vez que oferecem subsídios para se compreender os acontecimentos que levaram às ditaduras militares na década de 60. Neste caso temos um *Sujeito comunicante enquanto autoridade*, pois a fonte em questão é o historiador com carreira acadêmica. Em perspectiva comunicacional é muito importante esse tipo de posicionamento, pois aborda um tema que, em muitos casos, é retratado de forma velada. Trazer este tipo de discussão é praticar a cidadania comunicacional. Marínoni (2015, p. 4) aborda a importância do direito à informação para as democracias,

Algumas das condições mínimas para o exercício da democracia, apontadas ao longo da constituição do direito moderno,

são a liberdade de expressão, o direito à informação e a participação nas decisões referentes às políticas públicas, incluída a política de comunicação. O direito à comunicação, entretanto, não se reduz à soma desses direitos. Ele, sim, configura um núcleo orientador e integrador daqueles, visando uma inserção positiva na dinâmica social de produção, distribuição, circulação e consumo de informação e de cultura.

DS4

Temos que fazer um grande esforço para perceber que a mesma palavra significa muitas coisas e pode significar exatamente o contrário do que pensamos. O caso da democracia é típico: quantos regimes foram reconhecidos como democráticos e no comando se encontram os ditadores mais perversos. (Pablo Gonzáles Casanova, mexicano doutor em antropologia e história.)

Neste trecho percebe-se um *Discurso de contestação social e política* uma vez que coloca em xeque o uso da palavra democracia em um contexto ditatorial, como é abordado pelo audiovisual. O detentor da fala é um *Sujeito comunicante enquanto autoridade*, uma vez que se trata de um doutor em antropologia e história. Atualmente, muito pode ser dito sobre o uso equivocado da palavra democracia. O historiador, neste caso, um *Sujeito comunicante enquanto autoridade* traz uma questão muito interessante: o uso do poder para legitimar falácias, uma vez que já reconhecidos governos de exceção, eram articuladas eleições (mesmo sem pluralidade de partidos políticos) para tentar alcançar algum reconhecimento internacional.

DS5

“As mães socializaram a maternidade. Eu contei que perdi meu filho e minha

nora, mas já não pedimos por eles, pedimos pelos trinta mil filhos que faltam.” (Elza Manzotti, uma das Mães da Praça de Maio).

DS6

“Por quinze dias a minha mãe me amamentou e me deu um nome. Para que eu conte aos meus amigos, antes de saber quem era a minha família, antes de saber minha história, eu já dizia que queria me chamar Juan, como minha mãe havia me chamado.” (Juan Cabandie ‘neto encontrado’)

O DS5 e DS6 apresentam Discursos de subjetividade emotiva trazidos por sujeitos comunicantes com legitimidade empírica, que de fato foram afetados pelo terrorismo de estado na Argentina, um dos mais violentos e desprezíveis do continente, uma vez que além da tortura física e psicológica e da morte de milhares de pessoas, sequestrou os filhos dos presos políticos, negando a eles suas verdadeiras histórias e origens. Dar voz aos personagens diretamente ligados aos fatos ocorridos é uma expressão da cidadania comunicativa, que busca oferecer lugar de fala para a pluralidade de atores sociais envolvidos em determinado acontecimento. Não se trata de sensacionalismo, ou de explorar a dor alheia. Trata-se de incluir na narrativa as pessoas que foram diretamente afetadas pelo terrorismo de estado, no caso, as *Mães da Praça de Maio*, que até hoje buscam por respostas sobre a morte e a ocultação dos cadáveres dos seus filhos e um bebê (hoje já homem) que foi sequestrado quando tinha apenas dias de vida.

DS07

O movimento reivindica uma reforma agrária no país. Toda a nossa grande bandeira é que terminem os latifúndios.

A gente concebe que o latifúndio é uma das grandes chagas desse país, de qualquer país, nem é uma bandeira socialista. Os países desenvolvidos que se desenvolveram o fizeram realizando a reforma agrária. Por isso que para distribuir renda e combater a pobreza precisa se democratizar as terras e para isso precisamos acabar com os latifúndios. Não se concebe uma reforma agrária com latifúndio. (Valquimir Reis, porta voz do MST).

O DS07 apresenta um Discurso de contestação social e política narrado por um Sujeito comunicante com legitimidade empírica. Uma proposta de subversão à ordem vigente, de concentração de terra no Brasil. Sabidamente uma bandeira do Movimento Sem Terra, mas, mais do que isso, expõe que se trata de um problema social, que desde a Colônia assola o País, com a divisão desigual das terras. (ARLINDO, 2016). Galeano (1987, p. 72) aborda em perspectiva histórica a questão da exploração fundiária na América Latina,

Da plantação colonial, subordinada às necessidades estrangeiras e financiada, em muitos casos, do exterior provém em linha reta o latifúndio de nossos dias. Este é um dos grandes gargalos da garrafa que estrangulam o desenvolvimento econômico da América Latina e um dos fatores primordiais da marginalização e da pobreza das massas latino-americanas. O latifúndio atual, mecanizado em medida suficiente para multiplicar os excedentes de mão-de-obra dispõe de abundantes reservas de braços baratos.

Arlindo (2016) também trata da questão da terra no Brasil,

A história de luta pela terra, no Brasil, é inerente à formação do território, desde

o Brasil Colônia, agravando-se, principalmente com a implantação da Lei de Terras, em 1850. Isso porque esta Lei impediu o acesso à terra aos homens pobres e livres, assim como aos imigrantes e aos futuros escravos libertos (1888). Dessa maneira, a Lei de Terras contribuiu efetivamente com a manutenção do latifúndio, dando a ela um caráter capitalista-rentista. Logo, o meio de acesso à terra, pelos camponeses, era o enfrentamento ao latifúndio. Entendemos, também, que o latifúndio é excludente e injusto socialmente, e está presente em grande parte do território nacional.

DS08

“Os povos indígenas foram os fundadores do México, e não os espanhóis. Mas se você perceber, os pobres não têm direitos na constituição.” (Morador de Cancún, México).

DS09

“Vemos que na população indígena estão concentradas todas as dificuldades que existem. Informalidade no trabalho, falta de acesso à educação e à saúde, isolamento, falta de infraestrutura física e altos índices de pobreza.” (Thierry Lemaesquier, doutor em economia da ONU).

Os DS08 e DS09 apresentam um Discurso de contestação social e política. O DS09 é narrado por um Sujeito comunicante com legitimidade empírica, já o DS10 é trazido por Sujeitos comunicantes enquanto autoridade. Oferecer espaço de fala para as populações locais quando se trata de uma questão vivenciada por elas é uma expressão de cidadania comunicativa, que fomenta a integração de maneira genuína (uma vez que se tem acesso ao discurso direto dos

indivíduos), além de contribuir para o fortalecimento das identidades culturais em questão, pois as coloca em evidência.

Fortalecer a pluralidade dos discursos é uma necessidade, cada vez mais urgente, para escaparmos à homogeneização fundamentada em uma cultura do consumo e do fetichismo, vazia de significados fora circuito monetário.

De fato, há dois processos opostos em funcionamento nas formas contemporâneas de globalização, o que é em si mesmo algo fundamentalmente contraditório. Existem as forças dominantes de homogeneização cultural, pelas quais, por causa de sua ascendência no mercado cultural e de seu domínio de capital, dos ‘fluxos’ cultural e tecnológico, a cultura ocidental, mais especificamente a cultura americana, ameaça subjugar todas as que aparecem, impondo uma mesmice cultural homogeneizante – que tem sido chamado de ‘McDonaldisação’, ou ‘Nikezação’ de tudo. Seus efeitos podem ser vistos em todo o mundo, inclusive na vida popular do Caribe. Mas bem junto a isso estão os processos que vagarosa e sutilmente estão descentrando os modelos ocidentais, levando a uma disseminação da diferença cultural em todo globo. (HALL, 2009, p. 44)

DS10

“Uma soma de características contribuiu para impacto do movimento zapatista. Tratava-se de um exército popular que afirmava que só usaria as armas se fosse atacado e que não tinha a intenção de tomar o poder central. Diferente de grupos armados anteriores, mas sim conquistar o reconhecimento de seus direitos como indígenas e um líder carismático, com

o conceito de mandar obedecendo aos povos que representava.” (Jorge Guinzburg, condutor do programa)

O DS10 apresenta *Discurso de contextualização histórica* por meio da fala de um *Sujeito comunicante enquanto autoridade*. O trato respeitoso e explicativo sobre os fatos abordados pelo programa chama atenção.

DS11

“É uma forma de fazer política com ética, onde não exista um mandão, e quem mande que obedeça e que mande caminhando e perguntando. Aprender a falar e a ouvir.” (Morador de Cancún, México).

DS12

“Vocês têm sido os melhores mestres e líderes e tenho certeza que levarão pelo bom caminho a nossa luta, ensinando a todos nós para que sejamos melhores com a palavra dignidade.” (Reprodução de vídeo de um discurso do subcomandante Marcos em San Cristóbal de las Casas, em janeiro de 2006).

O DS11 e o DS12 demonstram *Discurso de contestação social e política* por meio de *Sujeitos comunicantes com legitimidade empírica*. No primeiro caso, ressaltando a cidadania comunicativa, um morador da região local é escutado. No segundo discurso, temos a reprodução de um vídeo do subcomandante Marcos, uma forma interessante de conceder *espaço midiático* para atores importantes dentro do contexto do audiovisual, e aproveitando os cenários geopolíticos (no caso o movimento Zapatista), mesmo quando não há a possibilidade de realizar uma entrevista.

Observar e situar os episódios escolhidos para serem analisados em profundidade

foi uma tarefa desafiadora, mas ao mesmo tempo, encantadora. Foi muito gratificante perceber que há sim como operacionalizar os conceitos teóricos de *cidadania, integração e identidades culturais* no fazer comunicacional; de modo a respeitar as *diversidades*, de problematizar as questões sociais e de realizar a *integração* (podemos “ler” essa noção como o conhecimento e o respeito mútuo entre as pessoas); de maneira a compreender as muitas realidades e formas distintas de viver e de resolver as questões sociais. Esta, foi a descoberta mais significativa deste trabalho: identificar a possibilidade real de um fazer profissional orientado ao social, respeitando os diversos integrantes das variadas comunidades. ■

[ALBERTO EFENDY MALDONADO]

Doutor em ciências da comunicação pela USP-1999.

Pós-doutor pela Universidad Autónoma de

Barcelona 2005. Professor titular-pesquisador do

PPGCC-UNISINOS. Catedrático titular da Cátedra

Armand Mattelart do CIESPAL.

E.mail: efendymaldonado@gmail.com

[RENATA CARDOSO DE ALMEIDA]

Pesquisadora-comunicadora da Rede AMLAT

(Argentina, Brasil, Equador, Venezuela). Membro do GP

PROCESSOCOM. Jornalista e produtora audiovisual.

E.mail: renatacardoso.alm@gmail.com

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Ley nº26.522, del 10 de outubro de 2009**. Regulamenta os Servicios de Comunicación Audiovisual. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norm>>. Acesso em: 16 set. 2016.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva. Contribuições para a compreensão da questão agrária e campesinato no Brasil. Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros. Seção Três Lagoas, MS, ano 13, n. 23, p. 66-86, maio./2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1866/1235>> . Acesso em: 30 ago. 2016.

BONIN, Jiani Adriana. Pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins. **Processualidade metodológicas**: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013. p. 23-42.

_____. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa

em comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 37, p. 121-127, dez./ 2008. Disponível em: <<http://www.processocom.org/wp-content/uploads/2015/08/BONIN-Famecos-2008.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 12 jun. 2016.

CANAL ENCUESTRO. **Quem somos**. Argentina, 2016. Disponível em: <<http://www.encuentro.gov.ar/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA., 2003. p. 7-113.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do Mundo**: Para uma teoria da cidadania. Madrid: Alianza Editorial, S.A., 2001.

FALCONE, Karina. A Análise Cognitiva do Discurso. In: Evento PG Letras 30 anos – O Caminho se Faz Caminhando, 1., 2006. **Anais eletrônicos...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. Disponível em: <<https://www.luminpdf.com/viewer/kwjMLdExX7DowFmtE>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

FAXINA, Elson. **Do mercado à cidadania**: o desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira.

2012. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2012. p. 09-22, 93-160.

FURTADO, Cláudio Alves. Periferias geográficas e periferias epistêmicas e a negação de saberes e práticas endógenas e emancipatórias: um olhar a partir da África. In: GADEA, Carlos A.; MELO, José Luis Bica de; LOPES, José Rogério (Org.). **Periferia, territórios e Saberes**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 69-93.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**; tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 2014. p. 15-32.

MALDONADO, Alberto Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. In: Compós, Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 20., 2011, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS/Compós, 2011. Disponível em: <http://www.inpecc.pro.br/media/uploads/pesquisas/a_construcao_da_cidadania_cientifica_como_premissa_de_transformacao_sociocultural_na_contemporaneidade_-_a_efendy_maldonado.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. Configurações Comunicacionais Renovadoras, Cidadania Investigativa e

Desafios Teóricos Críticos. In: Congresso Latino Americano de Investigadores de la Comunicación – ALAIC, 12., 2014, Peru: **Anais eletrônicos...** Peru: Associação Latinoamericana dos Investigadores de Comunicação, 2014. Disponível em: <<http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/GT9-Alberto-Efendy-Maldonado-G%C3%B3mez-de-la-Torre-.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins (Org.). **Processualidades metodológicas: Configurações transformadoras em Comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 87-103

_____. Transmetodologia, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 713-727, set./dez. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/consulta2b.PORTOALEGRE/Downloads/58439-244492-4-PB.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

MARINONI, Bruno. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil. **Intervozes**, São Paulo, n.13, p.6-27, nov./2015. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Projeto-FES-Artigo-concentracao-meio.pdf>>

MERCOSUR. **Institucional**. Montevideu, 2016. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. [S.l.], 20 nov. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

ORTIZ, Renato. Diversidade Cultural e Cosmopolitismo. **Lua Nova: revista de cultura e politica**, São Paulo, n. 47, p.73-99. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451999000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 24 jul. 2016.

_____. Unasul e Mercosul: entenda os blocos e suas diferenças. **Portal Brasil**, [S.l.], 8 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/unasul-e-mercosul-entenda-os-blocos-e-suas-diferencas>>. Acesso em: 19 maio. 2016.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. O Direito à Informação: Democracia e Cidadania na Comunicação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom36., 2013, Manaus. **Anais eletrônicos...** Manaus: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/r8-0168-1.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

STEFFENS, Isadora da Silveira. A Análise Crítica de Discurso e o discurso racista: a perspectiva de Teun Van Dijk. In: Seminário Discente da Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, 4., 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <www.iri.usp.br/documentos/seminariopos/STEFFENSAn%C3%A1liseCr%C3%ADticaDiscurso.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2016.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações, no Brasil. In: _____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

TAL.TV. **Quem somos**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://tal.tv/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

PASTI, André. Transformações e permanências na circulação de notícias na América Latina: contribuições ao debate. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM, 26., Manaus: **Anais eletrônicos...** Manaus: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1928-1.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ROZOWYKWIAT, Joana. **TAL 10 anos**. São Paulo: Editora Pacto das letras, 2013.

SÁ, Alexandre. Media. Mass Media, Novos Media E A Crise Da Cidadania. In: **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. [S.l.], 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sa-alexandre-media-crise-cidadania.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ONÍVOROS DIGITAIS EM CONTATO PERPÉTUO: A MOBILIDADE DAS MÍDIAS PELA ÓTICA ECOLÓGICA

[ARTIGO]

Alan César Belo Angeluci
Marcos Américo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A rápida configuração do (meio-)ambiente digital que ocorre nestas primeiras décadas do século XXI tem envolvido o uso de dispositivos utilizados para consumir simultaneamente conteúdos nos espaços domésticos, laborais e também em períodos de trânsito ou mobilidade. O surgimento desta vasta paisagem digital multiplataforma estimula a se conhecer as formas de utilização destes dispositivos de natureza ubíqua ou não. “Onívoros digitais” formam um novo grupo de consumidores cuja denominação refere-se às plataformas que esses indivíduos utilizam para ter acesso à Internet, seja de maneira individual ou em multiplataforma. Este artigo propõe uma revisão de literatura sobre os usos e apropriações das mídias móveis pelos onívoros digitais que busque situá-las como elemento integrador de um complexo ecossistema midiático contemporâneo. Busca, ainda, apontar como esse ecossistema tem transformado as práticas sociais em direção ao “contato perpétuo” (Katz & Aakhus, 2004). De forma a abordar os aspectos de impacto das mídias móveis por uma perspectiva socio-científica, autores como Haddon (2001), Ling & Donner (2009), Hartmann (2013) e Chen (2015) devem compor o arcabouço teórico-conceitual da discussão proposta, retomando a ideia de consumo da mídia a partir do paradigma da mobilidade.

Palavras-chave: Ecologia dos meios. Onívoros digitais. Contato perpétuo. Mídias móveis.

The fast configuration of digital environment that occurs in these first decades of the twenty-first century has involved the usage of devices used simultaneously to consume content in domestic and labor spaces, also during on-the-move situations. The emergence of this vast multi-platform digital landscape encourages knowing the ways of using or not these ubiquitous devices. “Digital omnivores” form a new group of end users whose name refers to platforms these individuals use to access Internet, in an individual or multiplatform way. This paper proposes a literature review about the uses and appropriations of mobile media by digital omnivores that seeks to situate them as an integrating element of a complex contemporary media ecosystem. It also looks to point out how this ecosystem has transformed social practices toward the “perpetual contact” (Katz & Aakhus, 2004). In order to address the aspects of the impact of mobile media by a socio-scientific perspective, authors such as Haddon (2001), Ling & Donner (2009), Hartmann (2013) and Chen (2015) ground the theoretical and conceptual framework of the proposed discussion, referring to the idea of media consumption from the mobility paradigm.

Keywords: Media ecology. Digital omnivores. Perpetual contact. Mobile media.

La rápida configuración del entorno digital que se produce en estas primeras décadas del siglo XXI ha implicado el uso de dispositivos utilizados para consumir contenidos de forma simultánea en los espacios domésticos, industriales y también en momentos de tráfico o movilidad. El surgimiento de este vasto panorama digital multiplataforma incentiva a conocer las formas de utilización de estos dispositivos de naturaleza ubicua o limitada. Los “Omnívoros digitales” forman un nuevo grupo de consumidores cuyo nombre hace referencia a las plataformas que estos individuos utilizan para acceder a Internet, ya sea individualmente o en multiplataforma. Este artículo propone una revisión de la literatura acerca de los usos y apropiaciones de los medios móviles por omnívoros digitales, y pretende situarlos como un elemento integrador de un complejo ecosistema de los medios contemporáneos. Busca también señalar cómo este ecosistema ha transformado las prácticas sociales hacia el “contacto perpetuo” (Katz y Aakhus, 2004). Con el fin de abordar los aspectos de impacto de los dispositivos móviles y con una perspectiva socio-científica, autores como Haddon (2001), Ling y Donner (2009), Hartmann (2013) y Chen (2015) componen el marco teórico y conceptual de la discusión propuesta, refiriéndose a la idea de los medios de comunicación de consumo desde el paradigma de la movilidad.

Palabras clave: Ecología de los medios. Omnívoros digitales. Contacto perpetuo. Medios de comunicación móviles.

INTRODUÇÃO

Os onívoros digitais representam um novo paradigma na definição dos indivíduos contemporâneos que consomem, produzem e interagem com conteúdos digitais, sobretudo em tempos pautados pela conectividade e pela mobilidade. Apoiada na reflexão proposta pela ecologia das mídias, a discussão que se apresenta busca caracterizar seus comportamentos diferenciais em um contexto em que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm promovido profundas transformações nas últimas décadas no que tange às interações sociais, ao trabalho e ao entretenimento.

Tendo o consumo móvel como eixo central de discussão, para o texto foram retomados autores que versam sobre os usos e apropriações das mídias móveis pelos onívoros digitais, problematizando os principais desafios que vão além do mero acesso às tecnologias. A discussão crítica centrou-se na ideia do “contato perpétuo” de Katz & Aakhus (2004) e buscou apontar como esse ecossistema tem transformado as práticas sociais e os processos de comunicação da atualidade.

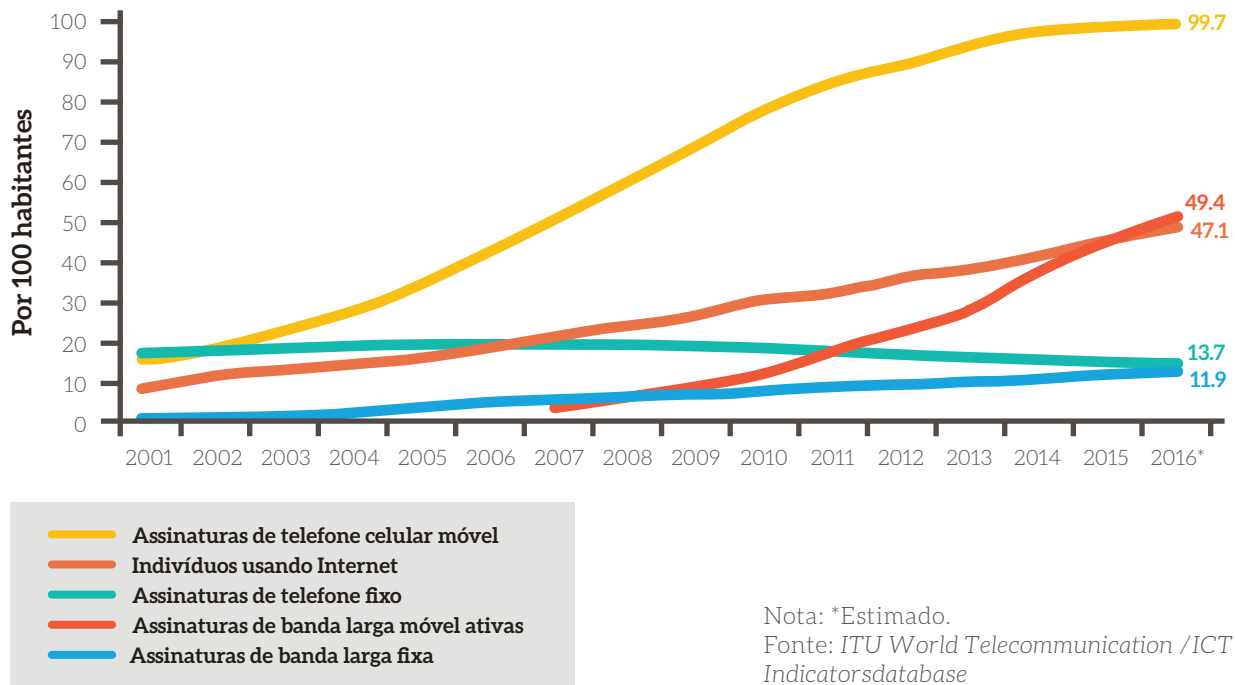
O texto foi estruturado partindo-se da discussão sobre o impacto da mobilidade no cotidiano dos indivíduos. Nas subseções seguintes, foram introduzidos os pressupostos da ecologia da mídia e compostos descritivos que caracterizassem os onívoros digitais. Na última seção, por fim, foi problematizado o ecossistema dos onívoros a partir da ideia de contato perpétuo e das

novas dinâmicas sociais contemporâneas impostas pelas mídias móveis.

2. O BOOM SILENCIOSO: O PARADIGMA CONTEMPORÂNEO DA MOBILIDADE

É fato que o desenvolvimento da sociedade foi grandemente beneficiado pelas TIC que se popularizaram e trouxeram novos elementos à paisagem do cotidiano na passagem do Século XX para o XXI. Em pouco menos de 20 anos, uma profusão de novas gerações de computadores pessoais e a implementação das redes de Internet afetaram fundamentalmente as práticas sociais, de trabalho e entretenimento. No entanto, o paradigma mais proeminente da segunda década do Século XXI parece ser o da mobilidade.

Ao se observar a série (Figura 1), o crescimento mundial no número de assinaturas de telefonia móvel evidencia uma discreta, porém crescente e consistente nova demanda de consumo que, impulsionada pela conectividade, tornam os dispositivos móveis o novo *mainstream*. Os desdobramentos deste mercado são evidentes: modelos de negócio com foco em aplicativos interativos, estratégias transmídias e serviços por recomendação se perpetuam e ilustram as tendências de consumo baseada em economias criativas e compartilhadas, que têm como principal mote a capacidade de conexão e o contato *on-the-move*.

[FIGURA 1] DESENVOLVIMENTO GLOBAL DAS TICS,
2001 – 2016

Talvez um dos principais motivos para esse *boom* silencioso das plataformas móveis possa ser explicado, ao menos em parte, no investimento em economias da base da pirâmide, nos termos de Prahalad (2005). Embora países desenvolvidos do globo vinham experimentando o crescimento da mobilidade anteriormente, foi com a maior penetração nos países em desenvolvimento que o mercado móvel tem ganhado dimensões globais. Ling & Donner (2009) recordam que a instalação de torres de telefonia celular em pequenas vilas e vizinhanças tem custo mais baixo se comparado à implantação de cabos fixos ao longo de um território. Essa perspectiva se alinha à tese da mobilização (Norris & Inglehart, 2009) ao indicar que novas tecnologias tem a capacidade de empoderar grupos com baixos recursos psicológicos e socioeconômicos ao reduzir custos para comunicação e criar

mais oportunidades de inclusão social. Essa simples diferença tem modificado a equação entre cobertura-acesso-posse, sobretudo em países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que figuram entre os dez maiores mercados emergentes para *smartphones* entre 2014 e 2015¹.

A mobilidade traz, portanto, um paradigma central no contemporâneo que impacta os fluxos de produção e recepção de conteúdo digital com interferência direta na vida cultural e social dos indivíduos, demandando reflexões epistemológicas. Se do clássico conceito de mediação pode-se

[1] De acordo com projeções da GfK Target Setter 2015. Disponível em <http://www.gfk.com/documents/press-releases/2014/2014-09-30_tech%20devices%202014%20emerging%20markets%20dominate%20growth.pdf>. Acesso em 07/07/2015.

compreender essa relação entre tecnologias e indivíduos, em Silverstone (2002), por exemplo, a perspectiva dialética e menos linear da mediação fornece subsídios para entender como as mídias se envolvem na circulação de símbolos na vida social. Os estudos de Chen (2015), no entanto, alertam para a maior complexidade das relações quando a vida cultural passa a ser mediada pela mobilidade: “a participação cultural móvel tem grande flexibilidade espacial e temporal, que é mais espontânea e requer menos tempo e recursos das pessoas (...), sendo mais interativa, participativa e em rede” (p. 84).

Observa-se também que a mobilidade está intrinsecamente ligada à uma espécie de “estilo de vida digital” da atualidade, que tem se revelado com expressões que caracterizam os indivíduos que o representa, como as *thumbtribes*² (Rheingold, 2007), os nativos digitais (Prensky, 2001), a geração Net (Tapscott, 2008) ou *millennials* (Howe & Strauss, 2000). Contudo, essas tentativas de definir e caracterizar a pessoa imersa no contexto digital são enviesadas, ora por um determinismo etário e temporal, ora por uma visão muito tecnológica ou regional. Nesse ponto, a perspectiva da ecologia das mídias parece fornecer um terreno mais substancial para compreender esses diversos elementos tangíveis e intangíveis da vida móvel junto aos indivíduos.

3. A MOBILIDADE PELA ÓTICA ECOLÓGICA

“Que a Comunicação também faça uso da metáfora ecológica não deve causar espanto. A história da humanidade confunde-se com a história do aparecimento de novas mídias comunicacionais. Começando com a invenção das escritas e do alfabeto, continuou com a prensa manual e, depois mecânica, com a fotografia, o telégrafo, o jornal, o telefone, o cinema, o rádio, a TV etc. A constituição progressiva de uma ecologia midiática salta à vista. Tanto é assim que, com crescente frequência, o campo da Comunicação está fazendo uso da palavra “ecologia” e da descrição dos seus processos para autocaracterizar-se.” (SANTAELLA, 2010, p.15).

Conforme Scolari (2012, p. 204-205), os estudos no campo da Ecologia da Mídia tiveram início nos anos 60 do século XX e foram, a princípio, ignorados pela comunidade científica. A criação da *Media Ecology Association*³ (1998), a acelerada expansão da Internet e o consequente desenvolvimento dos processos de convergência digital ressuscitaram não somente o interesse em uma abordagem integrada da mídia, mas também as ideias de pensadores como Marshall McLuhan. Estes fatos consolidaram institucionalmente a Ecologia da Mídia no contexto dos estudos da Comunicação e das Ciências Sociais. Scolari ainda destaca Strate (2008, p. 130) que afirma que ainda que McLuhan tenha apresentado

[2] O conceito de “Tribo do Polegar” ou “Geração Polegar” foi cunhado por Howard Rheingold em sua obra *“SmartMobs”* (2007) e indica os jovens que possuem aptidão para manusear os teclados dos dispositivos móveis com seus dedos polegares.

[3] Informações sobre a instituição disponíveis em: < <http://media-ecology.org/> >. Acesso em 06 de outubro de 2013.

um importante papel na constituição deste campo de pesquisa, a Ecologia da Mídia “é muito mais que um McLuhanismo”⁴.

Ainda de acordo com os apontamentos de Scolari, existem dúvidas ao redor do surgimento da metáfora “Ecologia da Mídia”. Embora o termo tenha sido registrado por Neil Postman em uma conferência no *National Council of Teachers of English* (1968), o próprio autor reconheceu posteriormente que McLuhan havia empregado o conceito anos antes em uma comunicação pessoal e é possível considerar que a perspectiva ecológica da mídia estivesse presente nas discussões realizadas por aquele grupo de estudiosos da década de 1960. Atualmente podemos compreender a Ecologia dos Meios a partir de três conceituações mais presentes na literatura, a saber: (1) Postman (1980), que afirma que a Ecologia dos Meios “examina como os meios de comunicação afetam a percepção humana, a compreensão, o sentimento e os valores; e como nossa interação com a mídia facilita ou dificulta as nossas chances de sobrevivência”; (2) Strate (1999) a define como “o estudo de ambientes midiáticos, a ideia de que técnicas e tecnologias, formas de comunicação e códigos comunicacionais desempenham um importante papel nas relações humanas”; e (3) a mais sintética, proposta por Nystrom (1973), que entende a Ecologia dos Meios como “o estudo de sistemas complexos de comunicação como ambientes”.

Enfim, a rápida configuração do (meio-) ambiente digital que ocorre nestas primeiras décadas do século XXI tem envolvido o uso de dispositivos utilizados para consumir simultaneamente conteúdos nos espaços domésticos, laborais e também períodos de

trânsito ou mobilidade (ComScore, 2011a). O surgimento desta vasta paisagem digital multiplataforma impele a se conhecer as formas de utilização individual e complementar destes dispositivos de natureza ubíqua ou não. A ampla adoção de *smartphones*, *tablets* e outros aparatos conectados via Internet faz com que os usuários/consumidores destes dispositivos se alimentem de uma dieta baseada em um fluxo constante de conteúdos digitais em diferentes plataformas, como apontado por Donovan (2013), e que criam um ecossistema midiático habitado pelos “onívoros digitais” que merece ser estudado.

4. OS ONÍVOROS DIGITAIS E AS FORMAS DE CONSUMO MÓVEL

De acordo com o Dicionário *Huaiss*⁵:

“Onívoro – adjetivo e substantivo masculino (1831);

1. que ou o que come tudo ou de tudo;

2. (ecologia) que ou o que come animais e vegetais em sua alimentação básica

Adjetivo: que absorve, consome ou devora tudo

Etimologia: lat. *omnivorus*, a, um ‘que come tudo ou de tudo’; ver *oni-* e *ō ōvoro*; f.hist. 1831 *omnívoro*”

Ao se discutir as formas de consumo móvel no contexto da Ecologia da Mídia

[4] No original, em inglês: “is more than McLuhanism”.

[5] Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em 07 de outubro de 2013.

que se instaura diante da figura dos “Onívoros Digitais” (*digital omnívores*, seguindo a nomenclatura da *comScore*), observa-se que emerge a figura de um novo grupo de consumidores cuja denominação, de acordo com Canavilhas (2013, p. 3), “está relacionada com as plataformas que estes consumidores usam para aceder à Internet, mas também com o tipo de consumo individual e multiplataforma que fazem.”

O relatório produzido pela ComScore (2011, p. 2)⁶ indica que o consumo fragmentado de dispositivos e conteúdos faz com que os *stakeholders* estejam diante de um crescente número de desafios, oportunidades e questões, tais como: Em qual medida estes dispositivos penetram e alteram os hábitos de consumo dos usuários? Como alcançar de forma efetiva e significativa o grupo dos “onívoros digitais”?

O mesmo relatório supracitado aponta alguns resultados que servem de base para se elaborar um possível cenário para o consumo móvel neste ecossistema baseado na onivoridade digital:

- Onívoros Digitais são um fenômeno global uma vez que a disponibilidade de redes Wi-Fi e banda larga móvel facilitam a conexão dos dispositivos;
- Os telefones celulares lideram o tráfego digital mundial, mas os *tablets* apresentam crescimento significativo;
- O crescimento do acesso às mídias móveis é facilitado pela adoção de *smartphones*;
- Os *tablets* se apresentam como ferramenta fundamental de comunicação tanto para

correio eletrônico quanto acesso às redes sociais e quase metade dos usuários realizaram compras através do dispositivo;

– As possibilidades decorrentes do uso de dispositivos móveis conectados não deve ser subestimada.” (ComScore, 2011)

O Brasil parece estar se integrando celeremente ao universo da onivoridade digital, uma vez que já se posiciona em quarto lugar em âmbito mundial no número de nativos digitais (Prensky, 2001), entendidos nesse contexto como jovens entre 15 e 24 anos que “que estão conectados à Internet há pelo menos cinco anos”. Estes dados publicados no Jornal Folha de S. Paulo⁷ foram divulgados pela ITU – *Internacional Telecommunication Union*– e mostram que o Brasil possui 20,1 milhões de um total de mundial de 363 milhões de jovens conectados, o que “representa 30% da população jovem mundial ou 5,2% da população mundial de 7 bilhões de habitantes”. Somemos a essas informações outros dados: de acordo com matéria publicada na Revista Exame⁸, uma pesquisa encomendada pelo Google à empresa Ipsos⁹ aponta que no Brasil “mais de

[6] A comScore é uma empresa de pesquisa de mercado que fornece dados de marketing e serviços para empresas da Internet. Informações disponíveis em: <www.comscore.com/por>. Acesso em 03 de outubro de 2013.

[7] “Brasil é quarto país do mundo em nativos digitais”, matéria publicada no Caderno Tecnologia em 22/10/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/135116-brasil-e-quarto-pais-do-mundo-em-nativos-digitais.shtml>. Acesso em 23 de outubro de 2013.

[8] Intitulada “Brasil já tem 30 milhões de internautas multi-telas, diz Google”, publicada em 21/08/2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/brasil-ja-tem-30-mi-de-internautas-multi-telas-dizgoogle?fb_action_ids=620289411324924&fb_action_types=og.recommends&fb_source=other_multiline&action_object_map=%7B%22620289411324924%22%3A628971690461210%7D&action_type_map=%7B%22620289411324924%22%3A%22og.recommends%22%7D&action_ref_map>. Acesso em 21 de outubro de 2013.

[9] Empresa que realiza pesquisas de mercado e que possui filial no Brasil. A pesquisa ouviu 1.300 pessoas, entre maio e junho de 2013. Disponível em: <http://www.ipsos>.

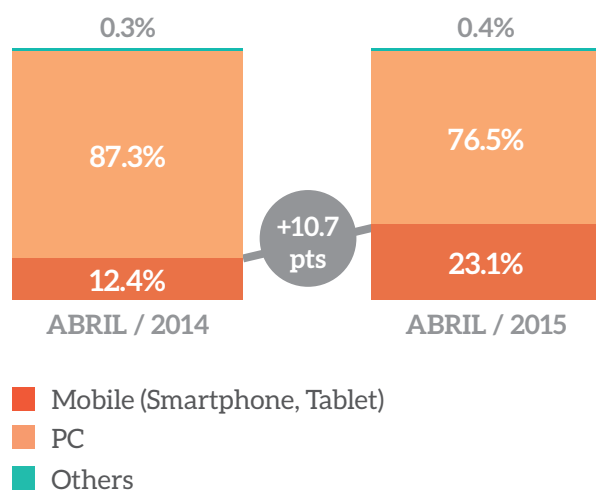
30 milhões de usuários consomem mídia em três diferentes telas no país – quase o dobro quando comparado à França (19 milhões) ou Reino Unido (16 milhões)”. A mesma pesquisa indica outros dados interessantes sobre o consumo de mídia dos brasileiros, como:

- 63 milhões de brasileiros usam pelo menos duas telas diariamente (TV + computador);
- 30 milhões de brasileiros usam três telas (TV + computador + smartphone);
- A penetração de smartphones cresceu 86% em relação a 2012, chegando a 26%;
- A maior parte da exposição à mídia é por meio de telas (69%), sendo o computador o que tem a maior média semanal (26 horas), seguido da televisão (19 horas) e smartphones (13h)
- O deslocamento entre as telas pode ser simultâneo ou sequencial. O comportamento do brasileiro é mais simultâneo, sendo a TV a tela consumida de forma mais simultânea:
- Metade da população online (52%) assiste à TV e acessa a Internet ao mesmo tempo;
- 68% dos multi-telas assistem à TV e interagem com smartphone simultaneamente.
- 27% dos usuários multi-telas já fazem compra online no Brasil;
- Mais de 30% deste grupo usa mais de um dispositivo para concluir a compra.”

O relatório sobre hábitos de consumo dos onívoros digitais (comScore, 2011, p. 2) destaca que não faz muito tempo as pessoas dependiam exclusivamente de seus computadores *desktop* para acessarem a Internet. Já o relatório “2015 Digital Future in Focus

Report” da comScore¹⁰ confirma, por meio dos dados apresentados, o pensamento mcluhaniano em que toda tecnologia afeta o comportamento humano e afirma que o incremento do consumo de dispositivos móveis impele o ecossistema digital a se ajustar a novos comportamentos. O mesmo documento indica que, embora ainda predomine o uso de PCs, o uso de dispositivos móveis na América Latina cresceu importantes 11 pontos em 2014 (Figura 2), o que aumenta a oferta de conteúdos para este tipo de usuário e que força os produtores a investir em um mix mais amplo de mídias para consumo nos chamados “dispositivos onipresentes”, como *tablets* e *smartphones*, que são inclusive utilizados para “conteúdos que só eram consumidos previamente via TV”.

[FIGURA 2] CRESCIMENTO DO USO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NA AMÉRICA LATINA



Fonte: comScore, Inc., Device Essentials, AR, BR, CL, CO, MX, PE, VE, Apr 2014 vs. Apr 2015¹¹

[10] Disponível em: <<https://www.comscore.com/Insights/Presentations-and-Whitepapers/2015/2015-LATAM-Future-in-Focus>> Acesso em 15 de outubro de 2015.

[11] *Idem*.

Atualmente, um número crescente de consumidores está propenso a acessar uma ampla variedade de conteúdos digitais através diversos aparelhos. Por meio de *smartphones*, *tablets* e outros dispositivos conectados, os consumidores se tornaram onívoros digitais não apenas por causa da mídia que consomem, mas também na forma como consomem esses conteúdos. Nos Estados Unidos da América, os proprietários do trio de dispositivos composto por *smartphones*, *tablets* e *laptops* já representa um quarto do mercado consumidor doméstico¹².

5. USOS E APROPRIAÇÕES DAS MÍDIAS MÓVEIS: O CONTATO PERPÉTUO

A organização da vida social dos indivíduos deve ser um importante ponto de partida para se pensar o consumo dos onívoros digitais. A ideia de domesticação foi tradicionalmente utilizada para descrever um tipo de tecnologia que se destacou ao ser consumida individualmente por um número significativo de pessoas ou ser apropriada e integrada ao ambiente doméstico nas tarefas diárias. Uma primeira geração de TICs pode talvez ser explicada a partir deste conceito, como o uso e a apropriação dos computadores pessoais e da Internet fixa nos lares.

No entanto, a emergência das mídias móveis trouxe a autoras como Hartmann (2013) e Haddon (2003) alguns questionamentos. A primeira pontua que é preciso considerar as consequências da mobilidade nas dinâmicas de mediação, sugerindo a ideia de “mobilidade mediada”. A segunda observa que a ideia de domesticação precisa ser entendida à luz das novas práticas de comportamento comunicativo em espaços públicos e privados, cujas fronteiras tem se tornado cada vez mais complexas.

A relação dos onívoros digitais com suas múltiplas plataformas em estado de comunicação ubíqua (Magnoni, Affini e Américo, 2007) suscita discussões aos possíveis prejuízos que o contato perpétuo pode trazer aos processos de interação face a face. Autores como Bittman et al (2009) desmistificam essa tese ao observar em seus estudos empíricos que a impossibilidade de estar “fora do toque” não depreciam os momentos de lazer nem estende ou intensifica as atividades de trabalho. Baym (2010), no entanto, pontua que as conexões entre indivíduos e tecnologias de mídia não são capazes de estabelecer laços concretos e íntimos tais quais nas situações presenciais.

Neste ponto, Katz & Aakhus (2004) colaboram ao ir mais a fundo nos desdobramentos do contato perpétuo e observam como as mídias móveis passaram a afetar a vida e as interações sociais dos indivíduos na sociedade contemporânea. A ideia de estar conectado de forma perene independente do horário, do local e das plataformas está em consonância com a lógica do ecossistema da onivoridade digital.

Seguindo a linha desses autores, os onívoros digitais estariam sujeitos à novas dinâmicas sociais que impactam seu

[12] De acordo com a matéria “Report: ‘Digital omnivore’ population grew 160 percent last year”. Disponível em: <<http://venturebeat.com/2013/03/21/report-digital-omnivore-population-grew-160-percent-last-year/>>. Acesso em 16 de julho de 2015.

consumo: primeiro, a individualidade passa a superar os laços primários e as relações face-a-face: “amizade, intimidade, família e os vizinhos deixam de ser as principais fontes de significado, e tornam-se os objetos de deliberação de mais um domínio da realidade”. (KATZ e AAKHUS, 2004, p. 232. Tradução nossa). Com a predominância das relações horizontais, fomentadas pelas mídias sociais, fragilizam-se também a intimidade e profundidade nos tratos humanos. Para os autores, também perdem-se alguns critérios de qualidade ou censura no fluxo de informações, o que leva a superação de determinados usos e costumes, cujo “surgimento de um mundo de significados irá acabar com o jeito pragmático da vida cotidiana.” (KATZ e AAKHUS, 2004, p. 234. Tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade de se conectar e estabelecer contatos e tarefas em ambientes móveis traz uma série de desafios epistemológicos ao campo da comunicação. Sendo os dispositivos móveis o novo *mainstream*, é importante pontuar, no entanto, que dentro da “Economia da Atenção”¹³ eles ainda dis-

putam espaço com outras mídias domesticadas, como a TV. O fato é que até mesmo para as mídias tradicionais, a emergência das mídias móveis tem alterado os modelos de negócio e as dinâmicas de produção e consumo, demandando novos paradigmas para se entender um mercado e um público emergentes. Em termos baumanianos, a interatividade e a participação em rede de hoje requer pensar sobre as perspectivas líquidas do tempo e do espaço.

A adoção de novas tecnologias e práticas sociais tem também recuperado a ideia de mídias ecológicas, pensando o indivíduo desse meio ambiente digital como um ser onívoro que se alimenta de um cardápio repleto de conteúdos digitais em diferentes plataformas. Nesse ambiente, vê-se a predominância das bandas largas móveis, dos *smartphones* e *tablets* e do tráfego mundial de informações pelas mídias sociais que criam novas condições para produção e consumo de bens.

Para além de uma perspectiva tecnicista, este trabalho buscou enfatizar os desdobramentos dessas mídias móveis no âmbito das relações interpessoais, evidenciando uma necessária discussão sobre o ecossistema da onivoridade digital que, entre outros aspectos, se sustenta na ideia de estar conectado de forma perene independente do horário, do local e das plataformas, o contato perpétuo.

Não se propõe visitar esses conceitos com o objetivo de depreciar os novos valores e práticas emergentes; contudo, a discussão centra-se na necessidade de se

[13] A ideia de que existe uma “Economia da Atenção” é do físico teórico norte-americano Michael H. Goldhaber. Em 1997, ele publicou um artigo na revista *Wired*, em que propunha a hipótese de que assistimos a transição de uma “economia de base material”, na qual a moeda é o dinheiro, para uma “economia da atenção”, na qual a moeda passa a ser a atenção. Isso se explica pela enorme quantidade de informação, relevante e irrelevante, que não para de crescer, principalmente na Internet. A informação produzida seria maior do

que o tempo que as pessoas têm para ler e assimilá-la. Disponível em: < <http://firstmonday.org/article/view/519/440>>. Acesso em: 07 de julho de 2015.

pensar o consumo a partir de novos paradigmas e atributos advindos do impacto das mídias móveis nas dinâmicas sociais do contemporâneo. É nesta problematização que este texto buscou colaborar com um maior detalhamento da complexidade da onivoridade digital. ■

Este artigo foi apresentado durante o VIII Seminario Regional (ConoSur) ALAIC em Córdoba, Argentina, em agosto de 2015. Para esta publicação, foi revisado e ampliado.

[ALAN CÉSAR BELO ANGELUCI]

Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Paulo. Possui estudos de pós-doutorado na The University of Texas at Austin (EUA) e na ECA-USP. Doutor pela Universidade de São Paulo. E-mail: aangeluci@uscs.edu.br

[MARCOS AMÉRICO]

Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Bauru. Possui pós-doutorado pela Universidad Nacional de la Matanza (Argentina) Doutor pela UNESP. E-mail: tuca@faac.unesp.br

BIBLIOGRAFIA

Canavilhas, J. (2013). Jornalismo móvel e Realidade Aumentada: o contexto na palma da mão. *Verso e Reverso*, XXVII(64):2-8, janeiro-abril 2013. DOI: 10.4013/ver.2013.27.64.01 – ISSN 1806-6925. Disponível em <http://www.labcom.ubi.pt/publicacoes/201304282129-realidadeaumentada.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2015.

Baym, N. K. (2010). Personal connections in the digital age. *Polity*.

Bittman, M., Brown, J., Wajcman, J. (2009). The mobile phone, perpetual contact and time pressure. *Work, Employment & Society*. 23: 673-691.

Chen, W. (2015). A Moveable Fast: do mobile media technologies mobilize or normalize cultural participation?. *Human Communication Research*. (41): 82-101, 2015. DOI:10.1111/hcre.12041 – ISSN: 0360-3989.

ComScore.(2011). Digital Omnivores: How Tablets, Smartphones and Connected Devices are Changing U.S. Digital Media Consumption Habits – comScore, Inc. Disponível em: <http://www.comscore.com/Insights/Presentations_and_Whitepapers/2011/Digital_Omnivores>. Acesso em 21 de Agosto de 2013.

ComScore.(2013). Digital Omnivores: Key Insights into Today's Connected Consumer Webinar – comScore, Inc. Disponível em: <http://www.comscore.com/Insights/Presentations_and_Whitepapers/2011/Digital_Omnivores_Key_Insights_into_Today's_Connected_Consumer_Webinar>. Acesso em 21 de Agosto de 2013.

ComScore (2015). 2015 Digital Future in Focus Report: The 2014 Digital Year in Review & Predictions for the year ahead. Disponível em: <<https://www.comscore.com/Insights/Presentations-and-Whitepapers/2015/2015-LATAM-Future-in-Focus>> Acesso em 15 de outubro de 2015.

Donovan, M. (2013). The Rise of Digital Omnivores. Disponível em: <http://www.comscore.com/Insights/Blog/The_Rise_of_Digital_Omnivores>. Acesso em 08 de outubro de 2013.

Goldhaber, M. (1997). The attention economy and the Net. *First Monday*, 2(4). doi:10.5210/fm.v2i4.519

Haddon, L. (2003). Domestication and Mobile Telephony. In: Katz, J. E. (Ed.). *Machines that become us: The social context of personal communication technology*. Transaction Publishers.187-198.

Hartmann, M. (2013). From Domestication to mediated mobilism. *Mobile Media & Communication*. 1(1) 42-49. DOI: 10.1177/2050157912464487.

Howe, N. & Strauss, W. (2000). *Millennials rising: the next great generation*. Vintage.

Katz, J. E. (Ed.). *Machines that become us: The social context of personal communication technology*. Transaction Publishers. 187-198.

Katz, J. E., & Aakhus, M. (Eds.). (2004). *Perpetual contact: Mobile communication, private talk, public performance*. Cambridge University Press.

Ling, R. & Donner, J. (2009). *Mobile Communication*. Polite Press, Cambridge.

Magnoni, A.F.; Affini, L.P.; Américo, M. Da Mobilidade a Ubiquidade da Comunicação. (2007). Intercom 2007 / II Multicom – Colóquios Multitemáticos em Comunicação – Mesa. Disponível em: < <http://www2.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=33884> > Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

Norris, P. & Inglehart, R. (2009). *Cosmopolitan communications: Cultural diversity in a globalized world*. New York, NY: Cambridge University Press.

Nystrom, C. (2007). What is Media Ecology? Disponível em: <<http://www.media-ecology.org/mecology/>>. Acesso em 03 de janeiro de 2007.

Postman, N. (2000) The humanism of media ecology. In: *Proceedings of the Media Ecology Association*. 2000. p. 10-16. Disponível em: <http://w.media-ecology.org/publications/MEA_proceedings/v1/postman01.pdf > Acesso em 08 de outubro de 2013.

Rheingold, H. (2007). *Smart mobs: The next social revolution*. Basic books.

Santaella, L. (2010). *A ecologia pluralista da Comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade*. São Paulo: Paulus.

Scolari, C. A. (2012). Media Ecology: Exploring the Metaphor to Expand the Theory. *Communication Theory*, 22 (2012), 204-225. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2885.2012.01404.x/pdf> > Acesso em 08 de outubro de 2013.

Strate, L. (1999). Understanding MEA. *Medias Res*, v. 1, n. 1.

Strate, L. (2008). Studying media as media: McLuhan and the media ecology approach. *Media Tropes Journal*, 1, p. 127-142. 2008. Disponível em: < http://fordham.bepress.com/comm_facultypubs/9/ > Acesso em 12 de setembro de 2014.

Prahalad, C. K. (2004). The Fortune at the Bottom of the Pyramid: eradicating poverty through profits. Wharton School Publishing.

Prensky, M. (2001). Digital Natives, Digital Immigrants. *On the Horizon*. 9 (5): 1–6.

Silverstone, R. (2002). Complicity and Collusion in the Mediation of Everyday Life. *New Literary History* 33(5): 745–64.

Tapscott, D. (2008). Grown up digital: how the net generation is changing your world. McGraw-Hill.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL *ONLINE* DA APP-SINDICATO

[ARTIGO]

Caroline Kraus Luvizotto
Fábio Alves Silveira
Kátia Viviane da Silva Vanzini
Priscila Santana Caldeira

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo analisa como a APP-Sindicato (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná) utilizou as plataformas *online* Facebook, YouTube e o website da entidade para divulgação de suas demandas e da mobilização social durante a greve dos professores do Paraná em 2015, avaliando se as iniciativas são apresentadas de forma integrada e se buscam incentivar a participação popular em suas ações. Além da revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos que envolvem a temática, fizemos uso da análise descritiva e examinamos a utilização das plataformas. A análise indica que o uso das plataformas não seguiu um formato integrado de disponibilização, o que indicaria a falta de um plano integrado de gestão de comunicação pública através das mídias sociais e do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Mobilização Social. Redes Sociais. APP-Sindicato.

This paper analyzes how the APP-Sindicato (Union of Workers in Public Education of Paraná) used the *online* platforms Facebook, YouTube and the organization's website to publicize their demands and social mobilization during the strike of Paraná teachers in 2015, evaluating whether the initiatives are presented in an integrated way and seek to encourage popular participation in their actions. In addition to the literature review on the main concepts involving the theme we used the descriptive analysis and we examine the use of platforms. The analysis indicates that the use of platforms not follow an integrated format available, which indicates the lack of an integrated plan of public communication management via social media and the use of Information and Communication Technologies.

Keywords: Social Movements. Social Mobilization. Social Networking. APP- Sindicato.

En este artículo se analiza cómo el APP-Sindicato (Sindicato de los Trabajadores en Educacion Pública de Paraná) utiliza las plataformas en línea de Facebook, YouTube y la página web de la organización para dar a conocer sus demandas y su movilización social durante la huelga de los maestros de Paraná en 2015, evaluando si estas iniciativas se presentan de una manera integrada y tratan de incentivar la participación popular en sus acciones. Además de la revisión de la literatura sobre los principales conceptos relacionados con el tema, hacemos uso del análisis descriptivo y examinamos el uso de esas plataformas. El análisis indica que el uso de las plataformas nombradas no sigue un formato integrado disponible, lo que indica la falta de un plan integral de gestión de la comunicación pública a través de los medios sociales y del uso de las Tecnologías de Información y Comunicación.

Palabras clave: Movimientos sociales. La movilización social. Redes Sociales. APP-Sindicato.

INTRODUÇÃO

A participação social é uma ação coletiva que possui em sua gênese uma série de características, dentre as quais, podemos destacar suas estratégias de ação, sua organização, a historicidade, os laços e identidades compartilhadas. Essas características, somadas a um projeto de sociedade é que levam os atores sociais a se aproximarem de ações coletivas e atuarem ativamente ou ocasionalmente junto aos movimentos sociais, aos espaços de deliberação política e aos mais diversos contextos onde se faz necessária uma ação democrática e cidadã.

Muitas ações de caráter político-social se fortaleceram e se potencializaram à medida que a internet deu suporte a elas, utilizando sua arquitetura em rede para disseminar informação e promover a discussão coletiva. Portanto, compreende-se a importância fundamental da internet como ferramenta para disseminação de conteúdos informacionais de caráter político e social, bem como, enquanto suporte para organizar ações coletivas.

Segundo Rothberg et. al (2014, p. 229), as ações sociais coletivas podem ser consideradas “sadias dentro de um ambiente político e social plural como o brasileiro e projetam atores políticos que passam a exigir do poder público a efetivação de direitos civis, políticos e sociais garantidos por lei”. Trata-se de um componente advindo do amadurecimento das democracias.

A comunicação é um ponto importante para os movimentos sociais do século XXI. Castells (2013, p. 162) lembra que a comunicação “em ampla escala” passou por

transformações profundas, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto organizacional nos últimos anos. As novas tecnologias propiciam o surgimento de um fenômeno de “autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet e mais ainda, nas redes de comunicação sem fio”.

Essas tecnologias permitem que os movimentos sociais tenham a oportunidade de fazer a sua própria mídia, já que a mídia comercial, assim como os governos e outras instituições, também são objeto de desconfiança desses movimentos. A possibilidade da tecnologia sem fio, as facilidades criadas pelas redes sociais, possibilitaram não só a produção de conteúdos próprios, mas também de distribuição desses conteúdos pelos cidadãos envolvidos nas mobilizações, dispensando o papel da imprensa e da mídia como mediadores do diálogo com a sociedade. O movimento 15M da Espanha, por exemplo, ao não aceitar a presença de “intermediários fossem eles políticos, midiáticos ou culturais”, possibilitou com que todos falassem por si mesmos (CASTELLS, 2013, p. 99). Além da produção de conteúdo ser mobilizada pelos líderes do movimento, os próprios ativistas produzem materiais, inclusive como forma de autodefesa. A possibilidade de usar telefones celulares tanto para criar imagens quanto para veiculá-las em tempo real ou quando muito, com segundos ou minutos de diferença com relação aos acontecimentos, foi usada como forma de proteção contra a violência policial.

As TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação estão sendo usadas com frequência pelos movimentos sociais, não apenas como plataformas de divulgação, mas também de mobilização e organização

de suas ações. Como exemplo recente, podemos destacar a APP-Sindicato, que representa professores e servidores da rede estadual de ensino do Paraná e utilizou vídeos compartilhados no YouTube, notícias disponibilizadas no website da entidade e informações divulgadas em sua página oficial no Facebook, durante a greve dos professores e servidores da rede estadual de ensino no início do ano de 2015.

As ferramentas web 2.0 estão organizando e fomentando o desenvolvimento de novas mídias digitais e redes sociais virtuais, à medida que são reduzidos os custos da mobilização de atores sociais. A ação política através das tecnologias “torna-se mais barata, rápida e por consequência mais acessível a grupos que não fazem parte do sistema político institucionalizado”, segundo Pereira (2011, p. 14).

Este artigo analisa como a APP-Sindicato utilizou as plataformas *online* Facebook, YouTube e o website da entidade para divulgação de suas demandas e da mobilização social durante a greve dos professores e servidores públicos da educação do Paraná em 2015, avaliando se as iniciativas são apresentadas de forma integrada e se buscam incentivar a participação popular em suas ações.

Utilizamos a análise descritiva e exploratória das três plataformas de divulgação da APP-Sindicato com maior frequência de atualizações. Por meio de Análise de Conteúdo, foi possível analisar em quais das plataformas a entidade dá maior visibilidade às suas ações. Através da análise descritiva, foram avaliadas as postagens nas redes sociais mencionadas e no portal da entidade entre os dias 27 de abril a 29 de maio de 2015, período marcado por

diversas manifestações contra projeto de lei do Governo Estadual que previa alterações no regime previdenciário do funcionalismo público. Para tanto, apresentamos a análise das postagens do dia 29 de abril, conhecido como o dia do “Massacre do Centro Cívico”. O artigo também apresenta a revisão da literatura pertinente para dar suporte teórico à discussão.

Inicialmente apresenta-se a conceituação de movimentos sociais circunstanciando sua atuação *online* e *offline* e destacando o papel da internet para a organização, disseminação e mobilização dos movimentos sociais. Também são apresentados conceitos e características das redes sociais digitais para embasar a discussão sobre as principais plataformas *online* utilizadas pela APP-Sindicato. Essas plataformas *online* Facebook, YouTube e website da entidade, são analisadas principalmente no que se refere às postagens do dia 29 de abril. Esperamos que este estudo contribua para a discussão mais ampla sobre movimentos sociais, mobilização social e redes sociais, salientando a importância da integração das diversas plataformas no decorrer das ações sociais.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: ENTRE O ONLINE E O OFFLINE

Participação tem um sentido amplo e é persistente na gênese dos movimentos sociais e da mobilização social. Ela pode ser cultural, social ou política. Shirky (2011, p. 25) afirma que participar é “agir como se sua presença importasse, como se, quando você

vê ou ouve algo, sua resposta fizesse parte do evento”. Para Bordenave (1983, p. 23) “participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”. Para ele, de nada adianta “fazer parte” sem “tomar parte”, como por exemplo, alguém que faz parte de um grupo, mas não toma parte das decisões do grupo. A participação está ligada à atividade e ao engajamento. A participação seria inata ao ser humano devido às suas necessidades criativa e racional e a democracia seria um estado da participação (BORDENAVE, 1983). Para Demo (1996, p. 19-20) “participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias”. Nesse sentido, podemos afirmar que o exercício da cidadania passa diretamente pela participação de um povo e suas demandas.

A participação da APP-Sindicato durante as manifestações contra a proposta do governo de alteração do regime previdenciário teve como principal característica a tentativa de organizar o movimento social. Souza (2008, p. 9) conceitua movimentos sociais como “conjunto de manifestações coletivas organizadas, com duração de tempo significativo, um determinado Estado, ou mesmo ações coletivas de caráter global, a exemplo do Fórum Social Mundial”. A atuação dos movimentos sociais ocorre em diversas esferas, inclusive na mídia. Novos saberes são construídos pelas classes subalternas por meio da utilização de rádios comunitárias, jornais populares, panfletos, pôsteres e instalações artísticas. Esses setores buscam inserir suas informações nas mídias hegemônicas, de modo a expressar suas visões à opinião pública e conquistar espaço no domínio público.

A busca por mudança é característica do movimento social, que se une aos outros por meio de ações que têm como foco a

transformação do contrato social e a busca por identidade coletiva. Nesse sentido, cabe apresentar a conceituação de Gohn (2006, p. 251) na qual os movimentos sociais são considerados como “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”.

A autora aponta que suas ações são estruturadas conforme repertórios criados sobre temas e problemas vivenciados pelo grupo na sociedade, desenvolvendo um processo social e político-cultural no qual se cria uma identidade coletiva para o movimento. “Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados” (GOHN, 2006, p. 251).

Segundo a autora, as redes de comunicação assumem importância para fundamentar a esfera pública alternativa, além do fato de construir as bases dos movimentos sociais. Para Gohn (2008, p. 38), algumas características dos movimentos sociais demarcam profundamente a sua “capacidade de transformar atores sociais em sujeitos sociopolíticos, coletivos, construtores de suas histórias”. Ela se refere à habilidade que os movimentos sociais têm de “realizar alianças, de se inserir em redes, de realizar parcerias, de articular-se com outros movimentos com princípios e valores similares, e outras ações expressas no agir político de um movimento” (GOHN, 2008, p. 38).

Assim, o desejo de mudança e transformação social é formatado nos projetos

políticos, os quais se configuram como metas a serem atingidas por um movimento. Segundo Moraes (2010, p. 210), um dos caminhos para a mundialização das lutas sociais é a expansão de redes que façam a ligação de visões de mundo e “deem ressonância a campanhas em prol da democratização da esfera pública”. O conceito de rede, segundo o autor, pode diluir a hierarquização do poder entre os participantes e institui relações mais horizontalizadas.

As ações dos movimentos sociais podem se manifestar na forma de protestos, greves, manifestações, ocupações de espaços públicos ou privados, podendo usar ou não de violência. Nosso objeto específico, a greve, configura-se como um mecanismo clássico de luta no qual visa reconstruir um novo pacto social em busca da cidadania, não apenas motivada pela obtenção de direitos, mas busca evitar a perda dos já conquistados. À medida que grupos sociais têm seus direitos trabalhistas, civis ou sociais atacados, a greve é reconhecida e legitimada como forma de mobilização social e um exercício de participação política.

Para Young (2001, p. 672), “mais do que o acordo entre aqueles que apoiam as estruturas de poder existentes é necessário confrontá-los em espaços públicos através de manifestações públicas, como passeatas, boicote e outras ações diretas”. Refletindo sobre mobilização social, destacamos Scherer-Warren que apresenta uma organização da sociedade civil mobilizada em três níveis:

- O primeiro nível – associativismo local: movimentos comunitários e as próprias ONGs que lutam por “causas sociais ou culturais do cotidiano” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110). Como exemplo desse nível, a autora

destaca os núcleos dos movimentos sem terra, sem teto, piqueteiros, empreendimentos solidários e associações de bairro.

- O segundo nível – organizações inter-organizacionais: “fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 111), que se articulam para empoderar a sociedade civil. Nesse nível ocorre a mediação necessária para parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade e o Estado.
- O terceiro nível – mobilização na esfera pública: a articulação de todos estes atores sociais que buscam algo além da organização institucional conciliatória e partem para grandes manifestações, tendo em vista visibilidade midiática e exercer pressão política (SCHERER-WARREN, 2006, p. 111). Como exemplo do terceiro nível temos a Marcha das Vadias, a Parada do orgulho LGBTT, e as próprias Manifestações de Junho de 2013 no Brasil em um nível ainda mais extremo.

Os recursos e ferramentas tecnológicas de informação foram aprimorados rapidamente, democratizando de maneira inédita o acesso à informação. Com o advento da internet e as ferramentas da web 2.0 a informação deixa de se concentrar na mídia de massa e nos grandes conglomerados midiáticos e se oferece a possibilidade de produção, seleção e interação aos seus usuários, gerando novos conteúdos e fontes de informação. Hoje, ONGs, movimentos sociais e ativistas podem propagar suas ideias para todo o mundo, oferecendo a informação à sua maneira. Agências de notícias alternativas e independentes surgem

para contestar as versões da imprensa tradicional, como é o caso da mídia NINJA, Jack Mídia Independente e diversos blogs e websites contra-hegemônicos.

Esse cenário nos permite debater algumas características dos movimentos sociais contemporâneos como a organização em rede, novos modelos de liderança, processos de organização interna, estratégias de atuação, uso de dispositivos midiáticos e plataformas digitais. Trata-se, portanto, de uma “concepção de liderança descentralizada a partir da construção compartilhada de significados e o uso de meios de comunicação alternativos” (SEGURADO; BACHINI; ARAÚJO, 2015, p. 11).

Segurado, Bachini e Araújo (2015, p. 11), que estudaram o Movimento Passe Livre (MPL), indicam como outra característica dos movimentos contemporâneos a horizontalidade no processo de organização do movimento, cujo processo decisório é baseado no consenso, o que faz com que “cada um de seus membros seja tão importante quanto o outro para a sua existência e estes se viralizam de tal modo que o próprio MPL atualmente não consegue mensurar o seu próprio número de integrantes”.

O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação é outra característica debatida pelos autores com relação aos movimentos com características contemporâneas. Segundo eles, as novas mídias incentivariam formas de participação política, pois “o universo informacional e as movimentações mundiais passaram a ser acessíveis aos usuários contribuindo para o processo de envolvimento político e quebrando o monopólio da informação dos meios de comunicações tradicionais” (SEGURADO; BACHINI; ARAÚJO, 2015, p. 18 – 19).

Os autores acreditam que as novas tecnologias têm o potencial de articular cidadãos preocupados em questões de interesse dos grupos, mas que acabam se unindo sem seguir a tradicional figura da liderança, pois as comunicações adquirem cada vez mais características de comunicação horizontal, com “novas formas de lideranças e organização, mas também identificamos uma assimetria entre essas experiências e a maior parte das situações políticas” (SEGURADO; BACHINI; ARAÚJO, 2015, p. 20).

Partindo da constatação de que os movimentos contemporâneos utilizam as novas tecnologias para mobilizar participantes, divulgar atividades e dar visibilidade às suas ações, é necessário também avaliar o papel dos novos líderes frente a um campo cada vez mais utilizado para a propagação de ideias e posições políticas, o ciberespaço. O ciberespaço faz com que esses líderes políticos ativistas obtenham espaço na sociedade, o que é possível pela interatividade, proximidades e intensidades de relacionamentos, criados e nutridos por meio da tecnologia criando assim novo tipo de poder social.

Os novos líderes políticos da sociedade aplicam estratégias de poder e sociabilidade com várias pessoas de muitas culturas por meio de ferramentas tecnológicas, criando assim uma nova modalidade de ação coletiva. Nesse quadro, as pessoas se organizam em plataformas digitais para contestar ações do Estado, o que pode significar maior capacidade de mediação e um expressivo impacto social e cultural.

Entre as plataformas digitais utilizadas de maneira cada vez mais expressiva pelos movimentos sociais contemporâneos,

as redes sociais figuram como protagonistas, servindo como amplificadores das vozes desses novos atores sociais, fazendo com que ações coletivas locais se tornem globais e alcançando ativistas pelo mundo.

Segundo Medeiros (2013, p. 27) “as redes sociais na internet atuam como potencializadoras de uma participação política mais efetiva e, que isso deve ser explorado de forma mais ativa”. Tal posição pode indicar a utilização efetiva das redes digitais pelos cidadãos, procurando participar ativamente das ações públicas redigidas pelo Estado.

Com a internet e as mídias digitais, as formas de comunicação e consumo de informação se modificaram, deixando de ser unilaterais – marca dos meios de comunicação de massa – e passam a ser mais participativas e democráticas. Mesmo que de maneira limitada, considerando os problemas de acesso à rede, acessibilidade, usabilidade e conhecimento do usuário, a internet possibilita participação e interação entre os indivíduos, sendo uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas. Esse ambiente *online* modificou a maneira como sujeitos e grupos sociais manifestam as suas demandas políticas e sociais. Neste contexto, surge o ativismo que ganha espaço privilegiado na internet e a atuação dos movimentos sociais passa a ser mais abrangente ocupando os espaços *online* (na internet) e *offline* (nas ruas).

A internet também pode funcionar como ferramenta mediadora entre Estado e sociedade civil, proporcionando uma aproximação com o Governo. As redes sociais fizeram com que pautas, antes não presentes nas agendas de discussão políticas que subsidiam a formação de políticas públicas, agora fossem inseridas no debate público.

3. APP-SINDICATO E A GREVE DOS PROFESSORES DO PARANÁ (2015)

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná foi fundado como Associação dos Professores do Paraná em 26 de abril de 1947, pouco depois da queda do presidente Getúlio Vargas. Em 1989, um ano depois da promulgação da Constituição de 1988, que permitiu a organização sindical de servidores públicos, tornou-se sindicato, representando exclusivamente os professores. Em 1997, professores e servidores se unificam sob a mesma entidade, a APP-Sindicato¹. Hoje, a entidade representa cerca de um terço do funcionalismo público paranaense, algo em torno de 120 mil professores e servidores na ativa, além de profissionais da educação de prefeituras de cerca de 200 cidades paranaenses.

A entidade tem uma direção estadual e é dividida em 29 Núcleos Sindicais relativamente independentes, cuja base territorial segue a divisão dos Núcleos Regionais de Ensino em que a Secretaria Estadual de Educação (SEED) do Paraná se divide. São quatro em Curitiba e Região Metropolitana e os demais estão localizados no interior do Estado. Os Núcleos Sindicais têm eleições próprias, o que significa que existem direções regionais que estão alinhadas ou não com a direção estadual da entidade. A direção estadual conta com 17 membros.

Como plataformas de divulgação de suas atividades *online*, a APP Sindicato

[1] Fonte: <http://appsindicato.org.br/index.php/historico/>

utiliza as redes sociais Twitter, Facebook e YouTube e também um portal da entidade (<http://appsindicato.org.br>). São cinco jornalistas que trabalham na assessoria de imprensa, que atuam sob o comando da Secretaria de Comunicação.

O período de 27 de abril a 09 de junho de 2015 foi de intensa mobilização dos trabalhadores da educação do Paraná e se configura como o segundo momento da greve, com duração de 44 dias, com o registro de 90% de adesão de educadores posicionados contrariamente à aprovação do projeto de lei que propunha a alteração do sistema previdenciário naquele Estado. A análise deste artigo privilegia o “Massacre do dia 29”, quando as mobilizações de professores e manifestantes foram reprimidas com violência por parte da Secretaria de Segurança Pública/PR.

No protesto contra a aprovação do referido projeto – sobre o qual a categoria de servidores alegou que seria colocada em risco a sustentabilidade da Previdência estadual –, os professores acamparam no Centro Cívico da capital paranaense, onde se localiza a Assembleia Legislativa e a sede do governo.

Em 29 de abril, quando os deputados estaduais decidiram votar o projeto, foi montado um cerco no prédio da Assembleia Legislativa, com aproximadamente 1.100 policiais militares. A medida foi justificada pelo governo como cumprimento a uma decisão judicial que previa autorização do uso de força policial caso houvesse ocupação da Casa. No mês de fevereiro, servidores ocuparam o plenário da Assembleia Legislativa a fim de evitar a votação de um pacote de ajuste fiscal.

Por volta de duas horas, os policiais dispersaram os manifestantes que estavam

acampados com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e cães, mesmo depois de eles terem recuado. O confronto teria se iniciado devido à tentativa de um grupo ultrapassar a área de isolamento. Ainda durante o bombardeio, os deputados aprovaram as mudanças na Paraná Previdência e o projeto de lei foi sancionado pelo governador Beto Richa (PSDB) menos de 24 horas após o protesto, que deixou mais de 200 pessoas feridas. A APP-Sindicato, principal entidade sindical que representa a categoria mais numerosa do funcionalismo público paranaense, utilizou as redes sociais para alavancar suas ações.

4. REDES SOCIAIS DIGITAIS E APP-SINDICATO: FACEBOOK, YOUTUBE E WEBSITE DA ENTIDADE

Nesta seção apresentamos a conceituação e caracterização das redes sociais e destacamos as três principais plataformas online utilizadas pelo APP-Sindicato durante o período da greve dos professores em 2015.

Dada a relevância do papel das redes sociais nesse cenário, é necessária a conceituação sobre os sites que conseguem reunir, organizar e dar visibilidade a essas redes. Tais sites foram denominados redes sociais. Recuero (2014; 2011) define redes sociais como locais através dos quais as pessoas criam perfis, que são suas representações, tornam públicos tais perfis e utilizam as plataformas das redes como espaços para conversação, nos quais “novos usos e novos sentidos são construídos nas ferramentas,

de modo a permitir que os elementos da conversação, como a interação entre dois ou mais sujeitos, sua organização” (RECUERO, 2014, p. 116).

As TIC tornaram possível uma forma de conversação sem a necessária presença física ou oral das pessoas. Tais conversas utilizam *emotions* e outras ferramentas e passaram a ser comparadas com a conversação oral. “Dizemos que a conversação mediada pelo computador é, assim, uma apropriação, ou seja, uma adaptação de meios que originalmente são textuais e não propícios às interações orais para um fim, que é aquele da conversação” (RECUERO, 2014, p. 115).

As conversações ocorrem tanto em tempo real, quando as pessoas estão ao mesmo tempo em contato, como de forma assíncrona, como e-mail ou mensagens. Ou seja, “(...) nas redes entre os diversos grupos, migram e tornam-se conversações cada vez mais públicas, moldam e expressam opiniões, geram debates e amplificam ideias” que são conversações que se expandem e podem adquirir contornos gigantescos com a participação de milhares de pessoas e interações (RECUERO, 2014, p. 116). De acordo com Luvizotto e Vidotti (2010) essa interação realizada a partir das redes sociais é caracterizada não apenas pelas mensagens trocadas (o conteúdo) e pelos integrantes da rede que se encontram em contextos geográfico, social, político e temporal diferentes. Esta interação é caracterizada também pelo relacionamento que existe entre os integrantes.

Compreende-se que as redes sociais configuram-se como “elementos constitutivos de demandas sociais específicas e parte integrante do discurso de determinados movimentos sociais”. Para que um indivíduo ou um movimento integre uma rede

social é preciso a “existência de intenções, interesses e necessidades dos potenciais membros, capazes de sustentar vínculos identitários e sentimentos de pertencimento” (ROTHBERG et. al, 2014, p. 231). Neste sentido, enquanto houver identificação e sentimento de pertencimento, os sujeitos permanecerão integrados na rede social seja ela digital ou não.

Especificamente no caso das redes sociais digitais destacam-se os casos do Facebook e do YouTube, por serem as redes mais usadas pela APP-Sindicado durante o período em questão. Ainda, daremos destaque ao ambiente informacional digital que se caracteriza como website da entidade.

Se sites de rede social potencializam novas formas de conexão, manutenção e geração de valores, pois “os atores participam de grupos e redes porque percebem valores constituídos nessas ações, que são acessíveis a eles. Fazer parte de uma rede, estar conectado, é um valor por si”, ou seja, quanto mais contatos, maior a conexão e maior o capital social (RECUERO, 2014, p. 116). O Facebook torna mais fácil a manutenção das conexões sociais já existentes. Por outro lado, este não é o único valor discutido em sites de rede social. Ao permitir a manutenção, ela também facilita a associação com outros atores que não conhecemos ou que conhecemos muito pouco e com os quais dificilmente teríamos oportunidade de aprofundar os laços sociais. Essa associação também produz tipos de valores diferenciados e relevantes para os atores (RECUERO, 2014, p. 117).

Redes sociais podem engrandecer a reputação dos atores. “Os sites de rede social, assim, permitiriam aos atores que maximizassem o capital social a que tem

acesso na medida em que sustentam mais conexões do que seria possível obter no espaço offline” (RECUERO, 2014, p. 118).

A *Fanpage* da APP-Sindicato registrava até 11 de junho de 2017, 107.918² seguidores. Para situar as particularidades da ferramenta, são apresentadas a definição e um breve histórico do surgimento do Facebook.

Com mais de 800 milhões de utilizadores ativos, o Facebook é caracterizado como um website que interliga páginas de perfil dos seus utilizadores, os quais fazem publicações de informações em seus perfis, bem como relacionam os próprios perfis ao de outros.

“No essencial, a experiência do Facebook permite que os utilizadores se envolvam em três tipos de atividades: publicar informação pessoal relevante numa página individual com o seu perfil, ligar-se a outros utilizadores e criar listas de amigos, e interagir com outros utilizadores” (BUFFARDI e CAMPBELL, 2008; TUFEKCI, 2008 apud CORREIA e MOREIRA, 2014, p. 168).

O surgimento do Facebook está ligado ao website denominado Facemash, criado pelo estudante de Harvard Mark Zuckerberg, e pelos seus colegas Andrew McCollum, Chris Hughes e Dustin Moskovitz em 28 de outubro de 2003. A proposta de Zuckerberg, que cursava o segundo ano do curso de Psicologia, foi apresentar aos estudantes de Harvard uma votação da pessoa mais atraente, conforme duas fotografias de identificação obtidas junto a base de dados da instituição. Zuckerberg criou um novo website, chamado Thefacebook, em

janeiro de 2004. No entanto, neste cumpria as regras de segurança e privacidade de Harvard. Sua divulgação teve início por meio de listas de e-mails, e um mês depois do seu surgimento expandiu para outras universidades.

Em 2005, a denominação foi alterada para apenas Facebook, permitindo o acesso de mais de 800 redes universitárias. Já em 2006 houve expansão do acesso a internautas acima de 13 anos e com um endereço de e-mail válido.

A APP-Sindicato criou dois canais no YouTube. O canal chamado TV APP³ foi aberto em 11 de março de 2015 e até 14 de junho de 2017 contava com 152 inscritos e 45.356 visualizações em seis vídeos postados – o canal está aparentemente abandonado, a última postagem tem um ano, mas nesse canal é possível encontrar um documento histórico: a gravação do Massacre de 29 de abril, que foi transmitida ao vivo, no canal. São 2h48min de gravação, num vídeo que teve 17.619 visualizações até 14 de junho⁴. Já o canal Gralha da APP⁵, que é o mais utilizado, foi aberto em 10 de setembro de 2013. Tem 675 inscritos e os 194 vídeos postados no canal obtiveram 229.715 visualizações.

Criado em fevereiro de 2005, o YouTube é um site de difusão e compartilhamento de arquivos audiovisuais baseados “na participação dos internautas como provedores de conteúdo. Criado por três jovens programadores (Chad Hurley, Steve Chen, Jawed Karim), o site fez tanto sucesso em

[2] <https://www.facebook.com/appsindicato>

[3] <https://www.youtube.com/channel/UCj8HIRA-aWiKFhv0jWw6jfrA/feed>

[4] <https://www.youtube.com/watch?v=SXIV1gt9u0Q>

[5] <https://www.youtube.com/channel/UCj8HIRA-aWiKFhv0jWw6jfrA/feed>

tão curto período de tempo que, em Outubro de 2006, a empresa Google o comprou pela quantia de US\$1,65 bilhão em ações” (BRESSAN, 2007, p. 02).

No canal da APP, apesar de ser registrada uma produção significativa de vídeos, a potencialidade de integração dessa plataforma com o site foi pouco explorada. Isso ocorreu devido ao fato de não haver qualquer ferramenta que fizesse a correlação para o canal do YouTube. No entanto, em 29 de abril, o vídeo transmitido ao vivo com duração de 2 horas e 48 minutos registrou mais de 17 mil visualizações no canal. A transmissão em tempo real de assembleias também foi muito utilizada pelo movimento. Essa particularidade é explicada por Bressan: “a influência do site não só contribuiu com uma maior participação e/ou interação de usuários, mas também com uma expansão de sites com o mesmo objetivo: a difusão *online* de vídeos de internautas” (BRESSAN, 2007, p. 04).

Já o website da APP-Sindicato⁶ apresenta seções com as notícias a respeito das ações do movimento, boletins eletrônicos, bem como informações jurídicas, educacionais e as que dizem respeito aos núcleos sindicais do Estado. No entanto, não possui ferramentas que permitem o compartilhamento dos textos, tanto na Fanpage como no perfil do Twitter. Apenas no canto direito inferior da página, disponibiliza links para os perfis das redes sociais.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO: A AÇÃO DA APP-SINDICATO ONLINE

A APP-Sindicato conta com uma página na internet (www.appsindicato.org.br), uma Webrádio (Webrádio APP), um canal no YouTube (TV APP), além de perfis no Twitter e no Facebook. O website da entidade é o espaço virtual que procura concentrar todos os canais. Nele é possível encontrar links para os perfis nas redes sociais, além das informações sobre a diretoria e versões em PDF dos boletins. No entanto, devido à arquitetura da página, as notícias postadas no site não oferecem link de compartilhamento com as redes sociais, apenas encaminham para impressão ou para “envio para um amigo”, o que faz com que as redes não dialoguem entre si. Na rádio, mesmo durante o período da greve de 2015 só foi possível encontrar programação musical. Daremos destaque à cobertura feita no dia 29 de abril de 2015 por haver maior movimentação nas plataformas *online* da APP-Sindicato.

O recorte do trabalho retroage ao dia 27 de abril, quando professores da rede estadual de ensino do Paraná começam a chegar a Curitiba e organizam o acampamento na Praça 19 de Dezembro (referência ao aniversário da emancipação do estado). Entre as 15 postagens feitas nessa data, a de maior repercussão foi publicada às 11h31. Nela a APP-Sindicato divulga um vídeo da chegada dos professores, em passeata, ao Centro Cívico. No vídeo, a multidão canta a música “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré. Quando a *fanpage* da entidade foi analisada, em junho de 2015, o vídeo tinha sido visualizado 63.916 vezes, recebeu 1.365 curtidas e 1.827 compartilhamentos.

[6] <http://appsindicato.org.br>

Nos primeiros comentários, professores relatam como está a greve em suas cidades, tentam motivar seus colegas que estão em Curitiba e perguntam sobre a adesão de outras categorias do funcionalismo e seus sindicatos à mobilização. As postagens foram feitas entre às 8h e às 17h35.

No dia 28 de abril, véspera do que os professores e entidades sindicais representativas do funcionalismo público do Paraná chamam de “massacre do Centro Cívico”, 21 postagens mostram os primeiros sinais da reação do governo aos manifestantes. Quase metade das postagens (nove) foram feitas durante a madrugada, entre 1h37 e 6h. Elas relatam, principalmente em vídeos gravados de telefones celulares, um conflito ocorrido na madrugada, quando a Polícia Militar tentou avançar o cerco e retirar um dos carros de som usados pela APP-Sindicato nas manifestações. Na primeira postagem, feita à 1h37, fotos mostram policiais empurrando professores, minutos depois do acontecimento. À 1h40 uma postagem só com texto classifica o episódio como “covardia”, e 6 minutos depois da primeira postagem, a 1h43, a entidade divulga o primeiro vídeo, com 19 segundos de duração e que teve 25.447 visualizações. Em outro vídeo, postado uma hora depois, os policiais estão retirando o carro de som. Um professor pergunta a base legal para a retirada e o policial se engana, respondendo “eu faço a lei”. Depois ele se corrige e diz que cumpre a lei. O vídeo recebeu 52.509 visualizações. No último vídeo da madrugada, às 5h50, uma diretora da APP explica os fatos da madrugada. O vídeo recebeu 80.268 visualizações.

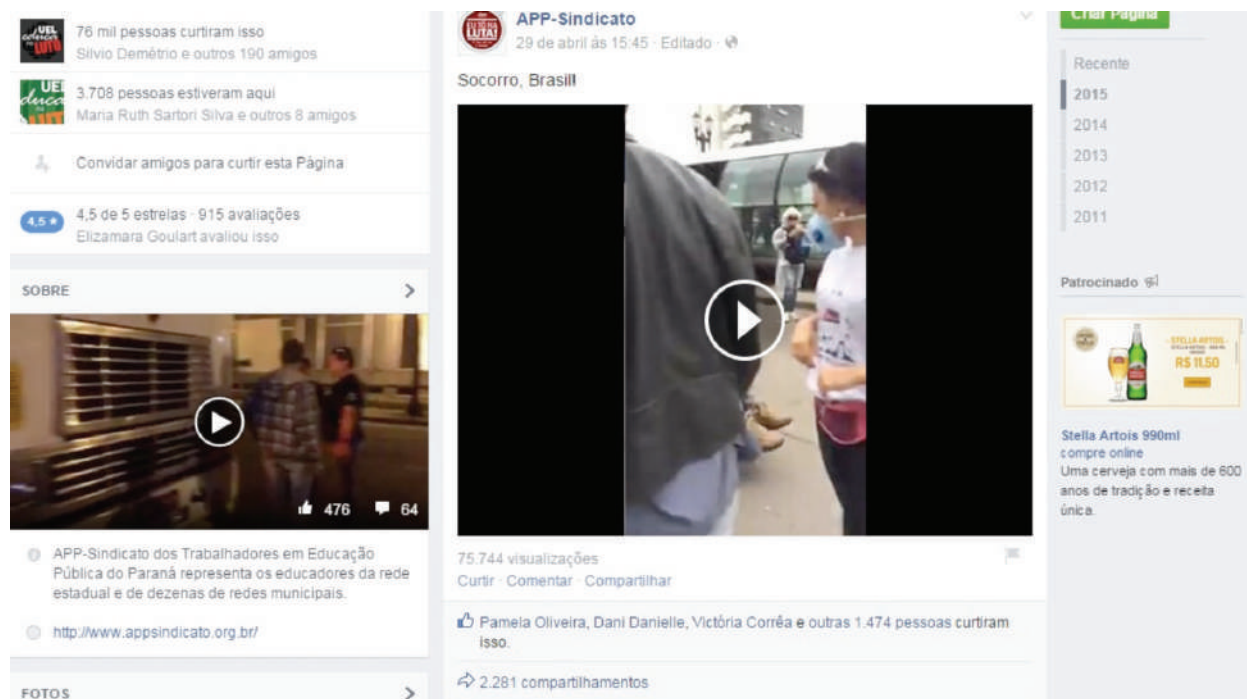
O dia 28 de abril teria outro episódio importante. Por volta das 11 horas, professores tentaram se aproximar do Centro

Cívico em passeata e a PM reagiu com as primeiras bombas de gás lacrimogêneo e jatos de água. Uma repórter da RPC (Rede Paranaense de Comunicação, retransmissora da TV Globo no Paraná) foi atingida por um jato de água da PM, imagem que foi usada no Paraná TV Primeira Edição, telejornal veiculado na hora do almoço e replicada na *fanpage* da APP-Sindicato, tendo como resultado 228.907 visualizações, volume superior à população de Guarapuava, cidade paranaense de médio porte (a estimativa do IBGE para 2016 é de que Guarapuava tenha 178 mil habitantes).

Em uma das últimas postagens do dia, a 19ª, feita às 17h21, a APP-Sindicato mostra o seu presidente, Hermes Leão, pedindo reforço para o movimento grevista e convoca a categoria para acompanhar a votação do projeto de lei, no dia seguinte, no Centro Cívico. O vídeo teve 71.331 visualizações e a postagem foi compartilhada 3.202 vezes. A última postagem de 28 de abril foi às 21h12.

No dia 29 de abril, data que ficou marcada pelo forte ataque da tropa de choque aos professores (foram duas horas de bombardeio com bombas de gás lacrimogêneo, foram feitas 53 postagens, mais que a soma dos dois dias anteriores (15 no dia 27 e 21 no dia 28). A grande maioria das postagens (45) foi feita depois das 15h, minutos depois de a PM iniciar o ataque aos professores. “O ataque aos(as) trabalhadores(as) começou. A polícia dispara bombas, bala de borracha e spray de pimenta. A situação é caótica. Os primeiros feridos(as) estão sendo atendidos por ambulância atrás do carro de som da APP-Sindicato”, diz o texto da postagem que teve 235 compartilhamentos. Foram 14 postagens entre as 15h e as 16h, a primeira hora do conflito, com informações em

[FIGURA 01] **FACEBOOK – POSTAGEM: VÍDEO PRODUZIDO DURANTE O ATAQUE DA PM AOS PROFESSORES QUE PROTESTAVAM EM FRENTE CONTRA A VOTAÇÃO DAS MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA (29 DE ABRIL DE 2015).**



Fonte: <https://www.facebook.com/appsindicato>. Acesso em 29 de abril de 2015.

tempo real dos acontecimentos. Às 15h25, a APP-Sindicato já pede ajuda à Prefeitura de Curitiba, cuja sede fica próxima ao Centro Cívico⁷. Às 15h45 foi postado o primeiro vídeo com imagens do conflito, com 28 segundos de duração e a chamada “socorro, Brasil!”, material que teve 75.744 visualizações e 2.281 compartilhamentos. Às 15h47, um tipo de postagem que caracteriza prestação de serviços, só com texto, tratando da inexistência de informações oficiais sobre a gravidade da situação dos feridos e negan-

do a existência de vítimas fatais. “Por favor, não vamos espalhar informações falsas”, diz o texto.

Na segunda hora do conflito as postagens pedem atendimento médico, atualizam o número de feridos e repercutem os acontecimentos a partir da fala de deputados estaduais da oposição. Também há registros de que a polícia militar lançou bombas de gás lacrimogêneo perto do prédio da Prefeitura de Curitiba (onde manifestantes se abrigaram) e vídeos mostrando que, do carro de som, líderes sindicais pedem para que professores recuem e a polícia pare de atacar. Em um desses vídeos, com 1min31s de duração, dirigentes sindicais chamam atenção do Judiciário, cuja

[7] O prédio da Prefeitura de Curitiba seria usado na mesma tarde como abrigo para os professores atacados pela polícia. Contribuiu para isso o fato de Gustavo Fruet, do PDT, o prefeito da capital paranaense, ser adversário político do governador Beto Richa, do PSDB.

sede fica no Centro Cívico. “Os senhores juízes devem estar nos ouvindo, não estamos na Assembleia Legislativa”, diz o dirigente. O vídeo teve 48.895 visualizações e 1.665 compartilhamentos.

A 42ª postagem do dia, um álbum com 14 fotos produzidas pelo fotógrafo Everson Bressan, da Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Curitiba, com o título “novas imagens dos feridos neste dia trágico”, recebeu 8.833 compartilhamentos. A postagem informa que “a prefeitura traçou um perímetro de segurança para acesso livre, com reforço da Guarda Municipal para o que o prefeito considera uma ‘guerra sem precedentes’”. Passadas as duas horas de conflito, já no começo da noite, a APP-Sindicato começa a contar feridos, fazer um balanço dos acontecimentos e dar informações sobre assessoria jurídica.

A essa altura a *fanpage* ganha um perfil mais informativo, disparando 13 postagens entre às 15h e às 16h, algumas com intervalos de dois minutos. Note-se que a APP-Sindicato transmitia a manifestação em vídeo, ao vivo, pelo YouTube. No entanto, todos os esforços de comunicação e de informação da entidade se concentram no Facebook. O site da APP-Sindicato só vai tratar do assunto às 18h15, publicando uma nota de repúdio. No Facebook, as postagens apresentam textos curtos informando sobre o ataque. Às 15h37, a entidade informa que o helicóptero do governo lança bombas sobre os manifestantes. Um minuto depois, a entidade informa que a PM rebocou um caminhão da APP, de onde era feita a filmagem.

Os ataques duraram cerca de duas horas e as postagens desse dia, além de informar sobre a agressão da polícia, procuram prestar serviços, como por exemplo,

orientar sobre o atendimento jurídico prestado pela entidade, orientação sobre denúncias para o Ministério Público e até o combate a boatos, como o de que o conflito teria gerado vítimas fatais.

Depois que as transmissões da TV APP, pelo YouTube, foram encerradas, a entidade fez uma postagem indicando o link da TV 15, ligada ao senador e ex-governador Roberto Requião (PMDB), que estava transmitindo ao vivo, de dentro do plenário, a votação na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) – que teve sequência apesar da dramaticidade do momento. A *fanpage* informou, inclusive, sobre polêmicas de dentro do plenário. O líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), disse que cinco pessoas eram mantidas presas dentro do prédio da Alep, dizendo, segundo a APP, que o prédio do parlamento “não é cadeia”. O presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), respondeu que se tratava de “*black blocs*”.

Em uma das últimas postagens desse dia, a entidade trocou a foto do perfil, antes vermelha e branca com o slogan “eu tô na luta”, por outra em preto e branco e o slogan “eu tô de luto”.

Nos dias seguintes a *fanpage* da APP-Sindicato mostra a repercussão do dia 29 em todo o Estado. Foram 11 postagens no dia 30 de abril, algumas mostrando fotos de professores de escolas públicas e particulares do interior do estado, vestidos de preto, em protesto contra os episódios da véspera. Na postagem de maior repercussão do dia, num vídeo de 2min47, o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão, faz uma avaliação dos acontecimentos tendo um banner da entidade como fundo. O vídeo teve 2.769 compartilhamentos.

[FIGURA 012] FACEBOOK – POSTAGEM INFORMA SOBRE O ACOMPANHAMENTO DOS FERIDOS (29 DE ABRIL DE 2015).



Fonte: <https://www.facebook.com/appsindicato>. Acesso 29 de abril d3 2015.

O 1º de maio, Dia do Trabalho, foi marcado por uma grande passeata em Curitiba, em protesto contra os acontecimentos de 29 de abril. A *fanpage* recebeu 21 postagens, com fotos da manifestação na capital e informações sobre manifestações em cidades do interior. Do Rio de Janeiro, uma foto de garis em greve apoiando os professores paranaenses. A postagem afirma que eles são “perseguidos pelo governo de Eduardo Paes”, prefeito da capital fluminense. A postagem de maior repercussão foi a última do dia, que mostra uma imagem convocando um “ato nacional pela democracia e contra a agressão aos trabalhadores”, marcado para o dia 5 de maio. A postagem recebeu 1.714 compartilhamentos.

O site da entidade, com um número menor de postagens (6), traz textos que vão da convocação dos feridos para prestar

depoimento no Ministério Público (que abriu investigações para apurar responsabilidades sobre o conflito), quanto à convocação para a manifestação do dia seguinte, 1º de maio, no mesmo Centro Cívico. As 11 postagens tiveram um total de 11.757 curtidas e 5.271 compartilhamentos.

Apesar de o site ter um link para a TV APP, não há uma conexão direta com o perfil da entidade no YouTube. O link tem poucos vídeos, apesar da farta produção audiovisual feita pela entidade no período pesquisado. Durante o período analisado neste estudo, a TV APP transmitiu assembleias estaduais ao vivo e inclusive a manifestação do dia 29 de abril, que resultou no conflito no Centro Cívico de Curitiba. O vídeo, com quase três horas de duração, está no perfil do YouTube, mas não é disponibilizado de forma a facilitar o acesso do usuário. O internauta precisa

vasculhar para encontrar o material, que tem o título “#eutonaluta” e não faz nenhuma referência a um material de grande interesse, inclusive histórico.

O perfil no Twitter também não foi muito utilizado, particularmente durante o conflito ocorrido no dia 29 de abril. O número de internautas que segue o twitter da APP-Sindicato é bastante inferior ao número de seguidores da página no Facebook (1.974 seguidores no Twitter contra 72.281 curtidas no Facebook em 06 de novembro de 2015), o que justificaria a maior centralidade das postagens no Facebook.

A *fanpage* recebeu maior número de postagens (quando comparado ao site e ao YouTube), assim também mais visitas, compartilhamentos e curtidas durante o período pesquisado, isso sem contar com o volume de comentários – que não é objeto deste trabalho –, que se concentrou mais na forma de uso e no alcance das publicações.

Também é necessário destacar que a página oficial da App no Facebook utilizou vídeos e fotos de internautas que, mobilizados pelas manifestações, também agiram de maneira mais ativa no acompanhamento dos eventos.

dos ativistas e espaço para dar visibilidade a essas instituições. São várias as plataformas utilizadas pelos sindicatos, com destaque para websites, Facebook, Twitter e YouTube.

O presente estudo avaliou o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação da APP-Sindicato do Paraná durante as manifestações que buscaram pressionar deputados estaduais a votarem contra o projeto do Governo que realizou mudanças no sistema previdenciário do funcionalismo público.

Como conclusões, destacamos que não houve a gestão compartilhada entre as várias mídias utilizadas pela entidade, cujo foco de ação ocorreu em três plataformas principais: YouTube, Facebook e website.

Nas publicações, houve o protagonismo do uso da página oficial do Facebook, principalmente na semana inicial das manifestações que ficaram conhecidas como “Massacre do Centro Cívico”. No entanto, a falta de gestão das mídias de maneira coordenada desperdiçou a oportunidade de alavancar os acessos ao site da entidade e ao canal no YouTube. Como formas de aprimoramento, portanto, indicamos a gestão da mídia de maneira conjunta e a reformulação do site para que seja possível ao usuário compartilhar em outras mídias o seu conteúdo. ■

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sindicatos são estruturas tradicionais de mobilização e representação de determinadas categorias. Com o advento das mídias sociais, no entanto, houve um incremento na divulgação de suas ações, mobilização

Partes deste artigo foram publicadas no Seminário Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em 2015, e no IX Simpósio Nacional ABCiber, em 2016.

[CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO]

Socióloga. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na mesma instituição. É líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov.
E.mail: caroline@faac.unesp.br

[FÁBIO ALVES SILVEIRA]

Jornalista. Doutorando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus Bauru. Foi docente do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) entre 2011 e 2016.
E.mail: fapoars@hotmail.com

[KÁTIA VIVIANE DA SILVA VANZINI]

Jornalista. Mestre e Doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus Bauru. Membro do grupo de pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais da UNESP.
E.mail: katiavanzini@gmail.com

[PRISCILA SANTANA CALDEIRA]

Jornalista, especialista em Mídia, Informação e Cultura pela Universidade de São Paulo (USP). Mestranda em Comunicação pela UNESP, Câmpus Bauru. É membro do grupo de pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais da UNESP.
E.mail: priscila.uepg@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE, Juan e Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRESSAN, Renato Teixeira. **YouTube**: intervenções e ativismos, Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.petfacomufjf.com/wordpress/arquivos/artigos/Artigo_1_You_Tube.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2015.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança** – Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. Novas formas de comunicação: história do Facebook – Uma história necessariamente breve. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 14, n.28, p. 168 a 187, jan./jun. 2014 Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%20168-187.pdf>>. Acesso em: 22 ago. de 2015

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5. ed. São Paulo: Loyola, abril de 2006.

_____. **O protagonismo da sociedade civil** – movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus; VIDOTTI, Silvana Ap. Borsetti Gregório. Redes sociais e comunidades virtuais para a preservação e transmissão das tradições gaúchas na Internet. **Informação & Sociedade**, v. 20, p. 77-88, 2010.

MEDEIROS, Jackson da Silva. **Considerações sobre a esfera pública**: redes sociais na internet e participação política. TransInformação, Campinas, 25 (1):27-33, jan/abr.,2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862013000100003&script=sci_arttext> Acesso em: 13 mai.2015.

MORAES, Denis. (org.) **Por uma outra comunicação** – mídia, mundialização cultural e poder. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: IV Encontro da Compolítica, 2011, Rio de Janeiro. **Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. In: **Verso e Reverso**, XXVIII(68):114124, maio/agosto 2014. Página 114 a 124.

ROTHBERG, Danilo. *et al.* As revoltas e seu impacto sobre a comunicação pública: o potencial do Observatório Participativo da Juventude In: **Liinc em Revista**, vol. 10, nº 1, pp. 227-240, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SEGURADO, Rosemary.; BACHINI, Natacha.; ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar. A representação e a rede: a liderança política nos movimentos sociais contemporâneos. In: **Anais do VI Congresso da Compolítica** (2105). Disponível em: http://www.compolitica.org/home/?page_id=1672. Acesso jun. 2015

SHIRKY, Clay. **A Cultura da Participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SOUZA, Maria Antonia. **Movimentos sociais e sociedade civil**. Curitiba. IESDE Brasil S.A., 2008, 164 p.

YOUNG, Iris Marion. Activists challenge deliberative democracy. **Political Theory**. 29 (2), p. 670-690, 2001.

GÊNERO E POLÍTICA: REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO DISCURSO DA *VEJA*

[ARTIGO]

Muriel Emídio Pessoa do Amaral
José Miguel Arias Neto

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A proposta desse artigo é de analisar, sob a ótica de Michel Foucault, o discurso da matéria *Bela, recatada e 'do lar'*, que foi veiculada no site da *Veja*. No entendimento de Foucault, o discurso ultrapassa a ordem semântica e pode ser considerado um dispositivo de poder. Este artigo pretende analisar, segundo esta ótica, a intenção discursiva do site na produção de representações – de gênero e de sexualidade – de mulheres que se projetam no espaço político, cristalizando determinados signos e renegando outros.

Palavras-chave: Discurso. Representação. Jornalismo.

The proposal of this article is to analyze, from Michel Foucault's point of view, the discourse of article *Bela, recatada e "do lar"*, which was published on *Veja's* website. In Foucault's understanding, the discourse goes beyond the semantic order and can be considered a device of power. This article intends to analyze the discursive intention of the website in the production of representations – of gender and sexuality – of women who project themselves in the political space, crystallizing certain signs and denying others.

Keywords: Discourse. Representation. News.

La propuesta de este artículo es analizar bajo la óptica de Michel Foucault el discurso del artículo *Bella, recatada y del hogar*, que fue publicado en la página web de la revista *Veja*. Según Foucault, el discurso sobrepasa el orden semántico y puede considerarse un dispositivo de poder. Este texto pretende analizar según esta perspectiva, la intención discursiva de esta página web en la producción de las representaciones de género y de sexualidad de las mujeres que se proyectan en el espacio político, cristalizando determinados signos y renegando otros.

Palabras clave: Discurso. Representación. Periodismo.

INTRODUÇÃO

A proposta desse artigo é de analisar a matéria veiculada pelo site de notícias da *Veja* que relata aquela que na época era esposa do vice-presidente do Brasil Michel Temer, Marcela Temer. A matéria tem como título *Marcela Temer: Bela, recatada e 'do lar'*. A partir das considerações de Michel Foucault sobre discurso, o texto pretende discorrer sobre as formas disciplinares do corpo e estagnação das representações sociais das mulheres de políticos, aliadas ao fomento da ideologia neoliberal e capitalista. Para Foucault, o discurso é mais que uma organização semântica dos signos na oferta de uma significação; o discurso é construído enquanto um processo histórico que permite determinados tipos de enunciados que estão de acordo com as dinâmicas culturais e sociais.

Destarte, o discurso é a manifestação de poder que deve ser analisado a partir do reconhecimento do contexto em que está inserido e reverbera seguindo uma relação de identificação ao propósito articulado que, para Foucault, “funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 2014, p.284). A partir dessa metodologia, é possível perceber nos canais de comunicação de *Veja* que, além da intenção da conservação dos valores cristalizados de representação sobre gênero, há também a necessidade de aniquilar propostas políticas que não estejam de acordo com a ideologia neoliberal. Para esclarecer esse fenômeno, o artigo apresenta as semelhanças das representações feitas entre

a matéria sobre Marcela Temer e sobre o casamento real inglês entre o príncipe sucessório William e Catherine Middleton.

2. OS MEANDROS DO DISCURSO

No dia 18 de abril de 2016, o site da revista *Veja* veiculou a matéria *Marcela Temer: bela, recatada e 'do lar'* em que apresenta o modo de vida da então vice-segunda dama brasileira Marcela Temer: os compromissos dela como a educação do filho do casal, os momentos de intimidade e as atividades ligadas à vida privada. A beleza e o recato de Marcela tornam-se os ganchos como assuntos principais da matéria, bem como ações e atitudes que dizem respeito ao âmbito privado, concepções que não trazem contribuições ao campo político. O subtítulo da matéria ressalta a diferença de idade entre ela e o marido, o comportamento dela quanto à forma de se vestir e a alusão ao posto que o marido Michel Temer agora ocupa após a concretização do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff¹, por isso, em alguns momentos, o texto

[1] No dia 2 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), acatou o pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff que fora escrito pelos advogados Janáina Conceição Paschoal, Miguel Reale Júnior e Hélio Bicudo, esse é ex-integrante do Partido dos Trabalhadores (PT). O pedido teria sido feito alegando improbidade administrativa e pela ilegalidade das “pedalas fiscais”, manobra contábil que consiste no uso de verba dos bancos para atender aos programas sociais do governo, além dos indícios de corrupção do governo na gestão fraudulenta da Petrobrás, mas, que até o momento, esses fatos não teriam envolvido a presidenta nesse esquema. É pertinente considerar que o pedido de impeachment que fora acatado pelo presidente da Câ-

se refere a ela como ainda sendo esposa do vice-presidente: “A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice” (LINHARES, 2016). O site oferecia, à época, como certos o afastamento da presidenta Dilma e a posse do vice ao cargo, mesmo antes do julgamento do Senado.

A matéria se inicia afirmando que Marcela é uma mulher de sorte em ter Michel Temer como marido, mesmo com 13 anos de matrimônio e com as conturbadas condições políticas que o país enfrenta, o casal ainda mantém o romantismo. Um dos sinais deste romantismo seria, na visão da revista, o convite “para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo” (LINHARES, 2016). Como o texto aponta, “a paixão não arrefeceu” justamente por que ainda são mantidas as referências de consumo de luxo, como representação do sentimento de amor do casal. Para a revista o amor está em comunhão com conforto material. De acordo com a matéria do site, o restaurante tem blindagens:

(...) nas paredes, no teto e no chão para ser à prova de som e garantir os segredos dos muitos políticos que costumam reunir-se no local, a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas. Lá, protegido por quatro seguranças (um na cozinha, um na toaleta, um na entrada da sala e outro no salão principal do restaurante), o casal desfrutou algumas horas

de jantar romântico sob um céu estrelado, graças ao teto retrátil do ambiente (LINHARES, 2016).

O site sugere outro momento de sorte de Marcela Temer: ele foi o primeiro namorado dela e estava no quinto mandato como deputado federal quando eles se casaram. Na ocasião, ela tinha 20 anos de idade e Temer 62. A matéria segue apresentando sobre a educação do filho do casal, Michelzinho, e a rotina de atividades dela. A matéria também a representa preocupada com a imagem do marido, exemplo disto, teria sido, segundo a publicação, fato de atendê-lo ao encurtar a temporada que ela e o filho desfrutariam no litoral paulista:

No Carnaval, Marcela planejou uns dias de sol e praia só com o marido e o filho e foi para a Riviera de São Lourenço, no Litoral Norte de São Paulo. Temer iria depois, mas, nos dias seguintes, o plano foi a pique: o vice ligou, dizendo que estava receoso de expor a família, devido aos ânimos acirrados no país. Pegou Marcela, Michelzinho, e todo mundo voltou para casa (LINHARES, 2016).

Graduada em Direito, mesma formação do marido, ela nunca exerceu a profissão. A matéria destaca que as atividades de Marcela se reduziram em ser recepcionista e participante concursos de beleza. No mais, ela é “do lar”; vinculada às atividades privadas:

Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu *curriculum vitae* um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-

mara aconteceu um dia após a abertura de inquérito de investigação pelo Conselho de Ética que envolve Cunha em esquema de distribuição de propinas. Cunha está preso em Curitiba desde outubro de 2016 e já foi condenado a 15 anos de reclusão.

-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele) (LINHARES, 2016).

Há a necessidade de retratar uma mulher preocupada com a imagem e com a vida privada em detrimento de outros assuntos. Outras personagens da matéria ilustram, ratificam e enaltecem essas qualidades como sendo primordiais para a construção da identidade da atual primeira-dama. Como é o caso do cabeleireiro que legitima a beleza de Marcela:

Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleireiro Marco Antonio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada. Pedia luzes bem fininhas e era “educadíssima”, lembra o cabeleireiro. “Assim como faz a Athina Onassis quando vem ao meu salão, ela deixava os seguranças do lado de fora”, informa Biaggi (LINHARES, 2016).

Por outro lado, alguns entrevistados certificam o comedimento da esposa do vice-presidente:

Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público poucas vezes. “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros (LINHARES, 2016).

No final da matéria, Marcela é apresentada em um papel mais ativo fora do ambiente familiar. Neste caso, a revista destaca que ela acompanha e atualiza o marido quanto ao conteúdo e ao clima político nas

redes sociais. Segundo o texto, é ela quem o abastece com as novidades em curso na internet. E, mais uma vez, a intimidade do casal torna-se destaque e, além da realização das atividades do lar, Marcela seria uma inspiração de Temer para os versos que ele escreve. A matéria apresenta um trecho de um poema que relata experiências avassaladoras de uma paixão intensa:

Amigos do vice contam que, ao fim de um dia extenuante de trabalho, é comum vê-lo tomar um vinho, fumar um charuto e “mergulhar num outro mundo” - o que ocorre, por exemplo, quando telefona para Marcela ou assiste a vídeos de Michelzinho, que ela manda pelo celular. Três anos atrás, Temer lançou o livro de poemas intitulado *Anônima Intimidade*. Um deles, na página 135, diz: “De vermelho / Flamejante / Labaredas de fogo / Olhos brilhantes / Que sorriem / Com lábios rubros / Incêndios / Tomam conta de mim / Minha mente / Minha alma / Tudo meu / Em brasas / Meu corpo / Incendiado / Consumido / Dissolvido / Finalmente / Restam cinzas / Que espalho na cama / Para dormir”. Temer é um homem de sorte (LINHARES, 2016).

A matéria é curta e não se desenvolve para além da exposição de alguns fatos que aconteceram na intimidade de um casal e de construir a representação social de esposa de político como sendo uma figura comedida e razoável. A representação é um modo de significação de signos que circulam no espaço social. Na concepção de Denise Jodelet (2002), as representações sociais “são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (2002, p.22).

Para Jodelet, a representação social envolve questões afetivas, materiais, cognição, linguagem, além da interferência do diálogo de outros campos de conhecimento para o processo como um todo; torna-se, desse modo, compreender que a representação social também contempla as estratégias de circulação e promoção de sentido de um determinado signo dentro de um segmento social. A representação social é edificada segundo um campo estruturado em que há elementos que oferecem subsídios para a formação de um determinado campo que é concebido a partir de “informações, imagens, crenças, valores, opiniões, elementos culturais, ideológicos” (JODELET, 2002, p.38) que são compartilhados pelos atores que fomentam a estrutura cultural desse campo, transformando as experiências em relações simbólicas. Com isso, Jodelet considera que a representação social é algo construído segundo uma ordem estrutural que afirma a formação cultural do campo, a comunicação, a formação dos discursos e as manifestações condizentes às questões econômicas, ideológicas, sociais, etc... Nessa relação que os discursos midiáticos fomentam ou subvertem as representações sociais, agindo para legitimar poderes ou oferecer resistência.

Para começarmos a análise, é importante considerar algumas referências sobre o discurso construído. Personagens são elencados para que seja elaborado o texto jornalístico, são as fontes que trarão as informações ao jornalista para a produção do texto. Essas figuras são trazidas para o texto com objetivo delegitar a perspectiva do sujeito enunciador, no caso, o site da revista. Seria como se essas pessoas referendassem as intenções da construção discursiva. É interessante perceber que as pessoas entrevistadas (mãe, irmã,

cabeleireiro e estilista) são figuras que compartilham da privacidade da primeira-dama e que ressaltam suas qualidades estéticas e comportamentais como a beleza e o comedido. Outras duas mulheres são citadas na matéria: Athina Onassis, rica, herdeira da fortuna de seu avô, o magnata Aristóteles Onassis, e Grace Kelly, atriz e princesa de Mônaco, ambas muito discretas e elegantes, a despeito da visibilidade internacional. A necessidade de comparação ratifica a intenção do veículo em construir a imagem de Marcela segundo elementos de elegância e discrição.

Paralelamente à intenção da construção discursiva, é importante considerar que o discurso vai além dos valores lingüísticos do texto, e pode, segundo Michel Foucault, ser compreendido pelas relações que são estabelecidas de poderes e de saberes:

(...) o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse *mais* que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p.56, grifo nosso).

Esse *mais* que Foucault aponta diz respeito às relações estabelecidas para a edificação dos discursos que são propostos segundo movimentos de saber e poder, considerando o lugar que os sujeitos ocupam em um

determinado espaço e a função normativa e reguladora para o “funcionamento dos mecanismos do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas” (REVEL, 2005, p.37). O discurso é traçado na mutualidade entre a autoridade do sujeito enunciatador, o saber desenvolvido por esse sujeito e a ação que consegue realizar, não perdendo de vista a esfera histórica e cultural para a sua formação. Segundo Fischer (2012), a forma de Foucault compreender o discurso apoia-se em quatro pontos importantes:

(...) referente (ou seja, um princípio de diferenciação), um sujeito (no sentido de “posição” a ser ocupada), um campo associado (isto é, coexistir com outros enunciados) e uma materialidade específica – por tratar de coisas efetivamente distas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas através de técnicas, práticas e relações sociais (FISCHER, 2012, p.77).

Para a autora, analisar o enunciado é “dar conta dessas especificidades, é apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar” (FISCHER, 2012, p.78). Com base na análise foucaultiana do discurso, percebe-se que a presença do referente se materializa na relação que é estabelecida frente à figura central da matéria: Marcela Temer, em referência a sua qualidade de ser uma mulher recatada, discreta e ser uma figura vinculada fundamentalmente a valores privados como a educação do filho e comprometimento com o marido. Como apresenta Rago (1985), a representação da mulher afeita às atividades do lar foi muito forte na constituição da sociedade urbana brasileira, que reconhecia na intimidade da casa um espaço aconchegante para a prosperidade da família nuclear, reservada em

si mesma e parte integrante do universo dos valores dominantes. A promessa de crescimento social tornou-se código moral da sociedade brasileira entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX com o desenvolvimento urbano, industrial e a constituição de uma elite urbana. A autora ainda apresenta os papéis que foram determinados para mulher, restringindo-a aos espaços privados, o que possibilitou a ocupação com a educação dos filhos, controle, vigilância e acompanhamento de todos os integrantes da família e do dia-a-dia da casa:

A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida com riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras desse jogo de agenciamento das relações intrafamiliares. À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial (RAGO, 1985, p.62).

A devoção ao lar é um hábito pertinente às representações sociais atribuídas às mulheres naquele momento histórico e que foi apropriada pelo discurso midiático. Não apenas as revistas semanais informativas apresentavam as mulheres como assujeitadas ao discurso da beleza ou gerenciadoras do lar, as publicações tipicamente voltadas

ao público feminino também eram adequadas à prática. Essa representação percorreu por vários anos as páginas de revistas e jornais, começando ainda nos primeiros anos do século XX e perdurando até a atualidade, com exceção das publicações feministas, que apresentavam discursos mais ideologizados e de empoderamento feminino.

Buitoni (2009) afirma que a representação da mulher no espaço privado foi muito forte até os anos de 1960, quando o surgimento da imprensa feminista começa a matizar esta prática com posicionamentos de reconhecimento social e político da mulher. Todavia, a referência da mulher à beleza e a condição de atender ao homem é um discurso presente mesmo nos anos posteriores a 1960 na imprensa feminina; mesmo sendo centrada na figura da mulher, as ações seriam direcionadas ao homem, ou melhor, à submissão da mulher ao homem “(...) há uma centralização em torno da mulher; o texto é dirigido a ela, (...). No entanto, as ações sugeridas são sempre em função dele” (BUITONNI, 2009, p.122).

A despeito de a mulher ter possibilidade de evasão para o espaço público com a inserção do mercado de trabalho e outras reivindicações para reconhecimento público, a manutenção com os cuidados da beleza permanece como prática do discurso midiático, reforçando representações sociais mais antigas. Em cada passagem da história, o corpo feminino foi objeto de análise, investigação, controle e disciplina. Sant’anna (2012) aponta que houve, e ainda há, a prática de discursos para que o corpo esteja de acordo com as referências da beleza, fosse com a corpulência dos anos de 1920, passando pela esbelteza do corpo no final dos anos 1990 e o redimensionamento contemporâneo do corpo com as novas

tecnologias de intervenções cirúrgicas e procedimentos de cuidados que são ofertados pela medicina de ações plásticas e pela indústria farmacêutica.

O discurso midiático sobre o corpo pode ser interpretado como sintomas de políticas de vigília e pode ser investigado segundo a ótica foucaultiana de disciplina e docilização. A cultura do corpo dócil torna-se uma referência para a produção de subjetivações e representações domesticadas por discursos de poder de tal forma que naturalizam e estabilizam as formas de significação, condicionando esse processo à formação de verdade, ou seja, o poder do discurso pode formular a verdade que é arquitetada sob a égide da dominação. Foucault acredita que não poderia haver necessariamente a dominação de um sujeito sobre o outro, ou de um grupo sobre o outro, “mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade” (FOUCAULT, 2014, p.282). Como exemplo desse exercício pulverizado do poder no meio social encontra-se o discurso midiático que não se manifesta apenas no campo do jornalismo, mas também nas práticas discursivas da publicidade e propaganda que, são capacitados da fundamentação de verdade pela reprodução da vontade empreendida.

Na sequência da análise sob o pensamento de Foucault (1986), torna-se pertinente o reconhecimento do sujeito do discurso, ou melhor, do lugar que ele ocupa para a manifestação discursiva. Reconhecer o lugar de onde o sujeito apresenta o discurso traz referências da própria condição cultural em que se encontra, aliando esse panorama à condição histórica desse indivíduo que, no caso, trata-se de uma instituição de comunicação. Assim como a formação discursiva não é reconhecida como

sendo neutra ou pura, o sujeito também é diagnosticado pela composição de outros discursos. Perceberemos a partir de agora que a matéria não apenas enaltece a beleza de Marcela Temer, mas também considera o marido como presidente e exalta a necessidade de mudança presidencial.

A *Veja* começou a circular em 1968, hoje é a publicação semanal de maior circulação no país² e estende a sua linha editorial também no espaço virtual que conta com a produção e exibição de conteúdo multiplataformal. Os canais da *Veja* atualmente defendem abertamente os ideais neoliberais, posição que tornou-se evidente na discussão do processo de redemocratização do país no qual a revista abertura para a entrada de capital externo e o incentivo à importação e se posiciona contra políticas e governanças que tenham traços intervencionistas. Propostas de intervenção na economia não são monopólios das esquerdas, como é o caso das formulações feitas no âmbito da Cepal – Comissão Econômica para a América Latina, nos anos de 1950 e 1960, que eram inspiradas na matriz keynesiana (FURTA-DO, 1985) ou da social democracia europeia (JUDTY, 2011). A revista, contudo, identifica a intervenção econômica como prática esquerdista e mobilizava esta representação sistematicamente contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Não houve uma edição em que a revista não apresentasse discursos contra a gestão da petista nos anos enquanto à frente do executivo nacional.

No entendimento de Silva (2009), a atuação da revista é considerada partidária

na defesa de grupos sociais que buscam “o desenvolvimento do sistema de reprodução e ampliação do capital, ou seja, a sua atuação com aparelho privado de hegemonia” (SILVA, 2009, p.19). A referida pesquisa analisou as edições da revista *Veja* entre os anos de 1989 a 2002 em que a autora pôde perceber que ela incentivou políticas de privatização de estatais e ações que diminuiriam a atuação do Estado na economia. Exemplo disto pode ser encontrado na edição de 18 de outubro de 1995 que apresenta a privatização da mineradora Vale do Rio Doce como sendo “a maior operação do gênero na América Latina” e “a estatal mais cobiçada no mundo” (Silva, 2009, p.151) ou a aversão, apresentada na edição de 19 de junho de 2002, ao PT com a ascensão de Luis Ignácio Lula da Silva para a presidência do país em que os “tucanos no governo deveriam segurar o jogo eleitoral antes que ele [PT] ponha em risco a estabilidade conquistada com sacrifício (...) para que a economia se mantenha equilibrada (...) para a manutenção do ‘capitalismo sadio’” (Silva, 2009, p.244-245). O termo aparelho privado de hegemonia utilizado pela autora foi elaborado por Antonio Gramsci. Este pensador descreve que seriam as instituições da sociedade civil que se articulariam para tornar hegemônica a visão de mundo da classe dominante³.

[2] Segundo dados da Agência Nacional de Editores de Revista (Aner), ver em <http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/> (Acesso em 04 de maio de 2016).

[3] Na visão da autora, Gramsci afirmou que, em determinados momentos históricos, os jornais e publicações da imprensa atuavam a par de classes sociais, em especial das classes dominantes, por ações partidárias justificando e legitimando pensamentos hegemônicos para o fomento da opinião pública que, pode ser interpretada, na verdade, como sendo a opinião do segmento hegemônico da sociedade. Com essa base que a autora considera que a revista, enquanto instituição de comunicação, apresenta atuação pedagógica de promoção de ações e paradigmas ideológicos neoliberais.

O panorama neoliberal da revista ainda permanece nos dias atuais. O apoio à classe média tornou-se um discurso recorrente entre as práticas da revista e das demais plataformas comunicacionais de *Veja*. A edição impressa da revista, do dia 03 de abril de 2013, trouxe na capa um homem branco, engravatado, com feição de descontentamento, lavando a louça com a chamada principal: *Você amanhã: as novas regras trabalhistas das empregadas são um marco civilizatório para o Brasil – e um sinal de que em breve as tarefas domésticas serão divididas entre toda a família*. O assunto de capa foi sobre as novas medidas acerca da legislação que regulamenta a atuação de profissionais domésticos como, por exemplo, a obrigatoriedade do pagamento de férias e décimo terceiro salário. A matéria ilustra famílias de classe média que estão se reorganizando entre as tarefas domésticas e os compromissos do trabalho, além da revisão orçamentária para permanecer ou não com os funcionários em casa. Assim, percebe-se a necessidade da manutenção dos estratos sociais e das representações sociais entre classe média e trabalhadores domésticos. A edição da revista do dia 11 de novembro de 2015 retrata o sufoco que a classe empresarial passa no Brasil com a alta carga tributária e os processos burocráticos que emperrariam o desenvolvimento econômico do país, principalmente sobre as pequenas empresas, as *scale-ups* ou *start-ups*. A capa traz também um homem branco, engravatado, assustado e afixado no fundo branco com fitas adesivas vermelhas, a mesma cor que identifica o PT. A chamada de capa dessa edição tem como manchete: *Deixem ele crescer! Na semana do desastre do eSocial⁴, uma pesquisa inédita em*

32 cidades mostra que o monstro burocrático esmaga com mais força justamente os empresários que ousam crescer e gerar empregos. É de lascar!

A matéria apresenta empresários que se sentem atados pelas cargas tributárias e são retratados com as amarras vermelhas prendendo o corpo, mãos ou pernas. Alguns desses empresários realizam estratégias para que possam amenizar o efeito da carga como, por exemplo, a mudança da sede do empreendimento para estados com menor tributação. E mesmo construindo um cenário desolador sobre a carga tributária do país, a revista apresenta que os pequenos empresários “Nesse ambiente hostil, muitos ainda conseguem inovar e crescer” (MELO, 2015, p.75). Em outro trecho, a revista apresenta essas pequenas empresas com aumento “em pelo menos 20% seu número de empregados ou sua receita, a cada ano. (...) criam 3,3 milhões dos 5,6 milhões de empregos gerados de 2010 a 2012” (MELO, 2015, p.76). Os números reportam que mesmo com o compromisso tributário, a evolução econômica desse setor ainda se apresenta em ascensão, denotando que apenas a classe empresarial é responsável pelo desenvolvimento econômico do país, deslegitimando a atuação do governo para esse sucesso apontado pela revista.

Do ponto de vista da composição do discurso midiático, a pesquisa de um órgão competente, Endeavor, legitima a posição da revista, validando em números e porcentagens a necessidade de afrouxamento tributário para a classe empresarial, enfatizando que apenas esta é capaz de promover

[4] O eSocial é um projeto do governo federal que visa unificar as informações que são enviadas pelo empregador em relação aos empregados à Previdência sobre a

tributação dos impostos trabalhistas. Mais informações no site <http://www.esocial.gov.br/conheca.aspx>, (Acesso em 04 de maio de 2016).

o desenvolvimentoda economia brasileira, desconsiderando índices sociais como analfabetismo e desigualdade social. Além disso, fomenta também uma visão conservadora que visa à manutenção da ideologia do progresso oitocentista de que o desenvolvimento da nação encontra-se quase que exclusivamente no crescimento econômico.

Além dessas referências de ordem empresarial, a revista apresenta-se contra manifestações de apoio ou simpatia com o pensamento do PT ou de esquerda; assim, a revista também apresenta afinidade com os possíveis governantes na saída da presidente Dilma Rousseff. A edição de 18 de novembro de 2015, publicada antes do aceite do pedido de impeachment, apresentou a simpatia pelo vice-presidente Michel Temer para assumir o posto do executivo nacional, estampando numa fotografia em close com a chamada de capa: *O plano Temer: como o vice-presidente e seu partido se preparam para assumir o governo caso Dilma caia*. A matéria apresenta ações para a crise política e a interlocução com nomes para o possível mandato a que foi destinado. Nessa edição a revista o apresenta como sendo um homem discreto, muito semelhante à representação que foi construída da esposa e, até mesmo, um articulador silencioso:

Temer se portou sempre com discrição, evitou polêmicas e mediu cuidadosamente cada palavra dita, a fim de se equilibrar entre interesses diversos e muitas vez contraditórios. Aos olhos do público, tornou-se retrato do político sem sal. Nos bastidores, no entanto, consolidou-se como um especialista na arte de trabalhar em silêncio, costurar acordos de caxa e escalar degraus na hierarquia do poder (BONIN; PEREIRA, 2015, p.45).

Essas representações fornecem condições para perceber que o campo associado da matéria analisada é uma questão mais profunda: o que está em jogo é a tomada de poder. A ideia de campo associado foi concebida por Foucault no sentido de considerar que a associação do discurso dos veiculosa outras práticas discursivas que constituiriam sintomas culturais de uma sociedade em um determinado recorte de tempo e espaço. Assim, percebe-se que a matéria analisada seria o subterfúgio para a aclamação de valores conservadores, a permanência das estruturas capitalistas e a aversão à gestão presidencial de Dilma.

Além disso, percebe-se que a intenção da matéria não é apenas ratificar o local das esposas de políticos no preceito conservador da representação social feminina, mas de ser um mecanismo de legitimação de discursos contra as ações que atravancam a ordem da política neoliberal e conservadora e servir de estratégia de deslegitimar a presidenta Dilma Rousseff. A intenção de retratar Marcela foi um tergiverso para ratificar a ideologia da revista que encontrou na classe média uma aliada para disseminação do discurso neoliberal conservador.

Como apontado por Foucault, o discurso não teria efeito se não fosse um agente para a promoção de ação e ser articulado para além do entendimento semântico. A ação é uma condição sintomática de afeto construído entre o discurso e seus interlocutores, uma identificação, uma relação que é travada no campo simbólico das significações. Perceber a ação é reconhecer o sentido produtivo pelas interfaces. O descontentamento da classe média, bem como suas manifestações no espaço público com passeatas e mobilizações e a produção de sons de janelas e sacadas de prédios e casas

nos pronunciamentos oficiais da presidente seriam sintomas da produção discursiva realizada em valores que deslegitimaram a presidenta do cargo. Uma parcela da sociedade que Avritzer (2016) considera como sendo uma base social que se posiciona fortemente contrária às políticas públicas de inserção social do atual governo, condena os escândalos de corrupção e questiona os avanços alcançados. “Essa base social, uma classe média educada e de alta renda, mas incomodada com a inclusão social e com os casos de corrupção, pode, eventualmente, gerar impasses em todo o projeto democrático e de inclusão social (AVRITZER, 2016, p.22). Assim, a ascensão e prática de discursos que prezam pelo enaltecimento dos valores conservadores e a estagnação das representações sociais (individuais ou coletivas) não apenas reduz a capacidade evolutiva de valores sociais, mas pode comprometer as relações que são desenvolvidas no âmbito da política.

Sobre a materialidade do discurso, a prosperidade da circulação da matéria analisada foi possível pela reverberação no espaço virtual. A potencialidade da virtualidade permite que os conteúdos comunicacionais obtenham mais força de circulação por não encontrar limites de movimentação. Na trama da rede digital é possível estabelecer com mais afincos regimes de interação e interatividade, condições que fizeram com que a matéria repercutisse em escala nacional em curto espaço de tempo. É pertinente que o uso das tecnologias de comunicação também faça parte da análise discursiva, pois, pela materialidade do discurso, é possível verificar a produção, reprodução, as técnicas e as práticas e, inclusive, as relações que são estabelecidas para a formação discursiva.

Da reprodução pela materialidade discursiva não se apreende que a ação seja

uniforme entre todos os interlocutores do conteúdo, a manifestação do poder do discurso muitas vezes origina também movimentos de subversão, ou seja, a ocorrência da força discursiva pode contrariar as próprias intenções. Sobre o caso em análise, justifica-se a ação de mulheres e homens debochando e satirizando o discurso normativo, sexista e preconceituoso da matéria.

3. NÃO É DE HOJE...

A necessidade da *Veja* de marmorizar a representação das esposas de políticos e chefes de Estado a figuras meramente ilustrativas é uma prática presente de outrora.

Não apenas de cristalizar essas representações, mas também de perpetuar os valores tradicionais e propostas neoliberais. A intenção dessa parte do texto não é de esmiuçar os meandros da análise discursiva com foi feito na matéria anterior, mas de verificar com essa prática se estrutura como um sintoma da necessidade de manter os valores marmorizados e servir de estratégia para atacar as políticas de gestões não liberais.

A edição de 27 de abril de 2011 da revista trouxe a cobertura com cinco matérias do casamento real inglês entre o príncipe herdeiro William e Catherine Middleton, ou apenas Kate, uma plebeia. Ele é um dos filhos da união conturbada entre o príncipe Charles e Diana Spencer, Lady Di. A capa dessa edição veicula uma imagem em grande close com a chamada: *Kate Middleton: a princesa encantada*. Seriam inevitáveis as comparações entre a jovem e Diana, já que o casamento dessa atraiu os holofotes da

imprensa internacional pelo fascínio que a nobreza inglesa provoca. As comparações se articulavam no sentido de desmerecer Diana, uma vez que a revista a considera como sendo protagonista pelo desgaste da imagem da corte inglesa, devido às traições e escândalos que envolviam ela e Charles; como se a responsabilidade do fracassado casamento e das ranhuras na imagem da nobreza inglesa fosse exclusivamente dela. A necessidade da manutenção dos valores tradicionais como o casamento e a regularidade da vida mononuclear são pressupostos para a formação discursiva da revista também nessa edição:

Se Willian e Kate tiverem um casamento estável, com filhos que perpetuem a linhagem e sem constrangedores bafafás que cercaram a malfadada união dos pais dele, o arcaico sistema monarquista poderá avançar pelo século XXI afora. (...) Hoje com a monarquia desdentada, o que se espera dos casais reais é que sejam comportados e fiéis, uma coisa bem classe média (VEJA, 2011, p.98-109).

Em outra passagem, além de possibilidade de renovação dos ânimos da monarquia, o casamento do jovem casal é compreendido como outra representação das mulheres da corte inglesa; Catherine seria, para a revista, uma princesa “legítima” no sentido de ser uma figura mais decorativa do cenário conservador do que uma pessoa engajada no plano político:

William é o sopro de renovação que agora com o casamento com Kate reintroduz o elemento perdido com a morte de Diana. O encanto milenar da monarquia ganha o glamour de uma princesa bonita e cheia de roupas para serem olhadas e comentadas por mulheres do mundo in-

teiro. Se o anarquistas não estragarem a festa...(VEJA, 2011, p.100).

A beleza dela é assunto renitente em grande parte das matérias veiculadas. A matéria *Como se faz uma princesa* apresenta as disciplinas e controles com a aparência e comportamentos que ela deve ter em público, as roupas que deverão ser substituídas e os novos hábitos que ela deverá adotar como o uso obrigatório do chapéu entre as integrantes da família real e maior controle para não haver uso abusivo de maquiagem, movimentos que também caracterizam o pensamento de Foucault sobre a docilização dos corpos. A submissão à figura masculina está presente no subtítulo da matéria, o que caracteriza a manutenção dos valores patriarcais e machistas do discurso da publicação. “Kate aprendeu etiqueta, línguas, e protocolo. Também não pode aparecer mais do que o marido, nem chorar em público ou ficar amiga de um paparazzi. Enfim, não ser mais uma Diana engasgada na garganta da família real” (VEJA, 2011, p.105). Essa passagem reforça a representação da mulher como a principal responsável pela traição no casamento, aliviando a responsabilidade masculina na ocorrência desses fatos. Na mesma matéria, a revista desqualifica a família de Diana ao apresentar o pai que foi infiel e agressor da própria esposa. A mãe de Lady Di fugiu com outro homem e, após briga judicial sobre a guarda de Diana e do irmão, o pai venceu o processo: “Depois de conseguida a vingança, como é praxe entre a aristocracia, ele largou Diana às babás e ao colégio interno” (VEJA, 2011, p.106).

Kate, para a revista, não poderia ter a mesma imagem da sogra, já que essa teria manchado a reputação da coroa inglesa. Além da disciplina do regime da realeza, ela

deveria se restringir aos cuidados da beleza e aparência:

Kate é disciplinada e focada. Pode chorar, de tristeza ou de raiva[...] mas em público levanta o bem esculpido narizinho. [...]vive mergulhada em futilidades, tem apenas uma fina camadazinha de cultura, nunca levou a sério a hipótese de arranjar um emprego de verdade, exagera na maquiagem e na cabeleira escovada como um rabo de cavalo puro sangue, gasta pequenas fortunas em roupas (VEJA, 2011, p.109).

Em outra passagem, a revista aponta como deveria ser o comportamento de Catherine: “Atualmente, Kate tem de se preocupar em ser bela, simpática, conformada com o assédio e esforçada em não ofuscar o marido, esta a tarefa mais difícil. O time das poderosas mulheres de Windsor está ganhando mais uma integrante” (VEJA, 2011, p.109), a construção de representação de uma mulher bela, recatada e “da realeza” conservadora.

Com o título *Uma conversa longa*, a última matéria traz os benefícios que a Inglaterra colheu ao se estruturar segundo uma ordem que propõe distância entre a realeza e o parlamento. Mesmo havendo a influência da rainha na política, sua participação nesse plano é limitada pelo parlamento. O parlamentarismo inglês resultou da Revolução Gloriosa de 1689 que amenizou a força de atuação do rei, no caso, James II. Para a revista, essa revolução foi muito mais próspera que a Revolução Francesa justamente por estabelecer distância entre governo e as classes populares. Para justificar o posicionamento de distinção, *Veja* se apoia na obra do professor americano Steven Pincus *A Primeira Revolução Moderna* que, afirma: “O arranjo inglês foi

um sucesso mais duradouro por não tentar construir a insustentável ponte entre dois pólos inconciliáveis, a aristocracia e os miseráveis” (VEJA, 2011, p.119).

Na mesma matéria, a revista apresenta um box em que distingue dois grupos: os filhos da Revolução Gloriosa e os filhos da Revolução Francesa. O primeiro grupo é apresentado como defensor dos valores neoliberais e capitalistas. Retratados com imagens de Margareth Thatcher, com a legenda “Thatcher foi, no poder, o que a Inglaterra teve de mais próximo das conquistas institucionais de 1688” e Steve Jobs, “Inovação – Steve Jobs, da Apple, que pode ser a primeira empresa a valer 1 trilhão de dólares: estabilidade e regras claras”. Esse grupo é apresentado como:

(...) todos aqueles para quem o papel do estado é manter o bom funcionamento das instituições de modo que as liberdades individuais possam ser exercidas em sua plenitude, sob o domínio de leis justas e aplicadas igualmente aos indivíduos, independentemente da classe social (...) São filhos da Revolução Gloriosa os que defendem hoje o controle sobre os gastos governamentais, a diminuição da carga tributária e a intromissão mínima dos agentes do estado nas esferas pessoal e familiar (VEJA, 2011, p.118).

O outro grupo, os filhos da Revolução Francesa, apresenta uma imagem do presidente americano Barak Obama com a legenda “Obama e os democratas americanos representam a moderna tradução dos ideais da Revolução Francesa: direitos assegurados” (VEJA, 2011, p.118) e uma imagem de um grupo de jovens protestando na França: “Dependentes da República: jovens franceses que ainda nem chegaram ao mercado

de trabalho foram às ruas protestas contra mudanças racionais na previdência” (p.119), além disso, esse trecho traz a reprodução da obra de Eugène Delacroix “Liberdade guiando o povo”, de 1830. Para a revista, esse grupo:

São todos aqueles para quem o papel do estado é prover o bem-estar da maioria seja qual for o custo. Sob o amplo guarda-chuva da “liberdade, igualdade e fraternidade”, o genial resumo dos ideais revolucionários dos franceses libertários de 1789, abrigam-se desde democratas sinceros até defensores cegos do centralismo econômico e dos mais cruéis e irracionais monopólios do estado (VEJA, 2011, p.119).

Com esses trechos, percebe-se que a representação feminina, além de limitá-las a estereótipos, é uma passagem para ataques de posicionamentos. A disciplina do corpo e da beleza é incorporada de modo reacionário que limitam as mulheres apenas a ordem dos valores estéticos. A persistência dessa significação se desenvolve sob outra seara que é a necessidade de impor a ideologia hegemônica de estruturas firmadas pelo poder. Apresentar Marcela ou Kate como mulheres bonitas e situadas à sombra do marido torna-se argumento para enaltecer políticas neoliberais e capitalistas em detrimento de quaisquer outros valores políticos que possam existir. Há uma vontade explícita de desmerecimento e desqualificação de discursos e práticas que fujam das intenções hegemônicas neoliberais e conservadoras de poder. Com isso, percebe-se que, como afirmou Foucault, a análise discursiva não investiga nada fora do próprio discurso, mas verifica o quanto as variantes do tempo e do espaço são importantes para o desenvolvimento discursivo de uma época. Assim, o discurso é um sintoma do

recorte histórico em que fora produzido, aliando subjetividades, poder e ação que, no caso, ainda buscam referências conservadoras e tradicionais, em diálogo com as manifestações conservadoras atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso da Veja evidencia a proposta de regular comportamentos, subjetividades e representações dentro dos limites do conservadorismo e da estagnação de representações para justificar ações neoliberais.

Como apresentado, a perpetuação desse poder se torna uma tentativa neurótica de não apenas manter a simbologia limitada de esposas de políticos e chefes de estado à condição de exaltar a beleza delas, o propósito maior é de afetar as manifestações que de alguma forma possam colocar em risco os signos da hegemonia do poder desenhada segundo bases neoliberais e conservadoras. Para Baccega, há a vontade da permanência das representações por uma questão da manutenção das estruturas de poder que, por sua vez, está atrelada à garantia de benefícios da reverberação desse poder “(...) o condicionamento social, a visão monológica do mundo, que interessa à permanência do *status quo*, é tão forte que qualquer possibilidade de crítica, qualquer desvio causa estranheza e é repudiado” (BACCEGA, 1998, p.53).

Dentro dessa perspectiva que são fundamentadas as noções de verdade por parte dos veículos de comunicação, bem como a naturalização de determinadas representações, como o caso, dessas mulheres em questão. Não há problema da mulher

escolher ser bela, recatada e se restringir ao lar, a questão é de legitimar apenas essa representação social como digna à mulher e forjar dessa possibilidade críticas a ações políticas que não estejam de acordo com a propostas neoliberais.

Para Foucault, essa intenção que pode parecer obscura e implícita na formação discursiva é, na verdade, parte constitutiva do discurso, uma estratégia inerente da intenção de promoção da ação. Analisar o discurso enquanto uma relação fora da questão lingüística é perceber a ocorrência de práticas

que se articulam em nome da estabilização de poderes e da economia de representações que estão a par das estruturas hegemônicas. Guardadas as proporções da representatividade entre Marcela Temer e Catherine Middleton, a vontade de representá-las enquanto peças ilustrativas no cenário político ratifica o sexismo e preconceito, além de aludir à preservação da condição basilar burguesa e conservadora do papel social e político da mulher com discursos que, na verdade, servem de abertura para justificar críticas e ataques às políticas de governos não-liberais no Brasil e no mundo. ■

[MURIEL EMÍDIO PESSOA DO AMARAL]

Doutorando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru). Mestre em Comunicação Midiática pela mesma instituição. Foi Professor do curso de Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade/Propaganda) da Universidade Norte do Paraná (Unopar).
E.mail: murielamaral@yahoo.com.br

[JOSÉ MIGUEL ARIAS NETO]

Docente de graduação e pós-graduação no Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e na pós-graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Mestre e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).
E.mail: jneto@uel.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leandro. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação e Linguagem**. São Paulo: Moderna, 1998.

BONIN, Robson; PEREIRA, Daniel. O plano Temer. **Revista Veja**, n.46, ed. 2452, p.44-50, 2015.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus Editora, 2009.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault**: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **Microfísica do poder**. 28ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (org.) **As Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.

JUDT, Tony. **O mal ronda a terra: um tratado sobre as insatisfações do presente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LINHARES, Juliana. Bela, recatada e “do lar”. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar> Acesso em 05 de março de 2015.

MELO, Carolina. Punidos por crescer. **Revista Veja**, São Paulo, n.45, ed.2451, p. 74-82, 2015.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANT’ANNA, Denise B. de. “Sempre bela”. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 105-125.

SILVA, Carla Luciana. **Veja**: o indispensável partido neoliberal. Cascavel: Unicentro, 2009.

REVISTAS

Veja, edição 2214, nº17, ano 44, abr. de 2011.

Veja, edição 2315, nº 14, ano 46, abr. 2013.

Veja, edição 2451, nº 45, ano 48, nov.2015.

Veja, edição 2452, nº48, ano 48, nov. 2015.

TELEVISÃO BRASILEIRA E ENTRETENIMENTO: DO ESPETÁCULO AO MITO

[ARTIGO]

Patrícia Ruas Dias

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo se propõe a refletir sobre a estruturação das grades de programação dos canais abertos, no Brasil, especialmente sobre a categoria entretenimento, bem como analisar o porquê da recorrência deste aspecto, de acordo com as óticas do espetáculo e do mito. A estratégia metodológica que estruturou o trabalho foi a revisão teórica. Foi possível compreender que, na televisão, o entretenimento permeia, de forma significativa, as programações, baseado em um pilar econômico e cultural; além de se utilizar de estratégias características do espetáculo, conforme Debord (1997), para cumprir a missão econômica, e míticas, para realizar o elo social e nortear a vida cotidiana.

Palavras-chave: Comunicação. Brasil. Televisão. Entretenimento. Mito.

This article intends to think about the structure of the programming grids of open channels in Brazil, especially about the entertainment as well as analyzing why category. The reason for the occurrence of this aspect according to the optics of the presentation and myth. The methodological strategy that organized the work was given by theoretical review. It was possible to understand that on television significantly permeates entertainment schedules, based on an economic pillar and cultural; besides using strategies characteristic of the spectacle, according to Debord (1997), to accomplish the economic mission; and mythical to make the social link and guide to everyday lives.

Keywords: Communication. Brazil. Television. Entertainment. Myth.

Este artículo propone una reflexión sobre la estructura de la programación de los canales abiertos en Brasil, especialmente sobre la categoría de entretenimiento, así como analizar el por qué de la recurrencia de este aspecto de acuerdo con las ópticas del espectáculo y del mito. La estrategia metodológica que estructuró este trabajo fue la revisión teórica. Fue posible entender que en la televisión, el entretenimiento pasa de forma significativa por las programaciones, basado en un pilar económico y cultural. Además de utilizar estrategias características del espectáculo, de acuerdo con Debord (1997) para cumplir la misión económica y mítica, este realiza el enlace social y guía la vida cotidiana.

Palabras clave: Comunicación. Brasil. Televisión. Entretenimiento. Mito.

INTRODUÇÃO

É em volta dela que amigos se reúnem para assistir à partida de futebol no final de semana, que as amigas se unem para saber com quem o mocinho vai casar no último capítulo da novela e as crianças chamam a vizinhança para assistir ao desenho. A televisão, além de organizar a disposição dos móveis, na maioria dos lares brasileiros, de modo que ela esteja centralizada, é um instrumento de proliferação de cultura e união entre as pessoas.

As seis redes de canais abertos no Brasil, Globo, SBT, Record, Bandeirantes, Rede TV e TV Cultura chamam a atenção por terem, em suas grades de programação, grande quantidade de entretenimento, levando a autora a pesquisar o que está por trás dessa estrutura. Por isso, o objetivo deste trabalho é compreender, sob a ótica do espetáculo e do mito, o porquê da recorrência desta categoria, como se comporta dentro dos programas e quais os reflexos para a sociedade. A estratégia metodológica utilizada para a realização deste artigo foi revisão bibliográfica.

Para a compreensão dos produtos televisivos brasileiros, faz-se necessário, primeiramente, uma breve explicação sobre o meio de comunicação de massa, encaminhando para a separação dos programas em categorias, que é o início do processo de identificação do objeto estudado. Situar a televisão no contexto histórico se faz pertinente para um entendimento completo, principalmente, no que diz respeito ao espetáculo. Por fim, o entretenimento de forma espetacular é explicado desvelando os mitos que permeiam sua lógica.

O conceito de cultura utilizado para o desenvolvimento deste trabalho é o elaborado por Bauman (2012), que o compreende como um aglomerado de aspectos da realidade social (conhecimentos, ideias e crenças) de um determinado povo, que deve ser apreendido, descrito e representado. Em sua obra *Ensaio sobre o conceito de cultura*, o autor discorre sobre diferentes interpretações de conceitos. Porém, para o presente estudo, foi absorvida a definição que enraizou seus trabalhos.

Além disso, o entretenimento faz parte da vida de uma parcela relevante da sociedade pós-industrial e necessita ser compreendido, paralelamente, a outros tópicos, para que se tenham parâmetros, e não confusão conceitual. Discorrer sobre a importância cultural, social e econômica em que ele está inserido são fundamentais para a discussão.

Definições como tempo e espaço se tornam relativos, através das mensagens passadas pela televisão. A integração, proposta por esse meio de comunicação, está além do físico, se dá ao nível do imaginário, formando uma corrente, no país de vibração e união.

2. TELEVISÃO BRASILEIRA

Uma dádiva colorida e doadora de alegrias, que renova perspectivas da vida cotidiana, através de imagens inesquecíveis: assim é vista a televisão por muitos telespectadores, por encarnar a cultura em que ela está inserida, por meio de sua programação. Re-

estruturou a forma como as pessoas lidam com o tempo, sendo o novo relógio, organizando suas atividades baseadas no que está sendo transmitido (CASHMORE, 1998).

A TV é fonte de novidades, tramas excitantes, que está disponível 24 horas por dia, pronta para estimular os telespectadores. De acordo com Kottak (2008), através da televisão é possível entrar em contato com diferentes culturas e experiências, além de criar referências, desenvolver respostas e questionamentos. Estar exposto a diferentes tipos de programas auxilia a formar impressões próprias sobre aquilo, estimulando a curiosidade, aumentando a habilidade de comunicação e instigando a participação em sistemas socioculturais.

É, também, um dos ícones da sociedade de consumo. Através dela, o espectador é fascinado por estilos de vida que apresentam retorno instantâneo, exposto como acessível. Não promove apenas os produtos, mas a cultura na qual aquele produto tem valor. Por exemplo, o programa *Esquadrão da Moda*, veiculado pelo canal SBT, baseado no formato original norte-americano *What-NottoWear*, dos canais Discover Home & Health e TLC, é um *reality show* apresentado por um casal de especialistas em moda, que tem como tarefa ajudar o participante a se vestir melhor, de acordo com o que pretende. Há casos em que o desejo é transmitir mais credibilidade no trabalho, então os mentores ajudam, renovando o guarda-roupa da pessoa, que, em seguida, dá seu depoimento sobre como está sendo mais respeitado pelos colegas de trabalho.

Essa cultura, exposta pela televisão, causa a sensação de elitismo, por transmitir que todos são capazes de ter o que quiserem. As empresas norte-americanas

de televisão dominam a produção e distribuição de programas, sendo vendidos para muitos países, formando um império da mídia. Segundo Cashmore (1998, p. 232), os Estados Unidos exportam cultura para diversos lugares do mundo: “Isso é feito pelo entretenimento. Enquanto outros se ocuparam com a elevação cultural ou com o enriquecimento didático, a natureza comercial da TV americana assegurou-lhe uma ambição cultural mais estreita”. Nesse caso, se o meio de comunicação é um difusor de cultura, ele está em um processo de americanização, e não globalização. Será que países pouco desenvolvidos estão prontos para manter uma independência cultural, mesmo sofrendo esta influência? Não é o objetivo deste trabalho essa discussão, embora seja pertinente.

As mensagens passadas, através dos programas de televisão, apresentam um estilo despretensioso ao não tocarem em assuntos sérios. Querem ser considerados leves, mas estabelecem padrões para as audiências, sem que elas se deem conta. Trata-se de uma fórmula com estereótipos e clichês, que parece representar perfeitamente a realidade, por usar referências comuns a quem assiste. Os estudos culturais demonstram que aquilo que se passa por verdade é implicação de uma concordância coletiva, em vez de realidade; e, ao consumir programas de TV, as pessoas estão engajadas em produzir significado, de maneira que aquilo pareça de bom senso e natural (CASHMORE, 1998).

No que se trata da televisão no Brasil, ela é mais do que um amontoado de produtos de entretenimento. É um sistema de códigos que possibilita, aos brasileiros, se reconhecerem pertencentes ao país. Bucci (1997) explica que só existe o que é

transmitido. Se a televisão não veicular, o fato não é verídico. Além disso, é através desse meio de comunicação que muitas crianças ingressam no mundo do consumo, sendo estimuladas a desejar produtos, donas de casa conhecem dicas de decoração e receitas, pelas novelas são consolidados gestos de cidades interioranas e lançadas tendências de moda.

A partir dos anos 1970, a televisão brasileira proveu aos cidadãos a autoimagem de brasilidade, auxiliando na organização da sociedade pela integração nacional pretendida pela ditadura militar, inserindo as pessoas no mundo da autoridade da informação visual, “dinâmica pragmática e publicitária da população” e incandescência da “sociedade do espetáculo” (BUCCI, 1997, p. 19). A excelência tecnológica competindo com o poder internacional, unido a uma população iletradas que dependia dessa tecnologia para se atualizar a respeito do novo pacto político, foi a receita certa para a grandiosidade da TV do país naquele momento.

Em uma sociedade, a importância que é dada à televisão é diretamente proporcional às taxas de subdesenvolvimento e analfabetismo. “Se compararmos o Brasil com os países europeus, veremos que aqui

não apenas a TV é um hábito mais cultivado e uma referência mais constante, como o poder do veículo (e de cada uma das grandes redes) é incomparavelmente superior” (BUCCI, 1997, p. 15). De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia, desenvolvida, em 2016, pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 63% dos brasileiros optam por se informar através da televisão, sendo que 77% a assistem todos os dias, em uma média de 3h35min por dia. O estudo também evidenciou que 82% dos brasileiros preferem canais abertos a canais por assinatura.

Conforme Souza (2015), a indústria de produção de programação está intimamente ligada com a industrialização do país. Nesse processo, uma rede obteve destaque em termos de aperfeiçoamento: a Globo. Ela não visa apenas ao mercado nacional e, desde 1973, espalhou-se mundialmente. Hoje, já chega a mais de 130 países com a Globo TV Internacional, e conta com programação traduzida para 24 idiomas, segundo o site da rede.

Bucci (1997) assegura que, no Brasil, existem cinco constantes que orientam as programações no veículo de comunicação que orquestram o comportamento das imagens:

CONSTANTES	FUNCIONAMENTO
Telejornalismo	Apresentado como melodrama. Além de informar, assusta, chama atenção, surpreende, fazendo o próprio show como se fosse produto de entretenimento. Utiliza imagens impactantes, o apresentador cria vínculo com o telespectador. Ex.: Programa: Jornal Nacional, Jornal Hoje. Apresentador: William Bonner, Sandra Annenberg.
Telenovela	Realiza a ligação entre o brasileiro real e a ficção da televisão. Em especial no canal Globo, as novelas transmitidas às 18h e às 19h se utilizam de sátiras, enquanto no horário das 21h, retratam tensões pelas quais o país passa. Ex.: 18h: Êta mundo bom! (2016), 19h: Haja Coração (2016), 21h: Avenida Brasil (2012).
Reproduz a exclusão social	O Brasil é representado de forma não fidedigna. Na grande maioria das aparições de índios, negros, pobres e opositores, eles são veiculados de forma a reforçar estereótipos e preconceitos, principalmente nas telenovelas.
Depende de eventos que envolvam a pátria	A programação é enfática em celebrações e cerimônias de integração da nacionalidade, na tentativa de manter e estimular o sentimento de patriotismo, desde tragédias, passando por campeonatos, até datas religiosas. Ex.: trajeto feito por pessoas carregando a tocha olímpica, por todo país, antes dos Jogos Olímpicos Rio 2016.
Transgredir limites	A TV brasileira vai além das próprias fronteiras. Ela choca os espectadores mais velhos, fascinando-os, e absorve as crianças, cada vez mais precocemente motivadas pela programação, à experimentação e ao consumo.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Bucci (1997).

Os exemplos utilizados, na tabela acima, são todos relacionados à emissora Globo, mas poderiam ser de qualquer outra. Essas constantes não são escolhidas ou eleitas pela empresa, mas pela curiosidade do público que a televisão alimenta de forma geral. Outro fator é a concorrência pela hegemonia, que acaba em disputa pela veiculação da imagem mais chocante (BUCCI, 1997).

Dentro das constantes abordadas, Souza (2015) realizou uma coleta de dados, entre os anos de 1994 e 2003, identificando 31 formatos de programas, aplicados em 37 gêneros e distribuídos em cinco categorias. As categorias abrangem os gêneros correspondentes.

Para compreender os gêneros dos programas é preciso entender o desenvolvimento

da televisão sob distintos aspectos, principalmente o tecnológico. Os recursos para a produção exigem áudio, efeitos especiais, equipamentos, técnicas adequadas – inclusive, o canal é uma determinante. Toda pesquisa realizada a esse respeito também deve observar acontecimentos não habituais que possam interferir nas grades das emissoras.

McQuail (2003) define gêneros midiáticos como categorias de produtos culturais que auxiliam os meios de massa a produzir seus programas, em harmonia com as expectativas das audiências. Os gêneros devem conter identidade reconhecida pelos produtores e consumidores; essa identidade deve estar relacionada com a função (informação, entretenimento etc.), forma (duração, ritmo, estrutura etc.) e conteúdo; a identidade deve

ser preservada através do tempo convencional e formas culturais preservadas; e determinado gênero deve seguir uma narrativa ou sequência de ações.

Os gêneros são constituídos por formatos que dizem respeito às suas possibilidades e limitações. São características gerais, aspectos, elementos de produção como: planos de câmera, edição, figurino,

horários, diálogos, periodicidade. “Os formatos são a base do êxito, mas muitas vezes é difícil distinguir o essencial do secundário, para apontar qual o motivo do triunfo de um e porque ele é diferente do outro” (SOUZA, 2004, p. 47).

A classificação de programas brasileiros de entretenimento é proposta da seguinte maneira:

CATEGORIA	GÊNERO
Entretenimento	Auditório – Colunismo social – Culinário – Desenho animado – Docudrama – Esportivo – Filme – <i>Game show</i> (competição) – Humorístico – Infantil – Musical – Novela – Quiz show (perguntas e respostas) – <i>Reality show</i> – Revista – Série – <i>Sitcom</i> (comédia de situações) – <i>Talk show</i> – Teledramaturgia (ficção) – Variedades

Fonte: Souza (2004, p. 92, adaptado pela autora).

No Brasil, a classificação dos gêneros não acompanha um padrão internacional, mas é flexível, de acordo com os interesses de cada rede. Souza (2015) sugere que as definições das emissoras têm como objetivo atrair telespectadores e não se enquadrar nos regimes. No país, há três categorias de maior abrangência: entretenimento, informativo e educativo. Há uma classificação informal, de acordo com os objetivos do programa, que possibilita essa divisão, o que também não impede a inter-relação entre as esferas. “Dora, a Aventureira” é uma série animada, exibida no canal Nickelodeon e TV Cultura, que mescla as categorias entretenimento e educativo, por exemplo. Trata-se de uma menina que tem um amigo macaco e, juntos, vivem aventuras, ajudando amigos e ensinando os telespectadores a falarem inglês. Essa fusão de conteúdo educativo, em programas de entretenimento, é

utilizada para ampliar, de forma estratégica, o conhecimento da audiência sobre determinado tópico ou assunto.

3. O ENTRETENIMENTO VIROU ESPETÁCULO

O conceito de entretenimento é relativamente recente (séculos XIX e XX). Surgiu em decorrência da consolidação do capitalismo na fase pós-industrial, em que esse setor cresceu mais do que outras indústrias. Ele é uma vantagem competitiva na economia do consumo, por estar diretamente ligado no momento da decisão de compra (TRIGO, 2003). O entretenimento é o divertido, ir-

racional, fácil, sensacional, previsível, subversivo; por isso, utilizado pelas emissoras e solicitado pelos telespectadores.

Malcher (2009) afirma que o conceito de entretenimento é bastante ligado ao universo popular, envolvendo uma carga pejorativa, tendo em vista que o considerado popular é, geralmente, caracterizado como menor. Um dos dogmas da cultura era a necessidade de esforço para compreender a arte, enquanto para o entretenimento não se era exigido nada, apenas aguçar sentidos e emoções.

De acordo com Watts (1990, p. 20):

O entretenimento é necessário para toda e qualquer ideia de produção, sem exceções. Todo programa deve entreter, senão não haverá audiência. Entreter não significa somente vamos sorrir e cantar. Pode ser interessar, surpreender, divertir, chorar, estimular ou desafiar a audiência, mas despertando sua vontade de assistir. Isso é entretenimento.

Esse perfil, então, consolidou-se na programação brasileira e na expectativa da audiência, agregando às diversas funções sociais da televisão, como manutenção do equilíbrio, informação etc. A razão pelo prazer é um dos traços da sociedade contemporânea e um retrato da busca pelo encantamento, e esse meio de comunicação de massa pode estimular o divertimento fácil (FRANÇA, 2009).

Silva (2012) assegura que as tecnologias – neste caso, a televisão – são instrumentos de aproximação entre as pessoas, habitando a mente com sensações fundamentais, impondo símbolos, em uma sociedade do espetáculo. As imagens partilhadas

e reverenciadas, sentimentos e afetos perpassam pelo imaginário e formam o laço social do país. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia transformou as possibilidades de cultura, artes e entretenimento (TRIGO, 2003), mesclando, cada vez mais, esses aspectos com esporte, educação, moda – uma das características da fase pós-moderna, em que o mundo virtual congregou segmentos.

As previsões da década de 1970, de que a informatização iria possibilitar maior tempo ao lazer para os trabalhadores, não passou de uma ilusão; podendo estar conectado ao trabalho todo o tempo e em qualquer lugar, o ócio se tornou escasso. No pouco tempo livre que lhes resta, a busca pelo divertimento é intensa, com o intuito de fazer valer aquele momento. Assistir televisão garante virtualmente a satisfação simulada do desejo do tempo livre (TRIGO, 2003). De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2016, 97,1% dos domicílios brasileiros possuíam aparelho de televisão, além de o investimento em televisores de tela fina ter aumentado 7,6% em 2015, em comparação com o ano de 2014. Outro dado relevante é o aumento das residências com televisão por assinatura, que cresceram 1,6% nas áreas rurais, de 2014 para 2015. Esses dados indicam que os brasileiros se mostram interessados em investir nas contrapartidas que esse meio de comunicação pode proporcionar.

O pilar de sustentação do espetáculo está no campo da economia, assim como as redes de televisão. Autores das sociedades pós-industrial indicaram insaciedade por algo que os encantasse. Então, as emissoras, pretendendo angariar telespectadores, optaram por colocar um pouco

de brilho em diversos pontos da grade de programação. Dessa forma, ambas partes estariam satisfeitas. Debord (1997, p. 40, grifo do autor) afirma:

A vedete do espetáculo, a representação espetacular do homem vivo, ao concentrar em si a imagem de um papel possível, concentra pois, essa banalidade. A condição de vedete é a especialização do vivido aparente, o objeto de identificação com a vida aparente sem profundidade, que deve compensar o estilhecimento das especializações produtivas de fato vividas [...].

Como explicitado por Souza (2004), a categoria de entretenimento engloba diversos gêneros. A espetacularização pode estar presente, por exemplo, em um *Sit-com* como o programa *Zorra*, veiculado na Globo, aos sábados, às 22h, em que a fórmula é, através do exagero, mostrar situações cotidianas de maneira humorística. Também em programas de Variedades, como o *Tv Fama*, veiculado às 21h30min, de segunda-feira a sexta-feira, na Rede TV, que, por meio de especulações a respeito da vida pessoal e profissional de celebridades, constrói a dinâmica do espetáculo. Esses elementos permitem que o espectador partilhe emoções com diversas outras pessoas que estão distantes fisicamente, mas que se sentem próximas, por assistirem determinados momentos encenados que lhes são comuns (SIQUEIRA, 1999).

As emoções são, cada vez mais, vividas de forma coletiva, pois “o espetáculo abarca o mundo. Até mesmo eventos não programados transformam-se em entretenimento e reproduzem-se exponencialmente” (TRIGO, 2003, p. 22). No dia 13 de novembro de 2015, notícias e imagens de

pessoas mortas e feridas dominaram os canais televisivos de todo o mundo. O maior ataque terrorista da história de Paris mobilizou diferentes meios de comunicação, que procuravam transmitir dados de agências e fontes diversas. Dessa forma, o espetáculo televisionado permitiu unir o mundo em uma vibração, uma espécie de comunhão. Segundo Siqueira (1999), esse fenômeno pode ser considerado como um transe coletivo, em que os participantes se encontram conectados pela corrente, mesmo que separados espacialmente.

O estar-junto promovido pela televisão remete ao conceito de *consciência coletiva*, de Durkheim, “a saída de si mesmo, a ‘explosão’ no outro e pelo outro” (MAFFESOLI, 1995, p. 111). A televisão revisita esse conceito, unindo os apelos religiosos e estéticos por meio da imagem, exercitando a capacidade de juntar multidões nas megalópoles pós-modernas (SIQUEIRA, 1999, p. 85, grifo da autora).

Esse estar junto pode ser visto no programa *The Voice*, que já apresentou cinco temporadas no canal Globo, e no programa *Ídolos*, que era transmitido pelo SBT e, posteriormente, pela rede Record, todos exemplos de *reality shows* de competições de cantores. Pessoas que têm o sonho de seguirem carreira musical se inscrevem e passam por seletivas, até serem escolhidas para participarem do programa, sendo treinadas por artistas conhecidos e duelando entre si. O público é convidado, em algumas etapas, a participar, através de votações para escolher os cantores que gostaria que ganhasse. Esse ritual agrega valor para as emissoras e para os programas e une os telespectadores, além de lidar com os desejos dos participantes, que investem para estar ali. Como explica Trigo (2003, p. 165), “a

indústria do entretenimento é uma representação da trama delicada e intrincada da vida. Encarar a vida como um brinquedo ou um jogo é parte integrante dessa indústria”.

Silva (2012) explica que as tecnologias que lidam com o imaginário apelam para a sedução. Na pós-modernidade, elas forjam o afeto e dominam as pessoas por adesão, pelo consentimento, como um contrato revogável a qualquer instante. Nesse contrato, são assimilados valores e discursos efêmeros. O retorno por essa adesão é o prazer imediato.

Por usar dessa estratégia para angariar o maior número possível de segmentos de audiência, a televisão lida com discursos textuais e imagéticos, em diferentes tipos de programas. Por fazer parte de um sistema, no qual a sua missão é mediar e informar, o uso de tantos artifícios para prender a atenção dos telespectadores pode interferir na originalidade da mensagem. Siqueira (1999, p. 53) aponta o paradoxo desse sistema:

[...] se, por um lado, a mediação dos meios de comunicação de massa promove o conhecimento e a aproximação do grande público com a ciência, tendendo a facilitar sua compreensão, por outro lado, a faz em forma de espetáculo, como “ficção científica”, diminuindo a credibilidade do conhecimento divulgado (SIQUEIRA, 1999, p. 53).

O jornalista científico é uma estratégia dessa ficção. Na realidade, ele é um mediador, um explicador de determinada informação. Eles são especialistas em generalidades, não em um assunto específico, e, apesar de serem capacitados a terem leitura e interpretação claras a respeito das informações científicas, não é possível ainda

transmitir de maneira ideal e acessível ao público (SANTOS, 2012).

Debord (1997), em sua 14ª Tese, afirma que, no espetáculo, o que importa é a economia, sendo o resultado irrelevante. Nesse ponto, em específico, em que o jornalismo científico prioriza o entretenimento, tornar o jornalista referência em determinado assunto, apesar de ele não dominá-lo, visando audiência, pode ser um ícone do espetáculo jornalístico na televisão. O programa Bem Estar, veiculado na rede Globo e reprisado pelo Canal Viva, tem caráter jornalístico e trata de assuntos relacionados à saúde. Embora leve, diariamente, profissionais da área como convidados, as figuras de referência são os apresentadores, que são jornalistas e também desenvolvem a respeito dos temas selecionados.

Debord (1997, p. 173) esclarece que:

[...] o sentido final do espetáculo integrado é o fato de ele se ter integrado na própria realidade à medida que falava dela e de tê-la reconstruído ao falar sobre ela. Agora essa realidade não aparece diante dele como coisa estranha. Quando o espetacular era concentrado, a maior parte da sociedade periférica lhe escapava; quando era difuso, uma pequena parte; hoje, nada lhe escapa. O espetáculo confundiu-se com toda a realidade, ao irradiá-lo.

Na televisão, os fatos tomam proporções espetaculares e, com pouca profundidade, as notícias tornam-se volúveis, com características de show. A informação não chega ao público de forma precisa, em decorrência de textos coloquiais, imagens e instantaneidade de transmissão. Ela adquire, assim, apelos estéticos, emocionais e sensacionais.

4. ENTRETENIMENTO DA TELEVISÃO BRASILEIRA COMO MITO

A televisão simula a coletividade com representações de arquétipos sociais. Ao intercalar momentos de medo com alívio, esse meio de comunicação de massa retrata o sistema de realidade e o sistema imaginário. Essa movimentação de sentimentos acontece dentro de um programa, como em uma telenovela, em que há um casamento ou um vilão explode uma casa, por exemplo; e dentro da própria grade de programação, quando há um telejornal com notícias referentes à alta dos preços e, posteriormente, uma telenovela com conteúdo mais tranquilo. A televisão funciona com uma linguagem abrangente, com estereótipos de espetacularização de temas e de personagens (SIQUEIRA, 1999).

Durand (1988, p. 78) afirma que as imagens, de acordo com os acontecimentos, “organizam os instantes psíquicos em uma história”. Elas vêm à tona de estruturas narrativas do imaginário, atuam de forma antagonista, no princípio da causalidade. Esse dinamismo permite compreender os fatos que envolvem aspectos sociais e psicológicos da imaginação, conforme o tempo.

O mito, de acordo com Durand (1988), é a repetição de certas ligações lógicas, entre ideias ou imagens, transmitidas de forma verbal. Estabelece significados culturais de forma ordenada, tendo objetivos construídos pelo homem. Ele une fragmentos da ciência atual, senso comum, imaginação literária, pressuposições filosóficas e forma um mapa do futuro coletivo, permitindo às pessoas encontrarem, nos mitos,

significados da vida e símbolos norteadores para questões do cotidiano (WHITE, 1994).

[...] uma das maiores funções da televisão é reunir, dia-a-dia, o estranho e o não-familiar e traduzir isso para o modo do público perceber o mundo. O mito se refere não apenas às explicações clássicas em tom de história, mas a um processo dinâmico, contínuo de raciocínio humano, localizado em instituições sociais tais como a universidade, a religião popular e o mundo literário dos romancistas e dramaturgos. A mídia de massa, entretanto, liga estas várias instituições produtoras de mito como o mundo da cultura cotidiana (WHITE, 1994, p. 51).

Registros de mitos podem ser vistos em *talent shows*, em que os apelos emotivos são mais fortes do que os verdadeiros talentos. Os programas se apoiam em interpretações, ativam imaginários e recorrem a mitos, frequentemente (SIQUEIRA, 1999). *The Voice Brasil Kids*, exibido pela rede Globo, é um exemplo. Exibe crianças em busca de um título e um sonho: ser a melhor voz infantil do Brasil. Contudo, para isso, interpretam canções consagradas e são avaliadas por cantores experientes.

As questões culturais, segundo Bauman (2012), são formadas, primeiramente, por atitudes que os seres humanos podem fazer e obedecer, seguindo suas naturezas, tanto instintivas quanto locais; além de finalidade técnica, a cultura possui questões de reconhecimento. As representações dessas sociedades, em determinado espaço de tempo, também são manifestadas, por exemplo, pela língua, por expressões artísticas, pela estética e pelos mitos relacionados à origem do universo e religiões (DURAND, 1988).

A televisão utiliza uma linguagem restrita, por levar em consideração essas questões culturais e a diversidade de audiência que abrange. Ela pressupõe uma memória cultural dessa sociedade, repleta de alusões que não necessitam ser explicadas. A partir do momento em que esses sujeitos passam por algum tipo de caos ou preocupação, em que não conseguem, com facilidade, apontar a causa, a televisão, com seu discurso mítico, combina os fatos. Um exemplo disso é a problemática familiar. Então, o meio de comunicação se utiliza de temas com valores frívolos encenados com heróis e vilões concretos. Para que esse espetáculo aconteça, são usados códigos de ângulos de câmera, técnicas de entrevista, símbolos familiares, imagens icônicas, produzindo argumentos não verbais e separando os 'bons' dos 'maus' (WHITE, 1994).

[...] contar o mito é algo que escapa à singularidade convencional dos sistemas, mas compreender o mito apela para o sentido do próprio mitema. E é isso que faz com que uma mitologia seja imediatamente traduzível. O nível cultural fornece, portanto, uma linguagem simbólica já universalizável (DURAND, 1988, p. 92).

Nesse meio de comunicação, o mundo é apresentado de forma seletiva ou fictícia. As expectativas racionais, relacionadas ao mundo real, são relaxadas, por instantes, ao se assistir um programa repleto de significados. No entanto, ao retornar para a realidade, as perspectivas mudam de alguma forma (WHITE, 1995). O mito, por ser um sistema de comunicação, pode ser adaptado de diferentes maneiras. Por isso, encaixa-se na indústria do entretenimento, que permeia boa parte da grade de programação das redes de televisão brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos das emissoras estão de acordo com as culturas, expectativas e telespectadores que elas atingem. Assim como os horários das programações variam, as categorias e gêneros também. No Brasil, há uma grande discrepância, em termos econômicos e culturais, por diferentes razões. Uma delas é a extensão territorial, o que reflete nas transmissões televisivas, por cada estado possuir características fortes e singulares.

Esses aspectos, agregados ao desenvolvimento tecnológico que o país dispõe, colabora para o êxito da indústria televisiva exportadora de telenovelas. A televisão é um meio de comunicação próximo das artes, afinal, são necessários diversos elementos artísticos para elaboração de qualquer produto veiculado, além de alguns roteiros ficcionais serem adaptações de obras clássicas. Rotular a categoria entretenimento como lazer sem cultura é um equívoco. Assim como na sociedade do espetáculo, o entretenimento também é o reflexo da cultura daquele lugar, daquele país.

Não se pode afirmar, então, que um programa é de maior ou menor cultura, uma vez que os códigos utilizados, tanto para cultura de massa quanto para a erudita, são os mesmos. O que acontece é o empobrecimento desses códigos para que a maior parcela possível da população seja capaz de compreender.

Através de programas, como visto, que se utilizam de situações do dia-a-dia para permitir que os espectadores partilhem emoções, mesmo que à distância, em momentos de grande carga sentimental,

como eventos de alegrias ou de tristezas, os brasileiros se sentem unidos. Pode ser que o país viva em um espetáculo, mas não que a televisão não veicule cultura.

Esse meio de comunicação, como produtor de visões do mundo, estilos de vida e mitos, povoa o universo mental com sensações fundamentais. Juremir Machado da Silva (2012) fala em servidão involuntária. As pessoas não estão cientes que têm essa tecnologia como uma espécie de guia, mas cedem por se sentirem à vontade, confiantes e representadas por ela, pelas técnicas e ferramentas que são usadas.

O mito responde a algumas questões humanas básicas, como o significado do sofrimento, da vida, da morte, com soluções que utilizem a lógica. Tem como

função perpetuar na memória o significado de alguns valores. A televisão se utiliza do formato já conhecido e, por estar próxima do público, integra: 1) conhecimento cotidiano que todos compartilham para enfrentar as dificuldades diárias; 2) conhecimentos especializados que são comuns a experts, mas não a maioria das pessoas; 3) área da experiência que excede os limites do racional.

Para muitas pessoas, as áreas que vão além do senso comum são caóticas, irrelevantes, misteriosas. Porém, na linha tênue, onde há a incerteza, ansiedade, risco, é que a televisão expande as informações especializadas, organizando-se em torno dos valores comuns e utilizando o entretenimento para englobar o maior número possível de audiência. ■

[**PATRÍCIA RUAS DIAS**]

Mestranda em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e integrante do Grupo Imagem e Imaginário. Graduada em Relações Públicas - PUCRS (2015) e em Hotelaria - Castelli Escola Superior de Hotelaria (2009). Pós-graduada em Produção Cultural e Eventos - PUCRS (2011).
E.mail: patriciaruasdias@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaaios sobre o conceito de cultura**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo, 1997.

CASHMORE, Ellis. **...e a televisão se fez!** São Paulo: Summus, 1998.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1988.

FRANÇA, V. A Televisão Porosa: Traços e Tendências. In: FREIRE FILHO, João, (org.). **A TV em transição**: tendências de programação no Brasil e no mundo. Porto Alegre: Sulina, 2009.

IBGE, Coordenação de Trabalhos e Rendimentos. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

KOTTAK, Conrad P. **Prime-Time Society**. EUA: Arizona Press, 2008.

MALCHER, Maria A. **Teledramaturgia**: agente estratégico na construção da TV aberta brasileira. São Paulo: Intercom, 2009.

MCQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

RÜDIGER, Francisco. **Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural**: comunicação e teoria crítica da sociedade. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

SANTOS, Marli dos. **O perfil de jornalistas na cobertura especializada em ciência**. Comunicação & Informação, Goiás, v. 15, n. 1, p. 197 – 216, jan./jun., 2012.

SILVA, Juremir M. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. **A ciência na televisão**: mito, ritual e espetáculo. São Paulo: Annablume, 1999.

SOUZA, José C. A. de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

_____. São Paulo: Summus, 2015.

TRIGO, Luiz G. G. **Entretenimento**: uma crítica aberta. São Paulo: Editora Senac, 2003.

WATTS, Harris. OnCamera: **O curso de produção de filme e vídeo da BBC**. São Paulo: Summus, 1990.

WHITE, Robert, A. **Televisão como mito e ritual**. Comunicação e Educação, São Paulo: ECA/USP, n. 1, p. 47 – 55, set. 1994.

_____. Comunicação e Educação, São Paulo: ECA/USP, n. 2, p. 65 – 75, jan./abr.,1995.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

A Globo no Mundo. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/Portal/institucional/folde-reletronico/g_globo_mundo.html>. Acesso em 23 de junho de 2016.

DORA, a Aventureira. Disponível em: <<http://tvcultura.com.br/programas/dora/>>. Acesso em: 24 de junho de 2016.

Observatório da Imprensa analisa cobertura da mídia nos atentados em Paris nesta quinta (19/11). Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/noticia/2015-11-18-observatorio-da-imprensa-analisa-cobertura-da-midia-nos-atentados-em-paris-nesta>>. Acesso em 25 de junho de 2016.

Pela primeira vez em 21 anos, 'Malhação' terá protagonista negra. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/pela-primeira-vez-em-21-anos-malhacao-tera-protagonista-negra-19519723>>. Acesso em 23 de junho de 2016.

WhatNottoWear. Disponível em: <<http://www.tlc.com/tv-shows/what-not-to-wear/>>. Acesso em 20 de junho de 2016.